TERMO DE: (X)ABERTURA ( )ENCERRAMENTO

Nesta data,

(X) INICIEI
( ) ENCERREI

este volume destes autos com 112.901 folhas.

Rio de Janeiro, 29 / 01 /2016 .

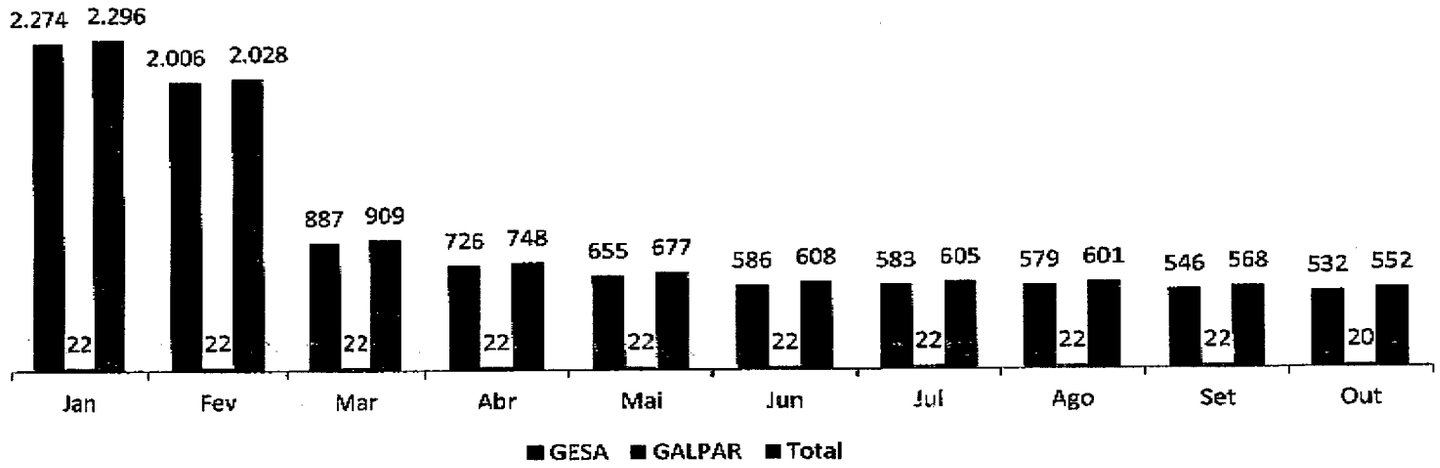
P/Escrivão

III. RECUPERANDAS

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

A GESA continua adaptando seu efetivo à nova realidade de obras e de orçamento.

Número de Funcionários



- No mês de agosto, o efetivo da GESA ficou praticamente inalterado, com apenas 4 desligamentos. Já em setembro e outubro, houve redução mais significativa, mas ainda dentro do planejado pela companhia. Esses desligamentos têm origem em dois fatores: diminuição do ritmo das obras que estão em fase final, e horizonte de contratações mais fraco para os anos seguintes, decorrentes da RJ e da dificuldade de caixa do governo em todas as 3 esferas.

- Ressaltamos que, estes funcionários são apenas aqueles sob o CNPJ da GESA, ou seja, não estão sendo considerados aqueles alocados nos consórcios, que não têm vínculo de trabalho direto com a companhia, apesar de serem considerados na DRE e no Balanço da GESA.

STATUS DAS OBRAS – BACKLOG

O Backlog da GESA em 31 de outubro conta com duas obras a menos, pois no período houve duas entregas, um cancelamento e uma contratação. O aumento no saldo total deve-se em grande parte a essa contratação. Ademais, algumas obras tiveram seus saldos revisados para cima.

(em milhares de Reais)

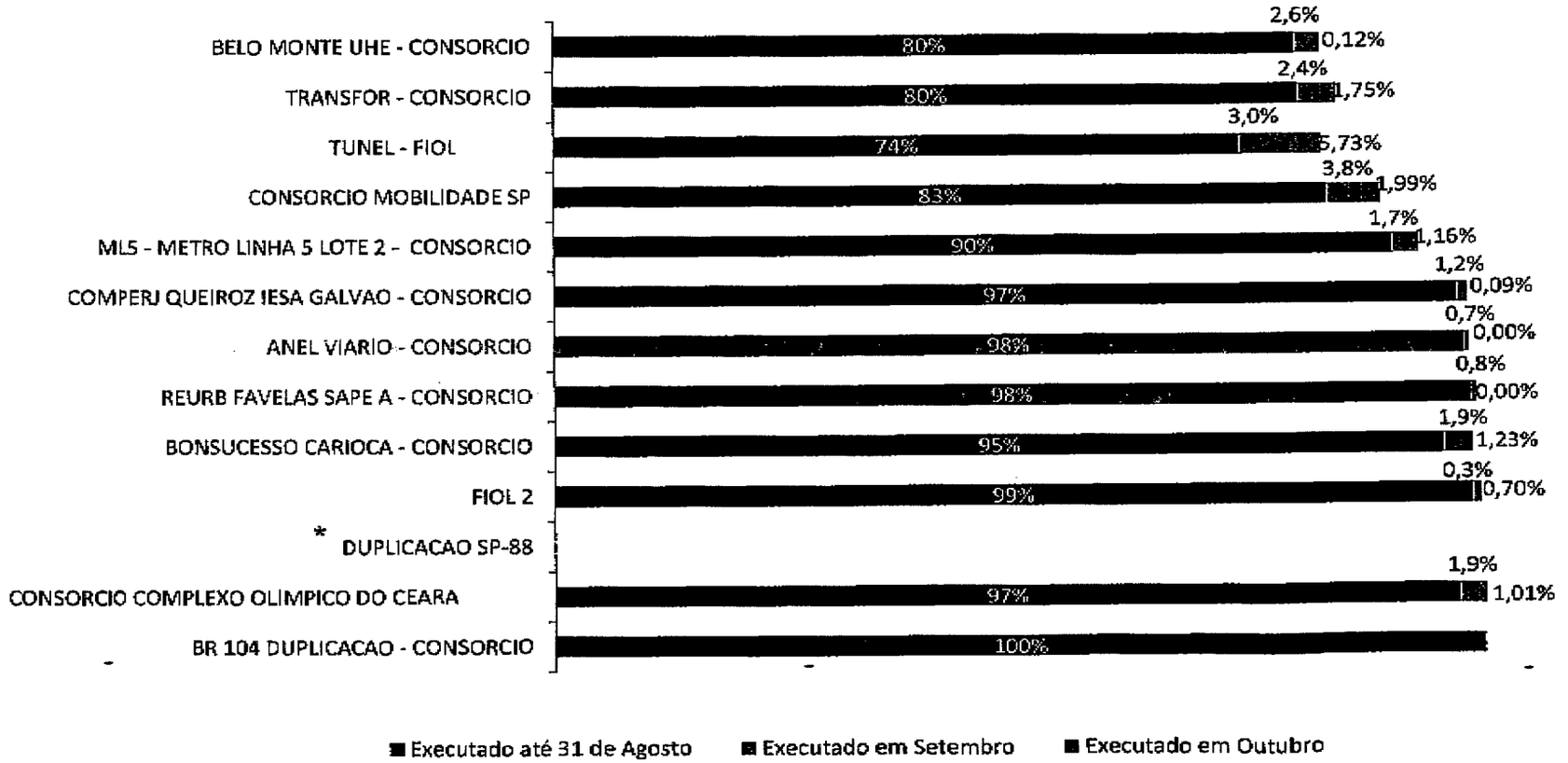
	Obra	Contratante	2015	2016	2017	2018	2019 - ...	TOTAL
	FIOL 2	VALEC	1.776	1.595	0	0	0	3.371
	BONSUCESSO CARIOCA - CONSORCIO	Prefeitura BH	1.450	0	0	0	0	1.450
	REURB FAVELAS SAPE A - CONSORCIO	Prefeitura SP/SIURB	556	0	0	0	0	556
	ANEL VIARIO - CONSORCIO	Governo CE	0	0	0	0	0	2.792
	COMPERJ QUEIROZ IESA GALVAO - CONSORCIO	PETROBRAS	0	0	0	0	0	8.294
	ML5 - METRO LINHA 5 LOTE 2 - CONSORCIO	Metrô S.A	11.654	7.113	0	0	0	18.767
	CONSORCIO MOBILIDADE SP	Prefeitura SP/SIURB	7.648	1.252	0	0	0	8.900
	TUNEL - FIOL	VALEC	8.602	2.218	0	0	0	10.820
	TRANSFOR - CONSORCIO	Pref. Fortaleza/Sec.Exec.Reg.	7.124	17.579	0	0	0	24.703
	BELO MONTE UHE - CONSORCIO	Norte Energia	79.270	145.666	65.591	23.077	3.875	317.478
	URE - CONSORCIO	PETROBRAS	0	0	0	0	0	27.135
	DER - CONSERVA PEDRO DE TOLEDO 17.989-9	DER - SP	3.018	9.006	0	0	0	12.024
	TURI II	Prefeitura Jacareí	2.760	15.441	10.963	0	0	29.165
	CAMAROES	Prefeitura BH	3.431	52.814	1.475	0	0	57.720
	SENA MADUREIRA CQG/GESA-CONSORCIO	Prefeitura SP/SIURB	0	0	31.536	61.415	4.355	97.306
	ROMA - CONSORCIO	Prefeitura SP/SIURB	0	0	17.718	83.487	90.729	191.934
	AV. ROBERTO FREIRE	Governo de PE	0	78.333	181.348	14.942	0	274.624
	GUARAPIRANGA II	Prefeitura SP/SEHAB	672	12.023	131.815	181.058	153.002	478.570
	ML2 - CONSORCIO METRO LINHA VERDE	Metrô S.A	51	0	22.821	57.693	432.112	512.677
*	BARRAGEM MURIAÉ	Deop - MG	0	41.175	127.970	61.156	0	230.302
	CONSORCIO BARRAGEM FRONTEIRAS	DNO CS	0	52.341	52.341	0	0	104.682
	PORTO DO RECIFE	Porto do Recife S.A	-	28.113	101.672	0	0	129.785
	TOTAL		**128.013**	**464.669**	**745.251**	**482.829**	**684.072**	**2.543.054**

* Contrato assinado em 26/08

STATUS DAS OBRAS – EM ANDAMENTO

Apenas 1 das 22 obras em carteira está de fato paralisada, pois depende de repasses do Governo Federal, que está com dificuldades e revisando seu orçamento constantemente. O restante apresenta evolução normal.

Status das Obras

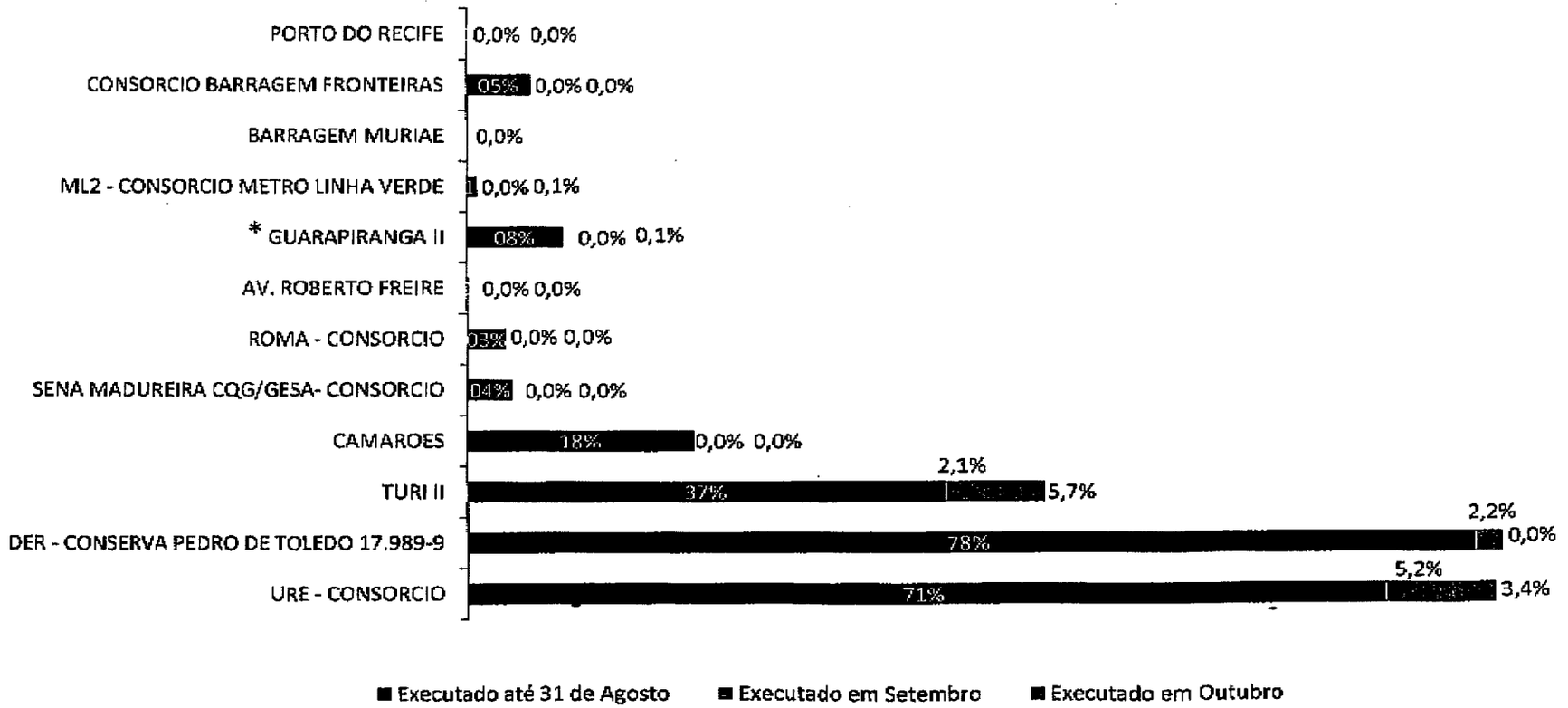


* Obra cancelada pelo DER –SP por falta de verbas

STATUS DAS OBRAS – EM ANDAMENTO

Algumas obras não mostram evolução pois têm previsão de início para 2016 ou 2017.

Status das Obras



* Obra parada por falta de repasses do PAC, do Governo Federal.

IV. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVO PERMANENTE CONSOLIDADO

Conforme previsto no Art. 66 da Lei 11.101/2005, após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial. Desta forma, as variações no ativo imobilizado correspondem somente à depreciação do ativo.

1 A conta de REAJUSTES CPC faz referência à emissão de laudos, na forma do Pronunciamento Técnico CPC 23, que atestam que alguns ativos, no caso máquinas e veículos, tiveram sua vida útil revisada, e por conseguinte, seu valor contábil. Estes valores diminuem as despesas de depreciação, desacelerando a depreciação acumulada.

(em milhares de Reais)	Março 15	Abril 15	Maio 15	Junho 15	Julho 15	Agosto 15	Setembro 15
Custo	**300.235**	**295.409**	**294.236**	**294.292**	**293.955**	**293.956**	**293.535**
Máquinas e Equipamentos	25.771	20.855	20.877	20.903	20.920	20.905	20.890
Móveis e Utensílios	3.197	3.266	3.266	3.266	3.266	3.266	3.266
Computadores e Periféricos	8.202	8.202	8.202	8.202	8.202	8.208	8.208
Veículos e Aeronaves	14.514	14.514	14.514	14.514	14.514	14.514	14.514
Consorcios	247.334	247.355	246.160	246.189	245.836	245.846	245.440
Edificações	376	376	376	376	376	376	376
Terrenos	841	841	841	841	841	841	841
Depreciações Acumuladas	**(149.333)**	**(151.775)**	**(153.509)**	**(145.295)**	**(149.463)**	**(153.587)**	**(158.130)**
Máquinas e Equipamentos	(10.697)	(8.136)	(8.324)	(8.506)	(8.664)	(8.814)	(8.958)
Móveis e Utensílios	(1.555)	(1.549)	(1.573)	(1.597)	(1.621)	(1.645)	(1.669)
Computadores e Periféricos	(6.690)	(6.469)	(6.569)	(6.662)	(6.757)	(6.849)	(6.936)
Veículos e Aeronaves	(14.276)	(14.498)	(14.512)	(14.512)	(14.512)	(14.512)	(14.512)
1 Reajuste CPC	10.588	9.232	9.135	9.028	8.917	8.806	8.699
Consorcios	(126.640)	(130.291)	(131.601)	(122.980)	(126.759)	(130.504)	(134.684)
Edificações	(63)	(64)	(65)	(67)	(68)	(69)	(70)
Valor Líquido Contábil	**150.902**	**143.634**	**140.727**	**148.997**	**144.492**	**140.370**	**135.405**
Máquinas e Equipamentos	15.074	12.719	12.553	12.398	12.256	12.091	11.931
Móveis e Utensílios	1.642	1.718	1.693	1.670	1.645	1.621	1.597
Computadores e Periféricos	1.511	1.732	1.632	1.539	1.445	1.359	1.273
Veículos e Aeronaves	10.826	9.248	9.138	9.030	8.919	8.809	8.701
Consorcios	120.694	117.064	114.559	123.209	119.077	115.343	110.756
Edificações	313	312	311	309	308	307	306

10401

A&M | GESA

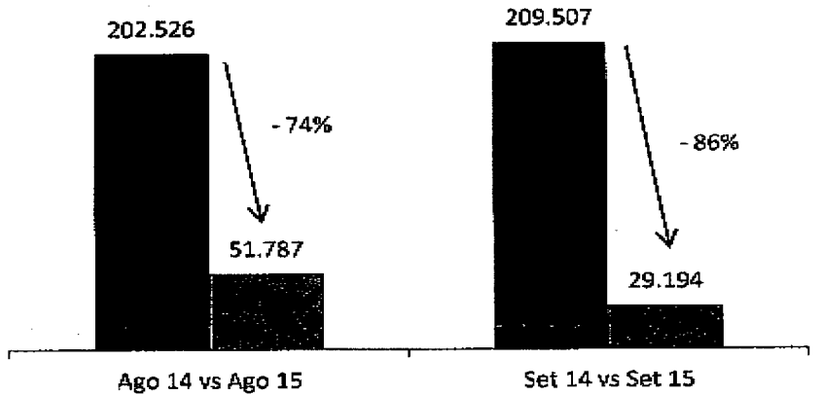
NORTH AMERICA EUROPE MIDDLE EAST LATIN AMERICA ASIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

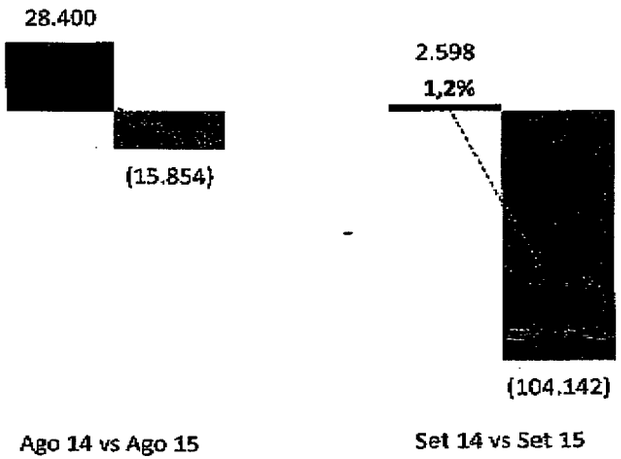
Nos meses de agosto e setembro de 2015, as principais flutuações observadas no Demonstrativo de Resultados da Recuperanda GALVÃO ENGENHARIA estão descritas abaixo:

- As **Receitas Líquidas** de agosto e setembro sofreram impacto negativo de baixas no **Contas a Receber.** Basicamente, a GESA executou no passado alguns serviços que não estavam previstos nos contratos originais, o que é muito comum no setor de Construção Pesada. Porém, para alguns destes serviços, a GESA concluiu que não há embasamento suficiente para cobrança extrajudicial, estornando os valores na **Receita Líquida**. Além disso, a GESA, por causa da menor escala e fluxo de caixa mais restrito, tem efetuado apenas serviços nos quais há grande certeza de recebimento.

Receita Líquida (em R$ mil)



Lucro Bruto (em R$ mil) e Margem Bruta



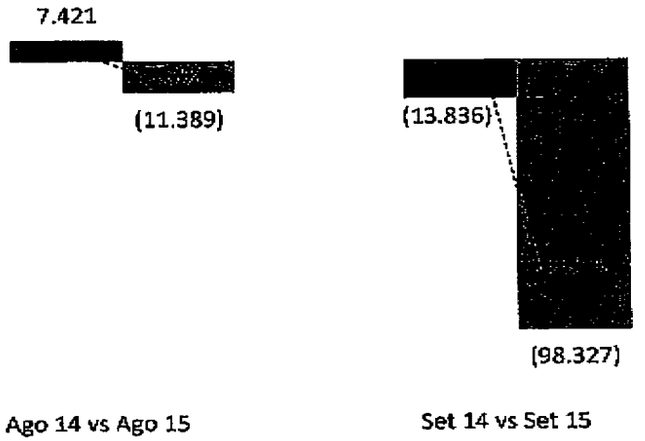
- O **Lucro Bruto** de agosto foi impactado apenas pela menor Receita Líquida do período, com os custos se comportando de maneira proporcional à atividade. Já o **Lucro Bruto** de setembro foi impactado não só pela menor **Receita Líquida**, mas também por reconhecimento de custos relativos a obra de UFN III, que é uma planta de fertilizantes da Petrobras. A GESA estava impedida pela Petrobras de entrar no site desde que esta rescindiu unilateralmente o contrato, em dezembro de 2014. Ao conseguir na justiça, em setembro de 2015, o acesso à obra, a GESA conseguiu os documentos contábeis e faturas do período em que esteve impedida. Os custos ainda são reconhecidos pois a GESA não aceitou a rescisão da Petrobras, e move ação contra esta.

1940

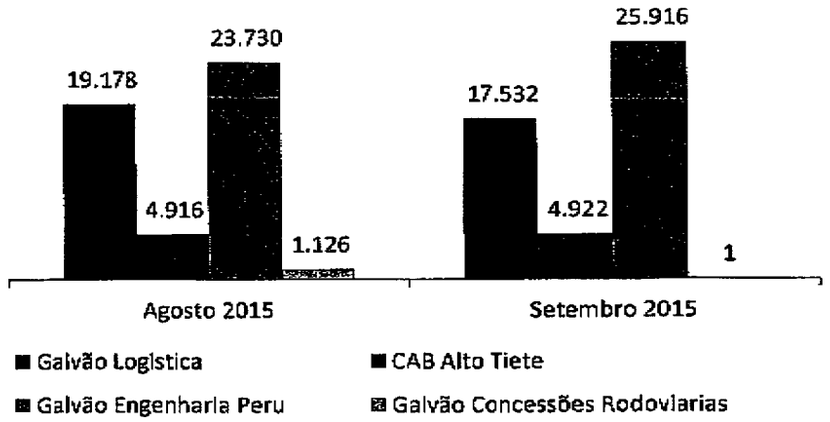
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (CONT.)

- Tanto o **EBITDA** de agosto quanto o de setembro foram impactados pela reversão de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação). A GESA briga na justiça com o Governo Federal pelo direito de deduzir certas despesas do Imposto de Renda. No processo, que ainda corre, a GESA foi autuada a pagar R$ 12 milhões como restituição de tributos. Como a companhia tinha em seu balanço créditos tributários, usou-os para pagar o Governo, lançando na DRE como Despesas Administrativas e Gerais. Porém, o Governo não aceitou. Assim, a GESA devolveu os créditos tributários ao balanço, e em compensação estornou a conta de Despesas.

EBITDA (em R$ mil) e Margem Ebitda



Participações em outras Empresas (em R$ mil)

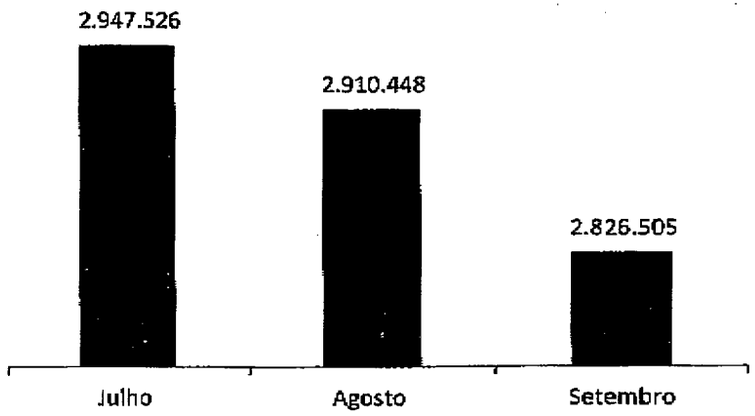


- Em agosto, não houve oscilações relevantes nas participações detidas pela GESA. Já em setembro, houve apenas ajuste no valor da participação na Galvão Concessões Rodoviárias, como mencionado no último RMA, slide 19, número 4.

BALANÇO PATRIMONIAL – GESA

A GESA deu baixa em alguns serviços que seriam de difícil comprovação, fundamentação e cobrança. Ademais, houve bom recebimento direto e indireto.

Contas a Receber (em R$ mil)

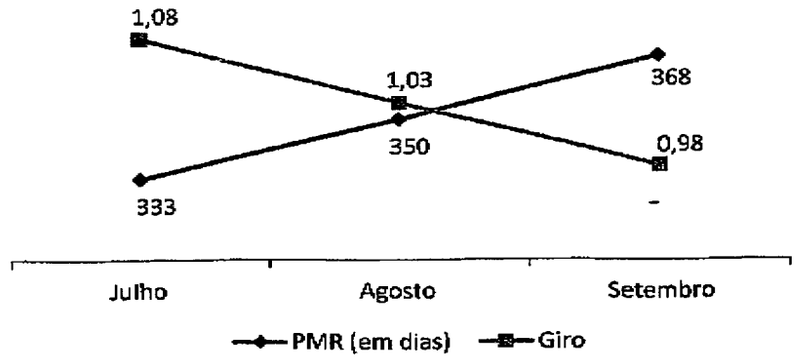


- O **Contas a Receber** da GESA diminuiu em agosto e setembro por causa das baixas de serviços de difícil comprovação, como mencionado no slide 17 deste RMA. Houve, em setembro, o melhor recebimento direto desde fevereiro, e também recebimento dos consórcios, que apesar de não afetar de imediato o caixa da companhia, afeta o **Contas a Receber** da GESA, na proporção que esta detém de cada consórcio.

- O **Giro do Contas a Receber**,* considerando sempre os 12 meses imediatamente anteriores, continua piorando. Isso porque a receita líquida LTM (considerando os doze meses imediatamente anteriores) está descrescendo em um ritmo mais forte do que o Contas a Receber médio.

$$\text{* Giro} = \frac{\text{Receita Líquida LTM}}{\text{Contas a Receber médio LTM}}$$

Contas a Receber



BALANÇO PATRIMONIAL – GESA

Os comentários a seguir referentes ao Balanço Patrimonial da GESA estão identificadas por números no Balanço Patrimonial que encontra-se no anexo:

1. Como colocado anteriormente neste RMA, em agosto e setembro, o Contas a Receber da GESA decresceu não só pelos recebimentos operacionais, mas também por baixas de serviços de difícil cobrança junto ao cliente, por falta de documentos ou mesmo por ajuste da medição feita na época. É importante ressaltar também que os recebimentos dos consórcios dos quais participa a GESA não afetam imediatamente o caixa disponível da companhia, pois geralmente, apenas uma baixa percentagem desses recebimentos são repassados aos consorciados em uma base de tempo prevista em contrato, se houver sobra de caixa. No entanto, créditos no Contas a Receber do consórcio refletem imediatamente no balanço da companhia, sempre na proporção que a GESA detém no consórcio. ❶

2. O estoque da GESA pode ser dividido em 2 grupos: materiais que serão usados nas prestações de serviço e materiais para revenda. Estes materiais para revenda representam 80% do estoque total, e se caracterizam por serem produtos engenhados, ou seja, montados com partes sob encomenda e de alto valor agregado. Estes produtos têm expectativa de realização quando se termina a obra, e então se efetua a venda para o cliente. ❷

3. O aumento na conta de Impostos e Contribuições a Recuperar se deu por reversão da PER/DCOMP, que é o programa de compensação de tributos pagos a maior ou indevidamente do Governo Federal. Empresas tributadas pelo regime de lucro real podem usar os créditos tributários que carregam no ativo para pagar o que foi apurado de tributos federais correntes em um exercício ou período. No caso, a GESA havia sido autuada a pagar cerca de R$ 12 milhões ao fisco, pois disputa na justiça pelo direito de deduzir algumas despesas da base de imposto de renda. A companhia então usou os créditos que tinha no ativo e lançou como despesa na DRE. Como o Governo não aceitou o pagamento com os créditos, a GESA debitou o montante de volta no ativo. ❸

BALANÇO PATRIMONIAL – GESA (CONT.)

Os comentários a seguir referentes ao Balanço Patrimonial da GESA estão identificadas por números no Balanço Patrimonial que encontra-se no anexo:

❶ O decréscimo na conta de Crédito Tributário LP em agosto deu-se por desbloqueio judicial de bens da GESA. Este montante é composto por recebíveis da obra de FIOL, e estava bloqueado desde pouco antes do deferimento da RJ, pois a GESA não estava em dia com suas obrigações trabalhistas. Porém, a GESA quitou os valores devidos, e então suscitou conflito de competência para que o caso ficasse sob a tutela do juiz da RJ. O pedido foi aceito, e o juiz da RJ liberou os recursos, dos quais 30% foram repassados à Caixa Econômica Federal. ❺

❷ Em setembro, a GESA corrigiu o valor da participação na Galvão Concessões Rodoviárias, pois havia auferido ganho no resultado desta devido ao erro de cálculo de juros, conforme mencionado anteriormente. ❻

❸ O decréscimo da conta Fornecedores em agosto se deve ao pagamento de materiais e serviços com ambos os caixas dísponivel e indisponível (alocado em consórcios). É importante ressaltar que a GESA traz para o seu passivo as contas a pagar dos consórcios, proporcionalmente à sua participação. Como os caixas dos consórcios não são controlados pela GESA, muitas vezes uma redução nesta conta não reflete no fluxo de caixa da empresa, como podemos ver no fluxo de caixa em anexo. Além disso, parte dos custos lançados no resultado são frutos de adiantamentos a fornecedores feitos no passado, e por isso não afetam a conta de Fornecedores. Já em setembro, o aumento desta conta deu-se pela compra de materiais e contratações de serviços. ❼ ❹

❹ A conta de Obrigações Fiscais da GESA é composta por tributos indiretos, ou seja, nos quais a GESA é contribuinte de direito e não de fato. Para estimular a obra de UFN III, o Governo Federal a isentou, assim como todas as consorciadas participantes da obra, de recolher PIS e Cofins. Como a Petrobras rescindiu unilateralmente o contrato em novembro de 2014, a GESA provisionou por precaução todo o montante que deixou de recolher ao Governo no período ativo da obra, de aproximadamente R$ 50 milhões. Porém, em agosto de 2015, a GESA contratou uma consultoria tributarista, que emitiu um laudo atestando que o montante não precisa ser provisionado. A companhia então reverteu a provisão, e como PIS e Cofins são impostos sobre a receita bruta, apenas creditou o valor à receita líquida de setembro, que acabou sendo compensado pelas baixas no Contas a Receber, como mencionado anteriormente neste RMA. ❽

FLUXO DE CAIXA – GESA

O recebimento direto da GESA em setembro foi fraco, mas o de agosto foi o melhor desde fevereiro.

- Em setembro, o recebimento operacional foi da ordem de um terço do valor recebido em agosto, mas seu fluxo operacional foi maior. Isso porque os desembolsos de agosto foram afetados por transferências na conta de Adiantamento a Terceiros. Houve também maior transferência do caixa dos consórcios para o caixa da GESA em setembro, tornando-o disponível à companhia.

- Em geral, tirando os motivos acima, os desembolsos se comportaram sem oscilações relevantes.

- Lembrando que a conta de Adiantamento a Terceiros é usada para tranferências entre partes relacionadas à GESA, com o intuito principal de proteger o caixa de bloqueio judicial. Assim, a GESA mantém seu caixa em empresas do mesmo grupo econômico, e quando precisa de dinheiro para pagamentos esse caixa é devolvido.

- Além do fluxo normal de desembolsos, a GESA precisa transferir recursos à GALPAR mensalmente, pois esta não é operacional, mas possui relevante dívida bancária e uma controlada pré operacional que demanda caixa.



GALPAR

NORTH AMERICA EUROPE MIDDLE EAST LATIN AMERICA ASIA

GHG

BALANÇO PATRIMONIAL – GALPAR

Neste slide destacamos algumas observações referentes ao Balanço Patrimonial da GALPAR, que estão identificadas por números no Balanço Patrimonial que encontra-se no anexo

❶ Como mencionado no RMA 2, a Galvão Participações possuía investimento em um FUNDO DE DIREITOS CREDITORIÓS – FIDC cujos ativos eram direitos a receber da Petrobras. Em abril, este FIDC foi liquidado e os cotistas do FUNDO, receberam os recebíveis como forma de liquidação, conforme sua participação. ❶

❷ A linha Investimentos da GALPAR, que constitui mais de 95% do ativo da companhia por esta ser uma Holding, vem perdendo valor por causa de prejuízo acumulado da GESA, principal empresa do grupo GALPAR.❷

❸ A dívida bancária da GALPAR oscilou em agosto, devido à contabilização dos créditos liberados à Caixa Econômica Federal, na forma de 30% dos recebíveis da obra de FIOL. Porém, como a empresa está em processo de cisão, protocolou na junta comercial o passivo bancário apurado pelo AJ na fase administrativa de verificação e habilitação de créditos. Assim, a GALPAR preferiu estornar estes valores em setembro, para que esteja coerente com o edital do AJ. ❸❹

13/16

FLUXO DE CAIXA – GALPAR

A GALPAR não tem gerado caixa com suas participações, e hoje precisa manter uma controlada pré operacional, além de sua própria estrutura, que custa em torno de R$ 600 mil mensais.

- Reiteramos que o fluxo operacional da holding GALPAR é irrelevante, e seus custos e despesas são cobertos com caixa da GESA.

- O fluxo de caixa entre a GALPAR e suas controladas se concentra em duas empresas: (i) na GESA, da qual recebe recursos para manutenção da sua estrutura e (ii) na SPE BR 153, que é pré operacional mas sua alienação está prevista no PRJ e precisa de recursos para se manter, evitando a desvalorização do ativo ou mesmo intervenção da ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre. Estes recursos destinados à SPE BR 153 também provém da GESA.

4744

V. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

12418

A homologação do PRJ e a concessão da recuperação judicial ocorreram por sentença em 14/09/2015. A publicação da referida sentença ocorreu em 22/09/2015.

- **Classe I – Credores Trabalhistas**
  - De acordo com a **cláusula 6.1 do PRJ**, os credores Classe I têm prioridade no recebimento e receberiam o seu crédito em até 30 dias após a homologação do Plano (22 de outubro de 2015). Este pagamento favoreceu a 509 credores trabalhistas no montante de R$ 6.580.353,52.

PAGAMENTOS DO PRJ						
CRÉDITO			PAGAMENTO	QUANTIDADE	VALOR	VALOR A SER PAGO ATÉ 22/09/16
CLASSE I	INDIVIDUAL	≥R$20.000	(=) R$20.000	212	R$ 4.240.000,00	R$ 15.791.240,69
		<R$20.000	(=) R$ Crédito	182	R$ 1.196.776,05	R$ -
	VIA SINDICATO	≥R$20.000	(=) R$20.000	7	R$ 140.000,00	R$ 68.767,40
		<R$20.000	(=) R$ Crédito	108	R$ 1.003.577,47	R$ -
TOTAL				509	R$ 6.580.353,52	R$ 15.860.008,09

  - Apesar da informação da Recuperanda de que 510 credores trabalhistas foram favorecidos com esse pagamento, o total é de 509 credores. Foi apurado que o credor Isael de Souza Ribeiro, listado indevidamente no edital, fez acordo trabalhista já pago em 22 de agosto de 2014. Dos 509, credores, 12 não chegaram a receber devido à inexatidão das informações bancárias, porém foi efetuada uma ordem de pagamento nominal para resgate em agência bancária.
  - O saldo remanescente (**valores superiores a R$20.000**) será quitado em até 12 meses após homologação do plano.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CONT.)

Ativos destinados ao pagamento dos Credores Concursais e dos Credores Aderentes - Leilão CAB Ambiental

A Galvão disponibilizou os ativos listados a seguir para o pagamento dos credores concursais e dos credores aderentes:

- Participação integral da GALPAR no capital social da CAB Ambiental (66,58% do capital social da CAB Ambiental);
- Pedreira e
- Participação da GALPAR no capital social da Concessionária Galvão BR-153 (100% do capital social da Concessionária Galvão BR-153),.

O primeiro dos ativos a ser vendido é a participação integral da GALPAR no capital social da CAB Ambiental em valor não inferior a R$ 600 milhões, na forma de Unidade Produtiva Isolada, de acordo com as regras contidas nos artigos 60, Parágrafo Único, 142 e 145 da LRJ e artigo 133 do CTN.

Foram realizadas duas tentativas de leilão em 1ª e 2ª. Praça sem sucesso. No dia 05/11/15 iria acontecer a apresentação das propostas dos interessados no leilão da CAB, sendo que devido o não comparecimento de nenhum proponente interessado, o leilão foi reagendado para o dia 01/12/15.

Tendo em vista a não apresentação de pregão pela única habilitada, a Aegea Saneamento e Participações S.A., o juiz retirou o pregão de pauta.

CRONOGRAMA PROCESSUAL

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GALVÃO ENGENHARIA S.A. E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A

DATA	EVENTO	Cláusulas do PRJ
	Publicação da Decisão de Homologação do PRJ e Concessão da Recuperação Judicial ao deferimento do processamento no D.O.	
	Publicação do Edital de Oferta Pública de Alienação Judicial via Pregão da UPI CAB Ambiental	Cláusula 3.5.I
	Pagamento Classe I até R$ 20 mil (30 dias após a homologação)	Cláusula 6.1
	Término do prazo para apresentação Habilitação para Oferta Pública de Alienação Judicial da UPI CAB - 1a. Praça	Cláusula 3.5.I
	Término do prazo para apresentação de Propostas para continuação do procedimento de Oferta Pública de Alienação Judicial via Pregão da UPI C - 2a. Praça - retirado de pauta	Cláusula 3.5.I
	Prazo para envio, pelo respectivo credor, de Notificação de Interesse à GESA e à GALPAR para emissão de Nota Promissória (15 dias úteis)	Cláusula 3.8.9
21/09/16	Prazo máximo para pagamento dos credores Classe III e IV - Tipo A, em parcela única, e do saldo remanescente dos credores Trabalhistas, se houver	Cláusula 5.1

Eventos Ocorridos
Datas Estimadas

VI. ANEXOS

GESA

- Demonstrativo do Resultado do Exercício
- Balanço Patrimonial
- Fluxo de Caixa

GALPAR

- Demonstrativo do Resultado do Exercício
- Balanço Patrimonial
- Fluxo de Caixa

© Copyright 2011 Alvarez & Marsal Holdings, LLC. All rights reserved. ALVAREZ & MARSAL®, ® and A&M® are trademarks of Alvarez & Marsal Holdings, LLC.



GESA

NORTH AMERICA EUROPE MIDDLE EAST LATIN AMERICA ASIA

BALANÇO PATRIMONIAL - GESA

(em milhares de Reais)	Julho 2015	Agosto 2015	Setembro 2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	40.031	47.602	51.131
1 Contas a Receber e Outros Recebíveis	2.947.526	2.910.448	2.826.505
2 Estoques	222.263	220.597	227.250
3 Impostos e contribuições a recuperar	55.338	67.287	65.357
4 Adiantamentos a fornecedores	148.395	154.737	87.506
Despesas antecipadas	2.826	2.775	2.388
Total do ativo circulante	3.416.380	3.403.446	3.260.136
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber e outros recebíveis LP	161.975	154.145	163.221
Despesas antecipadas LP	7.783	7.336	7.346
5 Crédito Tributário LP	24.120	9.266	12.611
Total do realizável a longo prazo	193.877	170.748	183.178
Investimentos	49.019	48.950	48.371
Galvão Logística	20.858	19.178	17.532
CAB Alto Tiete	4.858	4.916	4.922
Galvão Engenharia Peru	22.177	23.730	25.916
6 Galvão Concessões Rodoviarias	1.126	1.126	1
Imobilizado	144.494	140.372	135.408
Intangível	4.399	4.231	4.071
Total do ativo não circulante	391.790	364.301	371.028
Total do ativo	3.808.170	3.767.748	3.631.164

	Julho 2015	Agosto 2015	Setembro 2015
PASSIVO			
Circulante			
7 Fornecedores	510.844	487.130	499.800
Empréstimos e financiamentos	496.050	495.830	495.609
Debêntures	124.699	124.699	124.699
Provisões e encargos trabalhistas	69.025	70.734	69.212
8 Obrigações fiscais	373.296	371.983	324.954
Adiantamentos de clientes	652.159	647.023	645.048
Total do passivo circulante	2.226.074	2.197.399	2.159.323
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores LP	-	-	-
Empréstimos e financiamentos LP	150.708	151.387	152.288
Debêntures LP	100.000	100.000	100.000
Obrigações fiscais LP	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	402.862	445.561	450.458
Provisões para contingências	32.411	31.820	34.118
Provisão para perda de investimentos	14.713	14.713	9.561
Total do passivo não circulante	700.694	743.481	746.425
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	899.536	899.536	899.536
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(53.213)	(109.425)	(213.593)
Ajuste de avaliação patrimonial / Reserva Legal	35.079	36.757	39.474
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	881.402	826.868	725.417
Participação de não controladores	-	-	-
Total do patrimônio líquido	881.402	826.868	725.417
Total do passivo	2.926.768	2.940.880	2.905.748
Total do passivo e patrimônio líquido	3.808.170	3.767.748	3.631.164

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - GESA

(em milhares de Reais)	Agosto 2015	Setembro 2015
Receita operacional líquida	51.787	29.194
Custo das vendas e serviços	(67.641)	(133.336)
Lucro bruto	(15.854)	(104.142)
Despesas operacionais	**4.465**	**5.815**
Despesas de Pessoal	(2.182)	(1.658)
Despesas administrativas e gerais	6.637	7.461
Outras receitas (despesas) líquidas	11	12
EBITDA	(11.389)	(98.327)
Depreciações e Amortizações	(4.119)	(4.788)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(15.508)	(103.115)
Receitas financeiras	3.327	1.733
Despesas financeiras	(2.820)	5.453
Resultado financeiro líquido	**507**	**7.186**
Resultado de equivalência patrimonial	(1.747)	(3.296)
Resultado antes dos impostos	(16.747)	(99.225)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos R	(43.403)	(4.943)
Resultado do exercício	(60.151)	(104.168)

FLUXO DE CAIXA - GESA

Em milhares Reais	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Saldo Inicial - Bancos Tesouraria		151.030	1.783	2.426	227	545	523	506	505	514
Fluxo Operacional		(63.883)	(3.866)	(17.788)	21.298	(7.398)	(10.942)	1.597	2.530	5.308
Recebimento Operacional		20.910	29.686	6.147	14.110	10.051	9.846	3.869	18.348	6.565
Alienação de Bens		81	0	0	0	1	0	0	0	0
Faturamento		15.935	24.679	3.169	13.101	9.528	9.390	1.964	17.680	4.871
Outras Receitas		4.894	5.007	2.978	1.009	522	456	1.905	663	1.695
Desembolso Operacional		(84.793)	(33.551)	(23.935)	7.188	(17.449)	(20.787)	(2.273)	(15.813)	(1.257)
Aquisicao Equipamentos		(754)	(156)	(91)	0	0	0	0	0	0
Beneficios		(2.641)	(1.694)	(1.588)	(997)	(611)	(578)	(690)	(705)	(640)
Comunicacao/Internet/Telefone Movel E Fixo		(285)	(231)	(197)	(45)	(86)	(105)	(188)	(98)	(159)
Concorrencia		(78)	(85)	(45)	(4)	(15)	(10)	(10)	(10)	(18)
Consultoria		(4.095)	(854)	(2.170)	(367)	(896)	(2.338)	(2.718)	(2.770)	(1.952)
Despesas Com Informatica		(169)	(97)	(30)	0	(2)	(5)	(51)	(1)	(1)
Despesas Com Material Escritorio/ Copa/ Higie		(143)	(125)	(49)	(33)	(44)	(38)	(31)	(37)	(27)
Despesas Com Ocupacao		(1.048)	(761)	(457)	(246)	(463)	(389)	(354)	(288)	(357)
Despesas Com Publicacoes/ Assinaturas		(67)	(17)	(22)	0	(0)	(2)	(8)	(29)	(3)
Despesas Com Representacao/ Brindes		(37)	(11)	0	6	(0)	0	0	(0)	0
Despesas Com Taxes/ Impostos		(1.769)	(928)	(1.400)	(720)	(352)	(391)	(774)	(713)	(571)
Despesas Com Veiculos		(279)	(40)	(34)	(13)	(60)	(53)	(38)	(19)	(30)
Despesas Com Viagens		(655)	(447)	(209)	(169)	(355)	(307)	(326)	(177)	(298)
Encargos Sociais E Trabalhistas		(4.099)	(4.211)	(1.758)	(1.317)	(1.165)	(805)	(592)	(1.091)	(735)
Energia Eletrica		(13)	(47)	(9)	(0)	(9)	(1)	(6)	(31)	(1)
Honorarios Advocaticios		(2.058)	(1.721)	(290)	(457)	(2.351)	(1.011)	(2.957)	(1.049)	(1.455)
Honorarios Gerais		(590)	(105)	(595)	(19)	(9)	(434)	(712)	(786)	(880)
Materiais		(2.958)	(1.391)	(169)	(83)	(126)	(185)	(147)	(104)	(216)
Materiais Aplicados Na Producao		(3.047)	(1.027)	(147)	17	(222)	(113)	(125)	(225)	(417)
Outras Despesas Gerais		(27)	0	(54)	(27)	(74)	0	(51)	(133)	(54)
Impostos Sobre Receita		(4.904)	(774)	(203)	(798)	(441)	(285)	(146)	(140)	(152)
Salarios E Ordenados		(22.201)	(12.330)	(6.767)	(4.340)	(3.666)	(3.461)	(2.767)	(2.444)	(2.940)
Servicos Terceiros		(18.537)	(5.787)	(3.490)	(4.633)	(7.084)	(23.756)	5.806	(8.870)	2.108
Aporte Consórcios		(14.339)	(713)	(4.161)	21.434	584	13.479	4.612	3.908	7.538
Outros		(86.880)	(2.622)	14.816	(21.113)	6.939	10.603	(1.975)	(2.898)	(5.340)
Fluxo Investimento		(257)	(257)	(3)	0	(580)	(257)	(296)	(297)	(299)
Fluxo de Financiamento		(1.258)	(6.874)	(770)	(134)	143	(65)	(81)	(80)	(84)
Outros Fluxos		(83.849)	11.641	16.862	(20.845)	7.813	11.247	(1.221)	(2.143)	(4.615)
Galpar		(83.849)	9.907	13.262	(25.582)	(1.087)	(1.080)	(1.221)	(2.143)	(4.615)
Outras		0	1.734	3.100	4.737	8.900	12.327	0	0	0
Geração Caixa Empresa		(149.247)	643	(2.199)	318	(22)	(17)	(2)	10	330
Saldo Final - Bancos Tesouraria		1.783	2.426	227	545	523	506	505	514	845
Saldo Inicial - Indisponivel		65.842	58.652	49.565	49.084	52.985	53.471	56.731	38.695	46.266
Consórcios		(7.190)	(9.087)	(480)	3.901	486	3.260	(18.036)	7.571	3.190
Saldo Final - Indisponivel	65.842	58.652	49.565	49.084	52.985	53.471	56.731	38.695	46.266	49.456
Consolidado		60.435	51.991	49.311	53.531	53.995	57.238	39.200	46.781	50.301

5496



GALPAR

NORTH AMERICA EUROPE MIDDLE EAST LATIN AMERICA ASIA

BALANÇO PATRIMONIAL - GALPAR

Ativo	Julho 2015	Agosto 2015	Setembro 2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	33	33	14
1 Contas a receber e outros recebíveis	99.242	99.242	99.242
Impostos e contribuições a recuperar	2.316	2.233	2.169
Adiantamentos a fornecedores	350	336	258
Antecipação Dividendos	398	398	398
Total do ativo circulante	102.339	102.242	102.081
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas A LP	40.300	41.743	45.646
2 Investimentos	1.285.519	1.159.389	1.041.157
Imobilizado	15	13	12
Total do ativo não circulante	1.325.834	1.201.146	1.086.814
Total do ativo	1.428.173	1.303.388	1.188.895

Passivo	Julho 2015	Agosto 2015	Setembro 2015
Circulante			
Fornecedores	204	332	279
3 Partes relacionadas P CP	81.093	87.771	85.396
4 Empréstimos e financiamentos P CP	71.731	67.193	71.729
Provisões e encargos trabalhistas	572	623	600
Adiantamentos de clientes	2.977	2.977	2.977
Obrigações fiscais	186	164	152
Total do passivo circulante	156.763	159.060	161.133
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos P LP	600.000	600.000	600.000
Partes relacionadas P LP	4.180	4.195	5.073
Total do passivo não circulante	604.180	604.195	605.073
Patrimônio líquido			
Capital social	312.492	312.492	312.492
Prejuízos acumulados	343.920	216.823	99.380
Ajuste de avalição patrimonial / Reserva Legal	10.817	10.817	10.817
Total do patrimônio líquido	667.229	540.133	422.690
Total do passivo	760.943	763.255	766.205
Total do passivo e patrimônio líquido	1.428.173	1.303.388	1.188.895

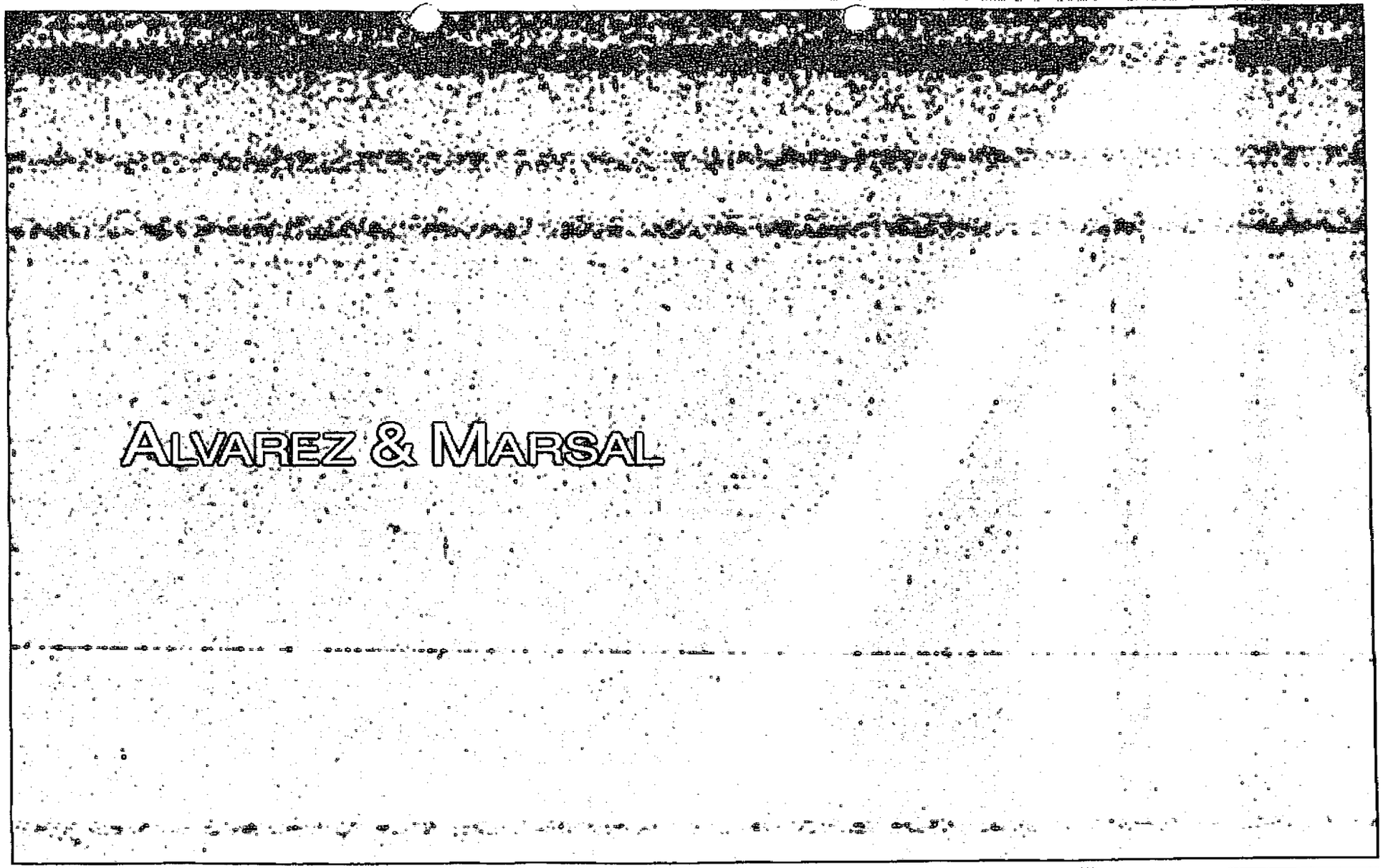
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - GALPAR

(em milhares de Reais)	Agosto 2015	Setembro 2015
Custo das vendas e serviços	(14)	(14)
Lucro bruto	(14)	(14)
Despesas operacionais		
Despesas com Pessoal	(490)	(425)
Despesas administrativas e gerais	(248)	(238)
Total	**(738)**	**(663)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	(752)	(677)
Depreciação e Amortização	**(3)**	**(3)**
EBITDA	(755)	(680)
Receitas financeiras	14	13
Despesas financeiras	(0)	1.590
Resultado financeiro líquido	**14**	**1.603**
Resultado Equivalencia Patrimonial	(126.371)	(118.382)
Resultado Antes dos Impostos	(127.112)	(117.459)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado do exercício	(127.112)	(117.459)

FLUXO DE CAIXA - GALPAR

Em milhares Reais	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Saldo Inicial - Bancos Tesouraria		90.071	112.722	103.198	93.132	541	978	20	20	21
Fluxo Operacional		(465)	93	(454)	(404)	(537)	(361)	(379)	(471)	(597)
Recebimento Operacional		**8**	**432**	**216**	**23**	**0**	**408**	**650**	**208**	**216**
Recuperação de Despesas		0	432	216	0	0	408	638	208	216
Diversos		8	0	0	23	0	0	12	0	0
Desembolso Operacional		**(473)**	**(339)**	**(670)**	**(427)**	**(537)**	**(768)**	**(1.029)**	**(679)**	**(813)**
Benefícios		(32)	(49)	(86)	(54)	(42)	(44)	(56)	(49)	(119)
Concorrencia		0	0	(2)	0	0	(0)	(0)	(9)	0
Consultoria		(91)	(1)	(96)	(19)	0	(66)	(469)	(178)	(167)
Comunicação/Internet/Telefone Móvel E Fixo		0	0	0	0	0	0	(1)	0	0
Despesas Com Informatica		0	0	0	0	0	0	(8)	0	0
Despesas Com Material Escritorio/ Copa/ Higi		(4)	(3)	(3)	0	(1)	(0)	(0)	(0)	(0)
Despesas Com Ocupacao		(61)	(66)	(104)	(41)	(107)	(168)	(118)	(116)	(151)
Despesas Com Publicacoes/ Assinaturas		0	(5)	(0)	0	0	0	(0)	(0)	0
Despesas Com Taxas/ Impostos		(45)	(46)	(52)	0	0	(6)	(6)	(6)	(11)
Despesas Com Viagens		0	0	(6)	(3)	0	(9)	(5)	(9)	(3)
Encargos Sociais E Trabalhistas		(68)	(66)	(130)	(43)	(72)	(112)	(95)	(81)	(90)
Honorarios Advocaticios		0	0	(9)	0	0	(4)	(4)	(4)	0
Honorarios Gerais		0	(1)	0	(2)	(2)	0	(1)	(1)	(9)
Outras Despesas Gerais		0	(5)	0	0	0	0	(13)	0	0
Salarios E Ordenados		(166)	(87)	(173)	(138)	(238)	(350)	(230)	(216)	(252)
Servicos Terceiros		(7)	(10)	(9)	(127)	(74)	(10)	(21)	(10)	(12)
Fluxo Investimento		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Fluxo de Financiamento		**1.253**	**511**	**15**	**(2.296)**	**(0)**	**(1.508)**	**(2)**	**0**	**(4)**
Outros Fluxos		**21.863**	**(10.129)**	**(9.626)**	**(89.891)**	**974**	**912**	**381**	**471**	**582**
GESA		83.849	(9.907)	(13.262)	25.582	1.087	1.081	1.221	2.141	4.616
CAB		0	0	0	0	0	0	0	0	0
ENERGIA		2.083	(35)	(4)	(13)	(12)	(8)	(3)	(0)	(1)
ÓLEO E GÁS		(203)	(65)	(115)	(324)	(101)	(161)	(185)	(242)	(132)
FINANÇAS		0	0	4.000	0	0	0	0	(360)	0
ADM SERVIÇOS		0	0	500	0	0	0	0	0	0
ENPAR		(45.944)	0	(584)	0	0	0	0	0	0
MOVAL		(11.502)	0	(162)	0	0	0	0	0	0
FRECCIA		(6.422)	(122)	0	0	0	0	0	- 0	0
SPE BR 153		0	0	0	0	0	0	(652)	(1.067)	(3.901)
OUTRAS		0	0	0	(89.181)	0	0	0	0	0
MAICO		0	0	0	(25.956)	0	0	0	0	0
Geração Caixa Empresa		22.651	(9.524)	(10.066)	(92.590)	436	(957)	0	0	(19)
Saldo Final - Bancos Tesouraria		112.722	103.198	93.132	541	978	20	20	21	2

10430



12437

1243ª

LILLA, HUCK
OTRANTO, CAMARGO

ADVOGADOS

Alexandre Domingues Serafim
alexandre.serafim@lhm.com.br
11 3038-1223
Luis Gustavo Haddad
luis.haddad@lhm.com.br
11 3038-1010
Lucas Garcia de Moura Gavião
lucas.gaviao@lhm.com.br
11 3038-1059

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da MM. 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro

PROTOCOLO EXPOR 201600098879 12/01/16 13:45:11124443 01/31612

Autos n.º 0093715-69.2015.8.19.0001

ITT BOMBAS GOULDS DO BRASIL LTDA., já qualificada, por seus advogados, nos autos da Recuperação Judicial de Galvão Engenharia S/A e Outra, vem, respeitosamente, em atenção à r. decisão proferida em 23.11.2015, expor e requerer o que segue.

1. A Peticionária ITT Bombas Goulds do Brasil Ltda. ("ITT") detém, em face da Recuperanda Galvão Engenharia S/A ("GESA"), crédito quirografário ilíquido, objeto de procedimento arbitral em curso, no valor estimado **e reservado** (fls. 11.766/11.768) pelo Juízo Arbitral de **R$ 7.299.961,37** ("Crédito Reservado").

2. Diante da recusa da Recuperanda em, na forma do Plano de Recuperação, emitir nota promissória relativa ao Crédito Reservado, a ITT requereu que este MM. Juízo determine a emissão e entrega de nota promissória em seu favor (fls. 11.760/11.765), tudo no estrito cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e do o art. 6º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.101/2005.

3. Ocorre que a ITT veio a tomar ciência de manifestação do Ministério Público nos autos, que requereu a sua intimação para que comprove "*haver decisão definitiva no processo de arbitragem indicado*" (fl. 11.852).

4. Com todo o respeito, a solicitação do Ministério Público não faz sentido e deve ser fruto de algum equívoco, na medida em que, se houvesse decisão *definitiva* na arbitragem, **não seria necessário a *reserva* do crédito**.

5. Realmente, a "reserva de crédito" é mecanismo legal previsto no art. 6º, § 3º, da Lei 11.101/2005 **para hipóteses em que o Credor é titular de crédito *ilíquido, objeto de ação judicial ou arbitragem***. Portanto, a "reserva de crédito" tem lugar, justamente, quando ainda não há decisão definitiva acerca da liquidez do crédito cobrado contra a Recuperanda:

> "Art. 6º [...]
> § 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.
> [...]
> § 3º O juiz competente para as ações referidas nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, **uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria**."

6. Nos termos da Lei 11.101/2005, o Tribunal Arbitral – **único legalmente competente para liquidar o crédito de ITT** – estimou o crédito da ITT em R$ 7.299.961,37, e requereu a este MM. Juízo da Recuperação que proceda à reserva do Crédito Reservado nos autos da recuperação judicial (cf. ofício de fls. 11.766/11.768).

7. Ressalte-se que o próprio Plano de Recuperação Judicial prevê como **créditos concursais** créditos **ilíquidos** e **objeto de disputa**, ainda **sem decisão definitiva** (contingente). Confira-se:

> "**Créditos Concursais**: são os créditos e obrigações detidos pelos Credores contra a GESA ou contra a GALPAR, ou que as mesmas possam vir a responder por qualquer tipo de coobrigação, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou **contingentes**, líquidos ou **ilíquidos**, **objeto ou não de disputa judicial ou procedimento arbitral** [...]" (cf. Definições e Regras de Interpretação).

8. Como o Plano de Recuperação prevê, na cláusula 3.8 e ss., **a emissão de notas promissórias para a reestruturação de TODOS OS CRÉDITOS CONCURSAIS**, necessariamente deve também fazê-lo para créditos ilíquidos e objeto de arbitragem, **como o da ITT, visto que o crédito da ITT foi estimado e reservado pelo competente Juízo Arbitral**.

9. Dessa forma, como nem a Lei 11.101/2005, nem o Plano de Recuperação exigem a existência de "decisão definitiva" para a reserva do crédito – **ao contrário, a iliquidez e disputa são pressupostos para a reserva!** – não se pode exigir que ITT apresente "*decisão definitiva no processo de arbitragem*", como pretende o Ministério Público.

10. O crédito concursal, ilíquido e contingente da ITT, **objeto de reserva de crédito**, nos moldes do art. 6º, § 3º, da Lei 11.101/2005, é suficiente para emissão da nota promissória em favor de ITT.

11. Segundo entendimento da jurisprudência especializada *"o fato de determinado crédito não ser líquido quando da apresentação do pedido de recuperação judicial tampouco constitui óbice à sua reserva. Entendimento diverso possibilitaria sérias e indesejáveis distorções"* (TJSP, 1ª Cam. Dir. Emp., AI 0229589-73.2011.8.26.0000, r. Des. Francisco Loureiro, j. 5.06.12).

12. Caso a Recuperanda se recuse a emitir a nota promissória em favor de ITT, haverá **descumprimento** (*i*) do art. 6º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.101/2005; e (*ii*) do Plano de Recuperação Judicial, notadamente as cláusulas 3.8 e ss., podendo levar à convolação da recuperação judicial em falência (art. 73, IV, Lei 11.101/05).

13. **Requer-se, portanto, que este MM. Juízo determine a emissão e entrega de nota promissória pelas Recuperandas, em favor da credora ITT**, no valor do Crédito Reservado pelo Juízo Arbitral de R$ 7.299.961,37.

Termos em que, pede deferimento.
São Paulo, 7 de janeiro de 2016.

Alexandre Domingues Serafim
OAB/SP nº 182.362

Lucas Garcia de Moura Gavião
OAB/SP nº 207.150

19.01.2016

12436

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA

OFÍCIO JUCERJA VP Nº 121/2016 Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 2016.

MM. DR. JUIZ
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO RJ AV ERASMO
PODER JUDICIÁRIO
AVENIDA ERASMO BRAGA, Nº 115 / LÂM. CENTRAL 706
CENTRO - CEP: 20020-903
RIO DE JANEIRO - RJ

Ofício de Origem	:	**1069**
Datado de	:	**16/09/2015**
Data de Entrada	:	**02/10/2015**
Protocolo JUCERJA	:	**00-2015/351989-4**
Assunto	:	**GALVAO ENGENHARIA S A**
Processo	:	**0093715 69 2015 8 19 0001**

Em resposta ao ofício acima, informamos que em 16/11/2015 foi cadastrada, sob o nº 2837426, a decisão de V.Exa. que deferiu a RECUPERAÇÃO JUDICIAL da GALVÃO ENGENHARIA S/A.

Todavia, ressaltamos que, como já deve ser da ciência desse Juízo, a referida empresa possui apenas filial registrada nesta JUCERJA.

Atenciosamente,

Vitor Hugo F. Gonçalves
Vice-Presidente e Corregedor
ID. 5036362-0

FECAP EMP07 20160001652S6 15/01/16 11:16:28124428 234695459

Respondido por Andrezza Candida Alves Gomes

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Fls. 12437

Processo: 0093715-69.2015.8.19.0001

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Paulo Roberto Campos Fragoso

Em 26/01/2016

Despacho

Consoante se infere da r. decisão monocrática de fls. 12382/12391, o agravo de instrumento interposto em face da decisão homologatória do plano de recuperação judicial não foi conhecido. Cumpra-se, pois, o referido decisum.
Já as questões levantadas às fls. 12364/12366, 12367/12370, repercutem no plano de recuperação aprovado na AGC e homologado pelo Juízo, sendo certo que a irresignação do credor ITT Bombas manifestada às fls. 12432/12435, colidem com a exigência oferecida pelo órgão ministerial.
Assim, por ora, determino:
1) lavre o cartório as certidões determinadas no despacho de fls. 12361/12362, e regularize-se a numeração do feito a partir de fls. 11879;
2) Proceda-se a distribuição, registro e autuação da carta precatória encaminhada pela 1ª Vara da Comarca de Ribeirão Pires-SP (Ref. Proc. 0001877-27.2014.8.26.0505) - acostada à contra-capa deste feito -, cuja diligência deprecada se destina a penhora no rosto dos autos deste processo de recuperação judicial;
3) Aos interessados sobre o relatório mensal de atividades da recuperanda, apresentado às fls. 12394/12431 pelo Administrador Judicial;
4) Dê-se vista ao Ministério Público, em especial para manifestação sobre fls. 12432/12435;

Rio de Janeiro, 26/01/201

Paulo Roberto Campos Fragoso - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Paulo Roberto Campos Fragoso

Em ____/____/____

110
JOSEFPQ

12488

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Código de Autenticação: 4CLH.BGZI.JCZ8.NYCA
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

110
JOSEFPQ

PAULO ROBERTO CAMPOS FRAGOSO:00002009O Assinado em 27/01/2016 14:29:09 Local TJ-RJ

12.439

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, de fls. foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 18/12/2015 e foi publicado(a) em 25/01/2016, na(s) folha(s) 462/469 da edição: Ano 8 - nº 94/2016 do DJE.

Proc. 0093715-69.2015.8.19.0001 - GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75 E OUTRO (Adv(s). Dr(a). PATRICIA DUARTE DAMATO PERSEU (OAB/RJ-108990), Dr(a). ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE (OAB/PR-008227), Dr(a). GUSTAVO DE PAULI ATHAYDE (OAB/PR-042164), Dr(a). SORAIA GHASSAN SALEH (OAB/RJ-127572), Dr(a). RICARDO CHO TEPEDINO (OAB/SP-143227A), Dr(a). KEDMA FERNANDA DE MORAES (OAB/SP-256534), Dr(a). JAYME RODRIGO DO VALE CUNTIN PEREZ (OAB/RJ-067002), Dr(a). RENATA QUINTELA TAVARES RISSATO (OAB/SP-150185), Dr(a). CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB/RJ-111030), Dr(a). LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB/RJ-156721), Dr(a). DANIELA LOPOMO BETETO (OAB/SP-186667), Dr(a). VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA (OAB/RJ-168314), Dr(a). ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE (OAB/SP-155105), Dr(a). ERIK MARTINS SERNIK (OAB/SP-305254), Dr(a). ANA PAULA MIRANDA SILVA SIQUEIRA (OAB/MG-081638), Dr(a). PAULO ROBERTO VIGNA (OAB/RJ-155658), Dr(a). CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB/RJ-165048), Dr(a). PAULO SÉRGIO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO (OAB/SP-189623), Dr(a). DANIEL MARCELINO (OAB/SP-149354), Dr(a). JOSÉ ALEXANDRINO DOS REIS (OAB/RJ-069956), Dr(a). DIOGO PORTO REIS LUCAS (OAB/RJ-172671), Dr(a). SABRINA BALDEZ DOS REIS (OAB/RJ-179695), Dr(a). GODOFREDO MENDES VIANNA (OAB/RJ-073562), Dr(a). CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO (OAB/RJ-067677), Dr(a). LILIANE QUINTAS VIEIRA (OAB/SC-031653), Dr(a). FABIO ZINGER GONZALEZ (OAB/SP-077851), Dr(a). PAULO ROGERIO TEIXEIRA (OAB/SP-111233), Dr(a). EDUARDO SILVA GATTI (OAB/SP-234531), Dr(a). PABLO [illegible]OTTO (OAB/SP-147434), Dr(a). LEONARDO BARRETO DA MOTTA MESSANO (OAB/MG-096398), Dr(a). MARCELO TESHEINER CAVASSANI (OAB/SP-071318), Dr(a). ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO (OAB/SP-166822), Dr(a). GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JÚNIOR (OAB/CE-017561), Dr(a). MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA (OAB/RJ-092518), Dr(a). ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS (OAB/RJ-118663), Dr(a). LARISSA DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB/RJ-105612), Dr(a). MANOEL GREGORIO CASTELLAR PINHEIRO FILHO (OAB/SP-121758), Dr(a). MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL (OAB/RJ-090412), Dr(a). RENATA CARDOSO DURAN BARBOZA (OAB/RJ-126682), Dr(a). RAFAEL DE AMORIM SIQUEIRA (OAB/RJ-130888), Dr(a). LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO (OAB/SP-174894), Dr(a). FLAVIO PEREIRA LIMA (OAB/SP-120111), Dr(a). FABIO TEIXEIRA OZI (OAB/SP-172594), Dr(a). SERGIO MEIRELLES BASTOS (OAB/GO-018725), Dr(a). THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO (OAB/GO-018771), Dr(a). MIGUEL DARIO OLIVEIRA REIS (OAB/SP-111133), Dr(a). FABIANA BARBAR FERREIRA CONTE (OAB/SP-177677), Dr(a). EDMARCOS RODRIGUES (OAB/SP-139032), Dr(a). ALEXANDRE DOMINGUES SERAFIM (OAB/SP-182362), Dr(a). CARLOS THEOFILO LAMOUNIER COSTA E SILVA (OAB/MG-130109), Dr(a). KELLY CRISTINA FAVERO MIRANDOLA (OAB/SP-126888), Dr(a). GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB/SP-129134), Dr(a). ROGERIO ALESSANDRE DE OLIVEIRA CASTRO (OAB/SP-121133), Dr(a). SOLANO DE CAMARGO (OAB/SP-149754), Dr(a). EDUARDO LUIZ BROCK (OAB/SP-091311), Dr(a). WILLIAM ADIB DIB JUNIOR (OAB/SP-124640), Dr(a). MARCELA CASTEL CAMARGO (OAB/SP-146771), Dr(a). GABRIEL ROCHA BARRETO (OAB/RJ-142554), Dr(a). FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO (OAB/RJ-094605), Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., Dr(a). PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES (OAB/SP-098709), Dr(a). THIAGO TAGLIAFERRO LOPES (OAB/SP-208972), Dr(a). THIAGO ARAUJO DA SILVA FORGAN (OAB/RJ-131980)Despacho: ...Intimem-se....

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016.

12.440

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o despacho abaixo, de fls. foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 12/01/2016 e foi publicado(a) em 27/01/2016, na(s) folha(s) 400/404 da edição: Ano 8 - nº 96/2016 do DJE.

Proc. 0093715-69.2015.8.19.0001 - GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75 E OUTRO (Adv(s). Dr(a). PATRICIA DUARTE DAMATO PERSEU (OAB/RJ-108990), Dr(a). ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE (OAB/PR-008227), Dr(a). GUSTAVO DE PAULI ATHAYDE (OAB/PR-042164), Dr(a). SORAIA GHASSAN SALEH (OAB/RJ-127572), Dr(a). RICARDO CHO TEPEDINO (OAB/SP-143227A), Dr(a). KEDMA FERNANDA DE MORAES (OAB/SP-256534), Dr(a). JAYME RODRIGO DO VALE CUNTIN PEREZ (OAB/RJ-067002), Dr(a). RENATA QUINTELA TAVARES RISSATO (OAB/SP-150185), Dr(a). CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB/RJ-111030), Dr(a). LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB/RJ-156721), Dr(a). DANIELA LOPOMO BETETO (OAB/SP-186667), Dr(a). VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA (OAB/RJ-168314), Dr(a). ANTONIO CELSO FONSECA PUGLIESE (OAB/SP-155105), Dr(a). ERIK MARTINS SERNIK (OAB/SP-305254), Dr(a). ANA PAULA MIRANDA SILVA SIQUEIRA (OAB/MG-081638), Dr(a). PAULO ROBERTO VIGNA (OAB/RJ-155658), Dr(a). CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB/RJ-165048), Dr(a). PAULO SÉRGIO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO (OAB/SP-189623), Dr(a). DANIEL MARCELINO (OAB/SP-149354), Dr(a). JOSÉ ALEXANDRINO DOS REIS (OAB/RJ-069956), Dr(a). DIOGO PORTO REIS LUCAS (OAB/RJ-172671), Dr(a). SABRINA BALDEZ DOS REIS (OAB/RJ-179695), Dr(a). GODOFREDO MENDES VIANNA (OAB/RJ-073562), Dr(a). CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO (OAB/RJ-067677), Dr(a). LILIANE QUINTAS VIEIRA (OAB/SC-031653), Dr(a). FABIO ZINGER GONZALEZ (OAB/SP-077851), Dr(a). PAULO ROGÉRIO TEIXEIRA (OAB/SP-111233), Dr(a). EDUARDO SILVA GATTI (OAB/SP-234531), Dr(a). PABLO BOTTO (OAB/SP-147434), Dr(a). LEONARDO BARRETO DA MOTTA MESSANO (OAB/MG-096399), Dr(a). MARCELO TESHEINER CAVASSANI (OAB/SP-071318), Dr(a). ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO (OAB/SP-166822), Dr(a). GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JÚNIOR (OAB/CE-017561), Dr(a). MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA (OAB/RJ-092518), Dr(a). ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS (OAB/RJ-118663), Dr(a). LARISSA DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB/RJ-105612), Dr(a). MANOEL GREGORIO CASTELLAR PINHEIRO FILHO (OAB/SP-121758), Dr(a). MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL (OAB/RJ-090412), Dr(a). RENATA CARDOSO DURAN BARBOZA (OAB/RJ-126682), Dr(a). RAFAEL DE AMORIM SIQUEIRA (OAB/RJ-130888), Dr(a). LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO (OAB/SP-174894), Dr(a). FLAVIO PEREIRA LIMA (OAB/SP-120111), Dr(a). FABIO TEIXEIRA OZI (OAB/SP-172594), Dr(a). SERGIO MEIRELLES BASTOS (OAB/GO-018725), Dr(a). THYAGO MELLO MORAES GUALBERTO (OAB/GO-018771), Dr(a). MIGUEL DARIO OLIVEIRA REIS (OAB/SP-111133), Dr(a). FABIANA BARBAR FERREIRA CONTE (OAB/SP-177677), Dr(a). EDMARCOS RODRIGUES (OAB/SP-139032), Dr(a). ALEXANDRE DOMINGUES SERAFIM (OAB/SP-182362), Dr(a). CARLOS THEOFILO LAMOUNIER COSTA E SILVA (OAB/MG-130109), Dr(a). KELLY CRISTINA FAVERO MIRANDOLA (OAB/SP-126888), Dr(a). GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB/SP-129134), Dr(a). ROGERIO ALESSANDRE DE OLIVEIRA CASTRO (OAB/SP-121133), Dr(a). SOLANO DE CAMARGO (OAB/SP-149754), Dr(a). EDUARDO LUIZ BROCK (OAB/SP-091311), Dr(a). WILLIAM ADIB DIB JUNIOR (OAB/SP-124640), Dr(a). MARCELA CASTEL CAMARGO (OAB/SP-146771), Dr(a). GABRIEL ROCHA BARRETO (OAB/RJ-142554), Dr(a). FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO (OAB/RJ-094605), Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., Dr(a). PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES (OAB/SP-098709), Dr(a). THIAGO TAGLIAFERRO LOPES (OAB/SP-208972), Dr(a). THIAGO ARAUJO DA SILVA FORGAN (OAB/RJ-131980)Despacho: ....Intimem-se.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016.

Alvarez & Marsal do Brasil Ltda.
Rua Surubim, 577 - 9º andar - Brooklin Novo
04571-050 - São Paulo - SP, Brazil
Phone: +55 11 5105 6500
Fax: +55 11 5506 4059

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 12441

Processo n. 0093715-69.2015.8.19.0001

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., nomeada Administradora Judicial (AJ) por esse r. Juízo nos autos do processo de Recuperação Judicial de **GALVÃO ENGENHARIA S.A. (em recuperação judicial)** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (em recuperação judicial)**, vem, respeitosamente, se manifestar sobre a petição de fls. 11.820/11.823.

A Caixa Econômica Federal ("CEF") e as Recuperandas postulam, conjuntamente e com fundamento no Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores: (i) a autorização judicial para que a CEF levante o valor de R$2.910.092,68, e (ii) a autorização judicial para que a Galvão Engenharia S.A. ("GESA") levante o valor de R$1.718.535,93. Tais valores, segundo os peticionários, se encontram depositados na CEF, agência n. 3.613, conta n. 01501251-4, e totalizam a quantia de R$4.628.628,61.

De acordo com os peticionários, na forma da cláusula 1.1 do Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, o "Valor dos Recebíveis Valec"[1] é a quantia de R$20.434.454,69, devendo ser observada a proporção de 70% para a GESA (R$14.304.118,28) e 30% para a CEF (R$6.130.336,40), conforme estabelecido na r. decisão proferida por este d. Juízo às fls. 1.549/1.552v., liberando parcela da trava bancária sobre os créditos provenientes do Contrato de prestação de Serviços Fiol-Ferrovia firmado com a Valec.

No entanto, a Caixa Econômica Federal postula em impugnação de crédito (n. 0333557-72.2015.8.19.0001) a sua exclusão do quadro geral de credores para ser considerada como credora não sujeita aos efeitos da recuperação judicial. Contudo, a Caixa Econômica Federal votou "sim" (sem qualquer ressalva) para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores (**Doc. 01**), concordando com a sujeição de seu crédito aos efeitos da recuperação judicial, assim como com a consequente novação decorrente de sua aprovação.

[1] "Valor dos Recebíveis Valec": é o valor correspondente a R$14.300.000,00 em decorrência de pagamentos efetuados pela Valec – Engenharia, Construções e Ferrovia S.A. no âmbito do Contrato Fiol-Ferrovia celebrado com a GESA, em cumprimento à decisão do Juízo da Recuperação, que determinou a liberação de trava bancária e autorizou a GESA a levantar valor equivalente a 70% do volume dos recebíveis, sem prejuízo do recebimento dos valores decorrentes dos Créditos Valec.

12.442

Com isto, de acordo com a cláusula 1.1 do PRJ, a GESA já recebeu a quantia de R$14.304.118,28, definida como "Valor dos Recebíveis Valec", já que em 11/06/2015 recebeu a quantia de R$3.503.984,83 e em 17/08/2015 a quantia de 10.800.133,45.

Por sua vez, na forma da cláusula 1.1 do PRJ, a CEF ainda tem a receber o valor de R$4.628.628,62, que corresponde à diferença entre o valor de R$1.501.707,78 já levantados e o total a receber de R$6.130.336,40, a título de "Valor dos Recebíveis Valec".

Nessa linha, segundo os peticionários, por não ter sido informada do pagamento efetuado em 17/08/2015, a CEF reteve 30% de três pagamentos efetuados pela VALEC em 02/09/2015, 08/10/2015 e 09/10/2015.

Conforme consta na referida petição, destes pagamentos, à CEF reteve a quantia total de R$1.718.535,93. Abatendo esta quantia do valor que ainda tem a receber para alcançar o valor estabelecido na cláusula 1.1 do "Valor dos Recebíveis Valec", a CEF possui direito a levantar o valor de R$2.910.092,68.

Uma vez feito o levantamento do valor de R$2.910.092,68 pela CEF, permanecerá depositado em conta vinculada a este d. Juízo o valor de R$1.718.535,93. Os peticionários pedem, por fim, autorização judicial para a GESA levantar o valor de R$1.718.535,93, assim como para que todo e qualquer valor que compõe o chamado "Crédito Valec" seja depositado diretamente em conta bancária de titularidade da GESA.

Esta quantia de R$1.718.535,93, objeto do pedido de autorização judicial para levantamento pela GESA integra o conceito de "Créditos Valec", conforme cláusula 1.1 do PRJ, já que integralmente quitados os "Valores Recebíveis Valec", pelas razões explicadas acima. Já os "Créditos Valec"[2], na forma do PRJ, integram a definição de "Créditos GESA"[3].

A cláusula 8.1 do PRJ determina que todos os dividendos, juros sobre capital próprio, remunerações, direitos creditórios, e/ou recebíveis referentes aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco serão por elas transferidos para as Contas Vinculadas somente após o recebimento da integralidade do "Valor de Desencaixe Inicial"[4] e do "Valor dos Gastos Gerais"[5] relacionados

---

[2] "Créditos Valec": são 100% do Resultado Líquido decorrente de obrigações vincendas auferido no âmbito do Contrato Fiol-Ferrovia, respeitado o disposto na cláusula 8.1 abaixo.

[3] "Créditos GESA": são os Créditos Pedreira, Créditos Valec, os Créditos COMPERJ, Créditos URE e os Créditos EPC BR-153.

[4] "Valor do Desencaixe Inicial" é o valor igual à quantia necessária para efetuar o pagamento dos Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas, pelos Credores Quirografários A e pelos Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte A, bem como o valor de todos os custos e despesas relacionados à Emissão das Debêntures.

[5] "Valor dos Gastos Gerais": é o valor total correspondente à soma (i) do valor de todos os tributos, impostos, taxas e contribuições, bem como, quaisquer outros encargos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com fulcro em norma legal ou regulamentar, sobre os pagamentos feitos pela Newco, pela GESA (inclusive em decorrência da cisão de ativos para a Newco) e/ou pela GALPAR no âmbito da Escritura de Emissão das Debêntures e das Notas Promissórias, e sobre os valores recebidos pela Newco, pela GESA e/ou pela GALPAR, relativos aos Créditos Newco, aos Créditos GESA e aos Créditos GALPAR, incluindo Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do patrimônio do Servidor Público – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, e Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS sobre a folha de pagamentos e/ou faturamento; (ii) do valor de todos os custos e despesas, diretos e indiretos, decorrentes e/ou relacionados ao recebimento dos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco; (iii) do valor de todas as despesas gerais de estruturação e implementação das Notas Promissórias; (iv) do valor de todas as despesas gerais de estruturação e implementação do Contrato de Cessão Fiduciária; (v) exclusivamente no tocante aos Créditos RNEST, Créditos

A&M

especificamente aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco, sendo certo que, em qualquer hipótese, o Valor do Desencaixe Inicial será limitado a R$45.000.000,00 e terá preferência sobre o Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco, de maneira que somente serão utilizados valores para as finalidades do Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco, após o pagamento integral dos Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas, pelos Credores Quirografários A e pelos Credores Microempresas e Empresas de pequeno Porte A. No entanto, ainda não ocorreu o recebimento da integralidade do "Valor de Desencaixe Inicial" e do "Valor dos Gastos Gerais", na forma da cláusula 8.1 do PRJ.

Diante deste cenário, esta Administradora Judicial concorda com o pedido conjunto de autorização para levantamento dos valores acima indicados formulado pela CEF e GESA, desde que seja decretada por sentença a extinção da impugnação de crédito ajuizada pela CEF de n. 0333557-72.2015.8.19.0001 (postulando a sua não sujeição aos efeitos da recuperação judicial) em razão da ausência de interesse de agir pela perda superveniente do objeto, na forma do art. 267, VI do CPC (**Doc. 02**), já que a CEF aprovou o PRJ sem ressalvas, ou seja, novando seu crédito nas condições do PRJ, concordando que a totalidade de seu crédito está sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial.

No mais, uma vez decretada por sentença a extinção da impugnação 0333557-722015.8,19.0001, opina esta Administradora Judicial no sentido de que todo e qualquer valor referente às próximas faturas que compõem o chamado "Crédito VALEC" seja depositado diretamente na conta bancária de titularidade da GESA (Banco Itaú, Agência n. 3.100, conta n. 00616-6), até o recebimento integral do Valor de Desencaixe Inicial e do Valor dos Gastos Gerais, conforme estabelecido no item 8.1 do PRJ, momento em que tais recebíveis deverão passar a ser depositados na Conta Vinculada a ser criada pela NEWCO.

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 2016.

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA
Eduardo Seixas Isabel Christina Nielebock
Administradora Judicial

Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro
OAB/RJ n. 71.018

Leila Caldas Vieira da Cruz
OAB/RJ n. 90.459

Lucas Latini
OAB/RJ n. 172.760

TAIC, Créditos Angra Créditos COMPERJ, Créditos UFN III e Créditos URE, do valor de todos os custos e honorários devidos aos consultores financeiros que assessoram a GESA ou a GALPAR ou vierem a assessorar a Newco e aos advogados e/ou consultores legais que patrocinam ou assessoram a GESA ou a GALPAR ou que vierem a assessorar a Newco no âmbito das ações judiciais e/ou procedimentos arbitrais.

12,444

Doc. 01

12.245

Relatório Analítico de Votação da Assembléia Geral de Credores
Ordem do Dia: Aprova o PRJ com as alterações aceitas pela Recuperanda nesta AGC?

Credor	Valor	Classe	Voto
BENTLY DO BRASIL LTDA.	322.740,08	Classe 3	Não
BREDA TRANSPORTES E SERVICOS S.A.	9.911.071,74	Classe 3	Não
BRITO LOBO LTDA	11.738,13	Classe 3	Sim
BUREAU DE PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	316.222,78	Classe 3	Abstenção
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	363.005.267,77	Classe 3	Sim
CAMINUS INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLEMENTOS LTDA	2.780,00	Classe 3	Sim
CARLILE ADLER G. FREITAS	2.015,84	Classe 3	Sim
CARLITO JESUS MOTA	412,31	Classe 3	Sim
CARLOS ALBERTO VAIROLETTI	3.651,38	Classe 3	Sim
CARLOS CAMPOS CONSULTORIA E CONSTRUCOES LIMITADA	9.340,85	Classe 3	Sim
CARLOS EDUARDO DA MATTA MONTANO	1.656,30	Classe 3	Sim
CARLOS EDUARDO RODRIGUES F. SIMOES	888,74	Classe 3	Sim
CARMEHIL COMERCIAL ELETRICA LTDA	98.885,17	Classe 3	Abstenção
CARRIER VEICULOS LTDA	160,89	Classe 3	Sim

12.446

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DA GALVÃO ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL).

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2015, às 14 (catorze) horas, no Edifício da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Auditório, localizado na Praça XV de Novembro, n. 20, Centro, Rio de Janeiro/RJ, a Administradora Judicial ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA. ("AJ"), representada pelo Sr. Eduardo Seixas, reuniu-se com a GALVÃO ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) (doravante simplesmente denominadas em conjunto como "Recuperandas") e seus credores para a reabertura da Assembleia Geral de Credores ("AGC") que havia sido instalada em primeira convocação e suspensa em 19 de agosto de 2015.

Reiniciando os trabalhos, a AJ esclareceu que a presente AGC é uma continuação da AGC instalada e suspensa em 19/08/2015 e que não haveria necessidade de nova conferência do quórum de instalação. Na sequência, na forma da Lei, o representante da AJ convidou para assinarem a presente ata dois credores de cada uma das Classes I, III e IV, bem como o secretário, conforme listado ao final desta ata.

Na sequência, o Sr. Eduardo Seixas, leu para a AGC a r. decisão do Exmo. Sr. Dr. Fernando Vianna, titular do Juízo da Recuperação, em que deferiu o pleito da credora NETHERLAND ENGENHARIA LTDA EPP, autorizando-a a participar e votar na sua respectiva classe de credores nesta Assembleia, e também o pleito da credora CHIARATTINO E NICOLETTI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, devendo a AJ proceder a anotação junto à lista de credores de sua reserva de crédito - no valor de R$ 87.168,87 na Classe I -, bem como permitir a sua participação com direito a voto nesta Assembleia, tudo na forma da decisão em anexo **(Doc. 1)**

Dando sequência aos trabalhos, esclareceu o Sr Eduardo Seixas que a AGC tinha como ordem do dia a votação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") conjunto das Recuperandas, concedendo a palavra ao Dr. Flávio Galdino, advogado das empresas Recuperandas, para posicionar a Assembleia sobre as negociações com os credores no período de suspensão e apresentar o novo PRJ, já com as alterações implementadas.

O Dr. Flávio Galdino agradeceu a oportunidade e explicou aos presentes que durante o período de suspensão as Recuperandas se reuniram com diversos credores para discutir os termos do PRJ, que

resultou em alguns ajustes. De acordo com o representante das Recuperandas, a estrutura do PRJ seria simples e envolveria a segregação de ativos das companhias para destinação ao pagamento dos credores e que estes ativos superariam, em muito, o valor das dívidas sujeitas ao processo de recuperação. Em seguida, resumiu aos presentes quais seriam estes ativos.

O Dr. Flavio também ressaltou que todos os credores que haviam enviado questionamentos às Recuperandas foram respondidos e que, em atenção à transparência, as Recuperandas anexariam ao PRJ a relação dos contratos com a Petrobras e estimativa de valores correspondentes a cada um, que também faria parte do PRJ como Anexo 8 **(Doc. 2)**. Ponderou que tais contratos continham cláusulas de confidencialidade e que, portanto, não poderiam ser anexados na íntegra. Ressaltou, no entanto, que a participação das Recuperandas nestes contratos superaria o valor do passivo.

Em seguida, o Dr. Flávio resumiu a estrutura da operação de pagamento dos credores, que envolve a venda de ativos e destinação de parte dos recursos para pagamento dos credores dentro de uma estrutura de criação de novas empresas e emissão de debêntures e notas promissórias. O representante fez apenas duas ressalvas a este método de pagamento: uma quanto aos credores trabalhistas, que, por força de lei, devem ter seus créditos quitados de modo específico, e outra em relação aos credores com crédito de valor menos substancial, que receberiam antecipadamente.

O representante destacou que credores haviam questionado as Recuperandas sobre as razões pelas quais reteriam determinada parcela da liquidação dos ativos vendidos. Esclareceu que um dos principais objetivos da recuperação judicial é justamente promover a soerguimento das empresas da crise econômico-financeira e permitir a continuidade de suas atividades. Para isso, seria necessária a manutenção do fluxo de caixa das empresas.

O Dr. Flávio ainda notou que as Recuperandas se viram diante de dois caminhos para a elaboração de seu PRJ: o primeiro contemplaria o parcelamento da dívida ao longo de um razoável período de tempo baseado na retomada das atividades das empresas e com a permanência da propriedade dos ativos com as Recuperandas. O segundo envolveria a alienação destes ativos e destinação do produto aos credores, possibilitando às Recuperandas a retomada de suas atividades. Pelas tratativas com a comunidade de credores, a segunda opção foi a preferida, tendo sido, portanto, contemplada no PRJ.

O Dr. Flávio ainda afirmou que naquele momento não seria mais possível voltar atrás a respeito da proposta de alienação dos ativos. Outrossim, afirmou que provavelmente o PRJ proposto satisfaria os credores em prazo muito inferior do que ocorreria caso a primeira opção tivesse sido tomada.

Na sequência, o representante das Recuperandas explicou que o PRJ apresentado em 13/08/2015 passou por modificações durante o período de suspensão da AGC e detalhou quais seriam, conforme documento anexo **(Doc. 3)**.

Durante a explicação, o Dr. Flávio destacou que a expectativa das Recuperandas era de que a recuperação judicial durasse dois anos, conforme a Lei nº. 11.101/05, e que neste período retomariam a regularidade de suas atividades com desenvolvimento de novos planos de negócios, inclusive com a possibilidade de direcionamento de ativos para UPIs e subsidiárias que viessem a ser criadas neste período.

Ao final, o representante informou que um dos credores relevantes das empresas – a Caixa Econômica Federal – havia solicitado a suspensão dos trabalhos por uma hora para que pudesse analisar as alterações aceitas pelas Recuperandas. O Sr. Eduardo Seixas questionou aos presentes a respeito da concordância com a proposta de suspensão para melhor análise das alterações.

O representante do credor Eurobras Construções Metálicas Modulares Ltda. afirmou que o prazo de uma hora seria longo demais e sugeriu uma suspensão por trinta minutos. O Dr. Flávio ponderou que uma hora seria um período razoável para analisar todas as alterações aceitas.

Na sequência, o Sr. Eduardo Seixas indagou novamente aos credores se alguém se opunha à suspensão por uma hora. Diante da ausência de manifestações, declarou os trabalhos suspensos pelo período de uma hora.

Retomados os trabalhos, a Administradora Judicial passou novamente a palavra ao Dr. Flávio, que informou que alguns credores solicitaram a suspensão por mais quinze minutos para poder analisar melhor as mudanças propostas.

O Dr. Luciano Gouveia Vieira, representante da Vinci Crédito e Desenvolvimento, propôs a suspensão da AGC por duas semanas para análise das alterações do PRJ. As Recuperandas manifestaram sua discordância em relação à proposta da Vinci.

Diante da existência de duas propostas de suspensão, a Administradora Judicial informou que colocaria em votação a primeira proposta – suspensão por quinze minutos – para, após, colocar em votação a segunda.

O representante da Eurobras ponderou que seria melhor aceitar a suspensão por quinze minutos para, na sequência, ser votada a proposta de suspensão por duas semanas, com o que os presentes concordaram. Assim, o Sr. Eduardo Seixas informou que suspenderia os trabalhos por quinze minutos.

Retomados os trabalhos, o Sr. Eduardo Seixas comunicou aos credores que colocaria a proposta de suspensão em votação. Caso essa proposta fosse rejeitada, informou que a votação do PRJ seria efetuada. O Dr. Flávio ponderou que a rejeição da suspensão implicaria na premissa de que os credores estariam aptos a votar o PRJ.

Em seguida, a Administradora Judicial colocou em votação a proposta nos seguintes termos: "*Aprova a suspensão desta AGC para o dia 16/09/2015?*" Encerrada a votação, o Sr. Eduardo Seixas informou que a matéria foi rejeitada por 68,17% dos créditos presentes, não tendo atingido o quórum de aprovação do art. 42 da Lei nº. 11.101/05, conforme mapa de votação anexo **(Doc. 4)**.

Em seguida, o Dr. Dante Navarro, representante da empresa Promonlogicalis Tecnologia e Participações Ltda., questionou se a cláusula 3.8.11., que prevê a quitação das Notas Promissórias, poderia contemplar a expressão 'distribuição' de valores e não somente a 'materialização'. Além disso, solicitou a apresentação da relação dos credores financeiros que receberiam debêntures como forma de pagamento, bem como das garantias fiduciárias outorgadas a estes credores.

O Dr. Flávio ressaltou a expectativa das Recuperandas sobre a recuperação dos créditos detidos contra a Petrobrás e informou que estavam sendo adotadas todas as providências cabíveis para efetivar tais cobranças. Além disso, apontou que o maior interesse das Recuperandas seria receber estes valores em curto prazo, o que estaria alinhado com os interesses dos credores.

Informou, ainda, que poderia apresentar a relação dos credores contemplados pelas debêntures em juízo.

A Dr. Carmem Lúcia, representante do credor José Maria Rafael, solicitou que ficasse registrada sua percepção de desrespeito das Recuperandas em relação aos credores e advogados dos credores com as sucessivas e intempestivas alterações ao PRJ promovidas. Afirmou que as Recuperandas poderiam ter encaminhado por e-mail tais alterações aos endereços cadastrados.

Em seguida, apresentou seus questionamentos quanto (i) à ausência de previsão de atualização (correção monetária ou índice) relativamente aos créditos pagos mediante entrega de notas promissórias, (ii) à previsão de vencimento em trinta anos destas notas promissórias e (iii) à quitação destas notas com a materialização dos ativos, independentemente do valor ser suficiente, conforme cláusula 3.8.11.

O Dr. Flávio registrou que as Recuperandas não reconheciam nenhum desrespeito aos credores e advogados e que as sucessivas alterações ao PRJ decorriam unicamente do processamento que a lei estipulou. Durante o período de suspensão diversas alterações ao PRJ foram apresentadas pelos credores e foram implementadas pelas Recuperandas, o que resultou nas diferenças explanadas na ocasião.

Sobre o vencimento das notas promissórias, anotou que o PRJ anterior previa prazo indeterminado, o que gerou receio quanto aos efeitos em eventual prescrição dos créditos ali mencionados. Para evitar isso e dar maior conforto aos credores, as Recuperandas incluíram no PRJ o prazo mais extenso possível, ressaltando que o prazo de 30 anos não se referia ao prazo de pagamento dos créditos, que seriam pagos na forma da cláusula 3.8.11., conforme consta no PRJ. O Dr. Flávio também esclareceu que o PRJ não previa qualquer atualização.

A Dra. Carmem Lúcia sugeriu que fosse determinado um prazo de pagamento e solicitou a inclusão de atualização para pagamento dos credores contemplados com as Notas Promissórias.

O Dr. Flávio afirmou que as Recuperandas acreditavam que os pagamentos ocorreriam na maior brevidade possível, mas que não se comprometiam a realizar um pagamento dentro de um dado período. Ponderou, ainda, que existia uma expectativa de que estes créditos fossem quitados em período razoável. Também afirmou o desinteresse das Recuperandas em incluir qualquer índice de atualização dos créditos.

A Administradora Judicial solicitou que as partes seguissem com a questão, tendo em vista a rejeição das Recuperandas.

Na sequência, a Dra. Carmem Lúcia anotou que pelo PRJ proposto a NewCo seria única responsável pelo pagamento dos credores, sem qualquer solidariedade das Recuperandas e/ou de suas subsidiárias existentes ou que viessem a ser criadas. Em razão disso, questionou a razão pela qual o PRJ previa a criação de uma nova subsidiária, para a qual seria transferida parte do produto da venda das ações da CAB.

O Dr. Flávio apontou algumas distorções nas anotações da Dra. Carmem. Em primeiro lugar, afirmou que os valores de venda da CAB não seriam destinados a uma empresa subsidiária, mas utilizados para pagamento de alguns credores e para o fluxo operacional das Recuperandas. Em paralelo, as Recuperandas se valeriam de uma reorganização societária, enxergando novas oportunidades de negócio, podendo criar empresas subsidiárias para explorar novos negócios e se desfazer de ativos ociosos. Esclareceu que a responsabilidade pela dívida concursal é da NewCo.

O representante das Recuperandas novamente lembrou que as empresas tinham dois caminhos a tomar e que preferiram aquele que envolvia a alienação de seus ativos para direcionamento do produto aos seus credores.

A Dra. Carmem Lúcia questionou a respeito da conta vinculada A, onde estavam relacionados os ativos destinados a parte dos credores quirografários, que não mais contemplava os chamados "Créditos CAB" e 2/3 da "Concessão BR 153".

O Dr. Flavio informou que os créditos não foram reduzidos, mas apenas realocados entre os credores.

A Dra. Carmem Lúcia propôs a reintegração do "Crédito CAB" e de 2/3 da "Concessão BR 153" aos ativos direcionados aos credores quirografários B.

O Dr. Flávio informou que a intenção das Recuperandas era atender o maior número de interesses dos credores possível e que a dinâmica das negociações com os credores não permitia acatar as sugestões da Dra. Carmem.

A Dra. Carmem Lúcia, por último, pediu às Recuperandas que apresentassem justificativa para distinção entre créditos dos credores financeiros e dos credores quirografários.

O Dr. Flávio informou que os credores financeiros não detinham qualquer privilégio, estavam incluídos dentro da categoria dos credores quirografários e que era legítimo e autorizado por lei e jurisprudência estabelecer tratamento diferenciado para credores que se encontrem em situações jurídicas diferenciadas.

O credor Premoldados Protendite, por seu representante, afirmou que o prazo de uma hora para análise das mudanças no PRJ, de natureza essencial, foi demasiadamente curto. Apontou, ainda, que os credores quirografários B teriam a satisfação de seu crédito condicionada ao reconhecimento judicial ou arbitral de um crédito contra a Petrobrás, o que significaria risco demasiado. Ao final solicitou que as informações sobre os litígios envolvendo a Petrobrás fossem colocadas à disposição dos credores para que pudessem aferir o risco a que se sujeitariam.

O Dr. Flávio Galdino respondeu ao credor que os valores contra a Petrobrás estavam contemplados no anexo 8 do PRJ. Sobre a pergunta acerca do risco a que os credores quirografários B estariam sujeitos, o Dr. Galdino ressaltou que todos os contratos foram performados pelas Recuperandas. No entanto, afirmou que não gostaria de induzir em erro os credores, pois efetivamente o PRJ previa a entrega destes ativos – créditos contra a Petrobrás – aos credores para pagamento parcial de seus créditos, além de outros ativos. Confirmou que, se por acaso houvesse reconhecimento de que a Petrobrás não é devedora das Recuperandas, os credores poderiam sofrer prejuízos no pagamento de seus créditos.

Sobre a abertura de informações dos procedimentos litigiosos travados com a Petrobrás, o Dr. Flávio reafirmou que envolviam informações confidenciais, que não poderiam ser entregues a três mil credores, pois isso certamente acabaria com seu segredo protegido contratualmente.

O credor questionou se todos os processos estariam protegidos. O Dr. Flávio informou a existência de uma ação envolvendo a Petrobras em curso perante o Poder Judiciário e que tinha caráter público.

A Dra. Renata, representante da credora Alphamatech, afirmou que o PRJ previa sim um privilégio de credores em detrimento de outros da mesma classe, o que seria autorizado somente a credores parceiros, ou seja àquele que de fato ajudariam as empresas em Recuperação. Demonstrou, ainda,

irresignação com a retirada da previsão de reversão do produto da venda das ações CAB para o pagamento dos credores quirografários B.

O Dr. Flávio reafirmou o entendimento das Recuperandas de que não haveria privilégios para os credores financeiros e que os termos do PRJ estariam dentro da legalidade.

A Dra. Renata apontou novamente que os credores financeiros não seriam parceiros e que a recuperação judicial estaria sendo desvirtuada, pois não resultaria em uma empresa em funcionamento. O Dr. Flávio refutou a alegação, afirmando que as Recuperandas continuavam a participar de licitações e tinham todo o interesse em preservar suas atividades.

O representante do credor Otaviano Sales Locação de Veículos Ltda. ME, Dr. Jonathan, questionou as Recuperandas a respeito da prioridade do pagamento dos credores financeiros e como as Recuperandas explicavam a potencial diferença de deságio entre as duas subclasses de credores quirografários.

O Dr. Flávio novamente ressaltou que a expectativa das Recuperandas é de que os ativos seriam suficientes para superar o passivo concursal.

O Dr. Jonatan pediu para que as Recuperandas quantificassem a redução de valor dos itens retirados da relação de pagamento dos credores quirografários B. O Dr. Flávio esclareceu que não teria ocorrido uma redução, mas realocação de recursos a pedido de partes sensíveis para a recuperação judicial.

O Dr. Jonatan questionou se os credores parceiros, que continuassem a trabalhar com as Recuperandas, seriam contemplados por algum privilégio no PRJ. O Dr. Flávio agradeceu o interesse do credor em continuar sua relação com as empresas em recuperação e fez anotações sobre a estrutura da dívida das empresas e necessidade de acomodar uma série de interesses de forma equilibrada.

O Dr. Jonatan manifestou, por fim, interesse na exclusão do item 4.2. do PRJ, referente à retenção pelas Recuperandas de valores para própria utilização. A proposta foi rejeitada pelas Recuperandas.

O Dr. José Henrique Menezes Alves, representante da Viação Jequié Cidade Sol Ltda., afirmou não ter identificado como seria feita a distribuição dos pagamentos dos créditos quirografários B.

O Dr. Flávio afirmou que a distribuição dos valores seria dada de acordo com a proporção dos créditos contemplados por aquela conta e que o cumprimento do PRJ seria objeto de controle da AJ.

O credor ainda questionou a razão da diferenciação de pagamento via emissão de debêntures para credores financeiros e notas promissórias para demais credores. O Dr. Flávio informou que as alterações refletiam uma melhor solução para atender aos interesses dos credores envolvidos. Ponderou, ainda, que a entrega de Notas Promissórias facilitaria ainda mais o procedimento de recebimento dos credores, especialmente aqueles menores, mas que isso não afetaria a qualidade do crédito.

O Dr. José Henrique afirmou que suas dúvidas se embasavam em preocupações de favorecimento de alguns credores em detrimento de outros e que as alterações realizadas em cima da hora prejudicavam a discussão. Por fim, se a função da recuperação judicial era a de manter a atividade das Recuperandas, não entendia a função da subsidiária, que sugaria todos os ativos importantes das empresas. Além disso, questionou a razão pela qual essa subsidiária não seria responsável solidária pelas dívidas concursais.

O Dr. Flávio anotou que a estrutura disposta no PRJ buscava possibilitar a continuação das atividades das empresas e que a solidariedade desta empresa impediria sua consecução

A Dra. Rafaela, representante da Bently do Brasil, anotou que todos os esclarecimentos haviam sido colocados e que seria melhor prosseguir com a votação do PRJ.

O Dr. André Roque, representante do Banco Santander Brasil S.A., pediu para que ficasse consignado em ata que o credor teria dúvidas quanto à legalidade das seguintes cláusulas: 3.5.2., 3.7.7., 3.7.13., 4.1., 4.3. e 4.4. do PRJ. As Recuperandas reafirmaram o entendimento de que as referidas cláusulas atendiam aos termos da Lei.

O Sr. Marcelo, representante da Mills SI Serviços Industriais Ltda., manifestou sua percepção de que as Recuperandas estariam privilegiando alguns credores em detrimento de outros. Além disso, apontou que os credores privilegiados, se não recebessem os créditos que lhe eram devidos, não quebrariam, ao contrário dos demais credores que não teriam sido privilegiados. O Sr. Marcelo ainda criticou as modificações promovidas no PRJ, anotando que, pelo seu entendimento, as Recuperandas

deveriam remanescer como devedoras dos créditos quirografários B no caso de não suficiência dos bens dados em garantia para o pagamento. Ao final manifestou sua profunda decepção quanto aos termos propostos.

O Dr. Flávio informou que as Recuperandas procuraram esclarecer todas as dúvidas e fornecer informações aos interessados e repudiou qualquer ilação no sentido de que as teriam agido com desrespeito em relação a um ou mais credores.

O Sr. Eduardo Silva de Macedo, representante da Epco Engrenharia de Projetos, corroborou as afirmações do Sr. Marcelo e manifestou seu descontentamento em relação aos termos propostos. O Dr. Flavio novamente informou que as Recuperandas entendiam e sentiam pela situação dos credores, mas reafirmou que a situação de crise pela qual passavam as levou à solução proposta na AGC. Apontou que nenhuma outra situação poderia ser mais transparente do que um processo de recuperação judicial, o que denotaria a veracidade das informações prestadas.

O Sr. Eduardo notou que vários equipamentos das Recuperandas estariam parados e indagou se seria possível negociar com os credores estes equipamentos. O Dr. Flávio explicou que esta solução foi oferecida aos credores e recusada. Além disso, afirmou que as empresas pretendiam retomar o ritmo de suas atividades e que, se estes equipamentos estivessem ociosos no futuro, a solução poderia ter lugar.

O Sr. Eduardo explicou alguns pontos de sua relação obrigacional com as Recuperandas. O Dr. Flávio Galdino afirmou que após o pedido de recuperação judicial, os créditos deveriam ser satisfeitos nos termos do PRJ.

O Sr. Marcelo pediu a palavra para informar aos presentes que em momento algum sugeriu ofensa aos termos da lei.

O representante do credor Eurobras solicitou que as Recuperandas informassem quem eram os credores que sugeriram as alterações realizadas e se existia registro em ata do ocorrido, pois acreditava que a grande maioria não havia participado.

O representante das Recuperandas informou que as empresas receberam comunicações de credores e que isto levou à dinâmica de aceitação ou não das sugestões. Não existia, portanto, qualquer ata ou

documento a formalizar estas tratativas, assim como não houve em relação às tratativas com a Eurobras, que formulou sugestões durante o período de suspensão da AGC, tendo todas sido respondidas e algumas acatadas.

O representante da Eurobras manifestou que não poderiam ser votadas as alterações que estavam sendo apresentadas imediatamente aos credores. A Administradora Judicial informou que era importante a explanação das alterações pelas Recuperandas, pois seria aquele o PRJ votado.

Em seguida, o Dr. Flávio Galdino informou que alguns credores sugeriram algumas alterações no texto do PRJ durante o prazo de suspensão de uma hora, as quais foram implementadas pelas Recuperandas. A Administradora Judicial projetou em tela as alterações e o representante passou a explica-las. Estas alterações constam no anexo mencionado ao final desta ata.

O Sr. Eduardo Silva de Macedo, representante da Epco, questionou sobre a possibilidade de concordar com que seu pagamento se desse na forma dos credores financeiros, de acordo com o PRJ, conforme página 55 deste. O Dr. Flávio Galdino informou que a cláusula em questão previa a possibilidade de determinado credor abrir mão de parte de seu crédito para receber em prazo menor, o que não seria interessante para o crédito dele, de valor muito superior ao limite de R$10.000,00. Após, retomou à explicação sobre as alterações propostas pelos credores e aceitas pelas Recuperandas.

Às 19h06, a Administradora Judicial colocou em votação a proposta de aprovação do PRJ, nos seguintes termos: "Aprova o PRJ com as alterações aceitas pela Recuperanda nesta AGC?"

Finalizada a votação, a Administradora Judicial informou que o Plano de Recuperação Judicial obteve votos válidos e favoráveis de 100% dos credores da Classe I, de 66,66% dos créditos e 89,6% dos credores da Classe III e por 95,93% dos credores da Classe IV, conforme mapa de votação anexo **(Doc. 5)**, tendo atingido o quórum de aprovação do art. 45 da Lei nº 11.101/05.

O credor Netherland manifestou *"sua rejeição ao PRJ nos termos do novo plano de RJ apresentado nesta AGC, por não concordar com as premissas de pagamento, bem como por considerar o plano nulo de pleno direito, em virtude da validade do ato assemblear estar pendente de manifestação do AJ e de posterior julgamento nos autos, pois o modificativo apresentado foi protocolado em juízo sem oportunizar a análise e objeção ao mesmo, bem como pelo fato de que quem requereu a suspensão da assembleia foram as Recuperandas. A falta de previsão de juros e correção monetária, tempo de pagamento, deságio, entre outras, é tido como nulo o plano de RJ, conforme precedentes em todo o território nacional"*.

O credor Lagotela fez constar necessidade de correção do valor de seu crédito de R$205.630,89, quando seria R$313.483,87.

A Administradora Judicial informou que, conforme art. 39, §2°, o resultado da votação em assembleia não seria ser alterado em virtude de alterações posteriores nos valores e classes dos créditos.

O credor Itaú-Unibanco consignou em ata que votou negativamente à aprovação do PRJ em razão da RJ ser única para as duas Recuperandas.

Em seguida, o Sr. Eduardo Seixas indagou aos credores se desejavam constituir comitê de credores e promoveu a leitura do art. 27 com as atribuições do órgão. Diante da ausência de manifestações, declarou a matéria prejudicada.

Finalizadas as ressalvas e pontuações dos presentes, o Sr Eduardo Seixas declarou encerrada a AGC das Recuperandas e interrompeu os trabalhos para a lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pela unanimidade dos presentes, tendo sido assinada pelo Sr Eduardo Seixas, na qualidade de representante da AJ; pelo Secretário, e pelos credores abaixo listados, representantes das Classes I, III e IV. O PRJ votado e seus anexos estão incorporados à presente Ata (Doc 6 - PRJ).

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2015.

Administrador Judicial
Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial DO Brasil Ltda
Eduardo Seixas
RG: 09376430-6

Página destinada exclusivamente à assinatura da ata da Assembleia Geral de Credores das Recuperandas.

Administrador Judicial
Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial DO Brasil Ltda
Eduardo Seixas
RG: 09376430-6

Secretário
Leonardo Pinto Martins
OAB/CE 18.110
Univans Mudanças e Transportes Ltda.

ANDRÉ ROQUE
OAB/PE: 130.538
BANCO SANTANDER

Recuperandas
Filipe Guimarães
OAB/RJ 153005

Representantes da Classe I

Adriano de Carvalho Uiterwaall
OAB/RJ 149.992
Credor: Ademar Xavier Garcez

Tiago Vinicius Capella Giammatasio
OAB/SP: 313.000
Credor: Chiarattino e Nicoletti Sociedade De Advogados

Representantes da Classe III

Candido Olivieri Carneiro de Souza
OAB/RJ 139.481
Credor: Cervello Informática Ltda.

Página destinada exclusivamente à assinatura da ata da Assembleia Geral de Credores das Recuperandas.

Claudio Raphael de Mattos Froes
OAB/RJ: 119463
Credor: Banco Mercedez Benz S/A

Representantes Classe IV

Cybele Cristina Almeida Alves
OAB/MG: 81.722
Credor: Terra Máquinas Esquipamentos Construções Ltda.

José Carlos Soares dos Santos
RG: 270431 SSP/TO
Credor: Construtora Anhanguera Ltda.

92.460

Doc._02

Alvarez & Marsal do Brasil Ltda.
Rua Surubim, 577 - 9º andar - Brooklin Novo
04571-050 - São Paulo - SP, Brazil
Phone: +55 11 5105 6500
Fax: +55 11 5506 4059

12461

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓPIA

Processo n. 0333557-72.2015.8.19.0001

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., nomeada Administradora Judicial por esse M. Juízo nos autos do processo de Recuperação Judicial de **GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, em cumprimento ao r. despacho de fl.375, manifestar-se sobre a Impugnação de Crédito apresentada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), com base no art. 8º, da Lei de Recuperação Judicial e Falência (LRJF):

A CEF postula na presente impugnação de crédito a sua exclusão do quadro geral de credores para ser considerada como credora não sujeita aos efeitos da recuperação judicial. Contudo, a CEF votou "sim" (sem qualquer ressalva) para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em Assembleia Geral de Credores (**Doc. 01**), concordando com a sujeição de seu crédito aos efeitos da recuperação judicial, assim como, com a consequente novação decorrente de sua aprovação.

Na sequência, o PRJ foi homologado por este d. Juízo em 14/09/2015 (decisão publicada em 22/09/2015), não restando qualquer interesse da CEF em perseguir a não sujeição de seu crédito aos efeitos deste processo de recuperação judicial.

Pelo disposto no PRJ, ocorreu tanto a novação subjetiva quanto a novação objetiva, uma vez que o crédito dos Credores Financeiros, como o da CEF, passará a ser de responsabilidade da Newco, assim como pelo fato de que o seu pagamento decorrerá da amortização das debêntures por ela emitidas, tudo na forma do PRJ já aprovado e homologado.

Nessa linha, entende esta Administradora Judicial que a presente impugnação de crédito, ante a ausência de interesse de agir pela perda superveniente do objeto, deveria ser extinta sem julgamento de mérito, na forma do art. 267, VI do CPC.

12,462

Diante do exposto, opina pela intimação da CEF e das Recuperandas para que se manifestem sobre o presente parecer.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2016.

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA
Eduardo Seixas Isabel Christina Nielebock
Administradora Judicial

Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro
OAB/RJ n. 71.018

Leila Caldas Vieira da Cruz
OAB/RJ n. 90.459

Lucas Latini
OAB/RJ n. 172.760

A&M Taxand

12.463

25.01.2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
32ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1119/1121, Centro - CEP 01501-900, Fone: 21716223, São Paulo-SP - E-mail: gmatta@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**1056000-72.2015.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Transporte de Coisas**
Requerente:	**Transdata Transportes Ltda**
Requerido:	**Consorcio Ufn Iii e outros**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

São Paulo, 04 de dezembro de 2015.

Excelentísso(a) Senhor(a) Doutor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias para encaminhar à este juízo **a certidão de objeto e pé de inteiro teor da ação de recuperação judicial 0093715-69.2015.8.19.0001 em nome da empresa GALVÃO ENGENHARIA S/A (CNPJ 01.340.937/0001-79),** em específico com a informação se o crédito executado nesta demanda foi habilitado no respectivo plano de recuperação judicial.

Aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Fabio de Souza Pimenta**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
EXMO(A) SR(A) DR(A)
JUIZ DE DIREITO DA 7º VARA EMPRESARIAL DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO
Avenida Erasmo Braga, 115
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20020-903

PRCAP EXP07 201600260333 21/01/16 11:05:43122880 01/26313

Este documento foi liberado nos autos em 11/01/2016 às 19:09, por Gerson da Matta, é cópia do original assinado digitalmente por FABIO DE SOUZA PIMENTA.

12,464

Flavio Galdino
Sergio Coelho
João Mendes de O. Castro
Rodrigo Candido de Oliveira
Eduardo Takemi Kataoka
Cristina Biancastelli
Gustavo Salgueiro
Rafael Pimenta
Isabel Picot França
Marcelo Atherino
Marta Alves
Filipe Guimarães
Fabrizio Pires Pereira
Cláudia Maziteli Trindade
Gabriel Rocha Barreto
Pedro C. da Veiga Murgel
Miguel Mana
Felipe Brandão
Danilo Palinkas
Vanessa F. Rodrigues
Milene Pimentel Moreno
Julianne Zanconato
Rodrigo Garcia
Lia Stephanie S. Pompili
Wallace de Almeida Corbo
Carlos Brantes
Isabela Rampini Esteves
Renato Alves
Pedro Mota
Laura Mine Nagai
Annita Gurman
Adrianna Chambô Eiger
André Furquim Werneck
Mauro Teixeira de Faria
Ivana Harter
Bruno Duarte Santos
Maria Carolina Bichara
Tassia de Oliveira Ruschel

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TJERJ EMP07 201600572747 01/02/16 17:27:32124432 128764745

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

GALVÃO ENGENHARIA S.A., em recuperação judicial ("GESA") e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., em recuperação judicial ("GALPAR"), já qualificadas nos autos da sua Recuperação Judicial em epígrafe, vêm a V.Exa., em atenção ao despacho de fls. 11.760, expor e requerer o que segue.

1. Às fls. 11760/11765, a credora ITT Bombas Goulds do Brasil ("ITT Bombas") apresentou petição por meio da qual requer que este d. Juízo determine a emissão de nota promissória, em seu favor, no valor de R$ 7.299.961,37, correspondente ao valor do crédito cuja reserva foi requerida pelo i. Tribunal

Arbitral perante o qual se processa procedimento arbitral entre a ITT Bombas e a GESA.

2. De acordo com a credora, a recusa das Recuperandas em emitir nota promissória pelo valor constante do pedido de reserva de crédito implicaria descumprimento (i) do art. 6º, §§ 1º e 3º da Lei nº 11.101; (ii) da decisão do Tribunal Arbitral que determinou a reserva do crédito; e (iii) do próprio Plano de Recuperação Judicial.

3. Ocorre que a ITT Bombas parte da premissa – ao ver das Recuperandas equivocada, *d.m.v.* – de que a simples determinação de reserva pelo Tribunal Arbitral seria suficiente para se presumir que esse valor seria efetivamente devido pelas Recuperandas.

4. Nos termos do art. 6º, § 3º da Lei nº 11.101/2005, o Tribunal Arbitral de fato é competente para determinar a reserva da importância "*que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria*".

5. Veja-se que o crédito apenas será incluído na classe própria após a sua liquidação. No caso da ITT Bombas, o Tribunal Arbitral apenas determinou a reserva de uma quantia. O crédito neste momento é ilíquido e, portanto, não pode ser incluída no Quadro Geral de Credores.

6. Por decorrência lógica, se o crédito não pode ser incluído no Quadro Geral de Credores, não há que se falar que esse valor é devido pelas Recuperandas. Muito menos há que se falar em emissão de nota promissória.

7. O que parece é que a ITT Bombas pretende "pular" algumas etapas, para que as Recuperandas reconheçam como devido um crédito que ainda está em fase de liquidação pelo Juízo competente (Tribunal Arbitral).

8. Ora, a reserva do crédito não gera a presunção de que esse valor é efetivamente devido pelas Recuperandas. A reserva de crédito tem como objetivo preservar o valor que pode vir a ser reconhecido como devido e incluído na relação de credores.

9. Após o eventual reconhecimento e liquidação do crédito pelo Tribunal Arbitral, a ITT Bombas deverá adotar os procedimentos previstos na Lei nº 11.101/2005 para habilitar este crédito no Quadro Geral de Credores e somente a partir daí exigir que seu crédito seja pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas.

10. O Plano de Recuperação Judicial homologado de fato trata como créditos concursais os créditos ilíquidos existentes ou cujo fato gerador seja anterior ou coincidente com a data do pedido. Ora, apesar de o crédito ser ilíquido, não há dúvidas quanto à sua concursalidade, porque o fato gerador é anterior à data do pedido de recuperação judicial.

11. No entanto, é evidente que, para que haja a reestruturação do crédito mediante a emissão de nota promissória, é necessário que o crédito seja liquidado antes, de forma que o título seja emitido por valor decorrente de crédito existente, certo e líquido.

12. Nesse contexto, a Cláusula 8.13 do Plano de Recuperação Judicial prevê que, caso sobrevenha decisão determinando a majoração do crédito inicialmente atribuído ao Credor Quirografário B, a nota promissória emitida originalmente será cancelada e substituída por nova nota promissória.

13. É exatamente este o procedimento a ser observado com relação ao crédito da ITT Bombas, que fará jus à emissão de uma nota promissória no valor que consta atualmente como sendo seu crédito. Se, no futuro, seu crédito for liquidado pelo Tribunal Arbitral, reconhecendo-se que é maior do que o atualmente listado, a nota promissória será cancelada e uma nova nota será emitida, pelo novo valor.

GCM 12.467

Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

14. Não há dúvidas, portanto, que a solução adotada pelas Recuperandas está de acordo com o Plano de Recuperação Judicial e com o que determina a Lei nº 11.101/2005.

* * *

15. Ante o exposto, as Recuperandas requerem seja indeferido o pedido formulado pela ITT Bombas através da petição de fls. 11.760/11.765.

Nestes termos,

Pedem deferimento.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2016.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

FILIPE GUIMARÃES
OAB/RJ Nº 153.005

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

12.468

Flavio Galdino	Marta Alves	Adrianna Chambô Eiger	Renato Alves
Sergio Coelho	Filipe Guimarães	Lia Stephanie S. Pompili	Annita Gurman
João Mendes de O. Castro	Fabrízio Pires Pereira	Mauro Teixeira de Faria	Ivana Harter
Rodrigo Candido de Oliveira	Cláudia Mazitelli Trindade	André Furquim Werneck	Bruno Duarte Santos
Eduardo Takemi Kataoka	Gabriel Rocha Barreto	Julianne Zanconato	Maria Carolina Bichara
Cristina Biancastelli	Pedro C. da Veiga Murgel	Wallace Corbo	Tassia de Oliveira Ruschel
Gustavo Salgueiro	Felipe Brandão	Rodrigo Garcia	Gabriela Matta Ristow
Rafael Pimenta	Danilo Palinkas	Carlos Brantes	Thiago Dias Delfino Cabral
Isabel Picot França	Milene Pimentel Moreno	Vanessa F. F. Rodrigues	Camilla Carvalho de Oliveira
Marcelo Atherino	Laura Mine Nagai	Isabela Rampini Esteves	

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROTOCOLO EMP 07 2016005727793 01/02/16 17:27:49125971 12878745

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

GALVÃO ENGENHARIA S.A., em recuperação judicial e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., em recuperação judicial, já qualificadas nos autos de sua Recuperação Judicial em epígrafe, vêm a V. Exa., em atenção à decisão de fls. 12.361/12.362, expor e requerer o que segue.

1. Por meio da decisão de fls. 12.361/12.362, esse d. Juízo intimou as Recuperandas para se manifestarem sobre (i) a petição da CEF de fls. 11.820/11.823; (ii) a proposição do Ministério Público acerca da alienação da UPI

GCM 12469

Galbino . Coelho . Mendes
Advogados

CAB; e (iii) as petições apresentadas pelo Município de Itapoá (fls. 12.221/12.223) e pelo Município de Atibaia (fls. 12.237/12.242).

2. Além disso, as Recuperandas também foram intimadas para apresentarem a concordância do Banco Comercial com a cessão dos direitos e obrigações atrelados ao Contrato de Arrendamento nº 0019132 da GESA à CAB Ambiental.

3. Passa-se a tratar dos temas acima separadamente, de modo a facilitar a exposição e a compreensão deste d. Juízo.

MANIFESTAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DE ATIBAIA E ITAPOÁ

4. Os Municípios de Atibaia/SP e Itapoá/SC apresentaram manifestações nos autos desta recuperação judicial informando, em síntese, que a alteração do controle societário da CAB Ambiental deverá ser submetida à suas prévias aprovações, sob pena de caducidade ou encampação dos contratos de concessão pública celebrados entre estes Municípios e as Concessionárias – empresas controladas pela CAB Ambiental.

5. A situação apresentada acima se assemelha em tudo ao requerimento já apresentado pelo Município de Cuiabá (por meio do ofício de fls. 11.283/11.285), tendo as Recuperandas demonstrado, naquela ocasião, que não seria necessário que o resultado do leilão da UPI CAB fosse submetido à aprovação daquele Município. Aqui como naquele caso, restará demonstrado que também não é necessária a obtenção de qualquer aprovação desses Municípios.

6. Com todas as vênias, o entendimento esposado pelos Municípios em suas manifestações está equivocado. Não é necessária qualquer condição adicional para a conclusão do processo de alienação da UPI CAB.

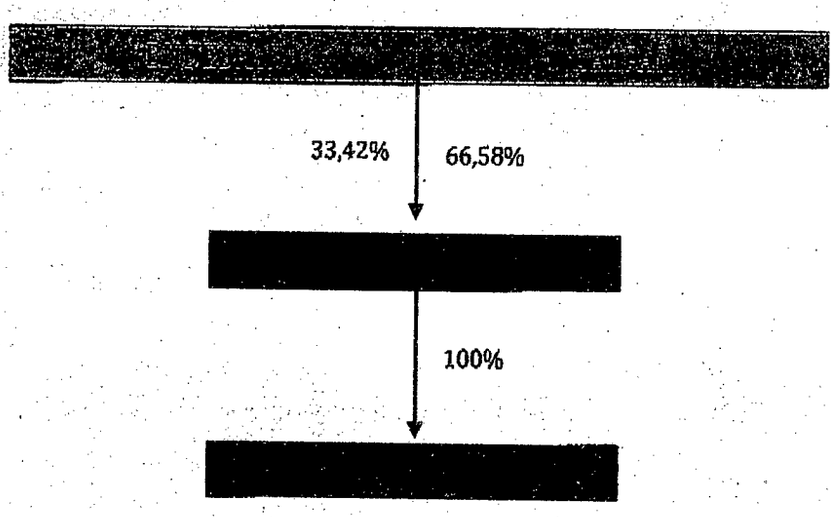
7. Isso porque o entendimento parte da equivocada premissa de que haveria alteração do controle societário efetivo das Concessionárias que prestam os serviços de saneamento. Isso não é verdade, renovadas as vênias.

8. Como informado no edital de alienação (fls. 11.748/11.758), a UPI CAB compreende a participação direta detida pela Recuperanda GALPAR na CAB Ambiental, correspondente a 66,58% do capital social da referida empresa, e, por consequência, a participação indireta no capital social das suas controladas.

9. Dentre as controladas da CAB Ambiental, estão a CAB Atibaia e a Itapoá Saneamento Ltda. (cf. demonstrado no organograma societário anexo – Doc. 01). A CAB Atibaia tem o seu capital social detido 100% pela CAB Ambiental. Por sua vez, o capital social da Itapoá Saneamento Ltda. está dividido da seguinte forma: 50% CAB Ambiental e 50% Serrana Engenharia Ltda.

10. Seja consentida a reprodução da cadeia societária, para fins de facilitar o entendimento:

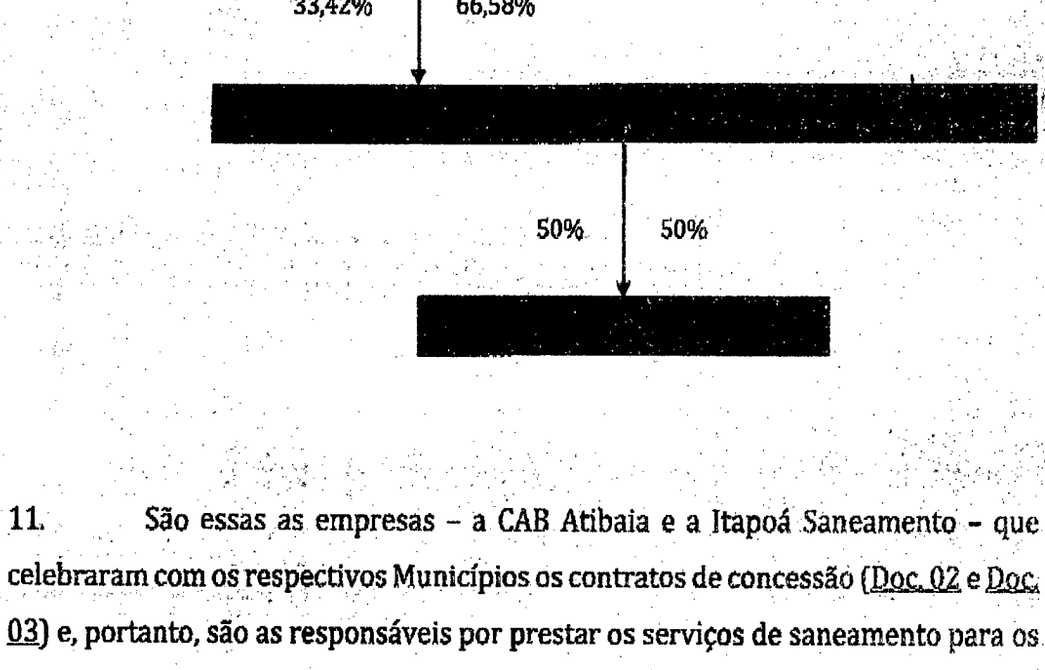
CAB Atibaia:



GCM 12.471

Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

Itapoá Saneamento:



11. São essas as empresas – a CAB Atibaia e a Itapoá Saneamento – que celebraram com os respectivos Municípios os contratos de concessão (Doc. 02 e Doc. 03) e, portanto, são as responsáveis por prestar os serviços de saneamento para os Municípios de Atibaia e Itapoá.

12. Em relação especificamente ao Contrato de Concessão celebrado com o Município de Atibaia, a Cláusula 11.6 do Contrato de Concessão prevê que "*o controle efetivo da SPE, independentemente de a LICITANTE VENCEDORA ter sido um consórcio ou uma empresa isolada, poderá ser transferido somente mediante anuência prévia da CONTRATANTE*".

13. Por sua vez, a Cláusula 11.5 conceitua controle efetivo como "*a titularidade da maioria do capital votante, expresso em ações ordinárias nominativas com direito a voto ou em quotas, ou pelo exercício de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades, disciplinado em eventual acordo de acionistas ou de quotistas da SPE ou documento com igual finalidade*".

14. Por outro lado, o Contrato de Concessão celebrado com o Município de Itapoá não dispõe sobre a hipótese de alteração do controle societário da

Concessionária, de forma que deve ser aplicado o disposto no art. 27 da Lei nº 8987/95, no sentido de que "*a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão*".

15. Nesse contexto, é importante analisar a definição de "acionista controlador" contida no art. 116 da Lei nº 6.404/:

> *Art. 116. Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:*
> *a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e*
> *b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia*

16. Como demonstrado através do organograma societário, a GALPAR não detém participação direta no capital social da CAB Atibaia ou da Itapoá Saneamento. Ou seja, não possui qualquer ação ordinária nominativa com direito a voto dessas empresas, que são controladas pela CAB Ambiental (no caso da Itapoá Saneamento, com divisão do controle com a Serrana Engenharia).

17. É evidente, portanto, que o leilão de ativo que contém a participação da GALPAR no capital social da CAB Ambiental não promoverá alteração na participação societária das suas controladas, muito menos no seu "controle societário efetivo". O que ocorrerá, na realidade, é a alteração do controle societário da CAB Ambiental, que por sua vez possui participação no capital social da CAB Atibaia e da Itapoá Saneamento.

18. Por óbvio, a previsão contratual e legal não deve ser estendida para a alteração do controle indireto da empresa Concessionária. Como transcrito acima, o

próprio Contrato de Concessão limita o entendimento de controle societário efetivo ao controle direto da Concessionária.

19. Por fim, as Recuperandas repudiam veementemente qualquer alegação dos Municípios no sentido que a alteração do controle indireto das Concessionárias sem a sua anuência implicará a caducidade dos contratos de concessão, que apenas se operaria em caso de alteração do "controle societário direto" das Concessionárias, restando mantidas e atendidas todas as questões editalícias e contratuais relativas à CAB Atibaia e à Itapoá Saneamento, inclusive no que se refere a capacitação técnica e financeira.

PEDIDO DE LEVANTAMENTO CONJUNTO DE GESA E CEF

20. No que tange à petição da CEF de fls. 11.820/11.823, as Recuperandas informam que estão de acordo com o pedido e imediato levantamento do saldo remanescente do valor transferido pelo Juízo Trabalhista de Jequié/BA. Na realidade, a petição apresentada pela CEF foi assinada, inclusive, em conjunto com as Recuperandas, de forma a demonstrar sua concordância inequívoca com o pedido formulado pela CEF.

21. Em relação a este assunto, a i. Administradora Judicial inclusive já manifestou entendimento concordando com os levantamentos, de modo que a questão encontra-se madura para apreciação e julgamento deste d. Juízo.

MODELO DE ALIENAÇÃO DA UPI CAB

22. Em relação ao item (ii) – preposição do Ministério Público acerca da alienação da UPI CAB, as Recuperandas informam que persiste o interesse na alienação da UPI na forma como prevista no Plano de Recuperação Judicial. Informam, ainda, que estão em negociação com os principais interessados na aquisição do ativo e que estão envidando os seus melhores esforços para que a

alienação seja feita da forma mais célere possível, tal como requerido pelo BNDESPAR na petição de fls. 12.367/12.370.

CESSÃO DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO: CONSENTIMENTO DO BANCO COMMERCIAL

23. Por fim, as Recuperandas requerem a juntada da declaração do Banco Commercial Investment Trust do Brasil S.A. – Banco Múltiplo (Doc. 04), que demonstra que o Banco está de acordo com os termos da cessão dos direitos e obrigações atrelados ao Contrato de Arrendamento nº 0019132 à CAB Ambiental.

24. Reiteram, portanto, o pedido para que a referida operação seja expressamente autorizada por este d. Juízo.

* * *

25. Ante o exposto, as Recuperandas

(i) informam que a alienação por meio de leilão da participação da GALPAR na CAB Ambiental não ensejará a caducidade dos contratos de concessão firmados com os Municípios de Atibaia e Itapoá, razão pela qual a conclusão do procedimento de alienação da UPI CAB Ambiental não está condicionada à prévia anuência desses Municípios, mas, tão-somente à mera informação e registro;

(ii) reiteram o pedido de levantamento de valores que consta da petição assinada conjuntamente por GESA e CEF às fls. fls. 11.820/11.823 desses autos;

GCM 12.475

Galdino . Coelho . Mendes Advogados

(iii) informam que persiste o interesse na alienação da UPI CAB de acordo com o modelo previsto no Plano de Recuperação Judicial; e

(iv) requerem a juntada do documento anexo (Doc. 04) e reiteram o pedido formulado às fls. 11.370/11.373 para que seja autorizada a cessão dos direitos e obrigações ali referidas; e

Nestes termos,

Pedem deferimento.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2016.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

FILIPE GUIMARÃES
OAB/RJ Nº 153.005

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

GABRIELA RISTOW
OAB/RJ Nº 202.414

12.476

GCM

/ Cálidus . Coelho . Mendes.
Advogados

DOC. 01

12.477

Companhia de Águas do Brasil
CAB Ambiental
08.159.965/0001-33
CAB Águas de Paramnguá S.A.
01.691.565/0001-60
100% CAB
12.927.120/0001-18
15.122.800/0001-52
CAB Guaratinguetá S.A.
09.591.595/0001-19
100% CAB
Águas de Andradina S.A.
12.584.063/0001-11
70% CAB e 30% SABESP
CAB - Sistema Produtor Alambari S.A.
09.538.454/0001-05
95% CAB e 5% [illegible]
Ás Figueira S.A.
11.714.640/0001-80
100% CAB
Águas de Castilho S.A.
12.849.536/0001-65
70% CAB e 30% SABESP
CAB Águas do Agreste S.A.
15.401.409/0001-80
100% CAB
ESAP S/A Empresa de Saneamento de Palestina
09.137.694 /0001-88
50% CAB e 50% ENGIE
Mirassol - AP Saneamento de Mirassol
09.263.541/0001-87
90% CAB e 10% ENGIE
CAB Alibela
17.337.853/0001-68
100% CAB
CAB Canaã ra Ltda.
03.875.686/0001-52
80% CAB 20% PCT
Rapid Saneamento S.A.
16.920.256/0001-57
50% CAB e 50% SERRANA
Tubarão Saneamento S.A.
15.012.434/0001-89
50% CAB e 50% DOANE
CAB Cinaia S.A.
14.996.581/0001-53
80% CAB 20% PCT
10.838.660/0001-08
11.060.943/0001-26
Contrato Emergencial
CAB Colider Ltda.
04.942.630/0001-36
99.90% CAB MT - 0.001% CAB AMBIENTAL e 0.001% PCT
CAB Pontes e Lacerda Ltda.
04.202.450/0001-18
99.90% CAB MT - 0.001% CAB AMBIENTAL e 0.001% PCT
CAB Comodoro Ltda.
09.104.947/0001-17
99.98% CAB MT - 0.001% CAB AMBIENTAL e 0.001% PCT
CAB Alta Floresta Ltda.
05.162.509/0001-54
99.98% CAB MT - 0.001% CAB AMBIENTAL e 0.001% PCT

12.478

GCM

Gestão . Cocha . Meneses
Advogados

DOC. 02

12.479

CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO- PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERRITÓRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA DE ATIBAIA.

SAAE SANEAMENTO AMBIENTAL

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - SAAE

CNPJ 46.743.580/0001-45

12.480

ÍNDICE

CLÁUSULA UM – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL 03
CLÁUSULA DOIS – DEFINIÇÕES 04
CLÁUSULA TRÊS – ANEXOS 06
CLÁUSULA QUATRO – INTERPRETAÇÃO 06
CLÁUSULA CINCO – REGIME JURÍDICO DO CONTRATO 06
CLÁUSULA SEIS – OBJETO DO CONTRATO 07
CLÁUSULA SETE – METAS DE DESEMPENHO DA SPE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 07
CLÁUSULA OITO – EFICÁCIA, PRAZO E PRORROGAÇÃO DA PPP ADMINISTRATIVA 07
CLÁUSULA NOVE – BENS AFETOS 08
CLÁUSULA DEZ – ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS 09
CLÁUSULA ONZE – SPE 09
CLÁUSULA DOZE – PROJETOS 10
CLÁUSULA TREZE – OBRAS 10
CLÁUSULA CATORZE – RECEBIMENTO DAS OBRAS 11
CLÁUSULA QUINZE – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 12
CLÁUSULA DEZESSEIS – RECEITAS DA SPE 13
CLÁUSULA DEZESSETE – CONTRAPRESTAÇÃO 13
CLÁUSULA DEZOITO – GARANTIA DE PAGAMENTO 16
CLÁUSULA DEZENOVE – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO 17
CLÁUSULA VINTE – REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO 18
CLÁUSULA VINTE E UM – REVISÃO 19
CLÁUSULA VINTE E DOIS – PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE REVISÕES 20
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 21
CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SPE 22
CLÁUSULA VINTE E CINCO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 23
CLÁUSULA VINTE E SEIS – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA PCJ 24
CLÁUSULA VINTE E SETE – DESAPROPRIAÇÕES 25
CLÁUSULA VINTE E OITO – PROTEÇÃO AMBIENTAL 25
CLÁUSULA VINTE E NOVE – SEGUROS 26
CLÁUSULA TRINTA – CONTRATOS DA SPE COM TERCEIROS 27
CLÁUSULA TRINTA E UM – FINANCIADORES 28
CLÁUSULA TRINTA E DOIS – FISCALIZAÇÃO 28
CLÁUSULA TRINTA E TRÊS – INADIMPLEMENTO DA CONTRATANTE 29
CLÁUSULA TRINTA E QUATRO – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 30
CLÁUSULA TRINTA E CINCO – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO 31
CLÁUSULA TRINTA E SEIS – COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS ENTRE AS PARTES 33
CLÁUSULA TRINTA E SETE – INTERVENÇÃO 33
CLÁUSULA TRINTA E OITO – EXTINÇÃO DO CONTRATO 33
CLÁUSULA TRINTA E NOVE – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL 34
CLÁUSULA QUARENTA – ENCAMPAÇÃO 34
CLÁUSULA QUARENTA E UM – CADUCIDADE 35
CLÁUSULA QUARENTA E DOIS – DA RESCISÃO 36
CLÁUSULA QUARENTA E TRÊS – DA ANULAÇÃO 36
CLÁUSULA QUARENTA E QUATRO – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA SPE 37
CLÁUSULA QUARENTA E CINCO – REVERSÃO DOS BENS QUE INTEGRAM A PPP ADMINISTRATIVA 37
CLÁUSULA QUARENTA E SEIS – COMUNICAÇÕES 38
CLÁUSULA QUARENTA E SETE – CONTAGEM DOS PRAZOS 38
CLÁUSULA QUARENTA E OITO – EXERCÍCIO DE DIREITOS 38
CLÁUSULA QUARENTA E NOVE – INVALIDADE PARCIAL 39
CLÁUSULA CINQUENTA – AGÊNCIA REGULADORA PCJ 39
CLÁUSULA CINQUENTA E UM – PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO 39
CLÁUSULA CINQUENTA E DOIS – FORO 39

SAAE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - SAAE

SANEAMENTO AMBIENTAL

CNPJ 49.743.560/0001-45

12487

TERMO DE CONTRATO Nº 25/2012

Termo de Contrato N.º 25/2012, que entre si celebram a **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA – SAAE e CAB ATIBAIA S/A**, no valor de R$ 539.504.000,00 (Quinhentos e trinta e nove milhões, quinhentos e quatro mil reais), datado de 26/12/2012, conforme Concorrência Pública nº 01/2012.

Pelo presente instrumento, as partes a seguir identificadas, de um lado, a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE, com sede na Praça Roberto Gomes Pedrosa nº 11, Cidade Satélite, Atibaia (SP), cuja transformação foi autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 537, de 16 de setembro de 2011, neste ato representada por sua Superintendente, Sra. **Marcia Cavazana Nogueira**, brasileira, casada, RG 9.882.213-5 SSP/SP, CPF/MF 067.321.288-91, doravante designada CONTRATANTE, de outro, a **CAB ATIBAIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.237.893/0001-58, com sede na Rua Aniceto Tavares nº 50, Recreio Estoril, Atibaia (SP), representada por seus diretores Sr. **Tales Massari Rela**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente na Alameda Meringa, 278, Residencial 12, Alphaville, Santana do Parnaíba/SP, portador do RG 6.001.137 SSP/SP e CPF 028.340.768-31 e Sr. **Giuliano Vito Dragone**, brasileiro, casado, engenheiro de produção química, residente a Rua Dr. José de Andrade Figueira, 121 Apto 33, Bairro Morumbi, São Paulo/SP, portador do RG 21.979.551-6 SSP/SP e CPF 177.909.018-85, doravantes designada SPE, e, na qualidade de INTERVENIENTE ANUENTE, a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – AGÊNCIA REGULADORA PCJ, neste ato representada por seu Presidente Sr. **José Bernardo Daruj**, têm entre si ajustado o presente contrato de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário no território urbano do Município de Estância de Atibaia, tudo nos termos do processo licitatório Concorrência Pública Nacional nº 01/2012, da legislação vigente e das cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA UM – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O presente CONTRATO rege-se por suas cláusulas, pelos dispositivos do EDITAL, pelas normas gerais de Direito Público e, especialmente, pelas seguintes normas:
a) Constituição Federal, em especial o art. 37, XXI, e o art. 175;
b) Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;
c) Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
d) Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
e) §§ 3º e 4º do art. 15 e arts. 18, 19, 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; art. 31, da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
f) Supletivamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
g) Lei Orgânica do Município de Estância de Atibaia;

12.1.82

h) Lei Municipal nº 4.032, de 16 de setembro de 2011;
i) Lei Municipal nº 4.044, de 11 de novembro de 2011;
j) Condições previstas no EDITAL e todos os seus anexos, bem como neste instrumento;
k) Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DOIS – DEFINIÇÕES

2.1 Sem prejuízo das demais definições constantes do EDITAL e de seus Anexos, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:
AGENTES ARRECADADORES: são todas as instituições, financeiras ou não, que arrecadam todas as receitas da CONTRATANTE decorrentes da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.
ÁREA DA PPP: é o limite territorial que envolve a prestação dos SERVIÇOS pela SPE, correspondente aos limites urbanos do MUNICÍPIO, assim definidos no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, aprovado pelo Decreto Municipal nº 6.507, de 25 de novembro de 2011, mencionado no TERMO DE REFERÊNCIA.
AGÊNCIA REGULADORA PCJ: é a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência PCJ, consórcio público cuja criação foi ratificada pela Lei Municipal nº 3.954, de 27 de dezembro de 2010.
BANCO CENTRALIZADOR: é a instituição financeira a ser indicada pela CONTRATANTE, onde será aberta e mantida a CONTA CENTRALIZADORA, e que será responsável pela centralização e pela segregação de todas as receitas da CONTRATANTE e pelo respectivo envio de recursos da CONTA CENTRALIZADORA às contas da CONTRATANTE, a conta da SPE e à CONTA GARANTIA.
BENS AFETOS: são os bens necessários e afetos aos SERVIÇOS, que integram o sistema de esgotamento sanitário, cuja relação consta do Anexo V do EDITAL (BENS AFETOS), bem como os demais bens que vierem a ser implantados e/ou adquiridos pela SPE, também necessários e afetos à prestação dos SERVIÇOS.
CONTA CENTRALIZADORA: é a conta bancária de titularidade da CONTRATANTE, aberta junto ao BANCO CENTRALIZADOR, para onde serão destinadas todas as receitas da CONTRATANTE em decorrência da prestação dos serviços de saneamento básico.
CONTA GARANTIA: é a conta bancária de titularidade da CONTRATANTE, aberta junto ao BANCO CENTRALIZADOR, na qual serão depositados os valores que serão utilizados para garantir o adimplemento, por parte da CONTRATANTE, das obrigações pecuniárias perante a SPE.
CONTRAPRESTAÇÃO: é a remuneração mensal a que a SPE fará jus em decorrência da execução dos SERVIÇOS, a ser paga pela CONTRATANTE, calculada conforme especificado neste CONTRATO e com base nos valores constantes da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA.
CONTRATANTE: é a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia, empresa pública de direito privado, transformada nos termos da Lei Complementar Municipal nº 637, de 16 de setembro de 2011, responsável por prover os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos à população do MUNICÍPIO.
CONTRATO: é o instrumento jurídico a ser celebrado entre a CONTRATANTE e a SPE, com a interveniência anuência da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, que regerá a PPP ADMINISTRATIVA.
EDITAL: é o instrumento convocatório e seus Anexos, regulador dos termos e condições da LICITAÇÃO.

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: é a garantia a ser prestada pela SPE, de forma a garantir o fiel cumprimento de suas obrigações previstas neste CONTRATO.
GARANTIA DE PAGAMENTO: é a garantia oferecida pela CONTRATANTE, quanto ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, das multas e das indenizações que vierem a ser devidas à SPE, nos termos deste CONTRATO.
INTERVENIENTE ANUENTE: é a AGÊNCIA REGULADORA PCJ
LICITAÇÃO: é o procedimento administrativo – Concorrência Pública Nacional nº 01/2012, objeto do EDITAL e seus Anexos, por meio do qual foi selecionada a proposta mais vantajosa para a CONTRATANTE, com vistas à contratação da PPP ADMINISTRATIVA.
LICITANTE VENCEDORA: é a empresa ou consórcio de empresas considerado vencedor na LICITAÇÃO e que constituirá a SPE.
MUNICÍPIO: é o Município de Estância de Atibaia – SP.
ORDEM DE SERVIÇO: é o ato a ser emitido pela CONTRATANTE, por meio do qual fica autorizado o início da execução dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.
PARTE(S): são a CONTRATANTE e a SPE.
PERÍODO DE TRANSIÇÃO: é o período de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, durante o qual será feito o processo de transição do sistema de esgotamento sanitário, da CONTRATANTE à SPE, e da sua respectiva operação.
PPP ADMINISTRATIVA: é a presente contratação de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação dos SERVIÇOS, de que a CONTRATANTE será usuária, nos termos da Lei Federal nº 11.079/04, da Lei Federal nº 11.445/07 e das Leis Municipais nº 4.032/11 e nº 4.044/11.
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO: é o plano municipal de saneamento, elaborado nos termos da Lei Federal nº 11.445/07 e aprovado pelo Decreto Municipal nº 6.907, de 25 de novembro de 2011, que apresenta o relatório de diagnóstico, prognóstico e ações a serem adotadas nas áreas técnica e comercial da operação do sistema de esgotos sanitários do MUNICÍPIO.
PROPOSTA COMERCIAL: é a proposta apresentada pela LICITANTE VENCEDORA durante a LICITAÇÃO, contendo a oferta dos valores que comporão a CONTRAPRESTAÇÃO, na forma exigida no Anexo III (Diretrizes para a elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL, a ser paga pela CONTRATANTE à SPE, por força do CONTRATO.
PROPOSTA TÉCNICA: é a proposta da LICITANTE VENCEDORA que contém a metodologia para a execução do objeto da PPP ADMINISTRATIVA e demais informações exigidas no Anexo II do EDITAL.
PROPOSTAS: é a denominação conjunta da PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL.
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: são as receitas alternativas, complementares, acessórias ou oriundas de projetos associados, referidas no artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/95, que a SPE poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos deste CONTRATO.
SALDO MÍNIMO INICIAL: é o saldo mínimo que existirá na CONTA GARANTIA, como condição de eficácia do CONTRATO, e que deverá ser mantido, na forma das Cláusulas Dezessete e Dezoito do CONTRATO, até que se constitua o SALDO MÍNIMO INTEGRAL.
SALDO MÍNIMO INTEGRAL: é o saldo mínimo que deverá ser constituído na CONTA GARANTIA por parte da CONTRATANTE, no prazo de até 12 (doze) meses contados da data de assinatura do CONTRATO, e mantido até a liquidação de todas as obrigações assumidas pela CONTRATANTE por força do presente CONTRATO, conforme Cláusulas Dezessete e Dezoito do CONTRATO.
SERVIÇOS: são os serviços de esgotamento sanitário, que compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, contemplando a realização das obras e investimentos necessários para atender às metas de universalização do

sistema, bem como a assunção, a operação e a manutenção de todo o sistema operacional existente, composto de redes, estações elevatórias, estações de tratamento e demais instalações e atividades correlatas a prestação de serviço de coleta, tratamento de esgoto e disposição final do lodo do MUNICÍPIO, nos termos fixados na legislação municipal, na regulamentação respectiva, no EDITAL e seus Anexos, e neste CONTRATO.
SPE: é a sociedade de proposito especifico constituída pela LICITANTE VENCEDORA, nos prazos e condições definidos no EDITAL e neste CONTRATO, que celebra o presente CONTRATO com a CONTRATANTE e que prestará os SERVIÇOS, recebendo a devida CONTRAPRESTAÇÃO.
TERMO DE REFERÊNCIA: é o conjunto de elementos e dados, incluindo o plano básico para a exploração do serviço, o diagnóstico básico do sistema de esgotamento sanitário, as especificações do serviço adequado, as metas a serem observadas e todas as demais informações necessárias para caracterizar os SERVIÇOS, que integra o EDITAL como Anexo IV.
TERMO DE ENTREGA E SITUAÇÃO DOS BENS: é o documento a ser emitido e assinado pelas PARTES e pelo INTERVENIENTE-ANUENTE, que identificará e descreverá os BENS AFETOS existentes à época da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, bem como as condições de sua transferência à SPE.

CLÁUSULA TRÊS – ANEXOS

3.1 Para melhor caracterização do objeto do CONTRATO, integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, para todos os efeitos de direito, os seguintes documentos:
a) Anexo I – EDITAL e Anexos da Concorrência Pública nº 017/2012;
b) Anexo II – PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE VENCEDORA; e
c) Anexo III – PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA.

CLÁUSULA QUATRO – INTERPRETAÇÃO

4.1 Em caso de divergência entre as disposições previstas na legislação aplicável, no EDITAL e neste CONTRATO, prevalecerá o seguinte:
a) em primeiro lugar, as disposições constantes das normas legais;
b) em segundo lugar, as disposições constantes deste CONTRATO;
c) em terceiro lugar, as disposições constantes do EDITAL e seus Anexos;
d) por último, as disposições constantes das PROPOSTAS.

CLÁUSULA CINCO - REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

5.1. Este CONTRATO é regido pelas disposições e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, que lhe sejam pertinentes.
5.2. O regime jurídico deste CONTRATO confere à Administração Pública as prerrogativas de:
a) alterá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, assegurado sempre seu equilíbrio econômico-financeiro;
b) promover sua extinção;
c) acompanhar sua execução;
d) aplicar as sanções estipuladas neste CONTRATO, além das previstas em lei, em decorrência de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA SEIS - OBJETO DO CONTRATO

6.1. O objeto do presente CONTRATO consiste na contratação de PPP ADMINISTRATIVA para a prestação dos SERVIÇOS.
6.2. Para fins de atendimento ao objeto da presente contratação, a SPE deverá elaborar todos os projetos de engenharia necessários à execução dos SERVIÇOS, levando em conta, para tanto, as disposições do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, do EDITAL e seus Anexos, especialmente o TERMO DE REFERÊNCIA, observadas as disposições da Cláusula Doze.
6.3. A execução das obras referentes à PPP ADMINISTRATIVA deverá respeitar com rigor todas as disposições, prazos e especificações técnicas constantes deste CONTRATO e do EDITAL.
6.4. A prestação dos SERVIÇOS deverá obedecer ao disposto na legislação, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no EDITAL, na PROPOSTA TÉCNICA e neste CONTRATO.

CLÁUSULA SETE – METAS DE DESEMPENHO DA SPE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, conforme Cláusula Oito, a SPE deverá cumprir, nos termos deste CONTRATO, as metas, indicadores e padrões de qualidade descritos no Anexo IV (TERMO DE REFERÊNCIA) do EDITAL.
7.1.1 Fica certo que a PPP ADMINISTRATIVA consiste em contratação de fim, devendo a SPE observar os resultados previstos nas metas predeterminadas pela CONTRATANTE.
7.2. O TERMO DE REFERÊNCIA, que contém as metas de desempenho da execução dos SERVIÇOS, especifica o detalhamento das normas técnicas e dos padrões de lançamento dos efluentes, a serem observadas pela SPE para a prestação dos SERVIÇOS.
7.3. Na hipótese de a SPE ficar impedida de atingir as metas, total ou parcialmente, por motivos que não lhe sejam imputáveis, a CONTRATANTE promoverá a adaptação dos objetivos e metas da PPP ADMINISTRATIVA, observado o interesse público, limitada à parcela do serviço em que incidir o impedimento de execução pela SPE, sem prejuízo do cumprimento, se for o caso, das demais disposições deste CONTRATO aplicáveis à espécie, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
7.4. Caso a AGÊNCIA REGULADORA PCJ venha a editar novas regras, indicadores e parâmetros de desempenho relativos a serviços de esgotamento sanitário e que devam ser atendidos pela SPE ou caso o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, em suas revisões, estabeleça novos parâmetros, obrigações e metas à SPE, aplicar-se-á a revisão deste CONTRATO, conforme Cláusulas Vinte e Um e Vinte e Dois.

CLÁUSULA OITO – EFICÁCIA, PRAZO E PRORROGAÇÃO DA PPP ADMINISTRATIVA

8.1. O presente CONTRATO terá eficácia a partir do dia seguinte em que se verificar ocorrência de todos os fatos abaixo mencionados:
a) assinatura dos instrumentos mencionados na Subcláusula 17.11;
b) emissão de declaração, por parte do BANCO CENTRALIZADOR, afirmando que os mecanismos previstos nos instrumentos mencionados no Subcláusula 17.11, estão em condições para serem operacionalizados, a partir da data da declaração;
c) comprovação, pela CONTRATANTE, de que as licenças, alvarás e demais atos administrativos relativos aos BENS AFETOS que forem entregues à SPE encontram-se em situação regular ou de que já foram adotadas todas as providências necessárias para tal regularização;

d) constituição do SALDO MÍNIMO INICIAL na CONTA GARANTIA equivalente a 2 (duas) vezes o valor da primeira CONTRAPRESTAÇÃO projetada com base na PROPOSTA COMERCIAL.

8.1.1. Os fatos ensejadores da eficácia previstos nas alíneas acima deverão ocorrer em até 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura do CONTRATO.

8.1.2. Em até 5 (cinco) dias contados da data de início da eficácia, a CONTRATANTE deverá emitir a ORDEM DE SERVIÇO em nome da SPE.

8.1.3. Os direitos e obrigações das PARTES serão exigíveis e devidos a partir da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

8.2. O prazo da PPP ADMINISTRATIVA é de 30 (trinta) anos, contado da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, momento em que se dará a assunção do sistema de esgotamento sanitário existente, com todos os respectivos BENS AFETOS.

8.3. A critério exclusivo da CONTRATANTE, para assegurar a continuidade e a qualidade dos SERVIÇOS e com base nos relatórios técnicos que lhe forem submetidos sobre as condições da prestação dos SERVIÇOS pela SPE, o prazo da PPP ADMINISTRATIVA será prorrogado até o limite permitido pela legislação aplicável, mediante aprovação, pela CONTRATANTE, de novo plano de investimento apresentado pela SPE, referente ao novo período contratual.

8.4. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado pela SPE à CONTRATANTE até 12 (doze) meses antes do término do prazo da PPP ADMINISTRATIVA, acompanhado dos comprovantes atualizados de regularidade e de adimplemento das obrigações fiscais e previdenciárias, bem como de quaisquer outros encargos previstos na legislação pertinente.

8.5. A CONTRATANTE se manifestará sobre o requerimento de prorrogação até o último dia do 6º (sexto) mês anterior ao termo final do prazo da PPP ADMINISTRATIVA, devendo analisar tal requerimento levando em consideração todos os dados e informações sobre a SPE e os SERVIÇOS por ela prestados.

8.5.1. A CONTRATANTE decidirá acerca da prorrogação do prazo da PPP ADMINISTRATIVA, dispondo sobre a totalidade dos termos contratuais do novo período de PPP ADMINISTRATIVA, observados os requisitos técnicos indispensáveis para a adequada prestação dos SERVIÇOS.

8.6. As condições e procedimentos para prorrogação de prazo de que trata esta Cláusula não se aplicam aos casos de prorrogação para fins de readequação do equilíbrio econômico-financeiro.

8.7. O prazo de prorrogação da PPP ADMINISTRATIVA deverá obedecer aos limites do artigo 5º, inciso I, da Lei Federal nº 11.079/04.

CLÁUSULA NOVE – BENS AFETOS

9.1. A PPP ADMINISTRATIVA será integrada pelos BENS AFETOS, sendo que aqueles que já integram o sistema de esgotamento sanitário existente até a data de publicação do EDITAL estão relacionados no Anexo V (BENS AFETOS) do EDITAL.

9.1.1. Concomitantemente à emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a CONTRATANTE procederá à entrega do sistema de esgotamento sanitário à SPE, com todos os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA, os quais serão utilizados pela SPE para a execução dos SERVIÇOS.

9.1.2. No ato de entrega dos BENS AFETOS já existentes, será lavrado o TERMO DE ENTREGA E SITUAÇÃO DOS BENS, a ser assinado pelas PARTES e pelo INTERVENIENTE-ANUENTE.

9.2. Os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA não poderão ser alienados ou onerados pela SPE, por qualquer forma, sob pena de caducidade, e reverterão à CONTRATANTE quando da extinção do CONTRATO.

9.3. Os bens da SPE que não estejam afetos à PPP ADMINISTRATIVA e, portanto, não sejam considerados como essenciais à execução dos SERVIÇOS, poderão ser onerados ou alienados pela SPE, desde que tal oneração ou alienação não afete a qualidade dos SERVIÇOS nem acarrete a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da SPE, de modo que seja preservada a continuidade da adequada prestação dos SERVIÇOS.
9.4. Os BENS AFETOS deverão estar devidamente registrados e contabilizados pela SPE, na forma das normas vigentes.
9.5. A CONTRATANTE obriga-se a entregar à SPE os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

CLÁUSULA DEZ – ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO e da assinatura do TERMO DE ENTREGA E SITUAÇÃO DOS BENS, a SPE assumirá os SERVIÇOS, iniciando-se o PERÍODO DE TRANSIÇÃO.
10.2. Durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, o pessoal da CONTRATANTE atuará em conjunto com o pessoal da SPE, instruindo e prestando suporte em relação aos SERVIÇOS assumidos.
10.2.1. Fica certo que, no PERÍODO DE TRANSIÇÃO, o pessoal da CONTRATANTE já não estará mais prestando os SERVIÇOS, exercendo atividades exclusivas de instrução e suporte ao pessoal da SPE.
10.3. Ao final do PERÍODO DE TRANSIÇÃO, a CONTRATANTE e a SPE farão os ajustes eventualmente necessários no TERMO DE ENTREGA E SITUAÇÃO DOS BENS, para contemplar as reais condições e estado de conservação dos BENS AFETOS.
10.4. Fica certo que, iniciado o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, a SPE já dará início aos SERVIÇOS, sendo responsável por sua execução e tendo direito, por conseguinte, ao recebimento da respectiva CONTRAPRESTAÇÃO.

CLÁUSULA ONZE – SPE

11.1. A SPE, constituída pela LICITANTE VENCEDORA sob uma das formas admitidas na legislação aplicável, deverá ter como único objeto a execução dos SERVIÇOS, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, de modo a viabilizar o cumprimento do CONTRATO.
11.2. O prazo de duração da SPE deverá corresponder ao prazo para cumprimento de todas as suas obrigações previstas neste CONTRATO.
11.3. O controle efetivo da SPE deverá ser exercido pela LICITANTE VENCEDORA, no caso de empresa isolada.
11.4. No caso de a LICITANTE VENCEDORA ter sido um consórcio, a titularidade do controle efetivo da SPE deverá ser exercida pelos controladores do consórcio na data de apresentação das PROPOSTAS.
11.5. Entende-se por controle efetivo da SPE a titularidade da maioria do capital votante, expresso em ações ordinárias nominativas com direito a voto ou em quotas, ou pelo exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades, disciplinado em eventual acordo de acionistas ou de quotistas da SPE ou documento com igual finalidade, nos termos da legislação aplicável.
11.6. O controle efetivo da SPE, independentemente de a LICITANTE VENCEDORA ter sido um consórcio ou uma empresa isolada, poderá ser transferido somente mediante anuência prévia da CONTRATANTE, se houver o cumprimento, pelo pretendente, das exigências de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fis-

cal, necessárias à assunção dos SERVIÇOS, bem como a apresentação de declaração de que cumprirá todas as condições e termos referentes ao objeto do presente CONTRATO.

11.6.1. A CONTRATANTE deverá aprovar, previamente, a associação da SPE com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação pretendidas pela SPE, observadas as disposições sobre a transferência de controle estabelecidas no EDITAL e neste CONTRATO.

11.6.2. Serão livres a cessão, a alienação e a transferência de ações ou quotas da SPE que não importem alteração do controle societário, devendo a SPE comunicar esses atos à CONTRATANTE.

11.7. A transferência do controle societário da SPE aos financiadores encontra-se regulada na Cláusula Trinta e Um.

11.8. Na hipótese de descumprimento do disposto nesta Cláusula, o CONTRATO poderá ser extinto antecipadamente pela CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Trinta e Quatro deste CONTRATO.

CLÁUSULA DOZE – PROJETOS

12.1. A SPE deverá apresentar à CONTRATANTE, previamente à execução das obras e atividades correlatas que integram o objeto da PPP ADMINISTRATIVA e que são de sua responsabilidade, os respectivos projetos de engenharia necessários.

12.2. Para a elaboração dos projetos, a SPE deverá levar em consideração as disposições do EDITAL, especialmente o TERMO DE REFERÊNCIA.

12.3. Após a data de entrega de cada projeto pela SPE, a CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias para sua análise e aprovação.

12.4. Caso a CONTRATANTE determine alguma alteração ao projeto entregue, após sua análise, a SPE terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à alteração determinada.

12.5. A partir da alteração efetuada, a CONTRATANTE terá novo prazo de 10 (dez) dias para análise e aprovação do respectivo projeto alterado.

12.6. Uma vez concluído o projeto entregue, com a incorporação das alterações eventualmente determinadas, a CONTRATANTE emitirá, por escrito, termo de aprovação do projeto, em até 5 (cinco) dias contados de tal conclusão.

12.6.1. Uma vez transcorrido qualquer prazo mencionado nesta Cláusula sem a manifestação da CONTRATANTE acerca da versão inicial do projeto entregue ou de suas adaptações, o projeto e/ou alterações respectivas serão considerados aprovados, ficando a SPE autorizada a prosseguir com as medidas para a execução das obras e atividades correspondentes.

12.7. A CONTRATANTE não exigirá alterações que contrariem a legislação ambiental vigente ou que conflitem com as exigências fixadas nas licenças ambientais já emitidas.

CLÁUSULA TREZE – OBRAS

13.1. A SPE deverá executar as obras que integram o objeto da PPP ADMINISTRATIVA de acordo com os termos deste CONTRATO, observado o disposto na Cláusula Sete, sendo que os respectivos recebimentos por parte da CONTRATANTE serão realizados por blocos de obras, nos termos da Cláusula Catorze.

13.2. A SPE deverá utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem a integral solidez e segurança as obras.

13.3. A eventual reprovação, pela CONTRATANTE, de parcela ou da totalidade das obras, em qualquer momento, em decorrência de ação ou omissão da SPE, não implicará alteração dos prazos a serem cumpridos pela SPE nem lhe eximirá da aplicação das multas contratuais cabíveis.

10/40

13.4. Ao final da execução de cada bloco de obras, a SPE deverá encaminhar à CONTRATANTE toda a documentação correspondente, incluindo, mas não se limitando, a projetos de engenharia, croquis, manuais e demais documentos correlatos.
13.5. As obras previstas neste CONTRATO deverão ser executadas sem a paralisação do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existente, excetuados os casos previstos no CONTRATO e na legislação pertinente.

CLÁUSULA CATORZE – RECEBIMENTO DAS OBRAS

14.1. A CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório e ao recebimento definitivo de cada um dos blocos de obras previstas no Anexo III (Diretrizes para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL.
14.2. Uma vez concluído cada bloco de obras, a SPE notificará o fato à CONTRATANTE, por escrito, para que essa última, dentro de 10 (dez) dias a partir da data da notificação, proceda às vistorias necessárias.
14.3. Caso a CONTRATANTE, no prazo referido na Subcláusula 14.2, ateste que parcela ou a totalidade das obras entregues pela SPE está em conformidade com as estipulações deste CONTRATO, expedirá o respectivo Termo de Recebimento Provisório. Caso contrário, a SPE será notificada para que corrija as imperfeições apontadas, obrigando-se a realizar, imediatamente, os reparos e/ou complementações exigidas.
14.3.1. Na hipótese de omissão da CONTRATANTE em relação à realização da vistoria, à emissão da notificação de correção e/ou à emissão do Termo de Recebimento Provisório, as obras respectivas serão consideradas aceitas no dia seguinte ao término do prazo referido na Subcláusula 14.2.
14.4. A partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a SPE dará início à operação do bloco de obras e instalações aceito e recebido provisoriamente, podendo cobrar a CONTRAPRESTAÇÃO correspondente a essa operação, conforme previsto no Anexo III (Diretrizes para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL.
14.5. A operação do bloco de obras e instalações construído e recebido provisoriamente dar-se-á no regime de "start up", quando for aplicável, sendo que tal período será de 90 (noventa) dias a contar da emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório.
14.6. Uma vez concluído o período de "start up", a SPE deverá notificar a CONTRATANTE para que essa última, em até 10 (dez) dias contados da referida notificação, expeça o Termo de Recebimento Definitivo de parcela ou da totalidade das obras correlatas, sem prejuízo das responsabilidades da SPE, na forma da legislação vigente e deste CONTRATO.
14.7. Em relação às obras que não necessitem do período de "start up", a CONTRATANTE deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo em até 30 (trinta) dias contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, na forma prevista nesta Cláusula.
14.8. Na hipótese de omissão da CONTRATANTE em relação à emissão do Termo de Recebimento Definitivo, no prazo definido na Subcláusula 14.6 ou 14.7, conforme o caso, o bloco de obras respectivo será considerado aceito definitivamente pela CONTRATANTE no dia seguinte ao término do prazo fixado nas Subcláusulas acima referidas.
14.9. Até o final do CONTRATO, a SPE ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as obras objeto de Termo de Recebimento das Obras em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de má execução por parte da SPE.
14.10. O recebimento das obras pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da SPE pela solidez e segurança das respectivas obras, nos limites estipulados neste CONTRATO e na legislação vigente.

CLÁUSULA QUINZE – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. A SPE, durante todo o prazo da PPP ADMINISTRATIVA, deverá prestar os SERVIÇOS de acordo com o disposto neste CONTRATO.

15.2. Na prestação dos SERVIÇOS, a SPE terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia, e observará as prescrições deste CONTRATO, da legislação específica, das normas regulamentares da AGÊNCIA REGULADORA PCJ aplicáveis aos SERVIÇOS e das instruções e determinações da CONTRATANTE, pertinentes à prestação dos SERVIÇOS.

15.3. A prestação dos SERVIÇOS deverá atender às metas previstas para esta PPP ADMINISTRATIVA, tendo sempre em vista o interesse público na obtenção do serviço adequado.

15.4. Para efeito do cumprimento da Subcláusula anterior, serviço adequado é o que satisfaz as condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade da CONTRAPRESTAÇÃO, considerando-se:

a) regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no CONTRATO e seus Anexos, bem como nas normas técnicas aplicáveis;

b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da oferta dos SERVIÇOS;

c) eficiência: a execução dos SERVIÇOS de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos na regulamentação aplicável, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento do CONTRATO;

d) atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, e sua conservação e manutenção;

e) cortesia na prestação dos serviços: conferir tratamento a todos com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;

f) modicidade da CONTRAPRESTAÇÃO: a justa correlação entre os encargos da PPP ADMINISTRATIVA, as receitas da SPE e a CONTRAPRESTAÇÃO paga pela CONTRATANTE.

15.5. A qualidade dos SERVIÇOS envolve a adoção de procedimentos e práticas, visando a melhoria da continuidade da prestação dos SERVIÇOS, não acarretando riscos à saúde ou à segurança da comunidade, exceto os intrínsecos à própria atividade.

15.6. A segurança implica práticas e medidas que deverão ser adotadas para evitar ou minimizar a exposição da comunidade a riscos ou perigos decorrentes de inadequada prestação dos SERVIÇOS e da não conformidade com normas técnicas e regulamentos aplicáveis, cabendo à SPE:

a) avisar de imediato a CONTRATANTE acerca de qualquer fato que, resultante das atividades concedidas, coloque em risco a saúde e a segurança pública, devendo o respectivo aviso incluir as possíveis causas que deram origem ao fato, assim como as medidas adotadas e planejadas para sua solução;

b) na ocorrência de sinistro, avisar imediatamente a CONTRATANTE e apresentar-lhe, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de sua ocorrência, um relatório detalhado sobre as causas que lhe deram origem e as medidas adotadas para seu controle;

c) capacitar seus empregados para a prevenção e o atendimento de situações de emergência e de sinistros; e

d) proporcionar o auxílio que seja solicitado pelas autoridades competentes, em caso de emergência ou de sinistro.

15.7. A SPE fica obrigada a avisar previamente a CONTRATANTE acerca de quaisquer circunstâncias que afetem a qualidade, a continuidade, a eficiência e a segurança dos SERVIÇOS e que atinjam ou impliquem modificação nas condições de sua prestação.

15.8. Quaisquer normas, regulamentos, instruções ou determinações de caráter geral e que sejam aplicáveis aos SERVIÇOS, expedidas pelo Poder Público competente, deverão ser atendidas pela SPE, como condições implícitas deste CONTRATO, observada a necessidade de, concomitantemente, proceder-se à readequação do equilíbrio econômico-financeiro, na forma prevista neste CONTRATO.
15.9. Sem prejuízo do cumprimento do estabelecido na legislação, a SPE obriga-se a manter os níveis de qualidade e continuidade dos SERVIÇOS, aplicando-se, quando for o caso, a legislação superveniente, devendo ser respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA DEZESSEIS – RECEITAS DA SPE

16.1. A SPE terá direito a receber a CONTRAPRESTAÇÃO pelos SERVIÇOS prestados, nos termos estabelecidos neste CONTRATO, incluindo a PROPOSTA COMERCIAL.
16.2. Visando à modicidade da CONTRAPRESTAÇÃO, será garantido à SPE, ainda, o direito a auferir RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, devendo essas, obrigatoriamente, ser contempladas para a verificação do inicial equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em conformidade com o disposto no art. 11 da Lei Federal nº 8.987/95.
16.3. As RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS poderão ser exploradas pela SPE desde que a execução dessas atividades: (i) seja previamente autorizada pela CONTRATANTE; (ii) não ultrapasse o prazo da PPP ADMINISTRATIVA ou de sua eventual prorrogação; e (iii) não acarrete prejuízo à normal prestação dos SERVIÇOS.
16.4. A exploração de fontes de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS deverá atender à legislação municipal, estadual e federal pertinente.

CLÁUSULA DEZESSETE – CONTRAPRESTAÇÃO

17.1. A CONTRAPRESTAÇÃO a que a SPE fará jus será calculada segundo a fórmula abaixo:
CPM = CPF + CPV
Onde:
CPM = valor da CONTRAPRESTAÇÃO (R$/mês);
CPF = R$ [_], contraprestação fixa por mês, ofertada pela LICITANTE VENCEDORA em sua PROPOSTA COMERCIAL, que é igual a CPFO + CPFI, onde:
CPFO = R$ [_], contraprestação fixa por mês, relativa ao custo operacional, que englobará todos os componentes referidos no Anexo III (Diretrizes para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL;
CPFI = R$ [_], contraprestação fixa por mês, relativa aos investimentos, que englobará todos os componentes referidos no Anexo III (Diretrizes para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL.
CPV = Contraprestação Variável (R$/mês), que é igual a PU x VTM, onde:
PU = R$ [_], preço unitário ofertado pela LICITANTE VENCEDORA em sua PROPOSTA COMERCIAL (R$/m3);
VTM = volume de esgoto coletado e tratado e efetivamente medido pela SPE no mês (m3/mês), onde:
VTM = 1,1 x volume de esgoto faturado tratado pela CONTRATANTE (limitador para o volume de infiltração e de águas pluviais conectadas à rede de esgoto).
17.1.1. O valor mínimo do índice de cobertura do tratamento de esgoto a ser considerado enquanto a SPE não der início à sua macromedição é de 43% (quarenta e três por cento).

13740

17.1.2. O volume de esgoto faturado pela CONTRATANTE será, no mínimo, o montante correspondente ao volume de esgoto estimado para o primeiro ano de vigência da PPP ADMINISTRATIVA, previsto no Anexo III (Diretrizes para a Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL - MODELO - PROJEÇÃO DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DA SPE) do EDITAL, dividido por 12 (doze), acrescido da variação, em porcentagem, entre o número de imóveis da ÁREA DA PPP ligados à rede de esgoto no mês em referência e o número de imóveis da ÁREA DA PPP ligados à rede de esgoto no primeiro mês de vigência do CONTRATO.

17.1.3. Para o cálculo da contraprestação variável (CPV), o volume efetivamente medido não poderá superar em mais de 10% (dez por cento) o volume de esgoto tratado faturado pela CONTRATANTE, no mesmo período da medição. Caso isso ocorra, o volume a ser utilizado para o cálculo da contraprestação variável será calculado da seguinte forma:

VTM = 1,1 x volume de esgoto tratado faturado pela CONTRATANTE

17.1.3.1. A limitação prevista nesta Subcláusula 17.1.3 poderá ser revista, caso o índice de perdas totais do sistema seja superior às verificadas na data de apresentação das PROPOSTAS, correspondente ao valor estimado de 47% (quarenta e sete por cento), conforme referência o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO – Relatório 4.

17.1.3.2. Considera-se índice de perdas totais a razão da diferença do volume produzido de água pelo volume micromedido, em relação ao volume produzido.

17.1.4. A CONTRATANTE enviará mensalmente, até o primeiro dia útil do mês subsequente, os dados de volume faturado de esgoto, o índice de cobertura de tratamento de esgoto e o índice de perdas totais.

17.1.5. No caso de a CONTRATANTE não enviar os dados relativos ao índice de cobertura de tratamento de esgoto e/ou o volume faturado de esgoto até o primeiro dia útil do mês subsequente, considerar-se-á o seguinte:

i) se a CONTRATANTE não enviar o índice de cobertura:

a) enquanto a SPE não realizar a sua macromedição, considerar-se-á o índice de cobertura mínimo previsto no item 17.1.1;

b) uma vez iniciada a macromedição pela SPE, considerar-se-á o índice de cobertura por ela apurado para o mês em referência;

ii) se a CONTRATANTE não enviar o volume de esgoto faturado, a SPE deverá considerar a média do volume de esgoto faturado dos 3 (três) meses anteriores, disponibilizados pela CONTRATANTE.

17.1.5.1. Caso a CONTRATANTE venha a enviar, após o prazo previsto nesta Subcláusula 17.1.5, "caput", os dados relativos ao índice de cobertura de tratamento de esgoto e/ou o volume de esgoto faturado referente a determinado mês, as PARTES apurarão eventual diferença a maior ou a menor em favor de uma ou de outra e tal diferença será refletida na fatura seguinte, observado o disposto na Subcláusula 17.1.6.

17.1.6. Na hipótese de o índice de cobertura apurado pela SPE ser diferente do índice de cobertura apurado pela CONTRATANTE, independentemente do momento, aplicar-se-á o disposto na Subcláusula 17.7 com relação a tal índice.

17.1.7. No cálculo final do valor da CPV, serão adotadas as regras estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA quanto ao IES.

17.2. A contraprestação fixa – CPF devida à SPE será calculada considerando-se um fator de ajuste, em função do recebimento provisório de determinado bloco de obras e a consequente disponibilização dos SERVIÇOS correlatos pela SPE, de acordo com a tabela prevista no Anexo III (Diretrizes para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL) do EDITAL.

17.2.1. Fica certo que os períodos indicados na tabela acima mencionada são períodos referenciais máximos, sendo que, caso a SPE finalize determinado bloco de obras e, consequen-

temente, disponibilize os SERVIÇOS correlatos antes dos prazos definidos em tal tabela, fará jus ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO proporcionalmente aos SERVIÇOS disponibilizados.

17.3. A CONTRAPRESTAÇÃO deverá possibilitar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e custos financeiros, decorrentes dos investimentos realizados pela SPE.

17.4. Para o recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO, a SPE apresentará relatório mensal dos SERVIÇOS executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, juntamente com o respectivo IES ("índice de eficiência de serviço", calculado mensalmente pela SPE, conforme TERMO DE REFERÊNCIA), sempre no 1º (primeiro) dia útil do mês posterior ao
da execução dos SERVIÇOS.

17.5. A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para analisar o relatório mensal dos SERVIÇOS e o IES, o que inclui a conferência da medição do volume de esgotos tratados nas estações de tratamento de esgotos a serem operadas pela SPE, devendo emitir, no mesmo prazo, o correspondente atestado de aprovação.

17.6. Na hipótese de a CONTRATANTE não se manifestar formalmente a respeito do relatório mensal dos SERVIÇOS prestados, no prazo fixado na Subcláusula anterior, os SERVIÇOS serão considerados aceitos, podendo a SPE emitir a fatura correspondente, nos termos desta Cláusula, sendo certo que os valores eventualmente pagos a maior serão compensados nas faturas futuras, em parcelas mensais iguais e sucessivas, com valor limitado a 10% (dez por cento) do valor da CONTRAPRESTAÇÃO.

17.7. Na hipótese de a CONTRATANTE contestar, parcial ou integralmente, o relatório de SERVIÇOS apresentado pela SPE e/ou o IES calculado por essa última, independentemente do momento em que tal contestação se verificar, a SPE poderá recorrer à AGÊNCIA REGULADORA PCJ, para que ela resolva a controvérsia existente.

17.8. As faturas deverão ser emitidas pela SPE e encaminhadas à CONTRATANTE ou ao órgão administrativo que essa última indicar, com cópia para o BANCO CENTRALIZADOR, em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da aprovação do relatório de SERVIÇOS, de acordo com a Subcláusula 17.5 ou a 17.6, conforme o caso, devendo estar regularizadas em seus aspectos formais e fiscais.

17.9. As faturas serão emitidas tão somente em relação aos SERVIÇOS e respectivos valores incontroversos, que não tenham sido contestados pela CONTRATANTE no prazo previsto na Subcláusula 17.5.

17.10. As faturas terão vencimento no prazo de 5 (cinco) dias contados da emissão da fatura dos SERVIÇOS pela SPE e serão pagas pela CONTRATANTE, por intermédio do BANCO CENTRALIZADOR, que utilizará os recursos financeiros existentes na CONTA CENTRALIZADORA, considerando-se uma dada mensal, na forma a seguir:

a) a partir do mês de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, e assim sucessivamente, a totalidade dos valores que forem sendo arrecadados pelos AGENTES ARRECADADORES em nome da CONTRATANTE serão destinados à CONTA CENTRALIZADORA;

b) dos valores indicados na alínea "a" acima, 100% (cem por cento) do valor referente às tarifas de esgotamento sanitário recebidos entre o primeiro e o último dia do mês corrente serão retidos na CONTA CENTRALIZADORA, para eventual reposição do SALDO MÍNIMO INICIAL ou do SALDO MÍNIMO INTEGRAL da CONTA GARANTIA, conforme o caso, e para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO no mês subsequente, ficando certo que, no mês de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, em que não há obrigação de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, o restante da receita arrecadada será repassado à conta corrente da CONTRATANTE, aplicando-se o disposto abaixo nos meses subsequentes em relação a esse restante;

c) em relação ao mês de pagamento, na data de vencimento da fatura emitida pela SPE, o BANCO CENTRALIZADOR destinará o valor retido no mês anterior na CONTA CENTRALIZADORA, para eventual reposição do SALDO MÍNIMO INICIAL ou do SALDO MÍNIMO IN-

TEGRAL da CONTA GARANTIA e, posteriormente, para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, conforme previsto na alínea "i" acima;
d) se, na data de vencimento da fatura emitida pela SPE, o valor retido e existente na CONTA CENTRALIZADORA não for suficiente, após efetuada eventual reposição do SALDO MÍNIMO INICIAL ou do SALDO MÍNIMO INTEGRAL da CONTA GARANTIA, para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO, todos os valores destinados pelos AGENTES ARRECADADORES à CONTA CENTRALIZADORA, com exceção dos valores relativos aos serviços de esgotamento sanitário (que serão retidos na CONTA CENTRALIZADORA para cumprimento das obrigações da CONTRATANTE do mês subsequente) deverão, a partir do dia seguinte ao do vencimento da referida fatura, ser diretamente remetidos à conta corrente da SPE, até o pagamento do valor integral da CONTRAPRESTAÇÃO indicado na fatura;
e) o eventual saldo remanescente na CONTA CENTRALIZADORA, após as reposições e pagamentos devidos, será destinado à conta corrente da CONTRATANTE.
17.11. Para a viabilização do disposto na Subcláusula 17.10, a CONTRATANTE compromete-se a:
a) concomitantemente com a celebração do CONTRATO, celebrar com o BANCO CENTRALIZADOR instrumento por meio do qual autorizará essa instituição a realizar a transferência automática de valores da CONTA CENTRALIZADORA à conta corrente da SPE e à CONTA GARANTIA, e adotar as demais providências que forem necessárias para essa operacionalização, ficando certo que a SPE assinará o referido instrumento na qualidade de interveniente-anuente;
b) aditar os instrumentos que mantém com os BANCOS ARRECADADORES, para (i) incluir a obrigação de transferência de todos os valores por eles arrecadados à CONTA CENTRALIZADORA e para (ii) incluir a SPE como interveniente anuente.
17.12. Nenhum pagamento que for feito a seu favor isentará a SPE das obrigações previstas neste CONTRATO, quaisquer que sejam, nem implicará a aprovação definitiva dos SERVIÇOS executados.
17.13. No caso de atraso da CONTRATANTE no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO devida à SPE, a CONTRATANTE deverá arcar com multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, devendo o saldo devedor (principal e encargos moratórios) ser corrigido monetariamente, "pro rata die", em 1% (um por cento) ao mês, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor, sem prejuízo da utilização da GARANTIA DE PAGAMENTO.
17.14. Além do disposto na Subcláusula 17.13, caso o atraso referido em tal Subcláusula ultrapasse o prazo de 90 (noventa) dias, a SPE poderá suspender a execução dos SERVIÇOS até que a CONTRATANTE efetue o pagamento do valor em atraso, conforme previsto no artigo 78, inciso XV, da Lei Federal nº 8.666/93.
17.15. Aplicar-se-á a esta PPP ADMINISTRATIVA o disposto no Capítulo I, Seção VII, do EDITAL.

CLÁUSULA DEZOITO – GARANTIA DE PAGAMENTO

18.1. Para fins de garantir o pagamento da remuneração devida pela CONTRATANTE, será aberta uma CONTA GARANTIA no BANCO CENTRALIZADOR, a qual deverá ter um SALDO MÍNIMO INTEGRAL equivalente a 3 (três) vezes o valor médio das 3 (três) últimas CONTRAPRESTAÇÕES devidas.
18.1.1. O SALDO MÍNIMO INICIAL, a ser constituído no prazo previsto na Subcláusula 8.1.1 – 60 (sessenta) dias contados da assinatura do CONTRATO, corresponderá a 2 (duas) vezes o valor da primeira CONTRAPRESTAÇÃO projetada na PROPOSTA COMERCIAL, devendo ser revisto e ajustado a partir do 4º (quarto) mês após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO e

16/40

a partir de então, mensalmente, de forma que se mantenha o montante de 2 (duas) vezes o valor médio das 3 (três) últimas CONTRAPRESTAÇÕES devidas.

18.1.2. Em até 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do CONTRATO, o SALDO MÍNIMO INICIAL da CONTA GARANTIA deverá ser complementado com o montante equivalente a 1 (uma) vez o valor médio das 3 (três) últimas CONTRAPRESTAÇÕES devidas, de modo a perfazer o SALDO MÍNIMO INTEGRAL estabelecido no "caput" desta Subcláusula, que deverá viger até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela CONTRATANTE por força do presente CONTRATO.

18.1.3. Assim como o SALDO MÍNIMO INICIAL, o SALDO MÍNIMO INTEGRAL deverá ser revisto e ajustado mensalmente, a partir do 4º (quarto) mês de sua constituição, de forma que se mantenha o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor médio das 3 (três) últimas CONTRAPRESTAÇÕES devidas.

18.2. Para fins do previsto na Subcláusula 18.1, qualquer das PARTES poderá informar o BANCO CENTRALIZADOR acerca do ajuste de valores levado a efeito, para que ele realize a transferência dos valores retidos na CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA GARANTIA, no montante necessário para compor o novo SALDO MÍNIMO INICIAL ou SALDO MÍNIMO INTEGRAL ajustado, nos termos na Subcláusula 17.10 acima.

18.3. O saldo da CONTA GARANTIA será utilizado (i) sempre que os demais recursos orçamentários da CONTRATANTE forem insuficientes para fazer face às obrigações pecuniárias assumidas em virtude do presente CONTRATO (pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, das multas, juros e/ou das indenizações devida) e/ou (ii) no caso de atraso, por parte da CONTRATANTE, no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária devida à SPE (pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, das multas e/ou das indenizações devidas).

18.4. Todo último dia útil de cada mês, o BANCO CENTRALIZADOR verificará se há algum valor devido à SPE, a título de CONTRAPRESTAÇÃO, ainda não quitado na forma do disposto na Subcláusula 17.10, ou a título de multa, juros e/ou de indenizações. Caso o BANCO CENTRALIZADOR verifique a existência de algum valor devido à SPE, deverá utilizar os recursos existentes na CONTA GARANTIA, destinando-os automaticamente à conta corrente da SPE até o montante necessário a quitar o valor devido pela CONTRATANTE.

18.4.1. Sem prejuízo da verificação por parte do próprio BANCO CENTRALIZADOR, qualquer das PARTES poderá informar o BANCO CENTRALIZADOR sobre a existência de qualquer valor devido pela CONTRATANTE à SPE.

18.5. Sempre que forem utilizados os recursos existentes na CONTA GARANTIA, o SALDO MÍNIMO PARCIAL ou SALDO MÍNIMO INTEGRAL, conforme o caso, deverá ser reposto, de forma a sempre corresponder, respectivamente, a 2 (duas) ou 3 (três) vezes o valor médio das últimas 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES devidas, de acordo com o disposto nas Subcláusulas 17.10 e 18.2.

18.6. A CONTA GARANTIA não será encerrada até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela CONTRATANTE por força do presente CONTRATO.

18.6.1. Uma vez adimplidas, pela CONTRATANTE, todas as obrigações assumidas por força do presente CONTRATO, a CONTRATANTE poderá levantar o valor remanescente depositado na CONTA GARANTIA.

18.7. Os rendimentos resultantes de eventual aplicação financeira dos recursos existentes na CONTA GARANTIA serão mantidos naquela conta até a extinção deste CONTRATO.

CLÁUSULA DEZENOVE – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

19.1. Observados os riscos a serem assumidos exclusivamente por cada uma das PARTES e os riscos a serem compartilhados entre elas, é pressuposto básico da equação econômico-

financeira que regula as relações entre a CONTRATANTE e a SPE o permanente equilíbrio entre os encargos da SPE e as receitas da PPP ADMINISTRATIVA, referidas neste CONTRATO.

19.1.1. Será considerado afetado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando a taxa interna de retorno – TIR do projeto, prevista na PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA, sofrer alteração.

19.2. Diante do disposto na Subcláusula acima, a CONTRAPRESTAÇÃO será preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas neste CONTRATO, bem como na legislação aplicável, com a finalidade de assegurar às PARTES, durante todo o prazo da PPP ADMINISTRATIVA, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE – REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO

20.1. Os valores das CONTRAPRESTAÇÕES serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses, devendo o primeiro reajuste ocorrer após 12 (doze) meses contados do mês de assinatura do CONTRATO.

20.2. Deverá ser considerado como base, para efeito de cálculo dos reajustes, o mês de MAIO de 2012, mês designado para a apresentação das PROPOSTAS, conforme EDITAL, devendo o primeiro reajuste considerar a variação ocorrida desde o referido mês (designado para a apresentação das PROPOSTAS) até a data da ocorrência efetiva do primeiro reajuste.

20.3. O reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

CPi = CPFi + CPVi

Onde:

CPi = é o valor da contraprestação reajustada;

CPFi = é o valor da contraprestação fixa reajustada;

CPVi = é o valor da contraprestação variável reajustada.

Onde:

CPFi = CPFo x IR1

Onde:

CPFi = é o valor da contraprestação fixa reajustada;

CPFo = é o valor da contraprestação fixa ofertada pela LICITANTE VENCEDORA;

IR1 = é o índice de reajuste calculado para a contraprestação fixa.

CPVi = CPVo x IR2

Onde:

CPVi = é o valor da contraprestação variável reajustada;

CPVo = é o valor da contraprestação variável ofertada pela LICITANTE VENCEDORA;

IR2 = é o índice de reajuste calculado para a contraprestação variável.

Cálculo do IR1

IR1 = [P1 (IMOi/IMOo) + P2(ICCAIi/ICCo)]

Cálculo do IR2

IR2 = [P3 (IMOi/IMOo) + P4(ICCi/ICCo) + P5(EEEi/EEEo) + P6(IPAi/IPAo)]

Onde:

IR1 = Índice de reajuste da Contraprestação Fixa

IR2 = Índice de reajuste da Contraprestação Variável.

P1, P2, P3, P4, P5 e P6 = São fatores de ponderação a serem aplicados sobre os índices usados na fórmula. A somatória dos fatores de ponderação, em cada uma das fórmulas, deve ser igual a 1, passando a valer aqueles valores propostos pela LICITANTE VENCEDORA, em sua PROPOSTA COMERCIAL.

IMOi é o índice de mão de obra (coluna 56) publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO.

IMOo é o mesmo índice acima, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida neste instrumento;
ICCi é o índice nacional de custo da construção, coluna 1A, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO;
ICCo é o mesmo índice acima, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida neste instrumento;
IEEi é o valor da tarifa de energia elétrica referente ao Grupo A – Convencional, Sub-grupo A4 (2,3 kv a 25kv), valor de consumo em MWh, praticada pela concessionária local, correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO;
IEEo é o mesmo índice acima, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida neste instrumento;
IPAi é o índice IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Químicos (10065620), correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO;
IPAo é o mesmo índice acima, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida neste instrumento.
20.3.1. Caso algum dos índices indicados na fórmula paramétrica acima seja extinto, deixando de ser publicado, a SPE enviará consulta à organização responsável pela publicação do índice, no caso a Fundação Getúlio Vargas - FGV, que indicará outro índice com abrangência similar, a ser adotado em substituição àquele extinto, na mesma fórmula acima especificada.
20.3.2. A documentação referente a esta consulta será juntada à memória de cálculo do reajuste.
20.3.3. Caso algum dos índices indicados na fórmula paramétrica acima seja publicado com atraso, em relação à data determinada nesta Subcláusula 20.3, as PARTES concordam em utilizar o índice referente ao mês anterior, ou seja, aquele referente ao terceiro mês anterior à data prevista para aplicação da nova contraprestação, conforme indicado na descrição de cada índice.
20.3.4. Qualquer correção necessária em decorrência da aplicação da Subcláusula anterior será feita no primeiro reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO seguinte ao presente reajuste.
20.4. A SPE deverá encaminhar, em até 30 (trinta) dias antes da aplicação do reajuste, a memória de cálculo concernente ao respectivo reajuste para a CONTRATANTE, para fins de conhecimento.
20.5. Os reajustes serão aplicados automaticamente à CONTRAPRESTAÇÃO, salvo se a CONTRATANTE publicar, na imprensa oficial, até o prazo de 15 (quinze) dias após a apresentação da fatura e da memória de cálculo, razões fundamentadas na Lei Federal nº 11.079/04 e neste CONTRATO para eventual rejeição.
20.5.1. Na hipótese de a CONTRATANTE se opor ao reajuste a ser aplicado, nos termos desta Subcláusula 20.5, a SPE poderá recorrer à AGÊNCIA REGULADORA PCJ para a solução da controvérsia.
20.5.2. Na hipótese de a CONTRATANTE não se manifestar a respeito do valor de reajuste apresentado pela SPE, dentro do prazo previsto no "caput" desta Subcláusula 20.5, a SPE cobrará, a partir da fatura seguinte, a CONTRAPRESTAÇÃO com base nos novos valores reajustados.

CLÁUSULA VINTE E UM – REVISÃO

21.1. Os valores da CONTRAPRESTAÇÃO e o CONTRATO serão revistos, a qualquer tempo, quando se verificarem, além das demais hipóteses previstas neste CONTRATO, os seguintes eventos:

a) sempre que houver modificação unilateral do CONTRATO, imposta pela CONTRATANTE, que importe variação dos custos ou das receitas da SPE, tanto para mais quanto para menos;
b) excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevierem novas disposições legais, após a data de apresentação pela LICITANTE VENCEDORA da PROPOSTA COMERCIAL, desde que acarretem repercussão nos custos da SPE, tanto para mais quanto para menos, bem como seu impacto sobre as condições financeiras do CONTRATO, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 9º da Lei Federal nº 8.987/95;
c) sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de fato do príncipe ou ato da Administração Pública, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da SPE, incluindo determinações de autoridades ambientais que alterem os encargos da PPP ADMINISTRATIVA, dentre eles, a modificação ou a antecipação das metas da PPP ADMINISTRATIVA previstas no CONTRATO;
d) sempre que houver alteração legislativa de caráter específico, que produza impacto direto sobre as receitas da SPE, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilegio tributário ou tarifário ou, ainda, normas de regulação emitidas pela AGÊNCIA REGULADORA PCJ;
e) sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior e interferências imprevistas ou, mesmo que previstas, que não possam ser evitadas e cuja efetivação não seja de responsabilidade da SPE – incluindo fato do príncipe e fato da administração –, acarretem alteração dos custos da SPE;
f) sempre que houver alterações no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO que causem impacto econômico-financeiro nas obrigações e direitos estabelecidos neste CONTRATO;
g) nos demais casos previstos neste CONTRATO e na legislação aplicável;
h) nos demais casos não expressamente listados acima, que venham a alterar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, não motivados ou causados pela SPE;
i) nos demais casos não expressamente listados acima que venham a alterar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em prejuízo da CONTRATANTE.

CLAUSULA VINTE E DOIS – PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE REVISÕES

22.1. Caso se configure uma das hipóteses para a realização de revisão, observado o disposto na Subcláusula 19.1.1, qualquer das PARTES (a "PARTE SOLICITANTE") poderá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA PCJ o requerimento de revisão em até 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Cláusula Vinte e Um, contados a partir da verificação do evento que lhe originou.
22.1.1. O requerimento de revisão deverá conter todas as informações e dados necessários à análise do pedido, acompanhado de "Relatório Técnico" ou "Laudo Pericial" que demonstre, inequivocamente, o impacto ou a repercussão do evento sobre os principais componentes de custos e seus reflexos sobre as receitas da SPE que definem o valor da CONTRAPRESTAÇÃO, de acordo com o plano de investimentos da SPE.
22.2. A AGÊNCIA REGULADORA PCJ terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for protocolizado o requerimento de revisão, para se manifestar a respeito.
22.2.1. O prazo a que se refere esta Subcláusula 22.2 poderá ser suspenso uma única vez, caso a AGÊNCIA REGULADORA PCJ solicite à PARTE SOLICITANTE a apresentação de informações adicionais, voltando o prazo a fluir, sem solução de continuidade, a partir do cumprimento dessa exigência.
22.2.2. A manifestação da AGÊNCIA REGULADORA PCJ dar-se-á por meio de notificação por escrito, enviada à PARTE SOLICITANTE.

22.3. A partir da manifestação favorável da AGÊNCIA REGULADORA PCJ acerca do pedido da PARTE SOLICITANTE, ficará essa autorizada, desde então, no que for possível, a implementar as medidas relativas à revisão.
22.4. Caso o requerimento de revisão, sendo de iniciativa da SPE, implique alteração da CONTRAPRESTAÇÃO e, no prazo referido na Subcláusula 22.2, a AGÊNCIA REGULADORA PCJ não se manifeste a respeito do pedido, a SPE poderá cobrar a CONTRAPRESTAÇÃO com base no novo valor requerido e proposto, até que haja manifestação final em esfera administrativa.
22.4.1. Caso haja decisão final posterior, por parte da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, proferida em sentido contrário, total ou parcialmente, ao requerimento de revisão apresentado pela SPE, os valores eventualmente pagos a maior pela CONTRATANTE serão compensados nas faturas subsequentes, em parcelas mensais iguais e sucessivas, com valor limitado a 15% (quinze por cento) do valor da CONTRAPRESTAÇÃO.
22.5. Havendo revisão do CONTRATO, as PARTES celebrarão o respectivo termo aditivo, com vistas a refleti-la, sendo que o respectivo extrato do aditivo deverá ser publicado pela CONTRATANTE na imprensa oficial, no prazo legal.
22.6. Sempre que a revisão implicar a alteração dos valores que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO e sem prejuízo do disposto nas Subcláusulas anteriores, as PARTES poderão formalmente acordar, em complemento ou em alternativa ao aumento ou à diminuição do valor da CONTRAPRESTAÇÃO, acerca de qualquer forma legal e juridicamente possível, que venha a atingir o objetivo da revisão, tais como, mas sem se limitar a:
a) alteração dos prazos e das condições para cumprimento das metas da PPP ADMINISTRATIVA, observado o interesse público;
b) supressão ou aumento de encargos para a SPE;
c) compensação financeira;
d) alteração do prazo da PPP ADMINISTRATIVA;
e) combinação das alternativas acima; e
f) outras alternativas admitidas legalmente.
22.7. O evento ou fato que originou a revisão, com a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, não poderá ser novamente invocado como fundamento para ulteriores revisões.
22.8. Sempre que se efetivar a revisão, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
22.9. Os prazos e procedimentos previstos nesta Cláusula serão revistos, mediante respectivo termo aditivo ao CONTRATO, na hipótese em que a AGÊNCIA REGULADORA PCJ publique normas de regulação aplicáveis ao presente CONTRATO que estabeleçam prazos e procedimentos específicos em relação à revisão contratual, diversos daqueles previstos nesta Cláusula.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

23.1. Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas no CONTRATO, a SPE prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no valor de 1,25 % (hum vírgula vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, correspondente a 6.743.000,00 (seis milhões, setecentos e quarenta e três mil e oitocentos reais), na forma de fiança bancária, prevista no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
23.1.1. À medida que o prazo de execução deste CONTRATO for transcorrendo, o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reduzido anualmente em 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) de seu valor inicial, mantendo-se, no trigésimo ano de vigência do

CONTRATO, o montante residual de 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) de tal valor inicial.

23.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser mantida pela SPE até a data de extinção do CONTRATO, por meio de renovações periódicas, sendo liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias contados da referida extinção.

23.3. Se houver prorrogação no prazo de vigência do CONTRATO, a SPE fica obrigada a providenciar a renovação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos e condições originalmente aprovados pela CONTRATANTE.

23.4. A CONTRATANTE recorrerá à GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO sempre que a SPE não proceder, nos prazos definidos neste CONTRATO, após decisão final em procedimento administrativo específico estabelecido na Cláusula Trinta e Quatro, ao pagamento das multas que, porventura, lhe forem aplicadas e/ou ao pagamento dos prêmios dos seguros previstos neste CONTRATO, bem como nos demais casos previstos neste CONTRATO.

23.5. Sempre que a CONTRATANTE utilizar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a SPE deverá proceder à reposição de seu montante integral, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de utilização.

23.6. A utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será efetuada por meio de comunicação escrita dirigida pela CONTRATANTE à SPE.

23.7. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir sua execução ou que possa gerar dúvidas quanto à sua firmeza.

23.8. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO correrão por conta da SPE.

23.9. Qualquer modificação nos termos e nas condições da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

23.10. A SPE deverá reajustar o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO estabelecido na Subcláusula 23.1 nas mesmas datas e moldes de reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO.

23.11. Ainda no caso de a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ser prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, ela poderá ser renovada periodicamente por prazo não inferior a 12 (doze) meses, podendo o prazo ser inferior, mediante expressa e prévia autorização da CONTRATANTE.

23.12. No caso de a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ser prestada em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a CONTRATANTE também poderá executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SPE

24.1. Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos no EDITAL, neste CONTRATO e na legislação aplicável, incumbe à SPE respeitar e fazer valer os termos do EDITAL e do CONTRATO, devendo atender às metas e aos objetivos da PPP ADMINISTRATIVA.

24.1.1. Além do disposto acima, são direitos e deveres da SPE:

a) prestar os SERVIÇOS adequadamente, na forma prevista neste CONTRATO e seus Anexos e nas demais disposições técnicas aplicáveis;

b) cumprir e fazer cumprir as disposições deste CONTRATO e demais normas aplicáveis;

c) manter a disposição da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, na qualidade de entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços públicos de saneamento básico, e da CONTRATANTE os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à PPP ADMINISTRATIVA;

d) permitir aos encarregados pela fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, na qualidade de entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços públicos de saneamento básico, o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à PPP ADMINISTRATIVA, mediante prévio aviso da AGÊNCIA REGULADORA PCJ;
e) zelar pela integridade dos BENS AFETOS;
f) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS;
g) executar todos os serviços, atividades e obras relativos à PPP ADMINISTRATIVA com zelo, diligência e economia, devendo sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo rigorosamente às normas, padrões e especificações estabelecidas pela CONTRATANTE;
h) providenciar para que seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, encarregados da segurança de bens e pessoas, sejam registrados perante as repartições competentes, usem visivelmente crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade competente;
i) prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pela CONTRATANTE;
j) adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos bens integrantes da PPP ADMINISTRATIVA, mantendo a CONTRATANTE informada a respeito de quaisquer fatos que comprometam sua adequada utilização;
k) publicar as suas demonstrações financeiras anuais na forma determinada na legislação societária aplicável à SPE;
l) manter atualizado e fornecer à CONTRATANTE e à AGÊNCIA REGULADORA PCJ, na qualidade de entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços públicos de saneamento básico, sempre que solicitado, e principalmente ao final da PPP ADMINISTRATIVA, todos os documentos, desenhos e cadastros das instalações e equipamentos referentes à execução dos SERVIÇOS;
m) responder, nos termos da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos causados, por si, por seus prepostos ou por terceiros contratados, à CONTRATANTE, no exercício da execução das atividades da PPP ADMINISTRATIVA, não sendo imputável à CONTRATANTE qualquer responsabilidade direta ou indireta;
n) manter em situação regular os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes deste CONTRATO;
o) contratar e manter vigentes a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e os seguros nos termos das Cláusulas Vinte e Três e Vinte e Nove;
p) suspender a execução dos SERVIÇOS, na hipótese de o atraso no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO superar o prazo de 90 (noventa) dias, nos termos da Subcláusula 17.14;
q) obter todas as autorizações, licenças, alvarás e demais atos administrativos, de natureza ambiental ou não, a serem emitidos pelos órgãos competentes, em relação aos empreendimentos a serem implantados pela SPE, com exceção das licenças prévias, cuja obtenção é de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1. Sem prejuízo de suas demais obrigações e direitos previstos no CONTRATO, incumbe à CONTRATANTE, observado o disposto na Cláusula anterior:
a) acompanhar a prestação dos SERVIÇOS pela SPE, zelando pela sua boa qualidade;
b) receber, apurar e solucionar as queixas e reclamações dos usuários;
c) estimular o aumento da qualidade e o incremento da produtividade dos SERVIÇOS prestados pela SPE;

d) fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados à PPP ADMINISTRATIVA, solicitados, por escrito, pela SPE;
e) promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;
f) assegurar à SPE a plena utilização dos BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA, perante qualquer instância do poder público de quaisquer de suas esferas;
g) examinar todas as solicitações e documentos encaminhados pela SPE, com vistas à construção, à reformulação e/ou à adaptação dos SERVIÇOS, sem prejuízo das autorizações pertinentes previstas na legislação em vigor;
h) realizar auditorias periódicas nas contas e registros contábeis da SPE;
i) manter estrutura funcional e organizacional adequada para o acompanhamento dos SERVIÇOS;
j) manter em seus arquivos os projetos, bem como a documentação referente à execução das obras, que lhe serão encaminhados pela SPE posteriormente ao recebimento das obras;
k) auxiliar e apoiar a SPE no relacionamento com os demais prestadores de serviços públicos, com as demais autoridades municipais, estaduais e federais, e com as comunidades, buscando facilitar o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO;
l) apoiar a SPE na obtenção das autorizações, licenças, alvarás e demais atos administrativos que sejam de sua competência, em relação aos empreendimentos a serem implantados pela SPE, na forma prevista neste CONTRATO, disponibilizando a documentação necessária para tanto em tempo hábil, de modo a não comprometer os prazos previstos neste CONTRATO;
m) adotar as medidas e praticar os atos necessários para colaborar com a SPE na obtenção de financiamentos para prestação dos SERVIÇOS, inclusive anuir no respectivo contrato de financiamento, se assim exigir a instituição financiadora;
n) responsabilizar-se, mesmo após a assunção dos SERVIÇOS pela SPE, por todo licenciamento ambiental, alvarás e demais atos administrativos relativos aos BENS AFETOS que forem entregues à SPE;
o) informar à SPE sempre que, no período de 1 (um) ano, o valor da soma das CONTRAPRESTAÇÕES daquele período ultrapassar 95% (noventa e cinco por cento) da arrecadação bruta da CONTRATANTE decorrente da prestação aos serviços de esgotamento sanitário.
25.1.1. Na hipótese de o valor da soma das CONTRAPRESTAÇÕES ultrapassar 95% (noventa e cinco por cento) da arrecadação bruta da CONTRATANTE em decorrência da prestação dos serviços de esgotamento sanitário, conforme previsto na alínea "p" acima, as PARTES, após o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO do mês em referência, promoverão, de comum acordo, as medidas necessárias para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
25.2. A CONTRATANTE responderá pelas pendências ou passivos relativos a atos ou fatos anteriores à assunção dos SERVIÇOS pela SPE, ainda que verificados após tal data, sobre os quais não será imputada responsabilidade à SPE.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA PCJ

26.1. Sem prejuízo de suas demais obrigações e direitos, incumbe à AGÊNCIA REGULADORA PCJ, mediante a sua anuência aos termos deste CONTRATO:
a) deliberar sobre a revisão da CONTRAPRESTAÇÃO e sobre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme procedimento previsto neste instrumento;
b) decidir sobre reajuste na hipótese prevista neste CONTRATO;
c) manifestar-se acerca das indenizações devidas à SPE, decorrentes das hipóteses de extinção da PPP ADMINISTRATIVA previstas neste CONTRATO;

d) emitir parecer nos casos de intervenção no CONTRATO, sendo responsável, ainda, por apreciar as contas prestadas pelo Interventor;
e) emitir parecer nos casos de extinção antecipada do CONTRATO por decisão unilateral da CONTRATANTE;
f) acompanhar a CONTRATANTE quando das vistorias dos BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA na sua entrega à SPE e na sua reversão à CONTRATANTE ou a quem esta última indicar;
g) expedir normas regulamentares relativas à qualidade dos SERVIÇOS, acompanhando o seu cumprimento, conforme previsto na Cláusula Trinta e Dois;
h) atuar, por meio de sua Ouvidoria, junto aos usuários, bem como junto à CONTRATANTE e à SPE, a fim de dirimir possíveis dúvidas e intermediar a solução de divergências;
i) resolver os conflitos e as questões existentes entre a CONTRATANTE e a SPE que lhe forem submetidas, nos termos previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE E SETE - DESAPROPRIAÇÕES

27.1. Caberá ao MUNICÍPIO declarar de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, os bens imóveis necessários à execução do objeto da PPP ADMINISTRATIVA.
27.2. Caberá à CONTRATANTE promover desapropriações, bem como providenciar a instituição de servidões administrativas, propor limitações administrativas e permitir à SPE ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação dos SERVIÇOS vinculados à PPP ADMINISTRATIVA.
27.3. Os ônus decorrentes das desapropriações ou da imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, correrão às custas da CONTRATANTE.
27.4. A SPE deverá indicar, de forma justificada, à CONTRATANTE e ao MUNICÍPIO, as áreas que deverão ser disponibilizadas para a execução das obras, especialmente para a implantação de estações de tratamento de esgoto.
27.5. Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da indicação a que se refere a Subcláusula anterior, a CONTRATANTE providenciará a disponibilização e a liberação da posse do(s) imóvel(is) indicado(s), inteiramente livre(s) e desembaraçado(s) de quaisquer ônus ou encargos, para que a SPE possa dar início aos seus trabalhos.
27.6. No caso de inadimplemento, pelo MUNICÍPIO e pela CONTRATANTE, relativamente às obrigações previstas nas Subcláusulas 27.1, 27.2 e e 27.5, acima, a SPE não será responsabilizada pelo atraso ou pelas incorreções na prestação dos SERVIÇOS e terá direito à readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por qualquer meio previsto na Cláusula Vinte e Um e, ainda, à revisão dos prazos e metas previstos neste CONTRATO.
27.7. A CONTRATANTE será responsável pelo cumprimento, por parte do MUNICÍPIO, dos atos concernentes às desapropriações e à instituição de servidões administrativas que sejam de atribuição deste último.

CLÁUSULA VINTE E OITO - PROTEÇÃO AMBIENTAL

28.1. A SPE obriga-se a cumprir o disposto na legislação vigente relativa às normas de proteção ambiental.
28.2. A SPE deverá se submeter às medidas anotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.
28.3. A SPE estará isenta de responsabilidade pelo passivo ambiental quando:

a) seja originado de atos ou fatos ocorridos anteriormente à assunção dos SERVIÇOS - inclusive no caso de desatendimento a legislação ambiental pelo não tratamento dos esgotos sanitários -, ainda que o passivo ambiental seja verificado após a assunção dos SERVIÇOS;
b) seja relacionado aos sistemas de esgotamento sanitário existentes previamente à assunção dos SERVIÇOS;
c) ainda que posterior à assunção dos SERVIÇOS, seja oriundo de atos ou fatos não imputáveis à SPE;
d) ainda que posterior à assunção dos SERVIÇOS, seja originado de atos ou fatos ocorridos em decorrência do cumprimento pela SPE das determinações da CONTRATANTE; ou e) ainda que posterior à assunção dos SERVIÇOS, decorra de determinação de autoridade ambiental ou da AGÊNCIA REGULADORA PCJ para adaptação à legislação aplicável, em prazos ou condições diferentes dos prazos e metas fixados para esta PPP ADMINISTRATIVA.

28.3.1. A CONTRATANTE se obriga a ressarcir a SPE, na eventualidade de vir a ser-lhe imposta qualquer sanção ou determinação com consequência pecuniária, relativa às hipóteses previstas nesta Subcláusula 28.3, "caput" decorrente de decisão judicial, bem como decorrente de decisão administrativa da qual não caiba mais recurso ou meio de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação da SPE nesse sentido.

28.3.2. Na falta de ressarcimento à SPE pela CONTRATANTE, nos termos desta Cláusula, aplicar-se-á, de imediato, o disposto nas Cláusulas Vinte e Um e Vinte e Dois, devendo a CONTRATANTE proceder à readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

28.3.3. O licenciamento ambiental de todos os bens integrantes do sistema de esgotamento sanitário previamente à assunção dos SERVIÇOS é de responsabilidade da CONTRATANTE.

28.4. Na hipótese de determinação da autoridade ambiental ou da AGÊNCIA REGULADORA PCJ para adaptação à legislação aplicável, em prazos ou condições diferentes dos prazos e metas fixados para esta PPP ADMINISTRATIVA, o CONTRATO deverá ser revisto, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

28.5. Alternativamente à recomposição mencionada na Subcláusula 28.4, no caso de a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se revelar excessivamente onerosa para a CONTRATANTE, esse último e a SPE acordarão acerca da extinção da PPP ADMINISTRATIVA, nos termos da Cláusula Trinta e Cinco.

28.6. O disposto na Subcláusula 28.5 não se aplicará nas hipóteses em que houver concorrência de culpa, bem como negligência da SPE, em sanar eventuais danos ambientais aparentes ou, ainda que ocultos, quando a SPE tenha sido devidamente cientificada a respeito.

28.7. Ocorrendo atraso na execução das obras, decorrente da demora na obtenção das licenças, por razões não imputáveis à SPE, tal fato ensejará a revisão das obrigações da PPP ADMINISTRATIVA, inclusive aquelas mencionadas no Anexo IV do EDITAL (TERMO DE REFERÊNCIA).

CLÁUSULA VINTE E NOVE – SEGUROS

29.1.A SPE obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de sua livre escolha, além dos seguros obrigatórios por lei, os seguintes seguros:
a) Seguro para danos patrimoniais, cobrindo a perda, destruição ou dano em todos os BENS AFETOS, a ser contratado na medida em que os referidos bens forem assumidos pela SPE, nos termos da Cláusula Nove;
b) Seguro de responsabilidade civil, cobrindo a SPE e à CONTRATANTE pelos montantes em que possam vir a ser responsabilizados, a título de perdas e danos, indenizações, custas processuais, honorários advocatícios e outros encargos, em relação à morte ou lesão de pessoas e danos a bens resultantes do desenvolvimento das atividades previstas no CONTRATO, a ser contratado até a assunção dos SERVIÇOS;

c) Seguro para riscos de engenharia, cobrindo avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos objetos segurados, devendo ser contratado antes do início da execução de qualquer obra e ter vigência pelo prazo de execução da obra.

29.2.Fica certo que as apólices deverão ser devidamente resseguradas em seu valor total, que deverá ser compatível com a cobertura dos riscos inerentes, apresentando à CONTRATANTE a cópia das respectivas apólices de seguros.

29.3.A CONTRATANTE deverá ser indicada como co-segurada nas apólices dos seguros referidas nesta Cláusula, devendo seu cancelamento, suspensão ou substituição ser previamente aprovado pela CONTRATANTE.

29.4.Ocorrendo a hipótese de sinistros não cobertos pelos seguros contratados, a SPE responderá isoladamente pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à CONTRATANTE em decorrência da execução das obras, correndo as suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes de tais danos e prejuízos.

29.5.O descumprimento, pela SPE, da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata esta Cláusula, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste CONTRATO por parte da CONTRATANTE.

29.6.No prazo de 15 (quinze) dias da contratação do seguro, nos termos desta Cláusula, a SPE deverá apresentar as respectivas apólices.

29.6.1.A CONTRATANTE poderá recusar as apólices de seguro apresentadas pela SPE, devendo manifestar sua decisão fundamentada e por escrito, determinando que a SPE proceda às correções e adaptações que se façam necessárias, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias.

29.7.A SPE deverá enviar à CONTRATANTE cópia autenticada dos comprovantes de quitação dos prêmios relativos aos seguros contratados, no prazo de máximo de 15 (quinze) dias após seu respectivo pagamento.

29.8.A SPE deverá comprovar à CONTRATANTE, quando esta assim solicitar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da referida solicitação, que as apólices de seguro previstas neste CONTRATO estão em plena vigência e que os respectivos prêmios vencidos encontram-se pagos.

CLÁUSULA TRINTA - CONTRATOS DA SPE COM TERCEIROS

30.1.Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a SPE poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares aos SERVIÇOS, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo da PPP ADMINISTRATIVA.

30.2.Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos assumidos neste CONTRATO, a SPE poderá, também, contratar terceiros para a execução de parcela dos SERVIÇOS.

30.3.A SPE obriga-se a somente contratar com entidades que detenham capacidade técnica e profissional adequadas, informando aos terceiros que não haverá qualquer relação jurídica entre estes e a CONTRATANTE.

30.4.Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado e, no que se refere aos seus empregados, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre esses terceiros e a CONTRATANTE.

30.5.A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas aplicáveis à PPP ADMINISTRATIVA.

30.6.Ainda que a CONTRATANTE tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela SPE com terceiros, por força do estabelecido no EDITAL ou neste CONTRATO, a SPE não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivin-

dicar da CONTRATANTE qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

CLÁUSULA TRINTA E UM – FINANCIADORES

31.1. A SPE poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades decorrentes da PPP ADMINISTRATIVA.

31.2. Nos termos do disposto no art. 6º, §2º, inciso II, da Lei Federal nº 11.079/04 e na Lei Federal nº 8.987/95, a SPE poderá:

a) nos contratos de financiamento, oferecer em garantia os direitos emergentes da PPP ADMINISTRATIVA, até o limite que não comprometa a operacionalização e continuidade da prestação dos SERVIÇOS;

b) nos contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados ao CONTRATO, ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observados requisitos previstos no art. 28-A da Lei Federal nº 8.987/95.

31.3. Poderão ser dadas em garantia de financiamentos ou contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes deste CONTRATO, ainda, as ações ou quotas representativas do controle da SPE.

31.4. Respeitadas as condições previstas neste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá autorizar a assunção do controle da SPE por seus financiadores, nos casos em que seja necessário promover a reestruturação financeira da SPE e assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.

31.5. Na hipótese prevista na Subcláusula anterior, a CONTRATANTE exigirá dos financiadores o cumprimento das exigências de regularidade fiscal e jurídica previstas no EDITAL, bem como o cumprimento das Cláusulas do CONTRATO, nos termos do disposto no artigo 27, § 3º, da Lei Federal nº 8.987/95.

31.6. É admitida, ainda, a emissão de empenho em nome dos financiadores dos SERVIÇOS em relação às obrigações pecuniárias da CONTRATANTE, em especial a obrigação de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO.

31.7. Os financiadores da PPP ADMINISTRATIVA terão legitimidade para receber indenizações por extinção antecipada do CONTRATO.

31.8. Para fins de efetivação do disposto nas Subcláusulas 31.6 e 31.7, a SPE enviará comunicação prévia, por escrito, a CONTRATANTE, informando os valores envolvidos e os dados a respeito do financiador.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS – FISCALIZAÇÃO

32.1. A fiscalização da PPP ADMINISTRATIVA, no âmbito deste CONTRATO, será exercida diretamente pela CONTRATANTE, que se obrigará a fornecer todas as informações à AGÊNCIA REGULADORA PCJ sobre o andamento dos SERVIÇOS.

32.2. Fica certo que o exercício da fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA PCJ tem como objetivo a verificação da qualidade e das finalidades precípuas dos SERVIÇOS.

32.3. Todo e qualquer problema verificado pela AGÊNCIA REGULADORA PCJ em relação aos SERVIÇOS será comunicado diretamente à CONTRATANTE, para que esta última adote as providências necessárias perante a SPE.

32.3.1. Não obstante o disposto no "caput" desta Subcláusula, a AGÊNCIA REGULADORA PCJ, como responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico no MUNICÍPIO, poderá ter acesso aos documentos e instalações da SPE, para acompanhar as condições de prestação dos SERVIÇOS.

32.4. Para exercício da fiscalização, a SPE obriga-se à manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte da CONTRATANTE e da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, a todos os dados, livros, registros e documentos relacionados à PPP ADMINISTRATIVA, prestando, a respeito deles, os esclarecimentos que lhe forem solicitados, em prazo razoavelmente estabelecido de comum acordo.

32.5. As atividades de fiscalização mencionadas na Subcláusula anterior poderão ser acompanhadas pela SPE, por intermédio de seus representantes especialmente indicados para essa finalidade.

32.6. A AGÊNCIA REGULADORA PCJ poderá realizar, na presença dos representantes da SPE, ou requerer que essa realize, às suas custas, ensaios ou testes que possibilitem a verificação das condições e qualidade dos SERVIÇOS executados, mediante programa específico a ser estabelecido de comum acordo com a referida agência.

32.7. A fiscalização da PPP ADMINISTRATIVA pela CONTRATANTE ou pela AGÊNCIA REGULADORA PCJ não poderá obstruir ou prejudicar a regular execução dos SERVIÇOS pela SPE.

32.8. No caso de eventuais atrasos ou discrepâncias entre a execução dos SERVIÇOS e os prazos previstos neste CONTRATO vigente, a SPE deverá informar a CONTRATANTE a respeito, de forma detalhada, identificando as providências que estiverem sendo adotadas para corrigir esses fatos, devendo a CONTRATANTE repassar essas informações à AGÊNCIA REGULADORA PCJ.

32.9. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da CONTRATANTE ou da AGÊNCIA REGULADORA PCJ na fiscalização do CONTRATO devem ser encaminhadas aos seus respectivos superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

32.10. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito dos poderes de fiscalização deverão ser aplicadas, com garantia do contraditório e ampla defesa.

32.11. A CONTRATANTE, na qualidade de responsável por todos os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no MUNICÍPIO, será o sujeito passivo da taxa ou outro valor devido à AGÊNCIA REGULADORA PCJ, a título de regulação e fiscalização.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS – INADIMPLEMENTO DA CONTRATANTE

33.1. São hipóteses de inadimplemento deste CONTRATO, por parte da CONTRATANTE:
a) não entregar os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, na forma prevista na Cláusula Nove; b) não pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO nos prazos indicados neste CONTRATO; c) deixar de adotar qualquer providência prevista neste CONTRATO, que interfira na prestação dos SERVIÇOS pela SPE;
d) ação ou omissão da CONTRATANTE de forma a não manter o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
e) não disponibilizar os bens imóveis necessários à realização das obras, no prazo previsto na Cláusula Vinte e Sete.

33.2. No caso do não pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO a que se refere a alínea "b", da Subcláusula 33.1 acima, serão aplicadas as sanções previstas na Cláusula Dezessete.

33.3. No caso de inadimplemento previsto nas alíneas "a", "c", "d" e "e" da Subcláusula 33.1, a SPE não será responsabilizada pelo atraso ou pelas incorreções na prestação dos SERVIÇOS, tendo direito à readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e, ainda, à revisão dos prazos previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. A falta de cumprimento, por parte da SPE, de qualquer cláusula ou condição deste CONTRATO e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do CONTRATO, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e

e) caducidade do CONTRATO.

34.2. As penalidades de advertência e multa, respeitados os limites previstos nesta Cláusula, serão aplicadas pela CONTRATANTE, segundo a gravidade da infração.

34.3. A multa impõe à SPE o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente, e será aplicada nos seguintes casos:

f) não permissão do ingresso dos representantes da CONTRATANTE ou da AGÊNCIA REGULADORA PCJ para o exercício da fiscalização na forma prevista neste CONTRATO, multa de 3% (três por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por infração;

g) dificultar ou impedir o acesso aos livros, documentação contábil e demais informações correlatas à prestação dos SERVIÇOS, multa de 3% (três por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por infração;

h) não prestação, no prazo estipulado, das informações solicitadas ou aquelas a que esteja obrigada independentemente de solicitação, 3% (três por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por infração;

i) descumprir os prazos previstos neste CONTRATO, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por dia de atraso;

j) atraso na contratação ou renovação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por dia de atraso;

k) atraso na contratação ou renovação dos seguros, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por dia de atraso;

l) suspensão injustificada dos SERVIÇOS, multa de 3% (três por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por infração;

m) descumprimento dos demais encargos da SPE, não abrangidos nas alíneas anteriores, sujeitará a SPE à multa por infração, correspondente a 3% (três por cento) sobre o valor da contraprestação variável – CPV, devida no mês da infração, por infração.

34.4.Nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, a pena de multa será substituída por pena de advertência da SPE.

34.4.1. Serão consideradas leves as infrações que decorrerem de condutas involuntárias ou escusáveis da SPE e da qual ela não se beneficie patrimonialmente.

34.5.A aplicação de multas à SPE não a isenta do dever de ressarcir os danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

34.6.O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder a 10% (dez por cento) do faturamento do mês anterior, correspondente à prestação dos SERVIÇOS.
34.7.O processo de aplicação de penalidades, inclusive moratória, tem início com a lavratura de 2 (duas) vias do auto de infração pelo representante da CONTRATANTE, documento que tipificará com precisão a infração cometida e a norma violada, para fins de aplicação da respectiva penalidade.
34.8.A prática de duas ou mais infrações pela SPE poderá ser apurada em um mesmo auto de infração.
34.9.Com base no auto de infração, a SPE sofrerá a penalidade atribuída em consonância com a natureza da infração, cuja intimação obedecerá a forma de comunicação indicada na Cláusula Quarenta e Seis.
34.10. No prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento do auto de infração, juntamente com a notificação da penalidade, a SPE poderá apresentar sua defesa, com efeito suspensivo, à Superintendência da CONTRATANTE, que deverá apreciar as razões apresentadas pela SPE.
34.11. A decisão proferida pela Superintendência da CONTRATANTE a respeito da defesa apresentada pela SPE deverá ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos atacados ou não na defesa.
34.12. A Superintendência da CONTRATANTE notificará a SPE da decisão proferida em face da defesa apresentada, cabendo à SPE recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação da acerca da sua decisão.
34.13. Mantido o auto de infração em última instância administrativa, a SPE será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:
a) no caso de advertência, esta será anotada nos registros da SPE junto à CONTRATANTE;
b) em caso de multa pecuniária, a SPE deverá efetuar o pagamento dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação da decisão, sendo que o não pagamento, no prazo estipulado, ensejará a possibilidade de a CONTRATANTE se utilizar da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.
34.14. O simples pagamento da multa não eximirá a SPE da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.
34.15. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas no CONTRATO reverterão à CONTRATANTE.
34.16. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula e a sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação aplicável.
34.17. Fica certo que as sanções previstas nas normas da AGÊNCIA REGULADORA PCJ serão aplicadas por aquela agência diretamente à CONTRATANTE, inclusive, aquelas pertinentes aos SERVIÇOS.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO

35.1. No caso de inexecução total ou parcial deste CONTRATO, decorrente diretamente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ato da Administração ou de interferências imprevistas, ou, mesmo que previstas, não possam ser evitadas, que retardem ou impeçam o cumprimento deste CONTRATO, devidamente justificados, ficará a SPE exonerada de responsabilidade pelo atraso no cumprimento dos prazos e das demais obrigações decorrentes deste CONTRATO, sem prejuízo da readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
35.2. Para fins do disposto nesta Cláusula, considera-se:

a) força maior: o evento humano que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria óbice intransponível para a SPE na execução deste CONTRATO, consubstanciado em ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas;
b) caso fortuito: o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera obstáculo intransponível para a SPE no cumprimento deste CONTRATO;
c) fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste CONTRATO;
d) ato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este CONTRATO, retarda, agrava ou impede a sua execução pela SPE, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes;
e) interferências imprevistas: são ocorrências materiais não cogitadas pelas PARTES quando da celebração deste CONTRATO, que surgem no decorrer de sua execução de modo surpreendente e excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos, consubstanciadas pela descoberta superveniente de obstáculos, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução do CONTRATO, mesmo que sua existência seja anterior à data de assinatura do CONTRATO, mas só revelada por intermédio das obras ou serviços em andamento, dada a sua omissão nas sondagens ou a sua imprevisibilidade em circunstâncias comuns de trabalho.

35.3. Na ocorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe, ato da Administração ou interferência imprevista, os prazos fixados neste CONTRATO ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem assim que cessarem seus efeitos.

35.3.1. Nas hipóteses da Subcláusula anterior, poderá haver prorrogação do prazo da PPP ADMINISTRATIVA para que as obrigações da SPE possam ser integralmente cumpridas e para que se garanta o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

35.4. Não se caracteriza, ainda, como descumprimento do CONTRATO, a interrupção dos SERVIÇOS pela SPE, nas seguintes hipóteses:
a) quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza nas obras;
b) caso, a juízo da SPE, houver comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas; ou
c) no caso de atraso no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO em prazo superior a 90 (noventa) dias.

35.5. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nesta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada pela SPE à CONTRATANTE, devendo a SPE informar as medidas que estiverem sendo adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes, sendo que, no caso de interrupção motivada por razões de ordem técnica, deverá ser a CONTRATANTE previamente comunicada.

35.6. Cabe à SPE, em qualquer das hipóteses desta Cláusula, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a descontinuidade do SERVIÇO ao prazo estritamente necessário, sujeito à fiscalização da CONTRATANTE.

35.7. Ocorrendo qualquer dos eventos mencionados nesta Cláusula, a CONTRATANTE e a SPE acordarão, alternativamente, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA PCJ, acerca da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, da revisão dos prazos previstos neste CONTRATO, nos termos ora acordados ou da extinção da PPP ADMINISTRATIVA, caso a impossibilidade de cumprimento deste CONTRATO se torne definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro revele-se excessivamente onerosa para a CONTRATANTE.

35.8. No caso de extinção da PPP ADMINISTRATIVA, em virtude da ocorrência dos eventos

mencionados nesta Cláusula, as PARTES acordarão acerca do pagamento da indenização devida pela CONTRATANTE à SPE, em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da extinção.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS – COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS ENTRE AS PARTES

36.1. Em atendimento à repartição objetiva de riscos, prevista no art. 5º, inciso III da Lei Federal nº 11.079/04, a SPE e a CONTRATANTE, sem prejuízo dos demais riscos e responsabilidades previstos neste CONTRATO, compartilharão os riscos nos termos da matriz descrita no Anexo VI do EDITAL.

CLÁUSULA TRINTA E SETE – INTERVENÇÃO

37.1. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, após a manifestação da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, a CONTRATANTE poderá, excepcionalmente, intervir na PPP ADMINISTRATIVA, com o fim de assegurar a continuidade e a adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
37.2.O ato de intervenção conterá a justificativa da intervenção, o nome do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, devendo ser observada a legislação municipal aplicável no que tange ao procedimento a ser seguido para se formalizar a intervenção.
37.3.Declarada a intervenção, o Superintendente da CONTRATANTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
37.4.Caso seja comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, a AGÊNCIA REGULADORA PCJ informará a CONTRATANTE para que declare sua nulidade, devendo os SERVIÇOS ser imediatamente devolvidos à SPE, sem prejuízo do seu direito à indenização.
37.5.O procedimento administrativo a que se refere esta Cláusula deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de cessarem os efeitos da intervenção, sem prejuízo do prosseguimento do processo administrativo.
37.6.Cessada a intervenção, se o Superintendente da CONTRATANTE não decidir pela extinção da PPP ADMINISTRATIVA, a administração dos SERVIÇOS será devolvida à SPE, precedida de prestação de contas pelo interventor, a serem avaliadas pela AGÊNCIA REGULADORA PCJ, sendo que o interventor responderá por todos os atos praticados durante sua gestão.

CLÁUSULA TRINTA E OITO – EXTINÇÃO DO CONTRATO

38.1. Extingue-se o CONTRATO por:
a) advento do termo contratual;
b) encampação;
c) caducidade;
d) rescisão;
e) anulação da PPP ADMINISTRATIVA;
f) falência ou extinção da SPE.
38.2. Extinto o CONTRATO, em qualquer hipótese prevista na Subcláusula anterior, opera-se, de pleno direito, a reversão, à CONTRATANTE, dos BENS AFETOS aos SERVIÇOS, bem como as prerrogativas conferidas à SPE, pagando-se à SPE a respectiva indenização, de acordo com a hipótese de extinção, nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA TRINTA E NOVE – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

39.1. O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a extinção da PPP ADMINISTRATIVA.

39.2. A CONTRATANTE, em no máximo 120 (cento e vinte) dias antes da extinção da PPP ADMINISTRATIVA, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à SPE, nos termos das Subcláusulas seguintes, cabendo à AGÊNCIA REGULADORA PCJ manifestar-se durante esse mesmo prazo a respeito dos levantamentos e avaliações.

39.3. A indenização devida pela CONTRATANTE à SPE, no caso de extinção prevista nesta Cláusula, englobará as parcelas dos investimentos vinculados aos BENS AFETOS, realizados com base nas PROPOSTAS apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA e com base no plano de investimentos apresentado pela SPE, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS, até a data de retomada dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE, corrigidos nos mesmos termos do reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

39.4. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga até a data da retomada dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE.

39.4.1. O atraso no pagamento da indenização prevista nesta Cláusula ensejará à CONTRATANTE o pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios – ser corrigido monetariamente, "pro rata die", desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.

39.5. Caso o atraso referido na Subcláusula acima ultrapasse o período de 30 (trinta) dias, a SPE poderá executar a GARANTIA DE PAGAMENTO, nos termos previstos na Cláusula Dezoito.

CLÁUSULA QUARENTA – ENCAMPAÇÃO

40.1. A encampação é a retomada da PPP ADMINISTRATIVA pela CONTRATANTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA PCJ, durante o prazo da PPP ADMINISTRATIVA, por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica e precedida de pagamento da indenização prevista na Subcláusula abaixo.

40.2. A CONTRATANTE, previamente à encampação da PPP ADMINISTRATIVA, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à SPE, nos termos das Subcláusulas seguintes, cabendo à AGÊNCIA REGULADORA PCJ manifestar-se, também previamente à encampação, a respeito dos levantamentos e avaliações.

40.3. A indenização devida pela CONTRATANTE à SPE, no caso de extinção prevista nesta Cláusula, deverá ser paga previamente à reversão dos bens, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 8.987/95, e deverá englobar:

a) os investimentos realizados pela SPE, segundo os elementos constantes das PROPOSTAS apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA e segundo plano de investimentos apresentado pela SPE, que ainda não estivessem depreciados ou amortizados, até a data da retomada dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO, desde a data da realização dos investimentos até a data do pagamento da indenização;

b) todos os custos oriundos de necessária rescisão de contratos mantidos entre a SPE e terceiros diretamente relacionados aos SERVIÇOS, corrigidos monetariamente nos mesmos

moldes aplicáveis ao reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO, desde a data da incorrência nos custos até a data de pagamento da indenização;
c) custos incorridos pela SPE com a celebração, manutenção e com a consequente rescisão antecipada de contratos de financiamento, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO, desde a data da incorrência nos custos até a data de pagamento da indenização;
d) os lucros cessantes calculados por empresa independente de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos, conforme a Subcláusula abaixo.
40.4. A empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos será paga pela SPE e escolhida pela CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação por uma PARTE à outra, a partir de uma lista tríplice apresentada pela SPE.
40.4.1. No caso de inércia da CONTRATANTE na escolha da empresa de consultoria no prazo indicado acima, caberá à SPE realizar tal escolha.
40.4. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga até a data da assunção dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95.

CLÁUSULA QUARENTA E UM – CADUCIDADE

41.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará, a critério da CONTRATANTE, e após ouvida a AGÊNCIA REGULADORA PCJ, a declaração de caducidade da PPP ADMINISTRATIVA, independentemente de aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste CONTRATO, especialmente desta Cláusula.
41.2. A caducidade da PPP ADMINISTRATIVA, por ação ou omissão da SPE, poderá ser declarada quando ocorrer:
a) a prestação dos SERVIÇOS de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas e critérios, indicadores e parâmetros previstos neste CONTRATO;
b) o descumprimento de cláusulas contratuais, disposições legais ou regulamentares concernentes à PPP ADMINISTRATIVA;
c) a paralisação dos SERVIÇOS ou concorrência para tanto, ressalvadas as hipóteses referidas neste CONTRATO;
d) a perda, pela SPE, das condições econômicas, técnicas ou operacionais, para manter a adequada prestação dos SERVIÇOS;
e) o não cumprimento das penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
f) o não atendimento à intimação da CONTRATANTE, no sentido de regularizar a prestação dos SERVIÇOS;
g) a condenação, em sentença transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;
h) transferência ou oneração de direitos e obrigações atinentes à PPP ADMINISTRATIVA, de outra forma que não a prevista no CONTRATO.
41.3.A declaração de caducidade da PPP ADMINISTRATIVA será medida excepcional e deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da SPE em processo administrativo, em que seja assegurado o direito de ampla defesa e contraditório, nos termos da Cláusula Trinta e e Quatro.
41.4.É vedada a instauração de processo administrativo de inadimplência, pela CONTRATANTE, antes de a SPE ser previamente comunicada a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo lhe ser concedido prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.
41.5.Instaurado o processo administrativo, uma vez comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada mediante Decreto editado pelo Prefeito Municipal.

41.6.No caso da extinção do CONTRATO por caducidade, a SPE fará jus ao recebimento da devida indenização, em que serão considerados os investimentos realizados pela SPE, segundo as PROPOSTAS, os termos do CONTRATO e segundo plano de investimentos elaborado pela SPE, que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de reformada dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE, corrigidos monetariamente, nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO, desde a data do investimento até a data do pagamento integral da indenização, cabendo à AGÊNCIA REGULADORA PCJ manifestar-se a respeito da indenização calculada.

41.7.Da indenização prevista na Subcláusula anterior, será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela SPE, no que eventualmente não seja coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

41.8.A indenização a que se refere a Subclausula 41.6 será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com 10% (dez por cento) dos valores recebidos pela CONTRATANTE pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário ou por outra empresa que esteja prestando os serviços de esgotamento sanitário no MUNICÍPIO.

41.8.1. O atraso no pagamento da indenização prevista na Subclausula anterior ensejará à CONTRATANTE o pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios – ser corrigido monetariamente, "pro rata die", desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.

41.8.2. Caso o atraso referido na Subcláusula acima ultrapasse o período de 30 (trinta) dias, a SPE poderá executar a GARANTIA DE PAGAMENTO, nos termos previstos na Cláusula Dezoito.

41.9.A critério exclusivo da CONTRATANTE, poderá a indenização de que trata esta Cláusula ser paga em uma única vez.

41.10. A declaração de caducidade da PPP ADMINISTRATIVA acarretará, ainda, para a SPE:

I) a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO pela CONTRATANTE para ressarcimento de eventuais prejuízos causados pela SPE;

J) retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

41.11. Declarada a caducidade, não resultará à CONTRATANTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da SPE.

CLÁUSULA QUARENTA E DOIS – DA RESCISÃO

42.1. A SPE poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pela CONTRATANTE, mediante ação judicial especialmente intentada para este fim. Nesta hipótese, os SERVIÇOS não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial haver transitado em julgado, salvo a ocorrência da hipótese de não pagamento da SPE pela CONTRATANTE, prevista na Cláusula Dezesseis do presente CONTRATO.

42.2.Na hipótese de rescisão do CONTRATO por inadimplemento contratual nos termos desta Cláusula, aplicar-se-á, para fins de cálculo da indenização, o disposto nas Subcláusulas 40.3 e 40.4.

CLÁUSULA QUARENTA E TRÊS – DA ANULAÇÃO

43.1. Em caso de anulação da PPP ADMINISTRATIVA, por eventuais ilegalidades ou irregularidades verificadas no EDITAL e nos seus Anexos, na LICITAÇÃO, no CONTRATO nos seus Anexos, será devida indenização pela CONTRATANTE à SPE, observado o disposto no art. 50 da Lei Federal nº 8.666/93.

43.2. A CONTRATANTE, no caso de anulação da PPP ADMINISTRATIVA, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à SPE, nos termos das Subcláusulas seguintes, cabendo à AGÊNCIA REGULADORA PCJ manifestar-se a respeito dos levantamentos e avaliações.
43.3. A apuração do montante da indenização a ser paga pela CONTRATANTE à SPE obedecerá o disposto nas Subcláusulas 40.3 e 40.4 acima.

43.4. A indenização a que se refere esta Cláusula, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do seu pagamento integral, será paga mensalmente à SPE, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 10% (dez por cento) dos valores recebidos mensalmente pela CONTRATANTE ou por outra empresa que esteja prestando os SERVIÇOS no MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARENTA E QUATRO – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA SPE

44.1. A PPP ADMINISTRATIVA poderá ser extinta caso a SPE tenha a sua falência decretada ou no caso de sua extinção.
44.2. No caso previsto nesta Cláusula, a indenização devida pela CONTRATANTE será calculada tomando como base os investimentos realizados pela SPE, segundo as PROPOSTAS, os termos do CONTRATO e o plano de investimentos elaborado pela SPE, que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO, desde a data do investimento até a data do pagamento integral da indenização, cabendo à AGÊNCIA REGULADORA PCJ manifestar-se a respeito do cálculo da indenização.
44.3. A indenização a que se refere a Subcláusula acima será paga à massa falida, mensalmente, até que haja sua plena quitação, com 10% (dez por cento) dos valores recebidos pela CONTRATANTE em decorrência da prestação dos serviços de esgotamento sanitário ou por outra empresa que esteja prestando os serviços de esgotamento sanitário no MUNICÍPIO.
44.3.1. O atraso no pagamento da indenização prevista na Subcláusula 44.2. ensejará à CONTRATANTE o pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios – ser corrigido monetariamente, "pro rata die", desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.
44.3.2. Caso o atraso referido na Subcláusula anterior ultrapasse o período de 30 (trinta) dias, a SPE poderá executar a GARANTIA DE PAGAMENTO, nos termos previstos na Cláusula Dezoito.
44.4. A critério exclusivo da CONTRATANTE, poderá a indenização de que trata esta Cláusula, ser paga em uma única vez.
44.5. Na hipótese de dissolução ou liquidação da SPE, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que a CONTRATANTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA que serão revertidos livres de ônus, ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas à CONTRATANTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CLÁUSULA QUARENTA E CINCO – REVERSÃO DOS BENS QUE INTEGRAM A PPP ADMINISTRATIVA

45.1. Na extinção da PPP ADMINISTRATIVA, todos os bens a ela afetos, recebidos, construídos ou adquiridos pela SPE e integrados diretamente à PPP ADMINISTRATIVA, revertem à CONTRATANTE, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

45.2 Para os fins previstos na Subcláusula anterior, obriga-se a SPE a entregar os bens, nele referidos, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, ressalvado o normal desgaste resultante do seu uso.
45.3 Na extinção da PPP ADMINISTRATIVA, a CONTRATANTE, em conjunto com a AGÊNCIA REGULADORA PCJ, promoverá, dentro de 5 (cinco) dias, a partir da data da extinção do CONTRATO, a vistoria prévia dos BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA, para os efeitos previstos neste CONTRATO, e lavrado um "Termo de Atestação dos Bens Revertidos", com indicação detalhada do seu estado de conservação.
45.3.1. Na hipótese de omissão da CONTRATANTE em relação à realização da vistoria e/ou à emissão do "Termo de Atestação dos Bens Revertidos", ter-se-á como recebidos pela CONTRATANTE no dia seguinte ao término do prazo referido na Subcláusula acima.
45.4. Caso os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA, quando de sua devolução à CONTRATANTE, não se encontrem em condições adequadas, observado o disposto nesta Cláusula, a SPE indenizará a CONTRATANTE no montante a ser calculado pela CONTRATANTE, mediante instauração de processo administrativo, em que será garantido à SPE o contraditório e ampla defesa.
45.5. A CONTRATANTE poderá, ainda, reter ou executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO a seu exclusivo critério, no caso de se verificar, na vistoria, que os BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA encontram-se deteriorados em seu uso e em sua conservação.
45.6. Caso o montante da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO seja insuficiente para atender o cumprimento da obrigação prevista na Subcláusula anterior, a CONTRATANTE poderá descontar seus créditos do valor da indenização devida à SPE, por força da extinção da PPP ADMINISTRATIVA.
45.7. Quando da reversão dos BENS AFETOS à PPP ADMINISTRATIVA, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARENTA E SEIS – COMUNICAÇÕES

46.1. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas sob protocolo.
46.2. Considerar-se-ão, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os endereços oficiais das PARTES.
46.3. Qualquer das PARTES poderá modificar o endereço mediante simples comunicação por escrito à outra.

CLÁUSULA QUARENTA E SETE – CONTAGEM DOS PRAZOS

47.1. Na contagem dos prazos a que alude este CONTRATO, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, e se considerarão os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
47.2. Os prazos só iniciam ou terminam a sua contagem em dias de normal expediente da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARENTA E OITO – EXERCÍCIO DE DIREITOS

48.1. A inexigência de uma das PARTES, no que tenge ao cumprimento, pelas demais PARTES envolvidas, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberali-

SAAE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - SAAE

CNPJ 46.743.580/0001-46

dade, não constituindo renúncia a esse direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.

CLÁUSULA QUARENTA E NOVE – INVALIDADE PARCIAL

49.1. Se qualquer disposição ou cláusula deste CONTRATO for declarada ilegal ou inválida por um juízo de jurisdição competente, este CONTRATO deverá continuar em pleno vigor e efeito sem a citada disposição.
49.2. No caso de a declaração de que trata a Subcláusula anterior alterar substancialmente os benefícios econômicos deste CONTRATO para qualquer das partes, a CONTRATANTE e a SPE deverão negociar, de boa fé, um ajuste equitativo para tal disposição, de forma a se manter o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA CINQUENTA - AGÊNCIA REGULADORA PCJ

50.1. A AGÊNCIA REGULADORA PCJ assina este CONTRATO na qualidade de interveniente anuente, concordando com os direitos e obrigações por eles assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA CINQUENTA E UM – PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

51.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida deste CONTRATO, na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA CINQUENTA E DOIS – FORO

52.1. O foro da Comarca de Atibaia – SP é competente para dirimir quaisquer controvérsias que venham a surgir entre a CONTRATANTE, a SPE e a AGÊNCIA REGULADORA PCJ concernentes ao presente CONTRATO.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes da CONTRATANTE, da SPE e da AGÊNCIA REGULADORA PCJ, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando se entre si herdeiros e sucessores.

Atibaia, 20 de dezembro de 2012.

MÁRCIA CAVAZANA NOGUEIRA
Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE
Superintendente
CONTRATANTE

12.518

SAAE COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE ATIBAIA - SAAE

CNPJ 43.749.580/0001-45

4

TALES MASSARI REIS
CAB ATIBAIA S/A
Diretor

GIULIANO VITO DRAGONE
CAB ATIBAIA S/A
Diretor

JOSÉ BERNARDO DENIG
Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES PCJ
Presidente
INTERVENIENTE ANUENTE

Testemunhas:

FRANCISCO FERREIRA PINTO
RG: 2.957.061-3

JUCIMARA BIAZETTO ROMEIRA PEREIRA
RG: 22.372.502-X

40/40

12.519

GCM

Guidime . Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 03

12520

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2012 DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SC.

O **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MÁRIO ELÓI TAVARES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE, e **ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF: 16.920.266/0001-57 com sede a Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 967, Balneário Itaperná do Norte, neste Município, composto por seus representantes legais, pelas empresas **SERRANA ENGENHARIA LTDA**, com sede à Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.073.536/0001-64 e Inscrição Estadual: 253.837.244, representada pelo sócio, Sr. **ODAIR JOSÉ MANNRICH**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CNPF/MF nº 348.090.589-72 e do CI.RG nº 8/R 592.121 SSP/SC e pela empresa **COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL – CAB AMBIENTAL**, com sede à Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 1º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.159.965/0001-33 e Inscrição Estadual: 149.518.227.111, representada na forma de seu estatuto social, Sr. **YVES BESSE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CNPF/MF nº 031.085.228-50 e do CI.RG nº 2.962.824 SSP/SP e o Sr. **MÁRIO DE QUEIROZ GALVÃO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CNPF/MF nº 235.034.753-20 e do CI.RG nº 54.147.193-4 SSP/SP, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, celebram o presente contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que será regido pela legislação que disciplina a matéria e, especificamente, pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES

1.1. Além das definições utilizadas no EDITAL, neste CONTRATO e em seus Anexos, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso.

AGÊNCIA REGULADORA: é a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

·□ÁREA DE CONCESSÃO: perímetro urbano do Município de ITAPOÁ, Estado de Santa Catarina;

·□BENS REVERSÍVEIS: ativos relacionados no Anexo VII deste CONTRATO utilizados e administrados pela CONCESSIONÁRIA para prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e que retornarão ao PODER CONCEDENTE quando do fim da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO.

·□CONCEDENTE ou PODER CONCEDENTE: é o Município de Itapoá.

·□CONCESSÃO: é a delegação, feita pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO.

·□CONCESSIONÁRIA: Sociedade constituída pela LICITANTE VENCEDORA da LICITAÇÃO para prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO, nos termos do EDITAL.

·CONTRATO: é o presente Contrato de Concessão e seus Anexos, celebrado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, que tem por objeto reger as condições de exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO;

·DATA BASE DA PROPOSTA: data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL DA LICITANTE VENCEDORA, que será utilizada como marco inicial para contagem dos prazos a serem aplicados para fins de reajuste e revisão das TARIFAS, nos termos do EDITAL e seus ANEXOS.

·DATA DE ASSUNÇÃO: dia da emissão de ORDEM DE SERVIÇO.

·EDITAL: é o Edital de Licitação da Concorrência nº 01/2010 e seus Anexos;

·GARANTIA: é a garantia de cumprimento das obrigações contratuais, prestada pela CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO;

·LICITAÇÃO: é o procedimento administrativo objeto do EDITAL, por meio do qual foi selecionada a proposta mais vantajosa, com vistas à celebração do CONTRATO;

·LICITANTE VENCEDORA: empresa isolada ou consórcio de empresas que venceu a LICITAÇÃO;

·MEMORIAL DESCRITIVO: é o conjunto de elementos e dados, incluindo o plano básico para a prestação do serviço, o diagnóstico básico do SISTEMA, as especificações do serviço adequado, as metas da CONCESSÃO, os bens a esta afetos e as demais informações necessárias e suficientes para caracterizar o objeto da CONCESSÃO;

·ORDEM DE SERVIÇO: é a ordem emitida pelo CONCEDENTE para início efetivo da exploração da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no EDITAL e neste CONTRATO;

·PARTE (S): são o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;

·PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO: é o Plano Municipal de Saneamento exigido nos termos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Anexo IX deste Contrato.

·PROPOSTAS: denominação conjunta da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL;

·PROPOSTA COMERCIAL: proposta apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, conforme Anexo IV deste CONTRATO;

·PROPOSTA TÉCNICA: proposta apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, conforme Anexo III deste CONTRATO;

·REAJUSTE: é a correção periódica dos valores das TARIFAS, dentro do prazo permitido por lei e de acordo com os critérios estabelecidos neste CONTRATO;

·□REVISÃO: é a alteração do valor das TARIFAS, com a finalidade de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, que também será mantido pelas demais formas previstas no CONTRATO;

·□RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: são as receitas alternativas, complementares, acessórias ou oriundas de projetos associados, que a CONCESSIONÁRIA poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos do EDITAL e deste CONTRATO, mediante prévia autorização pelo CONCEDENTE, ressalvados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES já autorizados no EDITAL e neste CONTRATO;

·□REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: é o conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, contido no Anexo VI;

·□SERVIÇOS COMPLEMENTARES: são os serviços auxiliares, complementares e correlatos ao objeto da Concessão, já autorizados pelo EDITAL, que serão cobrados conforme estabelecido no Anexo II;

·□SISTEMA: é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios integrantes dos sistemas de água e de esgoto, objeto da CONCESSÃO, necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO assumido pela CONCESSIONÁRIA no momento da expedição, pelo CONCEDENTE, da ORDEM DE SERVIÇO, e que reverterá ao CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO;

·□TARIFA: é o valor pecuniário a ser cobrado em virtude da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, nos termos do EDITAL e deste CONTRATO;

·□USUÁRIOS: é(são) a(s) pessoa(s) ou grupo de pessoas que se utiliza(m) dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO.

CLÁUSULA 2ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. A CONCESSÃO e o CONTRATO são regidos pela Constituição Federal, pela Lei Federal nº 11.445/07, pela Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações, pela Lei Federal nº 9.074/95, supletivamente, no que couber, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como pelas normas legais e regulamentares pertinentes, pelo EDITAL e, ainda, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

2.2. A CONCESSÃO e o CONTRATO serão regidos, ainda, pelas cláusulas e condições deste CONTRATO e dos seus Anexos, e pelas disposições legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA 3ª – ANEXOS

3.1 Integram o CONTRATO, para todos os efeitos legais, os seguintes Anexos:

·□Anexo I – Edital de Licitação da Concorrência nº 01/2010 - Proc. nº 114/2010, incluídos os eventuais esclarecimentos prestados aos interessados.

·□Anexo II – Estrutura tarifária

·□Anexo III – PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE VENCEDORA

·□Anexo IV – PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA

·□Anexo V – MEMORIAL DESCRITIVO para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no MUNICÍPIO de Itapoá

- Anexo VI – Regulamento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO do Município de Itapoá
- Anexo VII – Declarações firmadas pela LICITANTE VENCEDORA
- Anexo VIII - Relação de Bens Reversíveis
- Anexo IX – Plano Municipal de Saneamento

CLÁUSULA 4ª – REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

4.1. Este CONTRATO regula-se pelas suas disposições e por preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, que lhe sejam específicas.

4.2. O regime jurídico deste CONTRATO confere ao Poder Público, na forma da legislação aplicável e deste CONTRATO, as prerrogativas de:

a) alterar unilateralmente o CONTRATO para melhor adequação deste às finalidades de interesse público, assegurado sempre o seu equilíbrio econômico-financeiro;

b) promover a extinção do CONTRATO;

c) fiscalizar a execução do CONTRATO;

d) aplicar as sanções estipuladas neste CONTRATO, além das previstas em lei, em razão de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA 5ª – OBJETO

5.1. Disciplinar a relação entre as PARTES na prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e as disposições deste CONTRATO, a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS que se localizam na ÁREA DE CONCESSÃO.

CLÁUSULA 6ª – TIPO DA CONCESSÃO

6.1. A presente CONCESSÃO é dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95, a ser explorada pela CONCESSIONÁRIA, em caráter de exclusividade, mediante a cobrança de TARIFA dos USUÁRIOS que se localizam na ÁREA DE CONCESSÃO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO e no EDITAL.

CLÁUSULA 7ª – OBJETIVOS E METAS DA CONCESSÃO

7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas previstas no Anexo V.

7.2. O REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, contido no Anexo VI deste CONTRATO, especifica o detalhamento das normas técnicas e parâmetros de qualidade aplicáveis, a serem observadas pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como as relações entre a CONCESSIONÁRIA e os USUÁRIOS.

7.3. A CONCESSIONÁRIA, nos projetos de ampliação e implantação do SISTEMA, deverá zelar pelas boas condições de saúde da população.

7.4. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA ficar impedida de prestar, total ou parcialmente, os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, o CONCEDENTE promoverá a redução proporcional dos objetivos/metas da CONCESSÃO, limitada na parte do serviço em que for a CONCESSIONÁRIA impedida de prestar, sem prejuízo de cumprimento, se for o caso, das demais disposições deste CONTRATO aplicáveis à espécie, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA 8ª – PRAZO DA CONCESSÃO

8.1. O prazo da CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados da data de assunção do SISTEMA pela CONCESSIONÁRIA, que se dará na data da emissão da ordem de serviço.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, o prazo da concessão poderá ser prorrogado de acordo com as hipóteses e às condições previstas nesta Contrato, em especial nas suas alíneas a e d das cláusulas 20.3. e 21.2 da Minuta do Contrato, sempre mantido o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, com as devidas justificativas técnicas e com a aprovação prévia da Agência Reguladora.

CLÁUSULA 9ª – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

9.1. O valor estimado do presente CONTRATO, para todos os fins e efeitos de direito, correspondente a R$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), valor este calculado com base no total das receitas estimadas para todo o período de concessão.

CLÁUSULA 10ª – BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

10.1. A CONCESSÃO será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerados como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, que constam do Anexo VIII deste CONTRATO, incluindo os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo do período de CONCESSÃO, que sejam vinculados a execução adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

10.2. Os bens afetos à CONCESSÃO não poderão ser alienados ou onerados pela CONCESSIONÁRIA, por qualquer forma, sob pena de caducidade.

10.3. Os bens da CONCESSIONÁRIA que não estejam afetos à CONCESSÃO e, portanto, não sejam considerados como essenciais à execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO poderão ser onerados ou alienados pela CONCESSIONÁRIA, desde que tal oneração ou alienação não afete a qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO prestado ou na diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da CONCESSIONÁRIA, para continuidade da adequada prestação do serviço.

10.4. Para os efeitos do disposto nos itens anteriores, os bens deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo CONCEDENTE.

10.5. Na data de assunção dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO as PARTES deverão assinar o Termo de Recebimento dos Bens, que relacionará todos os bens afetos à CONCESSÃO, que serão entregues pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

10.6. O CONCEDENTE obriga-se a entregar os bens afetos à CONCESSÃO inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

10.7. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas de bens necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, seja por meio judicial ou amigavelmente, correrão às custas do CONCEDENTE.

10.8. O disposto no item 10.7 anterior aplica-se também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

10.9. Em até 6 (seis) meses, contados da assunção do SISTEMA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CONCEDENTE, para aprovação desta, inventário circunstanciado dos bens afetos à CONCESSÃO.

CLÁUSULA 11ª – ASSUNÇÃO DE RISCOS

11.1. A CONCESSIONÁRIA, a partir da data da celebração deste CONTRATO, assumirá integral responsabilidade por todos os riscos e obrigações inerentes à exploração da CONCESSÃO, observadas as condições previstas neste CONTRATO.

CLÁUSULA 12ª – FINANCIAMENTOS

12.1. A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

12.2. A CONCESSIONÁRIA, nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO, até o limite em que não seja comprometida a prestação do SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

12.3. Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, em qualquer de suas modalidades, destinados a investimentos relacionados a este CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá ceder ao mutuante, mediante notificação formal ao CONCEDENTE, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as condições do artigo 28-A, da Lei Federal nº 8.987/95.

12.4. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao CONCEDENTE, por conta dos financiamentos de que trata esta Cláusula, quaisquer exceções ou meios de defesa como justificativa para o descumprimento de qualquer condição estabelecida neste CONTRATO.

CLÁUSULA 13ª – SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

13.1. A CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a partir da data de assunção do SISTEMA, deverá prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO de acordo com o disposto neste CONTRATO, visando ao pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS.

13.2. Para os efeitos do que estabelece o item 13.1 anterior e sem prejuízo do disposto no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS cobradas dos USUÁRIOS.

13.3. Ainda para os fins previstos no item 13.2 anterior, considera-se:

a) regularidade: a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO nas condições estabelecidas neste CONTRATO, no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e em outras normas técnicas em vigor;

b) continuidade: a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO de modo contínuo, sem interrupções, exceto nas situações previstas neste CONTRATO, no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO e nas demais normas em vigor;

c) eficiência: a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento dos objetivos e das metas da CONCESSÃO;

d) segurança: a execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO com a utilização de técnicas que visem à prevenção de danos aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA e às instalações do serviço, em condições de factibilidade econômica.

e) atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;

f) generalidade: universalidade do direito ao atendimento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO em conformidade com os termos deste CONTRATO, do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e demais normas aplicáveis;
g) cortesia na prestação dos serviços: tratamento aos USUÁRIOS com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;
h) modicidade das TARIFAS: a justa correlação entre os encargos da CONCESSÃO e a TARIFAS pecuniária paga pelos USUÁRIOS.

CLÁUSULA 14ª – DA COBRANÇA DA TARIFA

14.1. Em conformidade com o que dispõem o EDITAL, este CONTRATO e o REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar a medição do consumo de água, bem como a emissão das faturas para pagamento das tarifas relativas à prestação e consumo dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO pelos USUÁRIOS, conforme disposto no Anexo VI do CONTRATO.
14.2. Nos termos do item 14.1 acima, a partir da assunção do SISTEMA, ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA a execução da hidrometração e a expedição das respectivas faturas aos USUÁRIOS.
14.3. Efetuado o pagamento da FATURA pelo USUÁRIO em conta-corrente destinada para este fim, o agente arrecadador realizará a destinação dos valores correspondentes à remuneração da CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
14.4. Para os USUÁRIOS atendidos somente por esgotamento sanitário, a medição dar-se-á com base no volume estimado de consumo de água.
14.4.1. No caso de estimativa de consumo de água, considerar-se-á 80% (oitenta porcento) do volume estimado, para efeitos do volume de esgoto a ser faturado.

CLÁUSULA 15ª – SISTEMA TARIFÁRIO

15.1. As TARIFAS que irão remunerar a CONCESSIONÁRIA e a estrutura tarifária aplicável à CONCESSÃO são aquelas apresentadas em conformidade com o Anexo II e IV do CONTRATO que entram em vigor na data de assunção do SISTEMA pela CONCESSIONÁRIA.
15.2. As TARIFAS serão preservadas pelas regras de REAJUSTE e REVISÃO previstas na Lei Federal nº 8.987/95 e nas Leis Municipais aplicáveis bem como pelas regras previstas neste CONTRATO e Anexos, com a finalidade de assegurar às PARTES durante todo o prazo da CONCESSÃO, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA 16ª – FONTES DE RECEITA

16.1. A CONCESSIONÁRIA terá direito a receber, pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, a TARIFA conforme mencionado neste CONTRATO.
16.2. A CONCESSIONÁRIA terá, igualmente, direito de auferir a receita decorrente dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados aos USUÁRIOS.
16.3. Os valores relativos aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES são os constantes do Anexo II deste CONTRATO e serão reajustados nos mesmos percentuais e na mesma ocasião do REAJUSTE das TARIFAS, para os fins de manter-se inalterado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
16.4. A CONCESSIONÁRIA poderá, a partir da assunção do SISTEMA e mediante prévia aprovação do CONCEDENTE, auferir as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, desde que

não acarrete prejuízo à normal prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, observado o disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/95, ressalvados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES já autorizados neste CONTRATO e no EDITAL.

CLÁUSULA 17ª – SISTEMA DE COBRANÇA

17.1. As TARIFAS serão cobradas dos USUÁRIOS que se localizem na ÁREA DE CONCESSÃO.

17.2. A cobrança das TARIFAS aplicáveis aos volumes de água e de esgoto sanitário dar-se-á com base nos Anexos II e IV deste CONTRATO, de forma a possibilitar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados, observados, ainda, os termos do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

17.3. Serão também lançados nas contas de consumo dos USUÁRIOS, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES eventualmente executados, de acordo com o estabelecido no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e neste CONTRATO.

17.4. As contas de consumo dos USUÁRIOS devem discriminar, além dos valores finais e quantidades correspondentes ao consumo de água e à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO prestado:

a) os valores correspondentes a eventuais tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado do serviço;

b) os valores correspondentes aos custos de regulação e fiscalização;

c) os valores destinados aos serviços de água e aos serviços de esgoto;

d) os valores relativos ao uso de recursos hídricos, se houver.

17.5. O pagamento das FATURAS será efetuado em instituições financeiras que funcionem como agentes arrecadadores, desde que não afete o cálculo do REAJUSTE ou da REVISÃO da TARIFA e o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sendo vedado o repasse dos respectivos custos para os USUÁRIOS.

17.6. A CONCESSIONÁRIA, na forma da lei aplicável, poderá incluir na fatura dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO valores relacionados a outros serviços públicos prestados aos USUÁRIOS, desde que com a concordância destes.

CLÁUSULA 18ª – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

18.1. Constitui condição fundamental do regime jurídico da CONCESSÃO a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

18.2. É pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula as relações entre CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA o permanente equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da CONCESSÃO.

CLÁUSULA 19ª – REAJUSTE

19.1. O valor da TARIFA será reajustado a cada 12 (doze) meses, utilizando-se, para tanto, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice que o venha substituir.

19.2. Para aplicação do primeiro REAJUSTE será considerada a variação ocorrida nos primeiros doze meses a contar da DATA BASE DA PROPOSTA e assim sucessivamente.

19.3. O cálculo do REAJUSTE do valor da TARIFA será elaborado pela CONCESSIONÁRIA devendo ser submetido, em até 30 (trinta) dias antes da data prevista para sua aplicação, à apreciação da AGÊNCIA REGULADORA, para que esta verifique a sua exatidão.

19.4. A AGÊNCIA REGULADORA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação da CONCESSIONÁRIA neste sentido, para examinar o cálculo apresentado pela CONCESSIONÁRIA e manifestar-se a respeito.
19.5. O prazo a que alude o item 19.4 acima poderá ser suspenso uma única vez, caso a AGÊNCIA REGULADORA determine a apresentação pela CONCESSIONÁRIA de informações adicionais, reiniciando-se a contagem dos dias restantes a partir da data em que a CONCESSIONÁRIA cumprir tal solicitação.
19.6. Aprovado o cálculo do REAJUSTE, a CONCESSIONÁRIA será formalmente notificada a esse respeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e iniciará a cobrança da TARIFA reajustada a partir do prazo previsto.
19.7. O REAJUSTE tarifário somente poderá deixar de ser aprovado caso reste comprovado, de forma fundamentada, que:
a) houve erro material no cálculo do novo valor tarifário apresentado pela CONCESSIONÁRIA; e
b) não se completou o período para a aplicação da TARIFA reajustada.
19.8. O REAJUSTE tarifário não poderá deixar de ser aprovado por outros motivos que não os mencionados nesta Cláusula.
19.9. Caso não haja manifestação, pela AGÊNCIA REGULADORA, nos prazos estabelecidos nesta Cláusula, o REAJUSTE será aplicado nos termos da proposta encaminhada pela CONCESSIONÁRIA, que deverá praticar o referido REAJUSTE, sem prejuízo de serem realizados os ajustes necessários, caso a AGÊNCIA REGULADORA ou o CONCEDENTE se manifeste após a aplicação do REAJUSTE.
19.10. Havendo o pronunciamento fora dos prazos antes estabelecidos e verificando-se a ocorrência de prejuízo para a CONCESSIONÁRIA, operar-se-ão as compensações necessárias.
19.11. O CONCEDENTE dará ampla divulgação aos USUÁRIOS do valor tarifário reajustado, mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da ÁREA DE CONCESSÃO, observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à data da entrada em vigor do novo valor da TARIFA.

CLÁUSULA 20ª – REVISÃO ORDINÁRIA

20.1. As PARTES, a cada 5 (cinco) anos, promoverão a REVISÃO, objetivando a distribuição de ganhos de produtividade com os USUÁRIOS e a reavaliação das condições de mercado.
20.1.1. A REVISÃO será o momento de ajustes que captem possíveis distorções, para mais ou para menos, nos custos dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO; nos insumos em geral, consoante as disposições deste CONTRATO e seus Anexos; bem como nas PROPOSTAS apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA, que sejam decorrentes de perdas justificáveis ou ganhos (tecnológicos ou de produtividade) na PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
20.2. A cada 5 (cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do presente CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA e ao CONCEDENTE, com até 120 (cento e vinte) dias de antecedência, o requerimento de REVISÃO.
20.2.1 O referido requerimento de REVISÃO deverá conter todas as informações e dados necessários à análise do pedido de REVISÃO, acompanhado de "relatório técnico" ou "laudo pericial" que demonstre, inequivocamente, o impacto ou a repercussão dos elementos mencionados no item acima sobre os principais componentes de custos e seus reflexos sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, que definam o valor da TARIFA.
20.3. Sempre que houver REVISÃO, e sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA, poderão formalmente acordar, complementar ou, alternativamente ao aumento ou a diminuição do valor da TARIFA, qualquer alternativa legal e juridicamente possível, que venha atingir o objetivo da

REVISÃO, sempre para manter o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com as devidas justificativas, tais como:

a) alteração dos prazos para o cumprimento das metas da CONCESSÃO, observado o interesse público e sempre preservada a equação econômico-financeira;

b) supressão ou aumento de encargos para a CONCESSIONÁRIA;

c) compensação financeira;

d) alteração do prazo da CONCESSÃO, sempre preservada a equação econômico-financeira ;

e) combinação das alternativas referidas nas alíneas "a" a "d"; e

f) outras alternativas admitidas legalmente.

20.4. O CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data em que for protocolado o requerimento de REVISÃO referido no item 20.2 anterior, para se pronunciar a respeito.

20.5. O prazo a que se refere ao item 20.4 anterior poderá ser suspenso uma única vez, caso o CONCEDENTE ou a AGÊNCIA REGULADORA solicite à CONCESSIONÁRIA a apresentação de informações adicionais, voltando o prazo a fluir, a partir de onde tenha parado, a partir do cumprimento dessa exigência.

20.6. Aprovando o valor da REVISÃO proposto pela CONCESSIONÁRIA ou outra forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item 20.3, o CONCEDENTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA, notificará formalmente a CONCESSIONÁRIA a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua decisão.

20.7. Na hipótese de o CONCEDENTE ou a AGÊNCIA REGULADORA não concordar, total ou parcialmente, com o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA para a REVISÃO, deverá informá-la, fundamentadamente, dentro do prazo aludido no item 20.4 acima, acerca das razões de sua inconformidade, fixando o valor a ser praticado ou a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

20.8. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação pela CONCESSIONÁRIA, as PARTES deverão celebrar o respectivo Termo Aditivo ao CONTRATO, cujo extrato deverá ser publicado pelo CONCEDENTE na imprensa oficial.

20.9. No caso de alteração no valor da TARIFA, o CONCEDENTE dará ampla divulgação aos USUÁRIOS do valor tarifário revisado, mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da ÁREA DE CONCESSÃO, observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à data da entrada em vigor do novo valor da TARIFA.

CLÁUSULA 21ª – REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

21.1. O valor da TARIFA será revistos, a qualquer tempo, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle da CONCESSIONÁRIA, que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, notadamente os seguintes eventos:

a) sempre que houver, imposta pelo CONCEDENTE, modificação unilateral do CONTRATO, que importe variação dos seus custos ou das receitas, tanto para mais quanto para menos;

b) excetuado o imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevierem novas disposições legais, após a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL pela LICITANTE VENCEDORA, desde que acarretem repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, tanto para mais quanto para menos, bem como seu impacto sobre as condições financeiras do CONTRATO, em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 21 da Lei Federal nº 8.987/95;

c) sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de fato do príncipe ou ato da Administração, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da CONCESSIONÁRIA, incluindo determinações de autoridades ambientais que alterem os encargos da CONCESSÃO;

dentre eles, a modificação ou antecipação das metas da CONCESSÃO previstas no Anexo V ao CONTRATO;

d) sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário;

e) sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior e interferências imprevistas para efetivação dos quais não seja atribuível responsabilidade à CONCESSIONÁRIA, acarretem alteração dos custos da CONCESSIONÁRIA;

f) nos casos em que a atualização do MEMORIAL DESCRITIVO implique alteração nos custos ou encargos da CONCESSIONÁRIA;

g) nos demais casos previstos na legislação;

h) nos demais casos não expressamente listados acima que venham a alterar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, não motivados ou causados pela CONCESSIONÁRIA.

21.2. Sempre que houver REVISÃO, e sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA, poderão formalmente acordar, complementar ou, alternativamente ao aumento ou à diminuição do valor da TARIFA, qualquer alternativa legal e juridicamente possível, que venha atingir o objetivo da REVISÃO, sempre para manter o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com as devidas justificativas, tais como:

a) supressão ou aumento de encargos para a CONCESSIONÁRIA;

b) compensação financeira;

c) alteração do prazo da CONCESSÃO;

d) combinação das alternativas referidas nas alíneas "a" a "d"; e

e) outras formas em direito admitidas.

21.3. Determinado evento ou fato que tenha dado origem à REVISÃO da TARIFA para atingir a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderá ser novamente invocado para fim de ulteriores REVISÕES com base no mesmo evento ou fato.

21.4. Sempre que se efetivar a REVISÃO, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

21.5. Ocorrendo qualquer dos eventos mencionados no item 21.1 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA o requerimento de REVISÃO, contendo todas as informações e dados necessários à análise do pedido de REVISÃO, acompanhado de Relatório Técnico ou Laudo Pericial e demais documentos comprobatórios onde demonstre, inequivocamente, o impacto ou a repercussão do evento sobre os principais componentes de custos e seus reflexos sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, que definem o valor da TARIFA.

21.6. O CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA terão o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data em que for protocolado o requerimento de REVISÃO referido no item anterior, para se pronunciar a respeito.

21.7. O prazo a que se refere o item 21.6 acima, poderá ser suspenso uma única vez, caso o CONCEDENTE ou a AGÊNCIA REGULADORA solicite à CONCESSIONÁRIA a apresentação de informações adicionais, voltando a contagem dos dias restantes a fluir a partir do cumprimento dessa exigência.

21.8. Aprovado o valor da REVISÃO proposto pela CONCESSIONÁRIA ou outra forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item 21.2, o CONCEDENTE notificará formalmente a CONCESSIONÁRIA a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua decisão.

21.9. Na hipótese de o CONCEDENTE não concordar, total ou parcialmente, com o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA para a REVISÃO da TARIFA, deverá informá-la, fundamentadamente, dentro do prazo aludido no item 21.6 acima, acerca das razões de sua inconformidade, fixando o valor a ser praticado ou a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

21.10. No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos do recebimento da notificação pela CONCESSIONÁRIA, as PARTES deverão celebrar o respectivo Termo Aditivo ao CONTRATO, cujo extrato deverá ser publicado pelo CONCEDENTE na imprensa oficial.
21.11. No caso de alteração no valor da TARIFA, o CONCEDENTE dará ampla divulgação aos USUÁRIOS do valor tarifário revisado, mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da ÁREA DE CONCESSÃO, observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à data da entrada em vigor do novo valor da TARIFA.

CLÁUSULA 22ª – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS
22.1. São deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, respeitar e fazer valer o que se encontra disposto no presente CONTRATO, no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
22.2. Constituem direitos e deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, neste CONTRATO e no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, o seguinte:
1) receber os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO em condições adequadas, de acordo com o previsto no EDITAL e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA;
2) receber do CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;
3) levar ao conhecimento da CONCESSIONÁRIA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento referentes à CONCESSÃO;
4) comunicar ao CONCEDENTE os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONCESSIONÁRIA ou seus prepostos na execução do CONTRATO;
5) utilizar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO de forma racional e parcimoniosa, evitando os desperdícios, e colaborando com a preservação dos recursos naturais;
6) quando solicitado, prestar as informações necessárias para que o serviço possa lhe ser prestado de forma adequada e racional, responsabilizando-se pela incorreção ou omissão;
7) contribuir para a permanência das boas condições dos SISTEMAS públicos por intermédio dos quais lhes é prestado os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
8) conectarem-se às redes integrantes do SISTEMA, assim que tecnicamente possível ou quando admitido por lei ou por outro instrumento de regulação, ou manter sistema próprio de esgotamento sanitário que atenda integralmente a todas as normas aplicáveis;
9) manter-se adimplente no pagamento da TARIFA cobrada pelo fornecimento de água e pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, nos termos do EDITAL, deste CONTRATO e do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, sob pena de interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água, após prévia comunicação ao USUÁRIO;
10) pagar os valores cobrados pelos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados pela CONCESSIONÁRIA, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;
11) permitir a instalação de hidrômetro quando previamente notificado pela CONCESSIONÁRIA a respeito;
12) cumprir o REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e demais legislação aplicável, inclusive a relativa a despejos industriais;
13) receber da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;

14) ter sob sua guarda e em bom estado os comprovantes de pagamento de débitos, os quais deverão ser apresentados para fins de conferência e comprovação de pagamento, quando solicitados, pelo prazo de até 1 (um) ano;
15) franquear acesso aos hidrômetros, e/ou outros equipamentos destinados ao mesmo fim, conservando-os limpos, em locais acessíveis, seguros e asseados;
16) observar e cumprir as normas emitidas pelas autoridades competentes.
22.3. A falta de pagamento dos valores devidos pelos USUÁRIOS, na data de seu vencimento, acarretará a incidência de encargos de mora e demais sanções cabíveis, na forma prevista nos atos de regulação e no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

CLÁUSULA 23ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE
23.1. Sem prejuízo de suas demais obrigações, incumbe ao CONCEDENTE:
1) cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
2) impor aos USUÁRIOS a obrigação de se conectar ao SISTEMA, assim que for tecnicamente possível;
3) intervir na CONCESSÃO, nos casos e nas condições previstos neste EDITAL e no CONTRATO;
4) alterar unilateralmente o CONTRATO, desde que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
5) extinguir a CONCESSÃO nos casos previstos em lei e no CONTRATO;
6) declarar de utilidade pública, em caráter de urgência, e promover desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de todos os bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, observado o disposto no CONTRATO, arcando com os respectivos custos;
7) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;
8) assegurar à CONCESSIONÁRIA a plena utilização dos bens afetos à CONCESSÃO em face de qualquer instância do Poder Público de quaisquer de suas esferas;
9) pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na legislação aplicável e no CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção da CONCESSÃO.
10) transferir à CONCESSIONÁRIA Licenças Prévias necessárias para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e SERVIÇOS CORRELATOS e apoiar nas obtenções das respectivas licenças de instalação e operacionais;
11) Obter as Licenças Prévia;
12) Apoiar a concessionária na obtenção das demais licenças ambientais;
23.2. O CONCEDENTE responderá, integral e exclusivamente, por quaisquer questões relativas a atos ou fatos anteriores à assunção dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO pela CONCESSIONÁRIA, ainda que verificados após a referida data, pelos quais não poderá ser imputada qualquer responsabilidade à CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 24ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA
24.1 Na qualidade de entidade fiscalizadora e reguladora da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, incumbe à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS sem prejuízo das demais atribuições conferidas em Lei:

1) A regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário compreende atividades de regulação econômica e de regulação técnica.
2) As atividades de regulação econômica visarão primordialmente à fiscalização, análise e controle das tarifas e estruturas tarifárias aplicadas aos serviços, verificando se atendem às normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes, e em especial, à modicidade das tarifas e ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, bem como ao aumento da competição no setor.
3) As atividades de regulação técnica visarão primordialmente à fiscalização, análise e controle dos padrões de qualidade dos serviços, verificando se atendem às normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes, e em especial, aos requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação.
4) Zelar pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela modicidade das tarifas cobradas pelos mesmos;
5) Fazer cumprir as normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes aos serviços, e em especial, os contratos de concessão e permissão, instruindo os prestadores dos serviços quanto ao cumprimento de suas obrigações e prevenindo condutas violadoras de tais normas;
6) Protager os USUÁRIOS contra práticas abusivas e monopolistas;
7) Estimular a expansão e a modernização dos serviços, visando sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade, conforme estabelecido no Plano Municipal de Saneamento básico (PMSB);
8) Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, avaliando o cumprimento das metas e padrões estabelecidos, impondo medidas corretivas e sanções quando for o caso;
9) Fixar normas e instruções para a melhoria da prestação dos serviços, redução dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos USUÁRIOS, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação;
10) Analisar e emitir parecer sobre propostas dos prestadores de serviço quanto aos ajustes e modificações nos termos de suas obrigações e quanto à prestação dos serviços, aprovando ou rejeitando o que estiver no limite de sua competência;
11) Acompanhar o desempenho econômico-financeiro da execução dos serviços, procedendo análise e aprovação das revisões e dos reajustes tarifários para a manutenção do equilíbrio da prestação dos serviços;
12) Atender as reclamações dos USUÁRIOS, citando e solicitando informações e providências do prestador dos serviços, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas;
13) Mediar os conflitos de interesse entre o concessionário e o PODER CONCEDENTE e entre os USUÁRIOS e o prestador dos serviços, adotando, no seu âmbito de competência, as decisões que julgar adequadas para a resolução desses conflitos;
14) Acompanhar e auditar a manutenção das instalações e recursos operacionais dos sistemas de saneamento, assim como a incorporação de novos bens, para garantia das condições de reversão dos ativos ao poder público no termo dos instrumentos de delegação;
15) Acompanhar e opinar sobre as decisões do titular do serviço, relacionadas com alterações dos termos dos instrumentos de delegação, com a sua rescisão antecipada, com as rescisões por término do prazo de delegação ou com as prorrogações dos instrumentos de delegação;
16) Prestar contas anualmente das suas atividades, incluindo demonstrações quanto à eficácia e efetividade de suas ações, seus custos e produtividade, ao Tribunal de Contas do Estado e à sociedade civil em audiência pública específica;
17) Apoiar na formulação da Política Estadual e Municipal de Saneamento, bem como em outras atividades relativas aos serviços de saneamento;
18) Viabilizar e manter serviço de atendimento ao USUÁRIO dos serviços públicos para receber reclamações e sugestões;
19) Informar os USUÁRIOS sobre as providências adotadas com relação às reclamações recebidas;

20) Efetuar pesquisas de opinião para detectar os níveis de satisfação da população com relação aos serviços de saneamento de que trata esta Lei;
21) As sanções cabíveis serão aplicadas ao prestador do serviço por infração ao disposto em norma legal, regulamentar ou pactuada, apurada em procedimento administrativo no qual assegurar-se-á a ampla defesa e o contraditório.
22) A entidade reguladora no exercício de suas atribuições obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência exercendo suas atividades de modo a assegurar a prestação adequada dos serviços, nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes.
23) Analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro relacionado com a prestação dos serviços para verificação da modicidade das tarifas e estruturas tarifárias e da razoabilidade de propostas apresentadas pelos prestadores dos serviços para revisão ou reajuste das mesmas;
24) Supervisionar o mercado com vistas a impedir práticas abusivas e de impedimento ao livre acesso aos serviços de saneamento básico;
25) Elaborar normas regulamentares, no âmbito de sua competência, sobre regulação técnica e econômica dos serviços, visando especialmente a melhoria da prestação dos serviços, redução dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos USUÁRIOS, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação;
26) Promover consultas ao titular dos serviços, prestadores do serviço e USUÁRIOS sobre assuntos relativos aos serviços;
27) Promover estudos visando o acréscimo de qualidade e eficiência dos serviços, elaborando relatórios de sua evolução;
28) Avaliar as instalações dos prestadores dos serviços, para conhecer a infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços, identificando eventuais problemas e estabelecendo as medidas corretivas necessárias;
29) Promover a coordenação com órgãos e entidades públicos e privados no trato de assuntos relativos aos serviços;
30) Promover a eficiência dos serviços e estimular a expansão dos respectivos sistemas visando o atendimento das necessidades emergentes;
31) Prevenir potenciais conflitos entre o titular dos serviços, prestadores dos serviços e USUÁRIOS;
32) Receber e julgar as reclamações dos USUÁRIOS, citando e solicitando informações e providências do prestador dos serviços, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas;
33) Fiscalizar a conservação das instalações e recursos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como a incorporação de novos bens, para garantir as condições de reversão dos ativos ao poder público, nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes;
34) Recomendar ao PODER CONCEDENTE a intervenção na concessão do serviço ou a sua extinção, nos casos previstos nas normas legais, regulamentares e pactuadas;
35) Orientar o titular do serviço na preparação e execução dos procedimentos para delegação da prestação dos serviços, através de concessão e permissão, visando garantir a organicidade e compatibilidade daqueles processos com as normas e práticas adequadas de regulação;
36) Estabelecer o plano de contas para a prestação dos serviços e o sistema de informações da prestação dos serviços, inclusive editando as diretrizes para as informações periódicas e aquelas especiais relativas aos processos de revisão tarifária;
37) O processo decisório da entidade reguladora obedecerá aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da economia processual, nos termos dos procedimentos estabelecidos nas normas legais e regulamentares pertinentes.
38) Compete à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS proferir decisão administrativa definitiva com relação às questões referentes aos serviços sob sua competência;

regulatória, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes, inclusive das Resoluções emitidas por esta entidade.

CLÁUSULA 25ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

25.1. Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos no EDITAL, neste CONTRATO e, em conformidade com a legislação aplicável a espécie, incumbe à CONCESSIONÁRIA respeitar e fazer valer os termos do EDITAL, deste CONTRATO e do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, devendo atender as metas e objetivos da CONCESSÃO.

25.2. Além das demais obrigações constantes do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, deste CONTRATO e do EDITAL, são direitos e deveres da CONCESSIONÁRIA:

1) prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO adequado, na forma prevista neste EDITAL, no CONTRATO, no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e nas demais disposições técnicas aplicáveis, respeitados os padrões de qualidade definidos na Portaria nº 518/2004, do Ministério da Saúde, e demais normas regulamentares que a complementarem ou sucederem;

2) executar reparos e obras que tenham por objetivo garantir a adequada prestação e universalização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

3) estimular a formação de associações de USUÁRIOS para defesa de interesses relativos ao serviço;

4) receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos USUÁRIOS, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias úteis, das providências tomadas;

5) garantir aos USUÁRIOS o acesso e publicidade das informações sobre o serviço prestado e a qualidade da sua prestação, bem como sobre os estudos, decisões e instrumentos de regulação e fiscalização e ainda, acerca de seus direitos e deveres;

6) fornecer ao CONCEDENTE, na forma e prazos fixados em instrumento de regulação pertinente, toda e qualquer informação disponível relativa ao serviço, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros;

7) informar os USUÁRIOS a respeito das interrupções programadas dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e seu restabelecimento, obedecendo as condições e prazos que forem fixados por ato administrativo exarado pelo CONCEDENTE;

8) acatar as recomendações de agentes de fiscalização do CONCEDENTE;

9) cumprir e fazer cumprir as disposições do EDITAL, deste CONTRATO, do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO e demais normas aplicáveis;

10) manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à CONCESSÃO;

11) manter à disposição do CONCEDENTE os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO;

12) permitir ao CONCEDENTE o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à CONCESSÃO;

13) zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à CONCESSÃO, mediante a contratação dos respectivos seguros;

14) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;

15) manter sistemas de monitoramento dos efluentes lançados nos corpos d'água;

16) sempre que for possível e/ou necessário, informar os USUÁRIOS sobre as condições imprescindíveis para melhor fruição dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, inclusive no que se refere a questões de saúde e uso de equipamentos;

17) comunicar ao CONCEDENTE e aos órgãos ambientais competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que provoque contaminação dos recursos

hídricos ou que prejudique a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências competentes;
18) colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
19) efetuar a medição do consumo de água e, com base no consumo apurado, emitir as faturas, discriminando o valor referente ao pagamento devido pelo consumo de água e de esgoto.
20) acordar com as entidades públicas competentes o uso comum do solo e do subsolo quando necessário para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e para a construção e exploração das obras necessárias;
21) recomendar ao CONCEDENTE a necessidade de declaração de utilidade ou necessidade pública, argüição de urgência e todos os atos administrativos necessários às desapropriações e instituição de servidões;
22) em caso de inadimplemento do USUÁRIO no pagamento das faturas, efetuar a interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água e, uma vez adimplida a obrigação por parte do USUÁRIO, promover o restabelecimento da prestação dos serviços interrompidos;
23) ter facultado acesso aos medidores de consumo de água ou de esgotos, e outros equipamentos envolvidos na prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
24) efetuar a cobrança de multa dos USUÁRIOS, em caso de inadimplemento no pagamento das TARIFAS e outras formas de remuneração devidas;
25) ter o CONTRATO revisto, com vistas a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro; e
26) publicar, anualmente, as suas demonstrações financeiras.
27) repassar 5% (cinco por cento) da sua receita líquida ao Fundo Municipal de Saneamento Básico; e
26) arcar com os custos da AGÊNCIA REGULADORA, que, atualmente, perfazem R$ 0,12 (doze centavos) por habitante/mês para o serviço de abastecimento de água e R$ 0,06 (seis centavos) por habitante/mês para o serviço de esgotamento sanitário (conforme senso do IBGE).
25.3. A CONCESSIONÁRIA deverá se empenhar para evitar transtornos aos seus USUÁRIOS e à população em geral, na operação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, devendo imediatamente após o término das obras ou serviços necessários ou, se possível, quando da execução destes, criar condições para a pronta abertura total ou parcial do trânsito aos veículos e pedestres nas áreas atingidas, num prazo máximo de até 3 dias após a conclusão dos serviços.
25.4. Os locais acima referidos, uma vez abertos ao trânsito de veículos e pedestres, devem estar em perfeitas e adequadas condições de uso, respeitadas as posturas e normas do MUNICÍPIO.
25.5. A CONCESSIONÁRIA deverá cooperar com os programas criados pelo CONCEDENTE ou por outro ente público, para melhorar e ampliar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

CLÁUSULA 26ª – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA
26.1. A CONCESSIONÁRIA, a partir da data de assunção do SISTEMA, deverá prestar o SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO comprometendo-se a empregar todos os recursos necessários para atender esse objetivo.

26.2. O SISTEMA deverá ser mantido e operado pela CONCESSIONÁRIA, tornando-se esta, até a extinção da CONCESSÃO, a única responsável pela operação e conservação de tais bens afetos, tidos como necessários e vinculados à execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO, observado o disposto no item seguinte desta Cláusula.
26.3 Os bens afetos à CONCESSÃO integrantes do SISTEMA deverão ser reformados, substituídos, conservados, e com eventuais modernizações do sistema, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, quando devolvidos ao CONCEDENTE, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

CLÁUSULA 27ª – SERVIÇOS
27.1. Os critérios indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO constam do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, das demais normas aplicáveis, inclusive sanitárias, além das demais condições estabelecidas neste CONTRATO.
27.2. No caso de existirem objeções em relação aos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, esta será informada, fundamentadamente, sobre as observações e motivos das objeções, abrindo-se prazo para cumprimento das exigências pela CONCESSIONÁRIA, após lhe ter sido assegurado amplo direito de defesa e ao contraditório nos moldes deste CONTRATO.

CLÁUSULA 28ª – INVESTIMENTOS E OBRAS
28.1. Para execução das obras, o CONCEDENTE deverá obter todas as licenças prévias e a CONCESSIONÁRIA as demais licenças que se fizerem necessárias, atendendo às datas fixadas em cronograma de investimentos.
28.1.1. A CONCESSIONÁRIA bem assim deverá utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras enunciadas no Anexo V, Memorial Descritivo, que assegurem qualidade, integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto na de operação.
28.2. A execução das obras deverá respeitar com rigor todas as disposições, prazos e especificações técnicas constantes do EDITAL, deste CONTRATO e seus Anexos.
28.3. Nos prazos previstos na PROPOSTA TÉCNICA e compatíveis com os respectivos cronogramas, a CONCESSIONÁRIA submeterá à apreciação do CONCEDENTE, os projetos e demais peças dele integrantes, bem como as licenças, autorizações ou aprovações das autoridades competentes.
28.4. O CONCEDENTE terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data da apresentação dos projetos pela CONCESSIONÁRIA, para se pronunciar a respeito.
28.5. O prazo a que se refere o item 28.4 anterior, poderá ser suspenso uma única vez, caso o CONCEDENTE solicite à CONCESSIONÁRIA a apresentação de informações adicionais ou a regularização de aspectos constantes dos projetos, voltando a contagem dos dias restantes a fluir a partir do cumprimento dessa exigência.
28.6. A CONCESSIONÁRIA deverá ser comunicada formalmente acerca da aprovação dos projetos e demais especificações pertinentes, nos prazos previstos, a fim de que possa dar início à execução das obras.
28.7. Na hipótese de não haver concordância, total ou parcial, com os projetos, a CONCESSIONÁRIA deverá ser fundamentadamente informada, dentro do prazo aludido no item 28.4, sobre as razões da inconformidade, devendo a CONCESSIONÁRIA proceder às respectivas alterações, reiniciando-se a contagem do prazo nos termos previstos no item 28.3.

28.8. Os projetos e estudos serão considerados aprovados, ficando a CONCESSIONÁRIA autorizada a proceder à execução das respectivas obras, caso não haja manifestação do CONCEDENTE, nos prazos previstos nos itens 28.4 e 28.7.
28.9. O CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA poderão acordar, acerca de um programa conjunto para acompanhamento, pelo CONCEDENTE, da elaboração e desenvolvimento dos projetos, de modo a reduzir os prazos de aprovação.
28.10. A aprovação dos projetos não implica em qualquer responsabilidade a este tampouco exime a CONCESSIONÁRIA das suas obrigações oriundas deste CONTRATO.
28.11. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao CONCEDENTE toda a documentação relacionada às obras, inclusive os projetos básico e executivo, após sua conclusão.
28.12. A CONCESSIONÁRIA poderá dar início à execução das obras desde que atendidas as disposições deste CONTRATO, especialmente no que se refere à contratação dos seguros necessários.

CLÁUSULA 29ª – RECEBIMENTO DAS OBRAS

29.1. Sempre que concluída determinada obra, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar o CONCEDENTE a esse respeito.
29.2. No prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação acima, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA deverão proceder, em conjunto, a vistoria das obras, por meio dos representantes designados especificamente para este fim, lavrando-se o competente "Termo de Recebimento Provisório das Obras".
29.3. No prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA deverão proceder, em conjunto, a vistoria das obras, por meio dos representantes designados especificamente para este fim, lavrando-se o competente "Termo de Recebimento Definitivo das Obras".
29.4. Durante o prazo de que trata este item, o CONCEDENTE poderá promover as vistorias e observações que entender necessárias para verificar a adequação das obras aos termos deste CONTRATO.
29.5. Na hipótese de o CONCEDENTE não comparecer para realização da vistoria ou não proceder à lavratura de qualquer dos Termos de Recebimento de que tratam os itens 29.2 e 29.3 desta Cláusula, reputar-se-á como aceita e recebida a obra, conforme o caso, provisoriamente ou definitivamente, bem como lavrado o competente Termo, após comunicação da CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE nesse sentido.
29.6. O recebimento das obras não exclui a responsabilidade civil da CONCESSIONÁRIA por suas solidez e segurança, nos limites do estipulado neste CONTRATO e na legislação aplicável.

CLÁUSULA 30ª – SEGUROS

30.1. A CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO deverá manter a efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades relacionadas à CONCESSÃO, bem como aqueles previstos no CONTRATO, nos termos e condições aprovadas pelo CONCEDENTE, através de contratos a serem negociados pela CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições abaixo.
30.2. Além dos seguros obrigatórios por lei, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar os seguintes seguros:
a) Seguro de todos os riscos de construção (Riscos de Engenharia);
b) Seguro de maquinaria e equipamento de obra; e
c) Seguros de responsabilidade civil ("Liability Insurance"), cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE pelos montantes que possam vir a ser responsabilizados a título de perdas e danos, indenizações, custas processuais, honorários advocatícios e outros encargos em

relação à morte ou lesão de pessoas e danos a bens resultantes do desenvolvimento das atividades previstas no CONTRATO. O limite de cobertura do seguro de responsabilidade civil não será inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

30.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, anteriormente à assunção do SISTEMA, apresentar as apólices de seguros acima relacionadas, que deverá ser compatível com a cobertura dos riscos inerentes.

30.4. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como outras condições das apólices contratadas a fim de adequá-las às fases de desenvolvimento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO objeto da presente CONCESSÃO, sendo certo que o CONCEDENTE deverá ser comunicado no caso de referidas alterações.

30.5. O CONCEDENTE deverá ser indicado como co-segurado nas apólices dos seguros referidas nesta Cláusula, devendo o cancelamento, suspensão ou substituição de tais apólices ser previamente comunicado ao CONCEDENTE.

30.6. Ocorrendo a hipótese de sinistros não cobertos pelos seguros contratados, a CONCESSIONÁRIA responderá isoladamente pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar ao CONCEDENTE em decorrência da execução das obras, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes de tais danos e prejuízos.

30.7. O descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata esta Cláusula, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste CONTRATO por parte da CONCEDENTE.

30.8. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar à CONCEDENTE, quando esta assim solicitar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da referida solicitação, que as apólices de seguro previstas neste CONTRATO estão em plena vigência e que os respectivos prêmios vencidos encontram-se pagos.

30.9. A CONCESSIONÁRIA poderá dar início à execução das obras desde que atendidas as disposições do CONTRATO, especialmente no que se refere à contratação dos seguros necessários.

CLÁUSULA 31ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

31.1. Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, em 2 (dois) dias prévio à assinatura do mesmo, conforme estabelecido no EDITAL, prestou a GARANTIA no valor de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor previsto do CONTRATO, conforme o estipulado no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

31.2. A GARANTIA deverá ser mantida pela CONCESSIONÁRIA até a data de extinção deste CONTRATO, por meio de renovações periódicas.

31.3. A GARANTIA será proporcionalmente reduzida à razão de 1/30 (um trinta avos) a cada ano de concessão, até o décimo quinto ano, quando então deverá ser mantido o saldo restante até o final da concessão. Neste caso o valor da garantia será corrigido utilizando-se os mesmos critérios de REAJUSTE da TARIFA.

31.4. O recurso à GARANTIA será efetuado por meio de comunicação escrita dirigida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

31.5. A GARANTIA não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza.

31.6. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

31.7. Qualquer modificação nos termos e nas condições da GARANTIA deverá ser previamente aprovada pelo CONCEDENTE.

31.8. A CONCESSIONÁRIA deverá reajustar o valor estabelecido no item 31.1 desta Cláusula, no mesmo período e forma em que se der o REAJUSTE das TARIFAS complementando a

GARANTIA, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da vigência do REAJUSTE das TARIFAS.

31.9. A GARANTIA, prestada pela CONCESSIONÁRIA, somente será liberada ou restituída após 30 (trinta) dias contados da data de extinção do CONTRATO.

31.10. A GARANTIA poderá ser executada pelo CONCEDENTE a qualquer momento, observadas as condições previstas no CONTRATO.

31.11. O depósito da GARANTIA é condição para a assinatura do CONTRATO.

CLÁUSULA 32ª – FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

32.1. Para exercício da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte da AGÊNCIA REGULADORA, ao SISTEMA e a todos os dados, livros, registros e documentos relacionados à CONCESSÃO, prestando, a respeito destes, os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela AGÊNCIA REGULADORA estabelecido de comum acordo.

32.2. AGÊNCIA REGULADORA poderá realizar, na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA, ou requerer que esta realize, às suas custas, observadas as condições do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ensaios ou testes que possibilitem a verificação das condições de adequação do funcionamento do SISTEMA, mediante programa específico a ser estabelecido de comum acordo.

32.3. AGÊNCIA REGULADORA poderá, às suas custas, realizar auditorias técnicas no SISTEMA, ou indicar terceiro para fazê-lo, sempre na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA.

32.4. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatórios técnicos, operacionais e financeiros anuais, com a finalidade de demonstrar a execução das obras e serviços previstos no MEMORIAL DESCRITIVO.

32.5. O conteúdo e a forma de apresentação dos relatórios previstos no item 32.4 anterior serão estabelecidos em ato administrativo a ser exarado pela AGÊNCIA REGULADORA.

32.6. O responsável pela fiscalização anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a CONCESSÃO, determinando à CONCESSIONÁRIA a regularização das faltas ou defeitos verificados e emitindo os autos de infração, quando for o caso, nos termos previstos neste CONTRATO.

32.7. A fiscalização da CONCESSÃO não poderá obstruir ou prejudicar a exploração normal da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA.

32.8. A CONCESSIONÁRIA deverá ser informada acerca de eventuais atrasos ou discrepâncias entre a execução das obras e serviços e o cronograma da CONCESSÃO vigente, de forma detalhada, e identificar as providências que estiverem sendo adotadas para corrigir esses fatos.

32.9. As decisões e providências deverão ser tomadas por agente legitimado da AGÊNCIA REGULADORA, sob pena de nulidade.

32.10. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito dos poderes de fiscalização deverão ser aplicadas e vincularão a CONCESSIONÁRIA, logo após encerrado o procedimento descrito na Cláusula 35 deste CONTRATO, sem prejuízo do recurso ao processo de solução de divergências previsto na Cláusula 53 deste CONTRATO.

32.11. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as obras e serviços pertinentes à CONCESSÃO em que a fiscalização verifique, de forma justificada, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos prazos que razoavelmente forem fixados pela AGÊNCIA REGULADORA.

32.12. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com a decisão quanto à qualidade do trabalho das obras ou serviços, ou quanto aos prazos fixados para as correções, ser-lhe-á facultado, em primeira instância administrativa, apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

32.13. Da decisão a que se refere o item 33.12 acima, caberá recurso administrativo, no prazo de 30 (trinta) dias. No curso do processo administrativo serão observados os dispositivos legais que regem a matéria, bem como atos expedidos pela AGÊNCIA REGULADORA.
32.14. A decisão proferida em sede de recurso administrativo é irrecorrível e, observado o procedimento previsto nos itens 32.12 e 32.13. acima, caso seja(m) indeferidos o(s) recurso(s) da CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA determinará a demolição, a reconstrução ou a adequação dos trabalhos defeituosos, cabendo à CONCESSIONÁRIA realizá-los às suas expensas.

CLÁUSULA 33ª – DESAPROPRIAÇÕES
33.1. Caberá ao CONCEDENTE declarar de utilidade pública e promover desapropriações, mediante pagamento de indenização, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e permitir à CONCESSIONÁRIA a ocupação provisória de bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à CONCESSÃO.
33.2. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, correrão às expensas do CONCEDENTE.
33.3. O disposto no item 33.2 anterior aplica-se também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
33.4. Compete à CONCESSIONÁRIA indicar, de forma justificada, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como servidões administrativas, dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, para que o CONCEDENTE promova as respectivas declarações de utilidade pública, bem como adote os procedimentos necessários.

CLÁUSULA 34ª – CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS
34.1. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como a implantação de projetos associados e a execução dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, desde que não ultrapassem o prazo da CONCESSÃO.
34.2. Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado e, no que se refere aos seus empregados, pela legislação trabalhista.
34.3. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da CONCESSÃO.
34.4. Ainda que o CONCEDENTE tenha conhecimento prévio dos termos de qualquer contrato firmado entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, a mesma não poderá pleitear ou reivindicar do CONCEDENTE qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

CLÁUSULA 35ª – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
35.1. A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer cláusula ou condição deste CONTRATO e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do CONTRATO, poderá ensejar a aplicação, das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:
a) advertência;
b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

35.2. A penalidade de advertência impora a CONCESSIONÁRIA o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente, e será aplicada quando a CONCESSIONÁRIA:
a) não permitir o ingresso dos servidores do CONCEDENTE para o exercício da fiscalização na forma prevista neste CONTRATO;
b) não facilitar ou impedir o acesso aos livros, documentação contábil e demais informações correlatas à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
c) deixar de prestar, no prazo estipulado, as informações solicitadas ou aquelas a que esteja obrigada a prestar independentemente de solicitação;
d) descumprir qualquer uma das obrigações assumidas neste CONTRATO e que não se encontrem previstas neste instrumento como hipótese ensejadora de aplicação de multa, ser negligente, imprudente ou agir com imperícia no cumprimento das mesmas.

35.3. Sem prejuízo das demais hipóteses ensejadoras da aplicação de advertência prevista nesta Cláusula, nas infrações classificadas como leves, quando de sua primeira ocorrência a pena de multa será substituída por pena de advertência da CONCESSIONÁRIA, que será comunicada formalmente da sanção.

35.4. Sem prejuízo das demais sanções de multa ou parâmetros para tais sanções estabelecidos na regulamentação, a CONCESSIONÁRIA se sujeitará às seguintes sanções pecuniárias:
a) por atraso no início ou na conclusão das obras, multa por infração de 0,3% das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
b) por atraso no início da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, multa por infração de 0,3% das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
c) por descumprimento do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, multa por infração de 0,1% das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
d) por irregularidade na prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, multa por infração de 0,1% das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
e) por atraso na contratação ou renovação da GARANTIA, multa por infração de 0,01% das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
f) descumprimento do disposto no PLANO BÁSICO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, multa por infração de 0,2% das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
g) por atraso na contratação ou renovação dos SEGUROS, multa por dia de atraso de 0,001% do valor das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração;
h) por impedir ou obstar a fiscalização pela CONCEDENTE, multa por infração de 0,01% do valor das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração;
i) pela suspensão injustificada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, por infração, multa de 0,01% do valor das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração;
j) por descumprimento dos demais encargos da CONCESSIONÁRIA não abrangidos nas alíneas anteriores, sujeitará a CONCESSIONÁRIA a multa por infração correspondente a 0,001% do valor das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração.

35.5. As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade previstas no CONTRATO.

35.6. A aplicação de multas à CONCESSIONÁRIA não a isenta do dever de ressarcir os danos eventualmente tenham sido causados.
35.7. O processo de aplicação de penalidades, inclusive da moratória, tem início com a lavratura do auto de infração pelo CONCEDENTE ou pela AGÊNCIA REGULADORA, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.
35.8. O auto de infração deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada, e será lavrado em 2 (duas) vias, através de notificação entregue à CONCESSIONÁRIA sob protocolo.
35.9. A prática de múltiplas infrações pela CONCESSIONÁRIA poderá ser apurada em um mesmo auto de infração.
35.10. A CONCESSIONÁRIA sofrerá penalidade atribuída em consonância com a natureza da infração.
35.11. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação da penalidade, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar sua defesa, que será apreciada pelo CONCEDENTE, sendo vedada qualquer anotação nos registros da CONCESSIONÁRIA enquanto não houver a decisão final sobre a procedência da autuação.
35.12. A decisão proferida pelo CONCEDENTE será devidamente fundamentada.
35.13. A CONCESSIONÁRIA será formalmente notificada da decisão proferida em face da defesa apresentada, cabendo a interposição de recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, cuja decisão deverá obedecer as condições previstas no item 35.12 anterior.
35.14. Mantido o auto de infração, a CONCESSIONÁRIA será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:
a) no caso de advertência, será anotada nos registros da CONCESSIONÁRIA junto ao CONCEDENTE;
b) em caso de multa pecuniária, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação da decisão, sendo que o não pagamento, no prazo estipulado, ensejará a possibilidade de utilização da GARANTIA.
35.15. O simples pagamento da multa não eximirá a CONCESSIONÁRIA da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.
35.16. A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e a sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável.

CLÁUSULA 36ª - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

36.1. Extingue-se a CONCESSÃO por:
a) advento do termo contratual;
b) encampação;
c) caducidade;
d) rescisão;
e) anulação da CONCESSÃO; e
f) falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.
36.2. Extinta a CONCESSÃO, opera-se, de pleno direito, a reversão dos bens afetos ao SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO bem como as prerrogativas contendas à CONCESSIONÁRIA, pagando-se à mesma a respectiva indenização relativamente aos bens incorporados à CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO.
36.3. Os bens afetos à CONCESSÃO serão revertidos ao CONCEDENTE livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas.
36.4. Revertidos os bens afetos à CONCESSÃO, haverá a imediata assunção do SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO pelo CONCEDENTE.
36.5. Ocorrendo a extinção da CONCESSÃO, o CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, assumir os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, desde que necessários à continuidade dos serviços públicos, incluindo-se os contratos de financiamento para execução

de obras ou serviços previamente aprovados e que não comportem período de amortização superior ao prazo restante ao término da CONCESSÃO.

CLÁUSULA 37ª – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

37.1. O advento do termo final do CONTRATO implica na extinção da CONCESSÃO de pleno direito.

37.2. O CONCEDENTE, antecipando-se à extinção da CONCESSÃO, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens seguintes.

CLÁUSULA 38ª – CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO

38.1. A indenização devida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no caso de ocorrência de extinção com base na ocorrência do advento do termo contratual, englobará os investimentos realizados com base nas PROPOSTAS apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA e segundo o plano de investimentos aprovado previamente pelo CONCEDENTE, que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO pelo CONCEDENTE, corrigidos nos mesmos termos do REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

38.2. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga até a data da assunção dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO pelo CONCEDENTE, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE da TARIFA, desde a data do pagamento do investimento até a data do pagamento da indenização.

CLÁUSULA 39ª – ENCAMPAÇÃO

39.1. A encampação é a retomada dos serviços pelo CONCEDENTE, durante o prazo da CONCESSÃO, por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica.

39.2. O CONCEDENTE, previamente à encampação da CONCESSÃO, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens seguintes.

39.3. Caso a CONCESSÃO venha a ser extinta por encampação, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA deverá ser paga previamente à reversão dos bens e à assunção dos serviços pelo CONCEDENTE, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 9.987/95, e incluirá:

a) os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA, segundo plano de investimentos previamente aprovado pelo CONCEDENTE, que ainda não estiverem depreciados ou amortizados, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE; e

b) danos emergentes e os lucros cessantes calculados por empresa independente de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos.

39.3.1. A empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos será paga pela CONCESSIONÁRIA e escolhida pelo CONCEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação de uma PARTE à outra, a partir de lista tríplice apresentada pela CONCESSIONÁRIA.

39.4. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga previamente à assunção dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

39.5. Extinta a CONCESSÃO, por encampação, revertem-se todos os bens afetos à CONCESSÃO, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas.

39.6. Revertidos os bens afetos à CONCESSÃO, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO pelo CONCEDENTE.
39.7. Equipara-se à encampação, a desapropriação das ações da CONCESSIONÁRIA pelo CONCEDENTE, aplicando-se, neste caso, as disposições constantes desta Cláusula.

CLÁUSULA 40ª – CADUCIDADE
40.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará, a critério do CONCEDENTE, a declaração de caducidade da CONCESSÃO, independentemente da aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste CONTRATO, especialmente desta Cláusula.
40.2. A caducidade da CONCESSÃO, por ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA, poderá ser declarada quando ocorrer:
a) a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas e critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
b) descumprimento de cláusulas contratuais, disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO;
c) a paralisação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ou concorrência para tanto, ressalvadas as hipóteses referidas na Cláusula 45;
d) a perda das condições econômicas, técnicas ou operacionais, para manter a adequada prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
e) a não contratação ou não renovação da contratação dos SEGUROS ou da GARANTIA a que está obrigada, na forma deste CONTRATO;
f) transferência da CONCESSÃO, sem prévia autorização da CONCEDENTE;
g) solicitação de autofalência ou requerimento de recuperação judicial pela CONCESSIONÁRIA.
40.3. A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurando-se a esta o direito de ampla defesa e contraditório.
40.4. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a CONCESSIONÁRIA ter sido previamente comunicada a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo ser-lhe concedido prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.
40.5. Instaurado o processo administrativo, uma vez comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada mediante Decreto editado pelo Prefeito Municipal, pagando-se a respectiva indenização.
40.6. No caso da extinção do CONTRATO por caducidade, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da devida indenização, de acordo com as disposições e o procedimento previsto na cláusula 39 deste CONTRATO.
40.7. Da indenização prevista no item 40.6 anterior, será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela CONCESSINÁRIA, no que eventualmente não seja coberto pela GARANTIA.
40.8. A indenização a que se refere o item 40.6 será devidamente corrigida monetariamente, nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA. Será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no MUNICÍPIO.
40.9. O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 40.8, referente aos valores recebidos, pelo CONCEDENTE ou por terceiro, pela

prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, seja automaticamente repassada à CONCESSIONÁRIA, através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.

40.10. A critério exclusivo do CONCEDENTE, poderá a indenização de que trata este item, ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

40.11. A declaração de caducidade da CONCESSÃO acarretará, ainda, para a CONCESSIONÁRIA:

a) a execução da GARANTIA pelo CONCEDENTE para ressarcimento de eventuais prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE;

b) retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao CONCEDENTE;

c) a reversão imediata ao CONCEDENTE dos bens afetos à CONCESSÃO;

d) a retomada imediata, pelo CONCEDENTE dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

40.12. Declarada a caducidade, não resultará ao CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 41ª – RESCISÃO

41.1. A CONCESSIONÁRIA poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pela outra PARTE, bem como na ocorrência de redução do escopo dos SERVIÇOS, por parte do CONCEDENTE.

41.2. Na hipótese de rescisão do CONTRATO por inadimplemento contratual, ou pela redução do escopo dos SERVIÇOS, nos termos desta Cláusula, a indenização deverá ser previamente paga pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, conforme o disposto na Cláusula 39.

41.3. A indenização a que se refere o item 41.2 anterior, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no MUNICÍPIO.

41.4. O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 41.3 anterior, referente aos valores recebidos, pelo CONCEDENTE ou por terceiro, pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, seja automaticamente repassada à CONCESSIONÁRIA, através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.

41.5. Poderá a indenização de que trata este item ser paga em uma única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

CLÁUSULA 42ª – ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

42.1. Em caso de anulação da CONCESSÃO, por eventuais ilegalidades verificadas no EDITAL e nos seus Anexos, na LICITAÇÃO, no CONTRATO e seus Anexos, será devida indenização pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a ser paga de acordo com o disposto na Cláusula 39 deste CONTRATO.

42.2. O CONCEDENTE, no caso de anulação da CONCESSÃO, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens seguintes.

42.3. A indenização a que se refere o item 42.1., devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
42.4. O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 42.3 anterior, referente aos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por terceiro pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, seja automaticamente repassada à CONCESSIONÁRIA através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.
42.5. O CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata este item em uma única vez, o que poderá se dar com recursos obtidos em eventual licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei Federal nº 8.987/95.

CLÁUSULA 43ª – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA
43.1. A CONCESSÃO poderá ser extinta na ocorrência de decretação de falência da CONCESSIONÁRIA ou de extinção da CONCESSIONÁRIA.
43.2. Neste caso, a indenização devida pelo CONCEDENTE, respeitados os critérios e os procedimentos previstos na Cláusula 39 deste CONTRATO, será calculada tomando como base os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA, segundo plano de investimentos previamente aprovado pelo CONCEDENTE, que não se achem ainda totalmente amortizados ou depreciados, no curso do CONTRATO, corrigido monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE.
43.3. A indenização a que se refere o item 43.2 será paga mensalmente à massa falida devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando os dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
43.4. O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 43.3, referente aos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por terceiro pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, seja automaticamente repassada à massa falida através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.
43.5. O CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata este item em única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.987/95.
43.6. Na hipótese de dissolução ou liquidação da CONCESSIONÁRIA, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que o CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens afetos à CONCESSÃO que serão revertidos livres de ônus, ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CLÁUSULA 44ª – REVERSÃO DOS BENS QUE INTEGRAM A CONCESSÃO
44.1. Na extinção da CONCESSÃO, todos os bens a ela afetos, recebidos, construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA e integrados diretamente à CONCESSÃO, reverterão automaticamente ao CONCEDENTE, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.
44.2. Para os fins previstos no item 44.1 anterior, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar os bens ali referidos inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso.

44.3. Na extinção da CONCESSÃO, será promovida uma vistoria prévia dos bens afetos à CONCESSÃO, para os efeitos previstos neste CONTRATO, e lavrado um "Termo de Reversão dos Bens", com indicação detalhada do seu estado de conservação.

44.4. O "Termo de Reversão de Bens", referido no item 44.3. anterior será apresentado ao CONCEDENTE, que deverá manifestar-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Transcorrido este prazo sem que haja manifestação do CONCEDENTE, o "Termo de Reversão de Bens" reputar-se-á aceito.

44.5. Caso os bens afetos à CONCESSÃO, quando de sua devolução ao CONCEDENTE, não se encontrem em condições adequadas, observado o disposto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA indenizará o CONCEDENTE, no montante a ser calculado pelo CONCEDENTE, conferindo-se à ampla defesa e participação da CONCESSIONÁRIA.

44.6. O CONCEDENTE poderá, ainda, reter ou executar a GARANTIA, a seu exclusivo critério, no caso de se verificar, na vistoria, que os bens afetos à CONCESSÃO encontram-se deteriorados em seu uso e em sua conservação.

44.7. Caso o montante da GARANTIA seja insuficiente para o cumprimento da obrigação prevista no item 44.5 anterior, o CONCEDENTE poderá descontar seus créditos do valor da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, por força da extinção da CONCESSÃO.

CLÁUSULA 45ª – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO

45.1. No caso de inexecução total ou parcial deste CONTRATO, decorrente diretamente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ato da Administração ou de interferências imprevistas, que retardem ou impeçam o cumprimento deste CONTRATO, devidamente justificados e aceitos pelo CONCEDENTE, ficará a CONCESSIONÁRIA exonerada de responsabilidade pelo atraso no cumprimento do cronograma de obras e serviços e das demais obrigações oriundas do CONTRATO.

45.2. Para fins do disposto no item anterior, considera-se:

a) força maior: o evento humano que, por sua imprevisibilidade e/ou inevitabilidade, cria óbice intransponível para a CONCESSIONÁRIA na execução deste CONTRATO, consubstanciado em ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas;

b) caso fortuito: o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e/ou inevitabilidade, gera obstáculo intransponível para a CONCESSIONÁRIA no cumprimento deste CONTRATO;

c) fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste CONTRATO;

d) ato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este CONTRATO, retarda, agrava ou impede a sua execução pela CONCESSIONÁRIA, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes;

e) interferências imprevistas: são ocorrências materiais não cogitadas pelas partes quando da celebração deste CONTRATO, mas que surgem no decorrer de sua execução de modo surpreendente e excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos, consubstanciada pela descoberta superveniente de obstáculos materiais, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução deste CONTRATO, embora sua existência seja anterior à data de assinatura do CONTRATO, mas só revelada por intermédio das obras ou serviços em andamento, dada a sua omissão nas sondagens ou a sua imprevisibilidade em circunstâncias comuns de trabalho.

45.3. Não se caracteriza, ainda, como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONCESSIONÁRIA nas seguintes hipóteses:

a) quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no SISTEMA;

b) caso haja comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas; ou

c) por inadimplemento do USUÁRIO, após comunicação por escrito nesse sentido, se ser enviada pela CONCEDENTE.

45.4. A ocorrência de qualsquer dos eventos previstos no item 45.2 desta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE, informando as medidas que estiverem sendo adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes.

45.5. Cabe à CONCESSIONÁRIA, em qualquer uma das hipóteses comentadas nesta Cláusula, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo mínimo necessário, sujeito à fiscalização do CONCEDENTE.

45.6. Nos casos de interrupções programadas, com base na alínea "a" do item 45.3 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá comunicar o fato, previamente, ao CONCEDENTE e aos USUÁRIOS.

45.7. Nos casos das alíneas "c" do item 45.3 acima, a interrupção do serviço deverá ser efetuada pela CONCEDENTE, após prévio aviso enviado ao USUÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para referida interrupção.

45.8. Ocorrendo qualsquer dos fatos mencionados acima, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA acordarão, alternativamente, acerca da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos ora acordados, ou da extinção da CONCESSÃO, caso a impossibilidade de cumprimento deste CONTRATO se torne definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro revele-se excessivamente onerosa para o CONCEDENTE.

45.9. No caso de extinção da CONCESSÃO, em virtude da impossibilidade de cumprimento deste CONTRATO a que se refere o item 45.6 anterior, as PARTES acordarão acerca do pagamento da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, em até 15 (quinze) dias contados a da data da extinção.

45.9.1. Se as PARTES não chegarem a um acordo no prazo referido acima, para fins de pagamento da indenização devida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA aplicar-se-á o disposto na Cláusula 39 deste CONTRATO.

45.10. A CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata esta Cláusula em única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.987/95.

CLÁUSULA 46ª – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA CONCESSIONÁRIA

46.1. A CONCESSIONÁRIA prestará contas anualmente, ao PODER CONCEDENTE, da gestão dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, mediante apresentação de:

I - relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pelo CONCEDENTE e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:

a) à execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico;

b) ao Desempenho Operacional da CONCESSÃO que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e modicidade das TARIFAS;

c) ao registro e inventário dos bens afetos à CONCESSÃO;

d) ao desempenho operacional.

II – demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404/64, publicadas em jornal de grande circulação e cópia da ata a Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as mesmas.

CLÁUSULA 47ª – CESSÃO, ONERAÇÃO E ALIENAÇÃO

47.1. É vedado à CONCESSIONÁRIA, sob pena de declaração de caducidade da CONCESSÃO, ceder, alienar ou de qualquer modo onerar, no todo ou em parte, os bens afetos à CONCESSÃO, ou realizar qualquer negócio jurídico que vise a atingir idênticos objetivos, sendo nulo qualquer ato praticado em violação ao disposto nesta cláusula, sem prejuízo de poder proceder ao que estabelece o artigo 28 da Lei nº 8.987/95.

CLÁUSULA 48ª – PROTEÇÃO AMBIENTAL

48.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir o disposto na legislação vigente relativa às normas de proteção ambiental.

48.2. A CONCESSIONÁRIA apresentará os seguintes relatórios:

a) os impactos ambientais provocados em decorrência das obras e serviços implantados; e

b) as ações adotadas para mitigar ou compensar os efeitos dos impactos ambientais provocados;

48.3. O CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA, no curso do período da CONCESSÃO, adote programas e implemente medidas preventivas e/ou corretivas do meio ambiente, inclusive por intermédio de novas obras e serviços não previstos originariamente, observado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

48.4. A CONCESSIONÁRIA deverá se submeter a todas as medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências, observando-se sempre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e suas cláusulas e condições.

48.5. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos da CONCESSÃO, à exceção da licença ambiental prévia, observado o disposto nesta Cláusula.

48.6. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao CONCEDENTE, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais de que trata esta Cláusula, quaisquer exceções ou meios de defesa, como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos da CONCESSÃO.

48.7. O CONCEDENTE deverá, entretanto, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos da CONCESSÃO quando, embora a CONCESSIONÁRIA comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença, não a tenha obtido por razões alheias a sua vontade.

48.8. O CONCEDENTE será o único responsável pelo passivo ambiental, devendo manter a CONCESSIONÁRIA isenta de qualquer responsabilidade, quando:

a) originado de atos ou fatos ocorridos anteriormente à assinatura deste CONTRATO contrários à legislação ambiental pelo lançamento de efluentes sem tratamento ou tratamento inadequado; ou

b) o Concedente será o único responsável pela obtenção da outorga de uso de recurso hídrico (captação e disposição);

c) ainda que posterior à assinatura do CONTRATO, decorra de determinação de autoridade ambiental para adaptação à legislação aplicável, em prazos ou condições diferentes dos prazos e metas fixados para esta CONCESSÃO, nos termos previstos no EDITAL e seus Anexos.

48.9. Na hipótese prevista na alínea "b" do item 48.8 anterior, a CONCESSIONÁRIA, concomitantemente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, poderá adaptar o cronograma de investimentos, nos termos de deliberação da autoridade ambiental competente.

48.10. Alternativamente à recomposição mencionada no item anterior, no caso de a impossibilidade de atendimento ao 48.9 se tornar definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se revelar excessivamente onerosa para o CONCEDENTE, as PARTES acordarão acerca da extinção da CONCESSÃO, aplicando-se o disposto neste edital.

48.11. O disposto no item 48.10 anterior não se aplicará nas hipóteses em que houver concorrência de culpa, bem como negligência da CONCESSIONÁRIA, dos seus acionistas

diretores ou empregados, em sanar eventuais danos ambientais aparentes ou, ainda que ocultos, quando a CONCESSIONÁRIA tenha sido devidamente cientificada a respeito.

48.12. No caso de a CONCESSIONÁRIA vir a responder judicialmente por eventos previstos nesta Cláusula, deverá a CONCESSIONÁRIA denunciar à lide o CONCEDENTE ou terceiros responsáveis pelo dano causado.

48.13. A CONCEDENTE se obriga, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de notificação da CONCESSIONÁRIA nesse sentido, a ressarcir a CONCESSIONÁRIA na eventualidade de vir a ser-lhe imposta qualquer sanção ou determinação com consequência pecuniária relativa às hipóteses previstas no item anterior, decorrente de decisão judicial, bem como decorrente de decisão administrativa da qual não caiba mais recurso ou meio de defesa.

48.14. Na falta de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA nos termos deste item, aplicar-se-á de imediato o disposto na Cláusula 21, devendo a CONCEDENTE proceder à readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA 49ª – COMUNICAÇÕES

49.1. As comunicações realizadas em decorrência deste CONTRATO serão efetuadas por escrito e remetidas sob protocolo.

49.2. Consideram-se, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços:

CONCEDENTE: Rua Mariana Micheis Borges, nº 201;

CONCESSIONÁRIA: Avenida Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 957.

49.3. Qualquer das PARTES acima poderá modificar o endereço mediante simples comunicação por escrito à outra.

49.4. O CONCEDENTE dará ciência de suas decisões mediante notificação à CONCESSIONÁRIA e a terceiros, além de publicar suas decisões e despachos na imprensa oficial.

CLÁUSULA 50ª – EXERCÍCIO DE DIREITOS

50.1. A tolerância de uma das PARTES, no que tange ao não cumprimento pela outra PARTE de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia ao respectivo direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.

CLÁUSULA 51ª – INVALIDADE PARCIAL

51.1. Se qualquer disposição ou Cláusula deste CONTRATO for declarada ilegal ou inválida por um juízo de jurisdição competente, este CONTRATO deverá continuar em pleno vigor e efeito sem a citada disposição.

51.2. No caso da declaração alterar substancialmente os benefícios econômicos deste CONTRATO para qualquer das PARTES, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA deverão negociar, de boa fé, um ajuste equitativo para tal disposição, como será formado o comitê para solução de controvérsias.

CLÁUSULA 52ª – PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

52.1. Dentro dos 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura do CONTRATO, o CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO na imprensa oficial, que será registrado e arquivado com o CONCEDENTE e com a CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 53ª – DO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

53.1. Ocorrendo qualquer divergência na interpretação e aplicação das cláusulas do presente CONTRATO, qualquer uma das PARTES poderão instituir JUÍZO ARBITRAL, com a atribuição de dirimir o conflito em menor prazo possível e que não prejudique a operação do SISTEMA, observada a Lei Federal nº 9.307/96 e em conformidade com o regulamento da Câmara de

Mediação e Arbitragem de São Paulo ou o regulamento de outra Câmara de Arbitragem indicada de comum acordo entre as PARTES.

53.2. A arbitragem será realizada por 03 (três) árbitros, nos prazos estabelecidos pela Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ou outra Câmara de Arbitragem indicada de comum acordo entre as partes.

53.3. Cada PARTE indicará um árbitro. Se uma das PARTES não indicar o árbitro, ele será escolhido de acordo com o regulamento da Câmara de Arbitragem.

53.4. O terceiro árbitro será indicado pela Câmara de Arbitragem, e atuará como Presidente do Tribunal Arbitral.

53.5. A decisão arbitral será final e impositiva para ambas as PARTES.

53.6. Os custos envolvidos no processo de arbitragem serão suportados pela PARTE perdedora, a menos que definido de outra forma pelo tribunal arbitral.

Itapoá (SC), 04 de outubro de 2012

CONCEDENTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
MÁRIO ELÓI TAVARES
PREFEITO MUNICIPAL

CONCESSIONÁRIA
ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA
SERRANA ENGENHARIA LTDA
ODAIR JOSÉ LAINRICH

CONCESSIONÁRIA
ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA
COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL – CAB AMBIENTAL
YVES BESSE
MÁRIO DE QUEIROZ GALVÃO

Testemunhas:

NOME: Erlino Sparandio
CNPF/MF: 028666-098/53

NOME: Solmir Coelho
CNPF/MF: 914.346.889-68

12.553

4

GCM

Castillo . Cachia . Montan
Advogados

DOC. 04

12.554

DECLARAÇÃO

BANCO COMMERCIAL INVESTMENT TRUST DO BRASIL S.A. – BANCO MULTIPLO, com sede na Rua Alameda Rio Negro, 585, Edifício Padauiri, sala 72, Alphaville, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 43.818.780/0001-94 ("**BANCO CIT BRASIL**"), informa que celebrou o Contrato de Arrendamento Mercantil n. 00A0019132, com a Galvão Engenharia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.340.937/0001-79 ("GESA"), em 27.12.2012 ("**Contrato**") e declara que está de acordo que os direitos e obrigações da GESA, decorrentes do Contrato, que foram cedidos para a Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.159.965/0001-33. A cessão dos direitos ocorreu mediante a celebração de Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações, realizada em 01/12/2015.

Barueri, 28 de Janeiro de 2016.

Marcos Gomes Cardoso
Diretor

BANCO COMMERCIAL INVESTMENT DO BRASIL S.A. – BANCO MULTIPLO

12.555

PETROBRAS

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ (JUÍZA) DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Após, conclusos.
Rio, 04/12/2015

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, já qualificada nos autos em epígrafe, em atenção ao despacho exarado em 16/12/2015, mais precisamente no que toca a determinação "*autorizando as recuperandas a promoverem a retirada dos bens de sua propriedade depositados no canteiro de obras do Consórcio UFNIII, localizado às margens da rodovia BR-158, Distrito Industrial da Moeda, a 28 km de três Lagoas, ficando advertidos os administradores do referido canteiro*", vem expor e requerer o que segue:

Após a expedição da referida determinação, o CONSÓRCIO UFN III, composto pelas empresas GALVÃO ENGENHARIA e SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA., enviou à PETROBRAS a correspondência OGB/PB-C-DIR-0001/16 (ANEXO 1) solicitando acesso ao referido canteiro nos dias 25, 26, e 27 de janeiro de 2016 para "*realização de inventário dos materiais e bens*" para a sua posterior retirada.

12.556

Em resposta à aludida correspondência, a PETROBRAS enviou a carta ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III- 0001/2016 (ANEXO 2) informando que o canteiro estaria liberado para a realização do inventário.

Conferido acesso ao local nos dias indicados pelo CONSÓRCIO UFN III, os representantes que ali comparecerem se limitaram a tirar fotos do local.

Para a surpresa da PETROBRAS, no dia 29/01/2016, uma sexta feira, após às 16:00, o CONSÓRCIO UFN III enviou nova carta à PETROBRAS (ANEXOS 3 e 4), agora para comunicar que compareceria ao local nos dias 01/02/2016 (primeiro dia útil seguinte) e 05/02/2016 para "*retirada dos bens da Galvão Engenharia*".

Sem esperar resposta da PETROBRAS, os representantes do aludido consórcio se dirigiram ao local do canteiro para a retirada de bens.

Considerando o fato de os mencionados representantes estarem desacompanhados de oficial de justiça e, principalmente, por não terem apresentado um rol dos bens a serem retirados, com a devida comprovação de propriedade, os representantes da PETROBRAS, temendo a eventual retirada de equipamentos e materiais que eventualmente sejam de propriedade de algum subfornecedor do CONSÓRCIO UFN III, solicitou fosse realizado o inventário dos bens e apresentados comprovantes de propriedade, de modo a atender adequadamente os termos da decisão judicial.

12.557

Não obstante, foi pertimido o acesso dos representantes do CONSÓRCIO UFN III ao local para a realização de manutenção dos bens que ali estavam, inclusive porque muitos não estão em condição de serem movimentados, por falta de calibragem em pneus, desgaste de baterias etc. – ao que os ditos representantes reagiram informando que registrariam ocorrência contra os responsáveis da PETROBRAS.

Exa., que fique claro que não há ressitência da PETROBRAS ao cumprimento da decisão em questão. Contudo, diante de tais circunstâncias, considerando a justa pretensão da PETROBRAS em evitar ser responsabilizada caso o CONSÓRCIO UFN III se aposse de bens que não sejam de sua propriedade e a aparente falta de interesse do referido consórcio em colaborar espontaneamente para mitigar o risco em questão, vem a PETROBRAS, respeitosamente, expor o imbróglio criado pelo CONSÓRCIO UFN III e requerer que os termos do despacho exarado no dia 16/12/2015 seja complementado para esclarecer que:

1) Os representantes do CONSÓRCIO UFN III estejam acompanhados de oficial de justiça no momento da retirada dos equipamentos do canteiro;

2) A retirada se dê mediante apresentação de atestado de recebimento dos bens, a ser arquivado pela PETROBRAS;

3) Seja reconhecida a ausência de responsabilidade da PETROBRAS caso o CONSÓRCIO UFN III venha a retirar do local algum equipamento que não seja de sua propriedade.

12.557

Por fim, de modo a viabilizar a tomada de ações internas de organização para o recebimentos dos represantantes do CONSÓRCIO UFN III, requer-se seja conferido prazo razoável para o cumprimento da diligência, com antecedência mínima de dez dias.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2016.

Vagner Silva dos Santos
OAB/RJ 122.659

Pedro Henrique de Magalhães Sellmann
OAB/RJ 139.325

Victor Soares da Silva Cereja
OAB/RJ nº 168.314

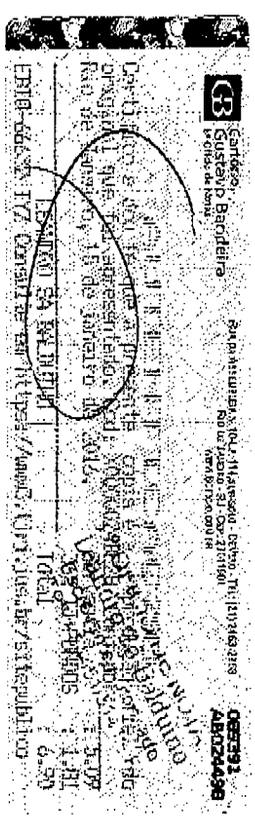
12.559

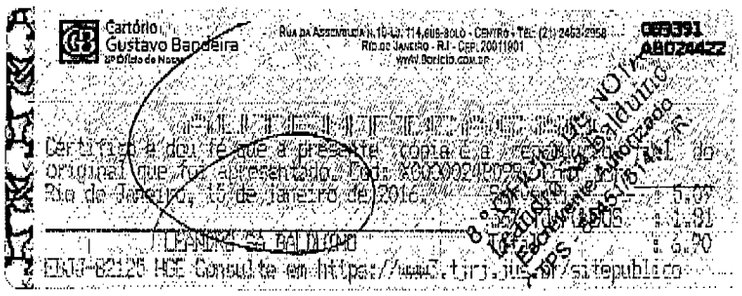
PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS,
na forma abaixo:

020-15
CERTIDÃO

LIVRO 0782 FLS 185/187 ATO 117 DATA 29.12.2015

S A I B A M, quantos este público instrumento de procuração bastante virem que no ano dois mil e quinze, aos vinte e nove (29) dias do mês de dezembro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 13° Ofício de Notas, sito na Avenida Rio Branco, 135/3° andar, perante mim, **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, compareceu como Outorgante; **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, sociedade de economia mista, com sede nesta cidade, na Avenida República do Chile, nº 65, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seus Diretores **IVAN DE SOUZA MONTEIRO, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**, brasileiro, natural da Cidade de Manaus (AM), casado, engenheiro eletrônico e de telecomunicações, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Avenida Henrique Valadares, nº 28 Torre A - 18º andar, Centro CEP 20231-030, na Cidade do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 004.834.564-9, expedida pelo DETRAN/RJ em 27/04/2001 e inscrito no CPF/MF sob o nº 667.444.077-91 e **JOÃO ADALBERTO ELEK JUNIOR, Diretor de Governança, Risco e Conformidade**, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo (SP), divorciado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Avenida Henrique Valadares, nº 28 Torre A - 18º andar, Centro CEP 20231-030, na Cidade do Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº 03524098-5, expedida pelo Instituto Felix Pacheco - IFP/RJ, em 07/02/95, e inscrito no CPF/MF sob o nº 550.003.047-72. A presente reconhecida como a própria por mim e pelos documentos apresentados, inclusive seus Diretores também por mim identificados como os próprios e de que farei comunicar a presente ao competente distribuidor dentro do prazo legal. Então, pela Outorgante, através de seu representante, foi-me dito que, por este público instrumento, nomeia e constitui, na forma do artigo 26 do Estatuto Social da **PETROBRAS**, seus bastantes procuradores, **TAISA OLIVEIRA MACIEL**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 118.488 e no CPF/MF sob o nº 032.182.566-74, residente e domiciliada nesta cidade, na qualidade de **Gerente Executiva do Jurídico** da **PETROBRAS**, com escritório na Avenida República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, nesta cidade, e **HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR**, brasileiro, viúvo, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 62.929 e no CPF/MF sob o nº 768.013.577-00, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de **Gerente Geral Jurídico de Matérias** da **PETROBRAS**, com escritório na Avenida República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, nesta cidade; aos quais outorga os poderes das cláusulas ***ad judicia et extra***, inclusive para receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência de pedidos, requerer falências, desistir, renunciar a direitos sobre que se fundam ações, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, receber, dar quitação e firmar compromissos, requerer cancelamento de protesto de título, ajuizar ações rescisórias, ficando, outrossim, investidos dos poderes para representar a Outorgante na fase de conciliação prevista no artigo 447 do Código de Processo Civil, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo acordar e transigir, com o que ficam os Outorgados qualificados para representar e defender a Outorgante em juízo e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como perante a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, em especial perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a obter e manter a proteção de direitos de propriedade intelectual da Outorgante, tais como: depositar pedido de patente ou de modelo de utilidade; depositar pedido de registro de desenho industrial, de marcas, de programas de computador e de indicações geográficas; realizar buscas de anterioridade, cumprir exigências,





apresentar oposições, subsídios, recursos, pedidos de nulidade administrativa, caducidade e apresentar quaisquer outras petições; transigir, desistir e renunciar, efetuar e receber pagamento; dar e receber quitações; apresentar todas as medidas impeditivas contra processos de terceiros; requerer anotações, certidões e averbações de quaisquer contratos que envolvam propriedade intelectual; requerer alterações dos dados da Outorgante; requerer o registro das obras no campo do Direito Autoral e apresentar petições aos órgãos de registro e a renovação de nomes de domínio, podendo representar a Outorgante em arbitragens e mediações, especialmente perante o Centro de Arbitragem e de Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em casos de disputas relativas a nomes de domínio, praticando, nestes casos, todos os atos em nome da Outorgante necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, incluindo apresentar reclamações e defesas, quaisquer petições, provas, pagar taxas administrativas, fazer declarações em nome da Outorgante e propor e aceitar transações; promover notificações, interpelações e protestos extrajudiciais e mais quaisquer outros atos em defesa dos interesses da Outorgante e responder às notificações de terceiros; facultando aos Outorgados substabelecer os poderes ora recebidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais para si. A presente procuração revoga a anteriormente lavrada nestas Notas do 13º Ofício, no livro 0860, às folhas 194/196, ato 048, em 30/06/2015, mantida a eficácia dos substabelecimentos outorgados com base no instrumento ora revogado. Lavrada sob minuta apresentada. Certifico que as custas deste ato serão recolhidas ao Cartório, de acordo com a portaria 1772/2014 da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, da seguinte forma: custas R$ 201,52 (tab.7,2,d); atos gratuitos e PMCMV no valor de R$ 4,03; comunicação ao distribuidor no valor de R$ 9,89; comunicação a JUCERJA no valor de R$ 9,89; Mútua, Acoterj e Anoreg R$ 12,24. Recolhido o acréscimo de 20 % no valor de R$ 44,26 devido ao FETJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei 4664/2005, no valor de R$ 11,06 devido ao FUNDPERJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei Complementar 111/2006 no valor de R$ 11,06 devido ao FUNPERJ, e o acréscimo de 4% instituído pela Lei Estadual 6281/2012 no valor de R$ 8,85 devido ao FUNARPEN, Distribuição no valor de R$ 22,19 e Certidões no valor de R$ 33,32. Assim o disse do que dou fé, me pediu lavrasse nestas Notas, o presente instrumento o que fiz, lavrei, li, aceita, outorga e assina tendo sido dispensadas as testemunhas, conforme Provimento da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado do Rio de Janeiro, 92/84. E, eu **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, lavrei li o presente colhendo as assinaturas. E, eu **LUIZ FERNANDO CARVALHO DE FARIA,** Tabelião matricula do IPERJ nº. 06/1774 a encerro e subscrevo.(AA)**IVAN DE SOUZA MONTEIRO**JOÃO ADALBERTO ELEK JUNIOR**CERTIFICADA HOJE EM 05/01/2016. E, eu ____ a digitei. E, eu ____ a subscrevo e assino em público e raso.**

13º OFÍCIO DE NOTAS
Maria de Lurdes da S. Marques
Substituto
Matr. 94/1349
Av. Rio Branco, 135 / 3º Andar
Centro - RJ
Rio de Janeiro

Poder Judiciário – TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBIV 32350 NIH
Consulte a validade do(s) selo(s) em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

12.560

PETROBRAS

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, ao Advogado **CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 133.206, com escritório na Avenida República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-912, na qualidade de Gerente do Jurídico de Governança, Risco e Conformidade, os poderes que me foram outorgados por **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, na anexa procuração, lavrada em 29/12/2015, livro 0782, folhas 185/187, ato 117, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, facultado o substabelecimento, no todo ou em parte, sendo vedada a outorga a terceiros do poder de substabelecer.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2016.

Taísa Oliveira Maciel
OAB/RJ 118.488

WF- 1519ECA

Cartório Gustavo Bandeira 8º Ofício de Notas
Rua da Assembleia nº 10 / L. 114, sub-solo - Centro - Tel: (21) 2493-2938 Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20011901 www.8oficio.com.br
CB33331 AB031956

Reconheço por semelhança a firma de: TAISA OLIVEIRA MACIEL
Cod: X000002478D9
Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2016. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia UE NOTAS
LEANDRO SA BALDUINO
EBJC-31458 LFG Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

2200 OFICIO DE NOTAS- RE - WANDRIA REGINA CARIO LOBAO CB8922 AA145643
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2-SL- CENTRO - RJ FONE: 2220-9545
AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta e devolvida.
Rio de Janeiro, 02/02/2016
Edson de Carvalho - Substituto
Emolumento: 5,09 Lei 5217/9604/111/6281: 1,81 Total: 6,90
ERJU18345 RWY Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

OFÍCIO DE NOTAS - 2º EDSON DE CARVALHO 2º Substituto CP 96.653/115-RJ

JURÍDICO
Avenida República do Chile, 65, 20º andar, Sala 2002.
20031-912 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.
Telefone: (21) 3224-2950.

12.561

PETROBRAS

SUBSTABELECIMENTO

Conforme substabelecimento que me foi passado na data de 09/07/2015, originário da procuração outorgada por PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, lavrada no livro 0860, folhas 194/196, ato 048, em 30/06/2015, junto ao 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, todos em anexo, substabeleço, com reserva, aos advogados **DANIEL CABRAL GRUENBAUM**, brasileiro, casado, OAB/RJ 183.794, **VAGNER SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 122.659, **VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 168.314, **PEDRO HENRIQUE DE MAGALHÃES SELLMANN**, brasileiro, casado, OAB/RJ 139.325, **MARIO RODRIGO ZAED**, brasileiro, casado, OAB/RJ 125.243, **GUILHERME DIEGUES MONTEIRO**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 155.747, estes com escritório no endereço da Avenida República do Chile, nº 65/20º andar, Centro/Rio de Janeiro/RJ/CEP: 20031-912, única e exclusivamente os poderes relativos à clausula ***ad judicia***, e os de firmar compromissos, representar e defender a outorgante da sobredita procuração em qualquer processo arbitral ou administrativo, nisto incluindo-se fiscal, ou junto a qualquer pessoa jurídica ou entidade de direito privado ou público, seja integrante da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, a todos sendo vedado substabelecer ou receber citação.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2015.

CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO
OAB/RJ nº 133.206

Cartório Gustavo Bandeira 8º Ofício de Notas
RUA DA ASSEMBLEIA N.10 L.J. 114 SUB-SOLO - CENTRO - TEL: (21) 2460-2459 - Rio de JANEIRO - RJ - CEP: 20011901 - WWW.8OFICIO.COM.BR
089391 AA58859

Reconheço por semelhança a firma de: CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO
Cod: X000000234909
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2015. Cont. por:
Em testemunho _____ da verdade. Serventia : 4,47
34% TJ+FUNDOS : 1,58
LEANDRO SA BALDUINO Total : 6,25
ERHH-89059 DTT Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

8º OFÍCIO DE NOTAS Leandro Sá Balduino Escrevente Autorizado

Cartório Gustavo Bandeira 8º Ofício de Notas
RUA DA ASSEMBLEIA N.10 L.J. 114 SUB-SOLO - CENTRO - TEL: (21) 2460-2459 - Rio de JANEIRO - RJ - CEP: 20011901 - WWW.8OFICIO.COM.BR
089391 AA58859

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000002340909
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2015.
LEANDRO SA BALDUINO
ERHH-89048 DTT Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Serventia : 4,47
34% TJ+FUNDOS : 1,58
Total : 6,25

ANEXO 1

12.562

CONSÓRCIO UFN3

OGB/PB-C-DIR-0001/16

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2016.

À

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

At.: Sr. Sergio Silva Magalhães
Gerente de Implementação da UFN III

Ref.: Unidade de Fertilizantes Nitrogenados UFN III / Contrato nº 0802.0069074.11.2

Assunto: Autorização para entrada no site

Prezados Senhores,

Por meio desta, solicitamos a liberação do acesso da equipe do Consorcio UFN III, que entre os dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2016 fará visita ao canteiro de obras da UFN III para realização de inventário dos materiais e bens do Consórcio UFN3, procedendo, conforme Alvará de Autorização anexo, o início da retirada dos bens.

Os dados dos representantes do Consórcio que realizarão o inventário seguem abaixo:

- Durval Barrile – Gerente de Logística – RG. 13.077.643 SSP/SP
- Eduardo Rodrigues Ferreira Toscano – Coordenador de Suprimentos – RG. 2.639.759 SSP/MG
- Francisco Erisvaldo Bezerra de Sousa – Ger. Adm/Fin – RG 22.310.187-4 SSP/SP
- Rafael Damasceno Meves – Analista de Suprimentos – RG. 32.607.205-6 SSP/SP
- Wang Hua – Gerente Adm – RG 09685823-8 IFPRJ

Contamos com a colaboração de V. Sas. no sentido de permitir a visita da equipe que irá fazer as verificações necessárias dos bens e materiais do Consorcio UFN III.

Atenciosamente,

Guilherme Rosetti Mendes
Diretor do Empreendimento
Consórcio UFN3

Yan Zhiquan
Diretor
Consórcio UFN3

Yan Zhiquan
Diretor Executivo
Consórcio UFN3

PROTOCOLO

Recebido em ____/____/____

Nome:

Assinatura

ANEXO 2

NP-1 12.563

PETROBRAS

ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III– 0001/2016

Três Lagoas, 18 de janeiro de 2016

Ao
CONSÓRCIO UFN3,
Avenida Ranulpho Marques Leal, 2.571
Bairro Jardim Alvorada, Três Lagoas / MS

Atenção: Eng. Guilherme Rosetti Mendes
Diretor do Consórcio UFN3

Referência: Unidade de Fertilizantes Nitrogenados UFN III /
Carta OGB/PB-C-DIR-0001/16 de 14/01/2016;

Assunto: Autorização para entrada no site – Alvará de Autorização

Prezado Senhor,

Em resposta à Carta OGB/PB-C-DIR-0001/16, recebida na data de 14 de janeiro de 2016, a PETROBRAS informa que será concedido o acesso ao *site* nos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2016 para os profissionais indicados na referida carta, para a realização do inventário dos materiais e bens do Consorcio UFN3.

A PETROBRAS solicita que este Consórcio apresente seu plano de trabalho antecipadamente, informamos que á visita será acompanhada por um membro da fiscalização Petrobras e será realizada no horário comercial, iniciando ás 08:00 horas e encerrando ás 16:00 horas.

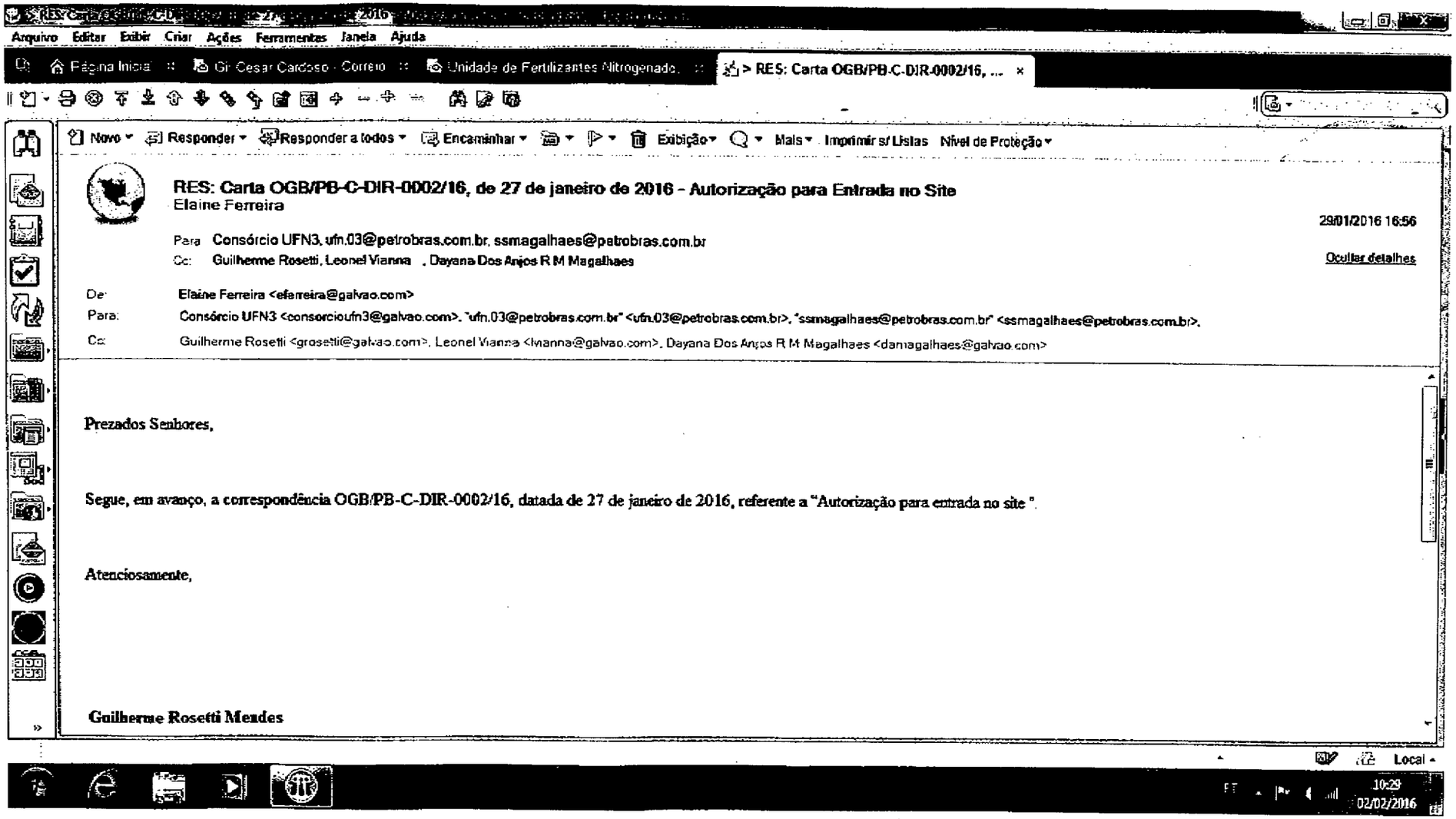
A PETROBRAS está à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Sérgio Silva de Magalhães
ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III

CONFERIDO CBS

ANEXO 3
12.564



Arquivo Editar Exibir Criar Ações Ferramentas Janela Ajuda

Página Inicial :: Gil Cesar Cardoso - Correio :: Unidade de Fertilizantes Nitrogenado :: > RES: Carta OGB/PB-C-DIR-0002/16, ... ×

Novo ▾ Responder ▾ Responder a todos ▾ Encaminhar ▾ Exibição ▾ Mais ▾ Imprimir s/ Listas Nível de Proteção ▾

RES: Carta OGB/PB-C-DIR-0002/16, de 27 de janeiro de 2016 - Autorização para Entrada no Site

Elaine Ferreira

29/01/2016 16:56

Para: Consórcio UFN3, ufn.03@petrobras.com.br, ssmagalhaes@petrobras.com.br

Cc: Guilherme Rosetti, Leonel Vianna , Dayana Dos Anjos R M Magalhaes

Ocultar detalhes

De: Elaine Ferreira <eferreira@galvao.com>

Para: Consórcio UFN3 <consorcioufn3@galvao.com>, "ufn.03@petrobras.com.br" <ufn.03@petrobras.com.br>, "ssmagalhaes@petrobras.com.br" <ssmagalhaes@petrobras.com.br>,

Cc: Guilherme Rosetti <grosetti@galvao.com>, Leonel Vianna <lvianna@galvao.com>, Dayana Dos Anjos R M Magalhaes <damagalhaes@galvao.com>

Prezados Senhores,

Segue, em avanço, a correspondência OGB/PB-C-DIR-0002/16, datada de 27 de janeiro de 2016, referente a "Autorização para entrada no site ".

Atenciosamente,

Guilherme Rosetti Mendes

Local

10:29
02/02/2016

ANEXO 4

2.565

CONSÓRCIO
UFN3

OGB/PB-C-DIR-002/16

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2016

À
PETRÓLEO BRASILEIRO SA – PETROBRAS
At.: Senhor Sergio Silva Magalhães
Gerente de Implementação da UFN III

Ref.: Unidade de Fertilizantes Nitrogenados UFN III / Contarto 0802.0069074.11.2
Carta ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III-0001/2016 de 18/01/2016

Assunto: Autorização para entrada no site

Prezados Senhores,

Por meio desta solicitamos a liberação de acesso da equipe do Consórcio UFN-III que entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2016 fará visita ao canteiro de obras da UFN-III para retirada dos bens da Galvão Engenharia, conforme Alvará de Autorização anexo.

Os dados dos representantes do Consórcio que realizarão a retirada seguem abaixo:

- Alexandre de Lala – CPF 117.281.368.06
- Franscisco Fabiano A. de Moraes – CPF 304.333.698-41
- Durval Barrile – CPF 097.300.708-73

Para as atividades listadas será necessária ainda a utilização dos equipamentos listados a seguir com seus respectivos operadores:

- Marcio Antonio Verro

Operador do Munck:

RG: 25638924

CPF: 121.758.888-43

Placa: DAH2808-MS

Placa: HSI0948-MS

12.566

CONSÓRCIO UFN3

OGB/PB-C-DIR-002/16

- Guilherme Leal

Ajudante do Munck:

RG: 001579459

CPF: 04525707194

- Josenildo de Oliveira Monteiro

Operador do Guindaste

RG: 30843774

CPF: 079.826.914-63

Placa: HSI0852 – MS

Placa: CPG6164-MS

Contamos com a colaboração de V.Sas. no sentido de permitir a visita e retirada dos bens da Galvão Engenharia,

Atenciosamente,

Guilherme Rosetti Mendes
Diretor- Consórcio UFN3

PROTOCOLO

Recebido em _____/_____/_____

Nome:

Assinatura

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Fls.

Processo: 0093715-69.2015.8.19.0001 12.567

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Rafaela de Freitas Baptista de Oliveira

Em 04/02/2016

Despacho

Juntem-se as petições pendentes, e, após, retornem conclusos.

Rio de Janeiro, 04/02/2016.

Rafaela de Freitas Baptista de Oliveira - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Rafaela de Freitas Baptista de Oliveira

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4WYP.WKBI.S71E.ICNA**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

12568

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81920161178467

Nome original: of.70.2016.pdf

Data: 26/01/2016 18:24:13

Remetente:

Márcia de Cacia Cosendey Ferreira Vianna de Souza

DGJUR - SECRETARIA DA 9 CAMARA CIVEL

TJRJ

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: of.70

12565

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Oficio PJERJ nº 70 / 2016
Ref. Proc. Nº 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2016.

Senhor Juiz:

De ordem do E. Desembargador DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO, nos termos do art. 527, IV, do CPC, solicito a V. Exa. sejam prestadas informações, inclusive quanto ao cumprimento do art. 526 do CPC, no prazo de dez dias, a fim de instruir o julgamento do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0064415-65.2015.8.19.0000**, em que é Agravante **PROMONLOGICALIS TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** e Agravado **GALVAO ENGENHARIA S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, GALVAO PARTICIPAÇOES S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Outrossim, informo a V.Exa. que foi indeferido o efeito suspensivo pretendido.

Atenciosamente,

VALERIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
SECRETÁRIA DA 9ª CAMARA CIVEL DO TJRJ

Ao Exmo. Sr. Dr.
Juiz de Direito da CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Secretaria da Nona Câmara Cível
Rua Dom Manuel, nº 37, sala 406, Lâmina III
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20010-090
Tel.: + 55 21 3133-6009 e 3133-6299 – E-mail: 9cciv@tjrj.jus.br – PROT.:2081

fls. 11795/11819
Jof. 59/60

Alvarez & Marsal do Brasil Ltda.
Rua Surubim, 577 - 9º andar - Brooklin Novo
04571-050 - São Paulo - SP, Brazil
Phone: +55 11 5105 8500
Fax: +55 11 5506 4059

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCAP EMP07 201600594700 02/02/16 14:11:38122382 091579831

Processo n. 0093715-69.2015.8.19.0001

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., nomeada Administradora Judicial por esse M. Juízo nos autos do processo de Recuperação Judicial de **GALVÃO ENGENHARIA S.A. (em recuperação judicial)** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (em recuperação judicial)**, vem, respeitosamente, se manifestar sobre a petição de fls. 12.221/12.223:

A Prefeitura de Itapoá, em breve síntese, protocolou petição nos autos deste processo afirmando que a alienação da participação da GALPAR na CAB Ambiental depende de sua prévia anuência. Isto porque a alienação implicará na alteração do controle societário da CAB Ambiental, devendo ser previamente submetida à sua avaliação e anuência, sob pena de caducidade do contrato de concessão.

Feita esta breve introdução, esta Administradora Judicial informa que está ciente dos termos da petição da Prefeitura de Itapoá. No entanto, a Prefeitura de Itapoá não possui o condão de impedir a alienação da UPI CAB prevista no plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores neste processo de recuperação judicial.

Aliás, caso a Prefeitura de Itapoá entenda que a alienação da participação da GALPAR na CAB Ambiental configure hipótese de caducidade do contrato de concessão, a extinção deverá ocorrer via procedimento administrativo e, eventualmente, judicial perante o respectivo juízo competente para dirimir tais conflitos.

1251

Por fim, entende esta Administradora Judicial que, como a petição da Prefeitura de Itapoá está juntada aos autos deste processo de recuperação judicial, já foi dada a devida publicidade às Recuperandas, ao Ministério Público e aos eventuais interessados.

Diante do exposto, esta Administradora Judicial entende que, se ainda for do interesse das Recuperandas e dos credores neste processo de recuperação judicial, não há qualquer impedimento para a alienação da UPI CAB, a qual poderá ser realizada independentemente da prévia anuência da Prefeitura de Itapoá.

Nestes termos,
pede deferimento.
Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2016.

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA
Eduardo Seixas Isabel Christina Nielebock
Administradora Judicial

Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro
OAB/RJ n. 71.018

Leila Caldas Vieira da Cruz
OAB/RJ n. 90.459

Lucas Latini

Lucas Latini
OAB/RJ n. 172.760

· VINÍCIO KALID ANTÔNIO
· ALESSANDRA CAMPOS DE ASSIS FONSECA
· ALEXANDRE RAMOS AJIAD
· ANA GABRIELA TEIXEIRA CORDOVA
· ANA PAULA NUNES MARCATO
· ANA PAULA PENA CALCAGNO
· ANDRÉ RICARDO COSTA PEDERZOLI
· ÁUREA RIOS BARBOSA
· BARBARA BARRETO ROMUALDO SILVA
· BRUNA LIMA CARNEIRO BARBATO
· CARLA CHAGAS CHAVES
· CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DE FARIA
· DANIEL DE ABREU RIBEIRO
· DANIELA PRADO KALLAS
· ESTEVÃO LUIZ PENNA DE ÁVILA
· FELIPE LOBATO CARVALHO MITRE
· FERNANDA CAROLINE MIRANDA RESENDE
· GUILHERME CARLOS FREITAS BRAVO
· HENRIQUE MACHADO RODRIGUES DE AZEVEDO
· IGOR FERREIRA AUGUSTO
· ISABEL CRISTINA DA SILVA SOARES
· JANAINA DINIZ FERREIRA DE ANDRADE
· JANINE DA COSTA DUARTE
· JULIANA CAMPOS ROCHA
· TÉRCIO TÚLIO NUNES MARCATO
· LAURIÊ MADUREIRA DUARTE
· LEONARDO FELLIPE SARSUR
· LILIAN DUARTE RICALHO
· LORENA MICHELE COSTA MOREIRA
· LUIZ GUSTAVO S. PEREIRA SILVA
· MARA LÚCIA RIBEIRO CARNEIRO FELTRE
· MARCELO TARIA COURA
· MARIA DA CONCEIÇÃO CADAR LOPES
· MARIANA BENTO OLIVEIRA
· MARIANA POLONIO PELLEGRINO
· NATÁLIA PERRAZ FREITAS
· NATÁLIA LO BUONO BOTELHO
· PAOLA BARBOSA DE OLIVEIRA
· PEDRO GERALDES
· PEDRO LUIZ PATELLI ATERJE
· PEDRO MERGH VILLAS
· RAFAEL DOS SANTOS MADANELO
· RAFAEL DUARTE BOSON SANTOS
· RODRIGO FERNANDES ELIAS
· SHEILA GOMES FERREIRA
· THIAGO RODRIGUES DE PÁDUA
· VIVIANE ARAUJO DE AGUIAR

ADVOCACIA EMPRESARIAL

125

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ:

Recuperação Judicial
Processo nº 009371569.2015.8.19.0001
Recuperanda: Galvão Engenharia S/A

CASA DO EPI LTDA., empresa credora já qualificada no processo em epígrafe, vem respeitosamente, perante V.Exa., requerer a juntada de procuração anexa.

Na oportunidade, requer a juntada do instrumento de procuração, bem como o cadastramento no SISCOM e que todas as publicações, ciências e intimações sejam realizadas em nome de Maria da Conceição Cadar Lopes, advogada inscrita sob a OAB/RJ nº 79.991, Vinício Kalid Antônio, advogado, inscrito sob o nº OAB/MG 57.527 e Lauriê Madureira Duarte, advogada, inscrita sob o nº OAB/MG 123.086, sob pena de nulidade.

Nestes termos,
pede deferimento.
Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2016.

Maria da Conceição Cadar Lopes
OAB/RJ 79.991

FBCAP EMP07 201600600695 02/02/16 15:27:54125959 E2000000204

125-15

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, nomeio(amos) e constituo(imos) meus(nossos) procuradores os Drs. **Vinicio Kalid Antônio** (OAB/MG 57.527), **Tércio Túlio Nunes Marcato** (OAB/MG 63.564), **Alessandra Campos de Assis Fonseca Marcato** (OAB/MG 97.503), **Alexandre Ramos Aund** (OAB/MG 93.064), **Ana Gabriela Teixeira Córdova** (OAB/MG 114.866), **Ana Paula Nunes Marcato** (OAB/MG 117.082), **Ana Paula Pena Calcagno** (OAB/MG 97.507), 701), **André Menezes Gontijo do Couto** (OAB 103.397), **André Ricardo Costa Pederzoli** (OAB/MG 129.701), **André Victor Vianna Santos** (OAB/MG 134.282), **Anna Carolina Azevedo** (OAB/MG 111.823), **Áurea Rios Barbosa** (OAB/MG 97.887), **Camila Palmela dos Santos Melo** (OAB/MG 123.873), **Carla Chagas Chaves** (OAB/MG 77.792), **Carlos Henrique Rodrigues de Faria** (OAB/MG 110.090), **Felipe Lobato Carvalho Mitre** (OAB/MG 98741), **Fernanda Campolina Veloso** (OAB/MG 142.800), **Fernando Brêtas Campos** (OAB/MG 146.412), **Guilherme Carlos Freitas Bravo** (OAB/MG-100.948), **Gustavo Silva Sette Bicalho**, (OAB/MG 150.081), **Henrique Machado Rodrigues de Azevedo** (OABMG 89368), **Igor Ferreira Augusto** (OAB/MG 109.922), **Isabel Cristina da Silva Soares** (OAB/MG 98.774), **Janaina Diniz Ferreira de Andrade** (OAB/MG 133.583), **Janine da Costa Duarte** (OAB/MG 129.848), **Juliana Campos Rocha** (OAB/MG 88.138), **Karim de Vasconcelos Amaral** (OAB/MG 143.974), **Laurie Madureira Duarte** (OAB/MG 123.086), **Leonardo Fellipe Sarsur** (OAB/MG 56.557), **Lidiane Cristina Ribeiro de Oliveira** (OAB/MG 140.425), **Lilian Duarte Bicalho** (OAB/MG 124.159), **Lorena Michele Costa Moreira** (OAB/MG 121.040), **Luiz Gustavo Sobreira Pereira Silva** (OAB/MG 129.523), **Mara Lúcia Ribeiro Carneiro Feltre** (OAB/MG 108.903), **Maria da Conceição Cadar Lopes** (OAB/RJ 079.991), **Maria Goreth Torres Neiva**(OAB/MG 52.016), **Mariana Bento Oliveira** (OAB/MG 106.807), **Mariana Polonio Pellegrino** (OAB/MG 126.640), **Natália Ferraz Freitas** (OAB/MG 123.048), **Natália Lo Buono Botelho** (OAB/MG 115.939), **Nelson Luiz Carceroni Duarte** (OAB/MG 149.466), **Paola Barbosa de Oliveira** (OAB/MG 119.406), **Pedro Geraldes** (OAB/MG120.041), **Pedro Luiz Patelli Aterje** (OAB/MG 121.526), **Pedro Mergh Villas** (OAB/MG 112.845), **Rafael dos Santos Madanêlo** (OAB/MG 65.903), **Rafael Duarte Boson Santos** (OAB/MG 111.917), **Rafael Lara Rabelo** (OAB/MG 136.799), **Rodrigo Fernandes Elias** (OAB/MG 131.757), **Sheila Gomes Ferreira** (OAB/MG 73.087), **Taimara Cristina Estevam de Luiz** (OAB/MG 121.313),**Thalita Guerra Mourão Annoni** (OAB/MG 143.215), **Vitor Sudano Ferreira** (OAB/MG 144.007), **Viviane Araújo de Aguiar** (OAB/MG 86.886), **Viviane Godinho Caldeira** OAB/MG 132.253) e bem como aos estagiários acadêmicos em Direito, **Alex Machado Guiscem** (OAB/MG 33.717-E), **Arisvaldo Martins** (OAB/MG 35.106-E), **Felipe Santos Gonçalves** (OAB/MG 30.401-E), **Maximiller da Silva Souza** (OAB/MG 28.083-E), **Paulo de Tarso dos Santos Teixeira** (OAB/MG 35.310-E), **Priscila Rodrigues Amormino** (OAB/MG 37.765-E) e **Rafaella Martins Amorim** (OAB/MG 38.066-E), com escritório à Av. Prudente de Morais, 1070, Bairro Coração de Jesus, Belo Horizonte, MG, aos quais concedo(demos) poderes para o foro em geral, com cláusula **AD JUDICIA** e **EXTRA JUDICIA** e, em especial, para, em conjunto ou separadamente acompanhar e atuar na Recuperação Judicial nº 0093715 69.2015.8.19.0001, da empresa **GALVÃO ENGENHARIA S/A**, podendo apresentar defesa, contrarrazões, impugnar, apresentar fatos novos, recorrer, reclamar, transigir, desistir, firmar compromisso e acordo, receber e dar quitação. Pode ainda, os referidos advogados praticar todo e qualquer ato necessário ou conveniente ao fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

Belo Horizonte/MG, 25 de maio de 2015.

CASA DO EPI LTDA.

BANCO DO BRASIL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA SÉTIMA VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO (RJ).

PROTOCOLO EMAIL 201609609316 02/02/16 16:48:22125704 120458

Autos n.º: **0093715-69.2015.8.19.0001**

Ação: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Requerentes: **GALVÃO ENGENHARIA S.A. E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Credor: **BANCO DO BRASIL S.A.**

BANCO DO BRASIL S.A., por sua advogada ao final firmada, conforme procuração e substabelecimentos já acostados, nos autos do processo em referência, que tem como requerentes **GALVÃO ENGENHARIA S.A.** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.** vem, rigorosamente no prazo legal, em conformidade com o que determina o artigo 526, do Código de Processo Civil, informar a V. Ex.ª **a interposição, em 02/02/2016, de AGRAVO DE INSTRUMENTO** contra a r. decisão proferida às fls. 12.361 a 12.362, que não conhece dos embargos de declaração opostos pelo Banco, do Brasil contra decisão de fls. 11.736 a 11739, que determina realização de segunda praça para alienação da CAB Ambiental, conforme protocolo da distribuição do processo eletrônico em anexo, possibilitando, assim, o exercício do Juízo de retratação, o

125

que ora se requer, pelas razões lançadas na petição inicial do agravo de instrumento, cuja cópia integral instrui a presente petição.

Por oportuno, o Banco do Brasil informa que o agravo de instrumento foi instruído com os seguintes documentos:

a) ANEXO 01 – Petição inicial do pedido de Recuperação (fl. 02 a 28);
b) ANEXO 02 – Procurações dos advogados dos Agravados – (fls. 779 e 780);
c) ANEXO 03 – Decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial, com nomeação do Administrador Judicial (fls. 791 a 798-A);
d) ANEXO 04 – Termo de Compromisso firmado pelo Administrador Judicial nomeado e procuração de seus patronos (fls. 799 a 826);
e) ANEXO 05 – Relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial – art. 7º, §2º, da Lei 11.101/05 na forma do Edital extraído do *site* do TJRJ;
f) ANEXO 06 –Ficha nº 89 e planilhas – documento de análise do Administrador Judicial sobre os créditos do Banco do Brasil;
g) ANEXO 07 – Plano de Recuperação Judicial apresentado em 08/06/2015 e anexos (fls. 2128 a 2173 e 2174 a 2224);
h) ANEXO 08 – Petição com juntada de procuração e substabelecimento dos patronos do Agravante e Estatuto do Banco do Brasil (fls. 3382 a 3398);
i) ANEXO 09 – Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial apresentado em 13/08/2015 (fls. 7019 a 7082);
j) ANEXO 10 – Petição de 20/08/2015 e Ata da Assembléia de Credores de 19/08/2015 (fls. 8112 a 8120);
k) ANEXO 11 – Petição de 31/08/2015 e Ata da Assembléia Geral de Credores realizada em 28/08/2015 com seus anexos, entre eles o Plano de Recuperação Judicial aprovado (fls. 9032 a 9574);
l) ANEXO 12 – Decisão de homologação do Plano de Recuperação (fls. 9743 a 9752);
m) ANEXO 13 – Petição da Recuperanda em que é requerida realização do pregão para alienação da UPI CAB Ambiental em segunda praça (fls. 11.728 a 11.733);
n) ANEXO 14 – Decisão determina realização de leilão em segunda praça – (fls. 11.736 a 11.739);

o) ANEXO 15 – Certidão de sua publicação (fl. 11.739-A);

p) ANEXO 16 – Edital de 2ª praça (fls. 11.789 a 11.793);

q) ANEXO 17 – Petição de AEGEA Saneamento e Participações S.A. (fls. 11.869 a 11.872);

r) ANEXO 18 – Petição da Recuperanda sobre manifestação da AEGEA (fls. 11.902 a 11.907);

s) ANEXO 19 – Nova petição de AEGEA Saneamento e Participações S.A. com apresentação de documentos para participação de leilão (fls. 12.022 a 12.061);

t) ANEXO 20 – Despacho com indeferimento do pedido formulado por AEGEA (fls. 12.062 e 12.063);

u) ANEXO 21 – Manifestação do Administrador Judicial e despacho do Juízo (fls. 12.064 a 12.070);

v) ANEXO 22 – Embargos de declaração do Banco do Brasil (fls. 12.071 a 12.074);

w) ANEXO 23 – Embargos de declaração diversos (fls. 12.075 a 12.088);

x) ANEXO 24 – Certidão afirma tempestividade dos embargos do Banco do Brasil (fl. 12.207);

y) ANEXO 25 – AEGEA informa as razões que levaram a empresa a não apresentar proposta no pregão (fls. 12.208 a 12.215);

z) ANEXO 26 – Decisão agravada que não conhece dos embargos do Banco do Brasil (fls. 12.361 a 12.363);

aa) ANEXO 27 – Certidão de publicação das decisões de fls. 12.062 e 12.063 e 12.361 a 12.363 (fls.12.439 e 12.440).

Termos em que

Pede deferimento.

Rio de Janeiro (RJ), 02 de fevereiro de 2016.

Renata Cardoso Duran Barboza – OABRJ 126.682

1257

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Petição Inicial Eletrônica 2ª instância/Conselho da Magistratura

Srº Usuário, a petição foi encaminhada com sucesso.

O protocolo gerado é a sua garantia do recebimento da petição pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sendo desnecessário novo peticionamento eletrônico com as mesmas informações.

Dados do Processo

Processo: 0004834-85.2016.8.19.0000

Protocolo: 3204/2016.00050272

Segunda Instância

Data : 02/02/2016 **Horário : 11:28**

GRERJ : 1052476170284 (R$155,32) **Número do Processo de Referência:** 0093715-69.2015.8.19.0001

Orgão de Origem: Capital: Cartório da 7ª Vara Empresarial

Natureza: Civel **Tipo Protocolo:** AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL

Advogado(s)

RJ126682 - RENATA CARDOSO DURAN BARBOZA
RJ130888 - RAFAEL DE AMORIM SIQUEIRA
RJ094605 - FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO
RJ135064 - GUSTAVO FONTES VALENTE SALGUEIRO

Parte(s)

GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79 , Jurídica , Empresa Privada , CNPJ - 01340937000179 Endereço: Comercial - Rua Gomes de Carvalho, 1510, 2º Andar, SP, São Paulo, Vila Olímpia, CEP: 04547005
GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75 , Jurídica , Empresa Privada , CNPJ - 11284210000175 Endereço: Comercial - Rua Gomes de Carvalho, 1510, 19º Andar, SP, São Paulo, Vila Olímpia, CEP: 04547005
ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA. , Jurídica , Empresa Privada , CNPJ - 07016138000128 Endereço: Comercial - Rua Surubim, 577, 9 andar, SP, São Paulo, Cidade Monções, CEP: 04571050
BANCO DO BRASIL S.A. , Jurídica , Empresa Privada , CNPJ - 00000000000191 Endereço: Comercial - Rua Lélio Gama, 105, 15 andar, RJ, Rio de Janeiro, Centro, CEP: 20031204

Documento(s)

Recurso: AI Galvão Engenharia não conhecimento recurso - Assinado.pdf Documento com Assinatura Eletrônica

Procuração: ANEXO 8 Juntada de mandato e estatuto BB pdf - Assinado.pdf

Decisão Agravada: ANEXO 26 DESPACHO 12361 A 12363 - Assinado.pdf

Certidão de publicação da decisão agravada: ANEXO 27 CERTIDÕES GALVÃO - Assinado.pdf

Certidão de intimação: ANEXO 27 CERTIDÕES GALVÃO - Assinado.pdf

Documentos que Instruem a Inicial: ANEXO 2 Procurações de GESA e GALPAR - Assinado.pdf

Extrato da GRERJ: Arquivo não adicionado!
Motivo: GRERJ eletrnica

Anexo I: ANEXO 1 Petição inicial fls. 02 a 28 - Assinado.pdf

Anexo 2: ANEXO 2 Procurações de GESA e GALPAR - Assinado.pdf

Anexo 3: ANEXO 3 Decisão defere processamento fls. 791 a 798 A - Assinado.pdf

Anexo 4: ANEXO 4 Termo de compromisso e procuração do AJ - Assinado.pdf

Anexo 5: ANEXO 5 Edital do Administrador Galvão Engenharia - Assinado.pdf

Anexo 6: ANEXO 6 Ficha nº 89 análse do AJ sobre créditos do BB - Assinado.pdf

Anexo 7 parte 1: ANEXO 7 parte 1 Plano de Recup 2128 a 2173 - Assinado.pdf

Anexo 7 parte 2: ANEXO 7 parte 2 Plano de Recup 2174 a 2200 - Assinado.pdf

Anexo 7 parte 3: ANEXO 7 parte 3 Plano de Recuperação e anexos - Assinado.pdf

Anexo 8: ANEXO 8 Juntada de mandato e estatuto BB pdf - Assinado.pdf

Anexo 9
: ANEXO 9 Aditamento ao Plano de 13.08 fls. 7019 a 7082 - Assinado.pdf

Anexo 10: ANEXO 10 Ata da Assembléia de 19.08.2015 - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 1.a: 1_pdfsam_ANEXO 11 parte 1 Assembléia de 28.08 e anexos - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 1.b: 32_pdfsam_ANEXO 11 parte 1 Assembléia de 28.08 e anexos - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 2.a: 1_pdfsam_ANEXO 11 parte 2 Assembléia de 28.08 e anexos - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 2.b: 33_pdfsam_ANEXO 11 parte 2 Assembléia de 28.08 e anexos - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 3.a: 1_pdfsam_ANEXO 11 parte 3 Assembléia de 28.08 e anexos - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 3.b: 38_pdfsam_ANEXO 11 parte 3 Assembléia de 28.08 e anexos - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 4.a: 1_pdfsam_ANEXO 11 parte 4 Anexos da Assembléia Plano Aprovado - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 4.b: 33_pdfsam_ANEXO 11 parte 4 Anexos da Assembléia Plano Aprovado - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 4 c: 66_pdfsam_ANEXO 11 parte 4 Anexos da Assembléia Plano Aprovado - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 4 d: 106_pdfsam_ANEXO 11 parte 4 Anexos da Assembléia Plano Aprovado - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 4 e: 140_pdfsam_ANEXO 11 parte 4 Anexos da Assembléia Plano Aprovado - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 4 f: 179_pdfsam_ANEXO 11 parte 4 Anexos da Assembléia Plano Aprovado - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 5a: 1_pdfsam_ANEXO 11 parte 5 Anexos da Assembléia com plano - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 5b: 41_pdfsam_ANEXO 11 parte 5 Anexos da Assembléia com plano - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 5c: 93_pdfsam_ANEXO 11 parte 5 Anexos da Assembléia com plano - Assinado.pdf

Anexo 11 parte 5d: 158_pdfsam_ANEXO 11 parte 5 Anexos da Assembléia com plano - Assinado.pdf

Anexo 12: ANEXO 12 Decisão de homologação do Plano - Assinado.pdf

Anexo 13: ANEXO 13 fls 11728 a 11733 - Assinado.pdf

Anexo 14: ANEXO 14 Decisão leilão 2ª praça fls 11736 a 11739 - Assinado.pdf

Anexo 15: ANEXO 15 - CERTIDÃO FLS.11739 A - Assinado.pdf

Anexo 16: ANEXO 16 Edital 2ª praça fls 11789 a 11793 - Assinado.pdf

12586

Anexo 17: ANEXO 17 Petição AEGEA fls 11869 a 11872 - Assinado.pdf

Anexo 18: ANEXO 18 Petição Recuperandas fls 11902 a 11907 - Assinado.pdf

Anexo 19: ANEXO 19 PEDIDO HAB PARA PREGÃO - Assinado.pdf

Anexo 20: ANEXO 20 Despacho indeferim. pedido AEGEA - Assinado.pdf

Anexo 21
: ANEXO 21 MANIFESTAÇÃO Adm Jud e despacho habilitação - Assinado.pdf

Anexo 22: ANEXO 22 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO BB - Assinado.pdf

Anexo 23: ANEXO 23 ED CEF E OUTROS - Assinado.pdf

Anexo 24: ANEXO 24 CERTIDÃO - Assinado.pdf

Anexo 25: ANEXO 25 AEGEA CARTAS DE NÃO APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PREGÃO - Assinado.pdf

Anexo 26: ANEXO 26 DESPACHO 12361 A 12363 - Assinado.pdf

Anexo 27: ANEXO 27 CERTIDÕES GALVÃO - Assinado.pdf

126

BANCO DO BRASIL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GRERJ 10524761702-84

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, sediada em Brasília (DF), com Assessoria Jurídica Regional no Rio de Janeiro (RJ), por sua advogada signatária (procuração, substabelecimentos e atos constitutivos em anexo), com endereço profissional na Rua Senador Dantas 105/15º andar, Centro - CEP 20031-201, onde, na forma do art. 39 do CPC, deverá receber as intimações referentes ao processo em epígrafe, vem, com fulcro nos artigos 522 e seguintes, do Código de Processo Civil, e 59, §2º, da Lei nº 11.101/2005, interpor o presente

AGRAVO DE INSTRUMENTO

com o escopo de ver reformada as decisões proferidas às fls. 12.361 a 12.362, que não conhece dos embargos de declaração opostos pelo Banco do Brasil contra decisão de fls. 11.736 a 11739, que determina realização de segunda praça para alienação da CAB Ambiental, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE GALVÃO ENGENHARIA S.A.** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.**, em curso perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca

da Capital do Rio de Janeiro (**PROC. 0093715-69.2015.8.19.0001**), em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Em cumprimento ao disposto no art. 524, III do CPC, o Banco informa que os patronos das empresas em Recuperação são: Dr. Flávio Galdino – OAB/SP 256.441, Dra. Cristina Biancastelli – OAB/SP 163.993, Dr. Eduardo Takemi Kataoka – OAB/SP 299.226, Dr. Gustavo Fontes Valente Salgueiro – OAB/RJ 135.064, Dr. Filipe Guimarães – OAB/RJ 153.005, Dr. Gabriel Rocha Barreto – OAB/SP 294.457, Dr. Felipe Brandão – OAB/RJ 163.343, Dr. Danilo Palinkas Anzelotti – OAB/SP 302.986 e Dra. Adrianna Chambô Eiger – OAB/SP 305.533 todos com endereço profissional localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 11º andar, São Paulo - SP, CEP 04.538-132.

Observa ainda que foi nomeado Administrador Judicial Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil LTDA, representada pelo Senhor Eduardo Barbosa de Seixas inscrito no CREA/RJ nº 158.238/D, com endereço na rua Surubim, nº 577, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo – SP, CEP 04571-050, tendo como patronos: Dr. Antônio Affonso Mac Dowell Leite de Castro – OAB/RJ 71.018, Dra. Leila Caldas Vieira da Cruz – OAB/RJ 90.459 e Lucas Latini Cova – OAB/RJ 172.760, com escritório na rua Lauro Muller, nº 116, conjunto 4302, Botafogo, Rio de Janeiro (RJ).

Instrui o presente com cópias das peças obrigatórias, previstas no artigo 525, I do CPC, além de outras que entende úteis à elucidação do caso, **cópias estas que a advogada subscrevente, a teor do art. 365, IV do CPC, declara como sendo autênticas** e que estão a seguir discriminadas:

a) ANEXO 01 – Petição inicial do pedido de Recuperação (fl. 02 a 28);

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I-OT Petição Inicial Eletrônica

b) ANEXO 02 – Procurações dos advogados dos Agravados – (fls. 779 e 780);

c) ANEXO 03 – Decisão de deferimento do processamento da Recuperação Judicial, com nomeação do Administrador Judicial (fls. 791 a 798-A);

d) ANEXO 04 – Termo de Compromisso firmado pelo Administrador Judicial nomeado e procuração de seus patronos (fls. 799 a 826);

e) ANEXO 05 – Relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial – art. 7º, §2º, da Lei 11.101/05 na forma do Edital extraído do *site* do TJRJ;

f) ANEXO 06 –Ficha nº 89 e planilhas – documento de análise do Administrador Judicial sobre os créditos do Banco do Brasil;

g) ANEXO 07 – Plano de Recuperação Judicial apresentado em 08/06/2015 e anexos (fls. 2128 a 2173 e 2174 a 2224);

h) ANEXO 08 – Petição com juntada de procuração e substabelecimento dos patronos do Agravante e Estatuto do Banco do Brasil (fls. 3382 a 3398);

i) ANEXO 09 – Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial apresentado em 13/08/2015 (fls. 7019 a 7082);

j) ANEXO 10 – Petição de 20/08/2015 e Ata da Assembléia de Credores de 19/08/2015 (fls. 8112 a 8120);

k) ANEXO 11 – Petição de 31/08/2015 e Ata da Assembléia Geral de Credores realizada em 28/08/2015 com seus anexos, entre eles o Plano de Recuperação Judicial aprovado (fls. 9032 a 9574);

l) ANEXO 12 – Decisão de homologação do Plano de Recuperação (fls. 9743 a 9752);

m) ANEXO 13 – Petição da Recuperanda em que é requerida realização do pregão para alienação da UPI CAB Ambiental em segunda praça (fls. 11.728 a 11.733);

n) ANEXO 14 – Decisão determina realização de leilão em segunda praça – (fls. 11.736 a 11.739);

o) ANEXO 15 – Certidão de sua publicação (fl. 11.739-A);

p) ANEXO 16 – Edital de 2ª praça (fls. 11.789 a 11.793);

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

q) ANEXO 17 – Petição de AEGEA Saneamento e Participações S.A. (fls. 11.869 a 11.872);

r) ANEXO 18 – Petição da Recuperanda sobre manifestação da AEGEA (fls. 11.902 a 11.907);

s) ANEXO 19 – Nova petição de AEGEA Saneamento e Participações S.A. com apresentação de documentos para participação de leilão (fls. 12.022 a 12.061);

t) ANEXO 20 – Despacho com indeferimento do pedido formulado por AEGEA (fls. 12.062 e 12.063);

u) ANEXO 21 – Manifestação do Administrador Judicial e despacho do Juízo (fls. 12.064 a 12.070);

v) ANEXO 22 – Embargos de declaração do Banco do Brasil (fls. 12.071 a 12.074);

w) ANEXO 23 – Embargos de declaração diversos (fls. 12.075 a 12.088);

x) ANEXO 24 – Certidão afirma tempestividade dos embargos do Banco do Brasil (fl. 12.207);

y) ANEXO 25 – AEGEA informa as razões que levaram a empresa a não apresentar proposta no pregão (fls. 12.208 a 12.215);

z) ANEXO 26 – Decisão agravada que não conhece dos embargos do Banco do Brasil (fls. 12.361 a 12.363);

aa) ANEXO 27 – Certidão de publicação das decisões de fls. 12.062 e 12.063 e 12.361 a 12.363 (fls.12.439 e 12.440).

Por oportuno, informa a V. Exª. que as custas do recurso foram regularmente recolhidas por meio da GRERJ nº 10524761702-84.

DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVAMENTE DO PRESENTE AGRAVO

Prescreve o artigo 522 da Lei Processual Civil:

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação....".

Assim, dúvidas não persistem quanto ao cabimento de Agravo de Instrumento como o recurso hábil a modificar a decisão recorrida.

Importante frisar, ainda, que este recurso é tempestivo, pois da decisão ora guerreada foi publicada em 27/01/2016 (quarta-feira), iniciando-se a contagem do prazo legal no dia 28/01/2016 (quinta-feira), com fim em 11/02/2016 (segunda-feira), após feriado de Carnaval. Assim, uma vez que protocolado nesta data, se constata que o presente agravo de instrumento é interposto no prazo legal.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro (RJ), 01 de fevereiro de 2016.

Renata Cardoso Duran Barboza - OAB/RJ 126.682
(Assinado digitalmente)

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

12585

BANCO DO BRASIL

RAZÕES DO AGRAVANTE

Agravante: BANCO DO BRASIL S.A.
Agravado: GALVÃO ENGENHARIA S.A. E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A..
Juízo de Origem: 07ª Vara Empresarial da Comarca da Capital - RJ

EGRÉGIA CÂMARA

Nobres Julgadores,

1. BREVE RELATO DOS FATOS

01. Trata o feito originário de pedido de Recuperação Judicial proposto por Galvão Engenharia S.A. e Galvão Participações S.A., em 25/03/2015 (ANEXO 1).

02. Decisão publicada em 08/04/2015 deferiu o processamento da Recuperação Judicial (ANEXO 3) e o Edital do artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005 demonstrou um reconhecimento pela empresa de dívida junto ao Banco do Brasil no expressivo montante de R$ 195.704.760,61 (cento e noventa e cinco milhões, setecentos e quatro mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e um centavos) e R$ 512,38 (quinhentos e doze reais e trinta e oito centavos), crédito classificado como quirografário.

03. Após divergência e análise do Administrador Judicial o valor do crédito quirografário do Banco do Brasil foi estipulado em R$

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

53.238.381,15 (cinqüenta e três milhões, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e oitenta e um reais e quinze centavos), sendo reconhecida ainda a existência de crédito decorrente de debêntures com tratamento e representação pelo agente fiduciário dos debenturistas: Pentágono S.A. DTVM. O Banco do Brasil concordou com a avaliação do Administrador Judicial e não houve apresentação de Impugnação.

04. Concomitantemente foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial pelas empresas Recuperandas com posteriores Aditamentos (ANEXOS 7, 10 e 11).

05. Na Assembléia de Credores designada para 28/08/2015, foi votado o Plano de Recuperação Judicial apresentado no curso da reunião (ANEXO 11).

06. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela maioria dos credores e homologado judicialmente (ANEXO 12), estando pendente de apreciação diversos recursos de agravo de instrumento interpostos em face da referida decisão.

07. Não conferido efeito suspensivo aos recursos, e com o prosseguimento do processo em primeira instância, foram adotadas as medidas para levar a leilão parte do ativo das Recuperandas consistente na participação integral da GALPAR no capital social da CAB Ambiental – Companhia de Águas do Brasil. Na forma da definição contida no próprio Plano de Recuperação, a CAB Ambiental consiste em companhia de capital aberto que se dedica ao gerenciamento e à operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e de parcerias com municípios, estados e companhias públicas. A GALPAR é titular de 66,58% do capital social da CAB Ambiental sendo o restante detido pelo BNDESPAR.

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

08. No item 3.5.I do Plano de Recuperação Judicial, que trata da alienação de ativos das Recuperandas para pagamento aos credores, está prevista a alienação da participação integral da GALPAR no capital social da CAB Ambiental em valor não inferior a R$ 600 milhões, conforme abaixo:

> "I. Participação integral da GALPAR no capital social da CAB Ambiental (66,58% do capital social da CAB Ambiental), em valor não inferior a R$ 600 milhões, na forma de Unidade Produtiva Isolada, de acordo com as regras contidas nos artigos 60, Parágrafo Único, 142 e 145 da LRJ e artigo 133 do CTN, ficando vedada a alienação segregada de uma ou de algumas das subsidiárias da CAB Ambiental, e sendo certo que o leilão para referida alienação deverá ocorrer em até 60 Dias Corridos contados da Data da Homologação do Plano;"

09. Inicialmente, foi publicado Edital para leilão em que há expressa previsão da venda da UPI CAB Ambiental por valor não inferior a R$ 600 milhões, na forma contida no Plano de Recuperação Judicial. Ocorre que não foram apresentados pedidos de habilitação para participação no pregão e, conseqüentemente, não foram apresentadas propostas de compra.

10. Eis que as Recuperandas comparecem nos autos para requerer a realização do pregão em segunda praça (ANEXO 13), *"na forma dos artigos 142 §2º e §3º da Lei nº 11.101/2005 e art. 692 do CPC"*.[1], conferindo em anexo minuta para publicação de Edital.

[1] Art. 142 (...) § 2º A alienação dar-se-á pelo maior valor oferecido, ainda que seja inferior ao valor de avaliação. § 3º No leilão por lances orais, aplicam-se, no que couber, as regras da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
Art. 692. Não será aceito lanço que, em segunda praça ou leilão, ofereça preço vil.

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

11. Em decisão de fls. 11.736/11.739 (ANEXO 14), entre outros pontos, o Juízo determina a realização de leilão em segunda praça, na forma do §2º do art. 142 da Lei 11.101/2005 e novo Edital a ser publicado. A referida decisão, publicada em 23/11/2015 (segunda-feira), em seu sexto item, foi proferida conforme transcrição abaixo:

> "6- Diante da certidão de fls. 11733, a não apresentação de habilitantes e proponentes torna inócua a realização da audiência designada com o fito da abertura de propostas, cuja realização seria procedida em primeira praça no dia 12/11/2015, às 14:00, conforme Edital devidamente Publicado. Com efeito, suspendo a realização do referido Ato, e desde já determino sua realização em segunda praça, que ocorrerá na forma do § 2º do art. 142 da Lei 11.101/2005 e do novo Edital a ser publicado.
>
> Assim, fica designado que o propoente deverá apresentar pedido de habilitação até às 18:00 horas do dia 01/12/2015, conjuntamente com a documentação exigida no item 3.1 do Edital, diretamente no gabinete do Juízo da 7ª Vara Empresarial, localizada na Avenida Erasmos Braga, n.ª 115, sala 708, Lâmina Central, Centro, Rio de Janeiro, no horário de expediente forense - 11:00 às 18:00 -.
>
> Já as propostas deverão ser entregues do dia 02/12/2015 até às 13:00 horas do dia 10/12/2015, no gabinete do Juízo da 7ª Vara Empresarial, no horário de expediente forense, localizada na Avenida Erasmo Braga, n.ª 115, sala 708, Lâmina Central, Centro, Rio de Janeiro; realizando-se em ato contínuo às 14:00 hs do dia 10/12/2015, a Audiência para verificação das habilitações, declaração dos habilitados, abertura das propostas e lances orais.
>
> Publique-se o Edital na forma da Lei, e dê-se ciência ao administrador judicial e MP. Disponibilize as devedoras cópias junto aos seus sítios da Internet dos modelos das propostas de fls. 9.825/9.828."

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

12. O Banco do Brasil apresentou embargos de declaração em face da transcrita decisão, em 30/11/2015 (segunda-feira), quando observou que não foi ressaltada a necessidade de observância do valor mínimo de R$ 600 milhões previsto no Plano de Recuperação Judicial para alienação da participação da Recuperanda na CAB Ambiental.

13. Foi pleiteado que o Juízo se manifestasse sobre a aplicabilidade do valor mínimo indicado no item 3.5.I do Plano de Recuperação Judicial no segundo leilão a ser realizado e, na hipótese de oferecimento à venda por quantia inferior a R$ 600 milhões, acerca do descumprimento de expressa condição prevista no Plano de Recuperação Judicial em benefício aos credores.

14. Outros credores também manejaram embargos de declaração (ANEXO 23). A Caixa Econômica Federal, por exemplo, bem observa obscuridade concernente à indicação na decisão de aplicação do §2º do art. 142 da Lei nº 11.101/2005[2], que trata de valor de avaliação, enquanto que no presente caso concreto o piso de R$ 600 milhões foi negociado e estabelecido entre credores e Recuperandas no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

15. Ocorre que, não obstante os aclaratórios do Banco ora Agravante tenham sido propostos no prazo legal, com clara indicação da omissão que se buscava ver esclarecida – suprindo todos os pressupostos para sua admissão - os embargos não foram conhecidos, conforme decisão de fls. 12.361 a 12.363 (ANEXO 26) abaixo reproduzida na parte concernente ao aqui tratado:

TJRJ 20160050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

"5- Fls. 12071/12.074, 12.075/12082 e 12.085/12087 (Embargos de Declaração Banco do Brasil S/A, CEF, BANCO ABC BRASIL S/A): Diante da decisão de fls. 12.208, a qual retirou de pauta a realização do leilão na forma questionada no fundamento de todos os Embargos interpostos, reconheço estarem prejudicadas suas apreciações, pelo que deixo de conhecê-los. I."

16. Assim, é manejado o presente recurso eis que o Banco do Brasil entende que os embargos de declaração apresentados devem ser conhecidos, com esclarecimento das questões postas e interrupção do prazo para apresentação de recurso, eis que merecedora de reforma a decisão que determinou a realização da segunda praça para venda da CAB Ambiental sem que observadas as disposições do Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores, pelas razões que se passará a expor.

2. DA NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO "A QUO" – CONHECIMENTO E MANIFESTAÇÃO JUDICIAL SOBRE A MATÉRIA VENTILADA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE FLS. 12.071/12.074 DOS AUTOS ORIGINÁRIOS, ASSIM COMO REFORMA DA DECISÃO QUE DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE SEGUNDA PRAÇA SEM OBSERVÂNCIA DO ACORDADO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

17. Sendo conferida vista dos autos para elaboração do presente recurso se observa que, em 19/11/2015, a AEGEA Saneamento e Participações S.A., única empresa a se habilitar para participar do segundo

[2] Art. 142 §2º A alienação dar-se-á pelo maior valor oferecido, ainda que seja inferior ao valor de avaliação.

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

leilão, dirigiu petição ao Juízo (ANEXO 17) relatando uma preocupação: a empresa constatou que a cláusula 3.5 I do Plano de Recuperação estipulou valor mínimo de oferta para aquisição da UPI CAB Ambiental no importe de R$ 600 milhões. Narra que segundo relato das Recuperandas o preço mínimo fixado no Plano aprovado pelos credores não precisaria ser atendido podendo a arrematação se dar por qualquer preço.

18. Diante de tal quadro, *"objetivando preservar direitos e visando a segurança jurídica de potenciais interessados em uma eventual aquisição da UPI CAB Ambiental"*, a AEGEA pleiteou que fossem *"prestados esclarecimentos a todos os interessados, pelos mesmos meios em que foi publicado o edital do leilão em segunda praça, no sentido de que poderá ser incluída no Contrato de Compra e Venda ("SPA") da UPI CAB Ambiental, como condição precedente ao fechamento do negócio, a ratificação da arrematação pelos credores em nova AGC"*.

19. Por meio da petição de fls. 11.902 a 11.907 as Recuperandas rechaçaram o pedido formulado pela AEGEA ao entendimento de não ser ela legitimada para a postulação efetuada e porque a questão já teria sido decidida pelo Juízo por meio da decisão e edital de fls. 11.736/11739 e 11.748/11.758.

20. O Juízo acaba por proferir decisão (fls. 12.062/12.063) de 23/11/2015, publicada tão somente em 25/01/2016, indeferindo o pedido da AEGEA Saneamento e Participações S.A., nos seguintes termos:

> "1- A AEGEA - suposta interessada na participação do leilão para alienaçao da UPI CAB Ambiental - vem aos autos requerer sejam prestados esclarecimentos no sentido de que poderá ser incluída no contrato de compra e venda da UPI CAB Ambiental, como condição precedente ao fechamento do negócio, a ratificação da arrematação pelos credores em nova

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

> AGC.Embora a AEGEA não possua legitimidade para atuar no juízo recuperacional, é oportuno esclarecer que não há qualquer necessidade de se alterar o procedimento de leilão da UPI, uma vez que o procedimento em segunda praça está em perfeita sintonia com o disposto no art. 142, pg. 2o da LRJ e art. 692 do CPC. Ademais o edital de leilão foi devidamente publicado contendo todas as especificações e condições precedentes para a aquisição da UPI. Ressalte-se também que a decisão que determinou o prosseguimento do leilão em segunda praça sequer foi impugnado por qualquer credor, restando assim preclusa qualquer via impugnativa do ato. E também não há descumprimento ao Plano de Recuperação, uma vez que já foi observado o valor mínimo na primeira praça. Portanto, indefiro o pedido formulado pela AEGEA."

21. De se ressaltar que o Juízo afirma que a decisão que determinou o prosseguimento do leilão em segunda praça não teria sido impugnada por qualquer credor enquanto que na verdade pendiam de apreciação os embargos de declaração do Banco do Brasil e de outros credores, que versavam sobre a matéria, sendo processualmente hábeis para interromper o prazo para a apresentação do recurso próprio.

22. Em seguida, é publicada em 27/01/2016 a decisão aqui recorrida de 16/12/2015, de não conhecimento dos embargos do Banco do Brasil, ao fundamento de estar prejudicada a apreciação dos aclaratórios, tendo como conseqüência fulminar o direito de apresentar recurso contra a decisão do Juízo que indicou, ainda que de forma discreta, a possibilidade de realização do leilão por preço interior aos R$ 600 milhões contidos no Plano de Recuperação Judicial.

23. Os esclarecimentos pretendidos pelo Banco do Brasil, quanto a efetivo entendimento do Juízo se o valor mínimo de R$ 600 milhões

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

precisava ou não ser observado foi, no fundo, manifestado em decisão diversa e na forma transcrita no item 19 acima, evidenciando a necessidade de apreciação e efetivo julgamento dos aclaratórios opostos.

24. Importante ainda destacar que no intervalo entre o momento em que proferidas as transcritas decisões e suas publicações a AEGEA Saneamento e Participações S.A. dirigiu carta de esclarecimentos ao Juízo e ao Administrador Judicial explicitando as razões pela qual não apresentou proposta no pregão de 10/12/2015.

25. Como se observa da leitura de seus termos foi afirmada a não apresentação da proposta em razão da insegurança jurídica gerada e riscos associados à não obrigatoriedade do preço mínimo previsto no Plano de Recuperação e pelo edital prever a alienação em "desconformidade com os termos do plano". Temeu-se o risco de sucessão nas obrigações do Grupo Galvão e execução da fiança fornecida para participação do leilão. A correspondência conclui que a Aegea tem legítimo interesse de voltar a estudar a possibilidade de aquisição da UPI CAB desde que sejam respeitados os interesses de todos os envolvidos.

26. O Banco do Brasil também considera que devem ser respeitados os interesses de todos os envolvidos, inclusive dos credores. O acréscimo do limite de R$ 600 milhões para alienação da CAB Ambiental foi ponto que não constou da versão original do Plano de Recuperação e que foi acrescida no decorrer das negociações para sua aprovação. Nada mais legítimo que seja observado o limite, ou ao menos que proposta diversa seja submetida aos credores.

27. Assim, destaca-se que os embargos de declaração opostos pelo Banco do Brasil merecem conhecimento e provimento, para esclarecimento dos pontos apresentados eis que: (a) houve interposição no

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

prazo legal e (b) a matéria omissa precisava dos esclarecimentos do Juízo, com abertura de prazo para insurgência recursal.

28. Em tal sentido vale destacar que a certidão de fl. 12.207 dos autos originários atesta a tempestividade das manifestações de fls. 12.071/12.082, entre elas os embargos de declaração do Banco do Brasil (fls. 12.071 a 12.074).

29. A decisão embargada foi publicada em 23/11/2015 (segunda-feira), com início do prazo em 24/11/2015 (terça-feira) e fim em 30/11/2015 (segunda-feira) tendo em vista a prorrogação pelo último dia do prazo de cinco dias ter sido computado em dia não útil. Inquestionável a tempestividade dos embargos de declaração, de modo que é medida de direito seu julgamento. Mesmo com relação aos embargos considerados incabíveis ou protelatórios (que não é o caso dos embargos tratados nos presentes autos), a regra do art. 538 *caput* do CPC, de interrupção do prazo para interposição de outros recursos, deve ser considerada.

30. Tal entendimento é o acolhido pela jurisprudência pátria, como evidenciam os entendimentos jurisprudenciais abaixo (grifos do Banco Agravante):

> PROCESSO CIVIL -EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO - HIPÓTESES.
> 1. **A Corte Especial no julgamento do EREsp 159.317/DF, pacificou o entendimento de que é possível a oposição de embargos contra qualquer decisão judicial.**
> **2. No mesmo precedente ficou assentado que os embargos, independentemente do resultado do**

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

julgamento sempre interrompendo o prazo para os demais recursos.

3. Somente os embargos intempestivos conduzem a aplicação do art. 538, parágrafo único do CPC.

4. Recurso especial provido.

(REsp 480.713/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/2004, DJ 27/09/2004, p. 311)

EDCL. INTERRUPÇÃO. PRAZO. RECURSO

Os embargos de declaração interrompem o prazo recursal, mesmo em hipóteses de não-conhecimento ou inadmissibilidade, à exceção quando intempestivos, o que impõe o óbice da coisa julgada formal (art. 538 do CPC). Esse entendimento deve ser aplicado até em casos de embargos meramente protelatórios, visto que, para combate-los, o próprio CPC prevê a imposição de multa (art. 538, parágrafo único, do CPC), tal como em caso de litigância irresponsável (arts. 17, 18, e 20, do CPC). REsp 544.038-BA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 11/5/2004.

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

31. Ademais, foram cumpridos os comandos dos artigos 535 e 536 do Código de Processo Civil, com indicação do ponto omisso e alínea em que pautado o pedido de esclarecimento.

32. Além do exposto, não ter havido proposta de compra para o leilão designado na forma do Edital de segunda praça não faz com que a matéria contra a qual se insurge o Banco aqui Agravante esteja prejudicada. O Edital de segunda praça é tão somente uma decorrência da decisão que foi

embargada de declaração. E o entendimento judicial então indicado às fls. 12.361/12.363, e expressamente manifestado na decisão de fls. 12.062/12.063, publicada em 25/01/2016, de possibilidade de venda da CAB Ambiental por valor inferior a R$ 600 milhões, tem o condão de que a matéria seja considerada preclusa com relação a outras futuras praças que possam a vir a ocorrer caso não manejado o competente recurso. Logo, flagrante o interesse recursal do Banco do Brasil e direito que os embargos de declaração opostos sejam conhecidos e julgados.

33. De se acrescentar que, se os Excelentíssimos Desembargadores Julgadores considerarem possível, é medida de direito ainda que a decisão embargada de fls. 11.736 a 11.739 dos autos originários, que determina a realização de leilão em segunda praça, seja de pronto reformada.

34. Como já narrado, o Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores de forma expressa trouxe a previsão de um valor base de R$ 600 milhões de reais para venda da CAB Ambiental.

35. O descumprimento de Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado (não obstante ainda passível de modificação/nulidade tendo em vista objeto de inúmeros recursos de agravo de instrumento) acarreta em falência das Recuperandas.

36. Assim, qualquer modificação das regras contidas no Plano de Recuperação Judicial deve ser submetida aos credores, na forma do julgado abaixo (grifo do Agravante):

> STJ Informativo nº 0498
> **A Turma firmou entendimento que a assembleia geral de credores (AGC) é soberana em suas decisões**

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

quanto ao conteúdo do plano de recuperação judicial. Contudo, as suas deliberações - como qualquer outro ato de manifestação de vontade - estão submetidas ao controle judicial quanto aos requisitos legais de validade dos atos jurídicos em geral. Nesses termos, negou-se provimento ao recurso no qual se sustentava a impossibilidade da alteração substancial do plano de recuperação judicial durante a votação da AGC, supostamente realizado com o fim de favorecer determinados credores em prejuízo de integrantes da mesma classe. **REsp 1.314.209-SP**, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/5/2012

37. Por todo o exposto, é medida de direito que seja reformada a decisão recorrida: (a) para que seja conferido conhecimento aos embargos de declaração opostos pelo Banco do Brasil, com seu julgamento e reconhecimento da interrupção do prazo para apresentação do competente recurso; (b) considerando os eminentes Desembargadores possível, que seja de pronto adentrado ao mérito para reforma da decisão embargada de fls. 11.736 a 11.739 dos autos originários - que determina a publicação de Edital de segunda praça na forma do § 2º do art. 142 da Lei nº 11.101/2005 sem observar o piso de R$ 600 milhões previsto no PRJ, considerados como esclarecimentos o proferido na decisão de fls. 12.062/12.063 que indefere pedido do habilitado AEGEA para considerar a desnecessidade de ratificação pelos credores em nova Assembléia - para que se reconheça a necessidade de observância do piso de R$ 600 milhões de reais para venda da UPI CAB Ambiental e que qualquer alteração de tal condição deve ser levada à votação em Assembléia de Credores.

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

3. CONCLUSÃO

38. Por fim, em razão de tudo o que foi alegado, requer o Banco do Brasil que V. Exª. se digne determinar o provimento do presente agravo de instrumento:

a) para que seja conferido conhecimento aos embargos de declaração opostos pelo Banco do Brasil, com seu julgamento e reconhecimento da interrupção do prazo para apresentação do competente recurso;

(b) considerando os eminentes Desembargadores possível, que seja de pronto adentrado ao mérito para reforma da decisão embargada de fls. 11.736 a 11.739 dos autos originários - que determina a publicação de Edital de segunda praça na forma do § 2º do art. 142 da Lei nº 11.101/2005 sem observar o piso de R$ 600 milhões previsto no PRJ, considerados como esclarecimentos o proferido na decisão de fls. 12.062/12.063 que indefere pedido do habilitado AEGEA para considerar a desnecessidade de ratificação pelos credores em nova Assembléia - para que se reconheça a necessidade de observância do piso de R$ 600 milhões de reais para venda da UPI CAB Ambiental e que qualquer alteração de tal condição deve ser levada à votação em Assembléia de Credores.

Termos em que,
Pede Deferimento

Rio de Janeiro (RJ), 01 de fevereiro de 2016.

Renata Cardoso Duran Barboza - OAB/RJ 126.682
(Assinado digitalmente)

TJRJ 201600050272 02/02/2016 11:28:13 I>OT Petição Inicial Eletrônica

Alvarez & Marsal do Brasil Ltda.
Rua Surubim, 577 - 9° andar - Brooklin Novo
04571-050 - São Paulo - SP, Brazil
Phone: +55 11 5105 6500
Fax: +55 11 5506 4059

16

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

SRCAP EMF07 201600615677 02/02/16 17:37:39126226 01/31612

Processo n. 0093715-69.2015.8.19.0001

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., nomeada Administradora Judicial por esse M. Juízo nos autos do processo de Recuperação Judicial de **GALVÃO ENGENHARIA S.A. (em recuperação judicial)** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. (em recuperação judicial)**, vem, respeitosamente, se manifestar sobre a petição de fls. 12.237/12.244:

A Prefeitura de Atibaia, em breve síntese, protocolou petição nos autos deste processo afirmando que a alienação da participação da GALPAR na CAB Ambiental depende de sua prévia anuência. Isto porque, segundo a Prefeitura, a alienação implicará na alteração do controle societário indireto da CAB Atibaia S.A., devendo ser previamente submetida à sua avaliação e anuência e atender a determinadas condições, sob pena de caducidade do contrato de concessão.

Feita esta breve introdução, esta Administradora Judicial informa que está ciente dos termos da petição da Prefeitura de Atibaia. No entanto, a Prefeitura de Atibaia não possui o condão de impedir a alienação da UPI CAB prevista no plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores neste processo de recuperação judicial.

Aliás, caso a Prefeitura de Atibaia entenda que a alienação da participação da GALPAR na CAB Ambiental e, consequentemente, de suas controladas, como a CAB Atibaia S.A., configure hipótese de caducidade do contrato de concessão, a extinção deverá ocorrer via procedimento administrativo e, eventualmente, judicial perante o respectivo juízo competente para dirimir tais conflitos.

1260

Por fim, entende esta Administradora Judicial que, como a petição da Prefeitura de Atibaia está juntada aos autos deste processo de recuperação judicial, já foi dada a devida publicidade às Recuperandas, ao Ministério Público e aos eventuais interessados.

Diante do exposto, esta Administradora Judicial entende que, se ainda for do interesse das Recuperandas e dos credores neste processo de recuperação judicial, não há qualquer impedimento para a alienação da UPI CAB, a qual poderá ser realizada independentemente da prévia anuência da Prefeitura de Atibaia.

Nestes termos,
pede deferimento.
Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2016.

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA
Eduardo Seixas Isabel Christina Niclebock
Administradora Judicial

Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro
OAB/RJ n. 71.018

Leila Caldas Vieira da Cruz
OAB/RJ n. 90.459

Lucas Latini
Lucas Latini
OAB/RJ n. 172.760

TERMO DE: ( )ABERTURA (X)ENCERRAMENTO

Nesta data,

( ) INICIEI

(X) ENCERREI

este volume destes autos com 12.600 folhas.

Rio de Janeiro, 16 / 02 /2016.

P/Escrivão